Aiala Colares Couto
Tiago Veloso dos Santos
Willame de Oliveira Ribeiro
org.

Coleção Saberes amazônicos

AMAZÔNIA

Fronteiras, Grandes Projetos e Movimentos Sociais

UEPA

Aiala Colares Couto
Tiago Veloso dos Santos
Willame de Oliveira Ribeiro
org.

AMAZÔNIA

Fronteiras, Grandes Projetos e Movimentos Sociais

UEPA
2019

Universidade do Estado do Pará

Reitor	Rubens Cardoso da Silva
Vice-Reitor	Clay Anderson Nunes Chagas
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação	Renato da Costa Teixeira
Pró-Reitora de Graduação	Ana da Conceição Oliveira
Pró-Reitora de Extensão	Alba Lúcia Ribeiro Raithy Pereira
Pró-Reitor de Gestão e Planejamento	Carlos José Capela Bispo

Editora da Universidade do Estado do Pará

Coordenador e Editor-Chefe	Nilson Bezerra Neto
Conselho Editorial	Francisca Regina Oliveira Carneiro
	Hebe Morganne Campos Ribeiro
	Joelma Cristina Parente Monteiro Alencar
	Josebel Akel Fares
	José Alberto Silva de Sá
	Juarez Antônio Simões Quaresma
	Lia Braga Vieira
	Maria das Graças da Silva
	Maria do Perpétuo Socorro Cardoso da Silva
	Marília Brasil Xavier
	Núbia Suely Silva Santos
	Robson José de Souza Domingues (Presidente)
	Pedro Franco de Sá
	Tânia Regina Lobato dos Santos
	Valéria Marques Ferreira Normando

AMAZÔNIA

Fronteiras, Grandes Projetos e Movimentos Sociais

UEPA

© EDUEPA 2019

Realização

Universidade do Estado do Pará - UEPA

Programa de Pós-Graduação em Geografia da UEPA - PPGG

Editora da Universidade do Estado do Pará - EDUEPA

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UEPA / SIBIUEPA

Amazônia: fronteiras, grandes projetos e movimentos sociais / Organização de Aiala Colares de Oliveira Couto, Tiago Veloso dos Santos, Wilame de Oliveira Ribeiro. – Belém: EDUEPA, 2019.

310 p. .

Inclui referências

ISBN 978-85-8458-042-2

1. Amazônia - Fronteiras. 2. Amazônia - Movimentos sociais 3. Amazônia - Projetos. I. Couto, Aiala Colares de Oliveira, Org. II. Santos, Tiago Veloso dos, Org. III. Ribeiro, Wilame de Oliveira, *Org.*

CDD 22.ed. 338.9811

Ficha Catalográfica: Rita Almeida CRB-2/1086

Editora filiada

Associação Brasileira das Editoras Universitárias

Editora da Universidade do Estado do Pará - EDUEPA
Travessa D. Pedro I, 519 - CEP: 66050-100
E-mail: eduepa@uepa.br/livrariadauepa@gmail.com
Telefone: (91) 3222-5624

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

PREFÁCIO

PARTE 1: POLÍTICA E FRONTEIRA NA AMAZÔNIA

ESPAÇO E POLÍTICA: A REPRESENTAÇÃO DE AMAZÔNIA NOS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO 17
João Santos Nahum

UM PROBLEMA DE FRONTEIRAS: A AMAZÔNIA NO CONTEXTO DO NARCOTRÁFICO.....44
Aiala Colares de Oliveira Couto

DINÂMICA DE AVANÇO E CONSOLIDAÇÃO DO CAPITAL NA FRONTEIRA AGROPECUÁRIA DA AMAZÔNIA BRASILEIRA.....70
André Cutrim Carvalho
David Ferreira Carvalho

PARTE 2: CIDADE NA AMAZÔNIA

SUBURBANIZAÇÃO CONDOMINIAL COMO ASPECTO DA METROPOLIZAÇÃO REGIONAL: TENDÊNCIAS RECENTES DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM.....89
Tiago Veloso dos Santos

SITUAÇÃO ESPACIAL, INTERAÇÕES E CENTRALIDADE: A CONDIÇÃO DE CAPANEMA NA REDE URBANA DO NORDESTE PARAENSE.....118
Willame de Oliveira Ribeiro

DA FLORESTA À VITRINE: A CONCEPÇÃO DA CIDADE DE MARABÁ NA LÓGICA DOS PLANOS DE TURISMO DO PARÁ.....145
Suelem Maciel Cardoso

PARTE 3: TERRITÓRIO, CONFLITOS E AMBIENTE NA AMAZÔNIA

MINERAÇÃO E SEGURANÇA PÚBLICA NA AMAZÔNIA PARAENSE: ALTERAÇÕES SOCIOTERRITORIAIS EM JURUTI (PARÁ-BRASIL)...166
João Marcio Palheta da Silva
Christian Nunes da Silva
João Francisco Garcia Reis
Ricardo Ângelo Pereira de LIMA

DISPUTAS TERRITORIAIS E SOFRIMENTO HUMANO: A CONTINUIDADE DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS EM BARCARENA.....196
Eunápio Dutra do Carmo
Silvana Rodrigues Gouveia do Carmo

CONTRADIÇÕES NA PROTEÇÃO AMBIENTAL EM SANTARÉM-PA: ENTRE AJUSTE ESPACIAL E (IN)JUSTIÇA AMBIENTAL NA CIDADE.....214
Maria Júlia Veiga da Silva

PARTE 4: TERRITORIALIDADES E MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMAZÔNIA

SENTIDO DE LUGAR E TERRITORIALIDADE NA LEITURA GEOGRÁFICA DOS MOVIMENTOS INDÍGENAS NA AMAZÔNIA.....235
David Junior de Souza Silva

"ELES NÃO VIERAM, ELES CHEGARAM"– A TERRITORIALIZAÇÃO DOS CAMPONESES NO SUDESTE DO PARÁ NA PALMARES II – PARAUAPEBAS/PA.....257
Fabiano Bringel

EDUCAÇÃO DE PESSOAS JOVENS E ADULTAS EM COMUNIDADES RIBEIRINHAS AMAZÔNICAS: REVISITANDO UMA EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO POPULAR.....291
João Colares da Mota Neto
Ivanilde Apoluceno de Oliveira

APRESENTAÇÃO

Aiala Colares Couto
Tiago Veloso dos Santos
Willame de Oliveira Ribeiro

Em junho de 2016, na Universidade do Estado do Pará, foi realizado o "**I Simpósio Nacional de Geografia da Amazônia**", idealizado e organizado pelo curso de licenciatura em Geografia desta instituição, com o tema: "Fronteiras, Grandes Projetos e Movimentos Sociais".

Este evento, que se propôs a ter abrangência nacional, visou reunir estudantes de graduação, de pós-graduação, professores e pesquisadores das mais diversas instituições de ensino superior, organizações não governamentais e institutos de pesquisa. Assim, pretendíamos contribuir com o estímulo a discussões qualificadas e democráticas no que concerne à ação do grande capital na região e o papel dos movimentos sociais na reconfiguração de novos espaços de resistência.

Dentre os objetivos de realização deste evento estava à preocupação em analisar, a partir do debate cientifico, os temas contemporâneos sobre a realidade da região amazônica, em particular, a partir de um contexto que envolve a expansão do capital à luz da efetivação de seus novos grandes projetos. Envidou-se, também, reunir um conjunto de reflexões acerca das implicações socioespaciais decorrentes da expansão da fronteira econômica a partir da implementação de grandes projetos de mineração.

Além disso, o evento foi um momento importante para entender um cenário complexo, no qual vários são os agentes envolvidos. Compreender o papel desses agentes é um (fator) essencial para se traçar uma agenda de debates que possa produzir o conhecimento sobre o papel de cada um deles, bem como, de forma mais ativa, balizar a ação dos movimentos sociais na reconfiguração de poderes locais que surgem como movimentos de resistência ou como uma

reação contra hegemônica diante dos processos de reestruturação espacial que levam a conflitos socioambientais.

Com esse intuito, foram apresentadas propostas de projetos sustentáveis de empresas e de órgãos do estado, com o claro entendimento de que compreender a dinâmica econômica, social e ambiental da fronteira amazônica, surge como uma necessidade de se pensar o papel das universidades amazônicas no que diz respeito à formulação de políticas públicas que versem pela sustentabilidade e pelo desenvolvimento regional. Assim, este Simpósio tem como uma de suas responsabilidades tornar a Universidade do Estado do Pará uma Instituição envolvida com debates sobre o desenvolvimento regional, consolidando o papel da UEPA no que tange à educação e à difusão do conhecimento científico, portanto, "educar para o desenvolvimento da Amazônia".

Por fim, o "I Simpósio Nacional de Geografia da Amazônia: Fronteiras, Grandes Projetos e Movimentos Sociais" busca alavancar o papel da Geografia regional no debate que envolve, sobretudo, a relação sociedade e natureza, destacando também, que a proposta é tornar este evento uma tradição não só no estado do Pará, mas também na Amazônia e no Brasil, a ponto de se pensar no futuro em organizar um Seminário Internacional na Pan Amazônia para debater tais questões tão pertinentes para as realidades das populações amazônidas.

A obra aqui apresentada resulta dessas discussões realizadas, e está subdividida em quatro partes e doze capítulos, complementares para a exposição dos temas discutidos e obedecendo a natureza diversa dos diálogos existentes. A primeira parte, intitulada "POLÍTICA E FRONTEIRA NA AMAZÔNIA" reúne três artigos que tratam de temas relacionados à questão da representação política amazônica nos planos de desenvolvimento em âmbito nacional, a dificuldade da gestão das fronteiras territoriais, ao problema do narcotráfico e o avanço da fronteira agropecuária como expressão econômica da consecução de objetivos políticos do Estado brasileiro para a região.

A segunda parte é denominada "CIDADE NA AMAZÔNIA" e reúne três artigos que tratam das questões relativas à di-

versidade de expressões urbanas na região, tratando temas como a metropolização regional, as interações espaciais das diferentes centralidades, o direito à cidade e as concepções de cidade visualizadas na prática de planejamento urbano.

A terceira parte "TERRITÓRIO, CONFLITOS E AMBIENTE NA AMAZÔNIA", reúne três artigos que tratam de temas relacionados aos conflitos existentes pelo avanço da fronteira econômica, seja discutindo os impactos da mineração, os conflitos territoriais e as contradições nas políticas de proteção ambiental.

A quarta parte "TERRITORIALIDADES E MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMAZÔNIA", apresenta três artigos que buscam os sentidos da existência e resistência na luta cotidiana dos diversos movimentos sociais na região. Tratando do sentido de lugar destes movimentos, da conflitualidade nas relações com o mercado, na contínua busca por uma territorialização para além da precariedade e, por fim, nas práticas educativas com viés libertário como um campo de possibilidades de outras existências.

Por fim, esta obra é uma expressão do esforço e do compromisso de todos os pesquisadores envolvidos na empreitada que é analisar a multidimensionalidade social, em uma região que tem na complexidade uma das mais relevantes expressões de seu processo de integração. Dessa forma, apresentamos ao público nossas reflexões, análises, relatos e experiências sobre a Amazônia.

Ao mesmo tempo em que os assuntos aqui abordados são reveladores dos processos que se expressam na vida cotidiana dos que vivem nessa região, busca-se dar conta da dimensão que representam os desafios decorrentes em formação, assim como da necessidade de pensar em formas democráticas de regulação de seus processos com vistas a um olhar não fragmentado de sua dinâmica espacial e a possibilidade de existência mais cidadã.

Belém, 2 de Junho de 2019.

PREFÁCIO

Esta obra é produto do empenho de jovens professores-pesquisadores comprometidos com os propósitos comunitários da atividade acadêmica, por isto, engajados na empreitada de analisar a complexidade inerente ao tema "Fronteiras, Grandes Projetos e Movimentos Sociais", tratado pelo "**I Simpósio Nacional de Geografia da Amazônia**". Neste evento, realizado em 2016, pela Universidade do Estado do Pará (UEPA), eles puderam apresentar suas reflexões, seus relatos e experiências.

Trataram, então, de abordar a Amazônia não mais na dimensão do encantamento e da idealização de paraíso natural. Ao contrário, filiaram-se à visão de Carlos Walter Porto Gonçalves (2001), para quem a Amazônia.

> (...) longe de ser homogênea, é uma região extremamente complexa e diversificada. Contrasta com a visão externa à região, homogeneizadora, que a vê como Natureza, como Floresta, como atrasada, como Reserva de Recursos, como Futuro do Brasil, com o presente vivido, em seus diferentes contextos socioculturais específicos por populações que forjaram seu patrimônio de conhecimentos na convivência com os mais diferentes ecossistemas. (GONÇALVES, Carlos Walter Porto, Amazônia, Amazônias, 2001, p. 9)

Com esta mesma abordagem foi organizada esta coletânea. Os doze capítulos nela reunidos apresentam restrição de amplitude de escala geográfica, contudo, estão abertos para outros textos e novas leituras sobre a região amazônica.

Aiala Colares de Oliveira Couto, no artigo "Um problema de fronteiras: a Amazônia no contexto do Narcotráfico" analisa as considerações teóricas da amplitude regional/global do narcotráfico na região amazônica. Leva em conta a importância geográfica deste

fenômeno no contexto internacional, em virtude da proximidade da região aos países andinos, principais produtores, o que facilita o acesso aos principais mercados dos Estados Unidos e da Europa, algo relevante à lógica organizacional em rede do narcotráfico.

André Cutrim Carvalho e David Ferreira Carvalho elaboraram um trabalho intitulado "Dinâmica de avanço e consolidação do capital na fronteira agropecuária da Amazônia brasileira", no qual tratam do processo de modernização da agricultura ocorrido na região e a expansão da sua fronteira agropecuária. Assim como dos principais modelos de ocupação da fronteira no Brasil e, ainda, do avanço da fronteira agropecuária e da institucionalização da luta pela terra na Amazônia brasileira.

David Junior de Souza Silva dedicou-se à análise do "Sentido de lugar e territorialidade na leitura geográfica dos movimentos indígenas na Amazônia". Enfatiza a importância da discussão da espacialidade e da territorialidade para análise dos movimentos sociais, especialmente a dos movimentos indígenas, na qual considerou os conceitos de território e de territorialidade, já que, dentro da perspectiva geográfica, os movimentos indígenas têm o território como cerne.

Eunápio Dutra do Carmo e Silvana Rodrigues Gouveia do Carmo, no texto "Disputas territoriais e sofrimento humano: a continuidade dos impactos socioambientais em Barcarena" refletem sobre questões relacionadas a território, meio ambiente e saúde em comunidades locais na Amazônia. Analisam os impactos socioambientais nas condições de vida destas comunidades, enfocando a força do território na construção da identidade e na produção da vida das populações rurais amazônicas. Esta abordagem considera as suas condições de vida, desde as dimensões biológica, emocional, cultural, até sua organização social, sua produção e seu consumo de alimentos e, ainda, o desenvolvimento de um saber local.

Fabiano Bringel no capítulo "Eles não vieram, eles chegaram': a territorialização dos camponeses no Sudeste do Pará na Palmares II – Parauapebas/PA" faz uma reflexão contemporânea dos 25 anos

do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) no Pará. Em sua análise destaca as especificidades da territorialização da luta pela terra no Sul e Sudeste do Pará próprias do MST, das quais resultam o Projeto de Assentamento Palmares II. Bringel enfatiza a relação com o território, compreendendo que a ação que desterritorializa o campesinato na fronteira é sempre acompanhada por ações reterritorializadoras, capazes de reinventar as condições de vida e de trabalho do camponês.

João Colares da Mota Neto e Ivanilde Apoluceno de Oliveira apresentam, em "Educação de pessoas jovens e adultas em comunidades ribeirinhas amazônicas: revisitando uma experiência de educação popular", uma proposta de debate sobre a Educação Popular do Campo, seus pressupostos, desafios e problemáticas". Os autores enfocam uma experiência de educação de jovens e adultos ocorrida em comunidades ribeirinhas no Município de São Domingos do Capim, no nordeste do Estado do Pará, de 2001 a 2009, graças ao Núcleo de Educação Popular Paulo Freire, do Centro de Ciências Sociais e Educação, da Universidade do Estado do Pará.

João Marcio Palheta da Silva, Christian Nunes da Silva, João Francisco Garcia Reis e Ricardo Ângelo Pereira de Lima retratam no texto "Mineração e segurança pública na Amazônia paraense: alterações socioterritoriais em Juruti (Pará-Brasil)" as transformações na funcionalidade do município de Juruti, a partir da exploração de bauxita por uma grande empresa internacional, no período de 2010 a 2014. Esse município, por estar conectado à economia internacional, tem tido uma reorganização espacial, de complexidades diferenciadas, que produziram novas territorialidades a partir da dinâmica econômica da mineração, como o aumento das taxas de criminalidade e violência.

João dos Santos Nahum, ao abordar o tema "Espaço e política: a representação de Amazônia nos planos de desenvolvimento", analisa a relação entre região, discurso e representação nos Planos de Desenvolvimento da Amazônia (PDAs). Nahum enfoca as relações entre política e território nas diversas escalas, destacando a região

e a escala regional por se fazerem presentes nos programas, planos e políticas de desenvolvimento, principalmente nas últimas quatro décadas do século XX e a primeira década do XXI.

Maria Júlia Veiga da Silva se dedica às "Contradições na proteção ambiental em Santarém-PA: entre ajuste espacial e (in) justiça ambiental na cidade". Em seu texto, Maria Júlia faz uma leitura crítica da legislação urbana no que se refere a planejamento e à gestão urbana. A autora se atém à lei de parcelamento, ao uso e ocupação do solo, ao estabelecimento de zonas e delimitação dos principais usos da terra urbana e rural. Ao tratar da delimitação da orla da cidade, dedica-se especificamente à orla do entorno do lago do Maicá, por se tratar de uma área que reúne características muito peculiares de expressão geográfica de injustiça ambiental.

Suelem Maciel Cardoso deu ao conteúdo do seu texto a denominação de "Da floresta à vitrine: a concepção da cidade de Marabá na lógica dos Planos de Turismo do Pará". Compreende como o espaço urbano de Marabá vem sendo concebido no âmbito do planejamento e da gestão pública, face aos recortes horizontais e verticais que marcam a cidade. Para isto, analisa o Plano de Desenvolvimento do Turismo do Estado do Pará (PDT-PA 2001) e o "Ver-o-Pará": Plano Estratégico de Turismo do Estado do Pará (2012-2020), nos quais encontra a concepção de uma cidade muito mais voltada às lógicas extra regionais.

Tiago Veloso dos Santos aborda o tema "Metropolização regional e suburbanização condominial: aspectos da dinâmica da dispersão urbana na Região Metropolitana de Belém". O autor considera esta região como a principal aglomeração metropolitana da Amazônia brasileira, salientando as transformações expressivas na sua paisagem natural. Ao analisar estas mudanças nas últimas duas décadas, ele destaca alguns elementos importantes para a manutenção da região metropolitana como referência urbana regional, assim como sua reestruturação metropolitana recente, sob a ótica de quatro aspectos da produção de seu espaço: 1) intensificação da produção de assentamentos habitacionais, 2) relativa suburbanização de parcelas

das classes médias e altas, com a produção de assentamentos, 3) aumento dos fluxos intermunicipais dos municípios do espaço metropolitano institucional e dos não institucionais, e; 4) difusão de grandes objetos técnicos do espaço metropolitano. Estes aspectos são tratados no âmbito de uma conceituação teórica e histórica, de uma realidade urbana e metropolitana atreladas às tendências recentes da urbanização brasileira.

Por fim, Willame de Oliveira Ribeiro, em "Situação espacial, interações e centralidade: a condição de Capanema na rede urbana do Nordeste Paraense" se volta para o entendimento do município dentro da rede urbana do Nordeste do Pará, balizado pela noção de cidade média. O pesquisador analisa a situação espacial da cidade, as interações espaciais que ela constitui a partir do deslocamento de pessoas, bem como outros dados da cidade, refletindo sobre o papel desempenhado por Capanema naquela região paraense.

Janete Marília Gentil Coimbra de Oliveira
Doutora em Geografia Humana
Professor Associado IV da Universidade Federal do Pará

PARTE 1:
POLÍTICA E FRONTEIRA NA AMAZÔNIA

ESPAÇO E POLÍTICA: A REPRESENTAÇÃO DE AMAZÔNIA NOS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO

João Santos Nahum[1]

INTRODUÇÃO

A organização espacial amazônica, durante as últimas quatro décadas do século XX, não pode ser compreendida sem o exame atento dos Planos de Desenvolvimento da Amazônia, PDAs. Eles sintetizam ações políticas que buscam integrá-la ao modelo de crescimento econômico da época, ocupando-a e reafirmando a soberania nacional nesta fração do território brasileiro. Podemos dizer que, a partir desses planos de desenvolvimento, desencadeia-se um reordenamento socioeconômico e territorial da região.

Nosso ponto de partida é que nos Planos de Desenvolvimento da Amazônia (PDAs) temos um gênero de política planejada que reinventa a região, quer como fronteira agrícola – I PDA (1972-1975) –, quer como fronteira agropecuária e mineral – II PDA (1975-1979) –, ou como fronteira da biotecnologia, do ecoturismo e do desenvolvimento sustentável – PDA (1992-1995) e PDA (1994-1997).

Neste texto analisamos a relação entre região, discurso e representação nos Planos de Desenvolvimento da Amazônia (PDAs). Trata-se de um assunto que reitera as pesquisas da geografia política, mormente ao pensar as relações entre política e território nas diversas escalas. Privilegiamos a região e a escala regional por se fazerem presentes nos programas, planos e políticas de desenvolvimento que este país conhece, principalmente, nas últimas quatro décadas do século XX e a primeira do século XXI.

[1] Geógrafo pela Universidade Federal do Pará (1992), Especialista pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG), Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA) e Doutor em Geografia e Planejamento Ambiental pela Universidade do Estado de São Paulo, Campus Rio Claro. Professor da Facudade de Geografia e Cartografia da Universidade Federal do Pará.

Centramos a análise nos três primeiros planos de desenvolvimento, que seguindo o tom discursivo dos PDAs, difundem uma representação de região que precisava ser integrada, ocupada, valorizada e desenvolvida economicamente. No curto espaço de um artigo não podemos contemplar todos os planos, visto que é complicado caracterizar regularidades discursivas de enunciados e temas tão díspares, que oscilam entre valorização e desenvolvimento (I, II e III PDAs), passando pela democratização (PDA da Nova República) e indo até o desenvolvimento sustentável (PDA 92-94 e PDA 94-97). Ademais, nos PDAs, pelo fato de seus objetivos, metas e estratégias expressarem a resultante momentânea de um estágio de luta entre as várias frações de interesses no bloco do poder, cada conjunto de temas e enunciados tem um campo discursivo particular. Isso torna bastante complexa e longa a tarefa de considerar todos os planos.

Objetivamos revelar a existência da representação de uma região personagem, como se a região fosse uma entidade que precisasse ser ocupada, desenvolvida, sustentada, protegida; e as estratégias de desenvolvimento contidas nos planos beneficiassem os amazônidas, independente dos gêneros de vida, de classe social e bloco no poder, tornando-se um imperativo categórico inquestionável; de modo que nos PDAs, os projetos e programas agropecuários de exploração e beneficiamento minerais e energéticos são as únicas formas possíveis de usos dos recursos naturais da região. A personificação da ideia de região tão somente oculta os interesses que presidem, sustentam e estruturam tais planos. Os sucessivos planos – I PDA (1972-74), II PDA (1975-79), III PDA (1980-85), PDA da Nova República (1986-89), PDA (1992-95), PDA (1994-97), reafirmam a região personagem, tal como criticada em Lacoste (1989).

Nos PDAs em questão encontramos alguns temas por meio dos quais se representa e discursa sobre a Amazônia. E todo discurso é um ordenar do mundo, principalmente quando norteado por uma estrutura de capital simbólico, conforme elabora Bourdieu (1989). Olhando os PDAs nos deparamos com uma intransigente vontade

de ordenar o mundo amazônico, formatando-o num sumário esquemático que, com maior ou menor intensidade, fraciona-o em recursos naturais, aspectos humanos e aspectos econômicos. Aqui se faz presente a razão fragmentária mostrada por Moreira (1993a; 2006). Desse modo, os temas enunciativos, longe de acaso, constituem exemplos desse tipo de razão contida nos PDAs. A natureza é um tema que logo vem à tona, sendo que em todos esses planos lhe são feitas referências, quer de maneira geral, quer lhe dedicando um capítulo específico sob o título de recursos naturais. Porém, que função enunciativa possui o tema natureza nesse discurso?

O tema espaço é outro constante e vem frequentemente acompanhado do adjetivo vazio ou da expressão a ser ocupado e/ou integrado ao conjunto do espaço nacional e mundial. Mas, quando o espaço é enunciado dessa forma, que funções ele cumpre?

O tema homem surge timidamente nos PDAs, sob o rótulo de população, mão-de-obra, pessoas, trabalhador rural, dentre outros. Esse homem vem geralmente associado à ideia de ocupação, colonização oficial ou espontânea, migrações; enfim, é um homem que vem ser o objeto que vai ocupar o espaço, adjetivado de vazio e explorar racionalmente os recursos naturais. Esse homem geralmente aparece como objeto, quer das políticas de colonização, quer das atividades economicamente produtivas, daí ele estar próximo de um homem objeto. Entretanto que função é impressa ao tema homem nos PDAs?

A região também aparece nos enunciados discursivos dos PDAs. Esse tema vem bastante ligado ao tema natureza e ao espaço sendo necessário algum esforço para discerni-los. Explico-me: a região nos PDAs está diretamente relacionada à exploração dos recursos naturais e à ocupação de espaços vazios. Sendo assim, o papel da região no subsistema nacional é determinado diretamente por seu crescimento econômico a partir do uso desses recursos pelos grandes empreendimentos de exploração e beneficiamento minerais e metalúrgicos, agropecuários e energéticos – viabilizados por meio de ações políticas do Estado – e pelo adensamento demográfico,

proliferação e expansão das cidades – corolário de uma dinâmica esquizofrênica de desenvolvimento econômico, que condena a região a exportar *commodities*, sem qualquer responsabilidade territorial para com o lugar. Todavia, que função enunciativa o tema região exerce dentro dos discursos dos PDAs?

A análise da função enunciativa que cada tema desempenha nos discursos é importante para conduzir-nos ao campo extra discursivo, não para dizer que neste encontramos delineados os temas ora analisados. Mas tão somente para enfatizar como o discursivo contribui para a edificação de uma determinada representação do não discursivo. Portanto, partimos do campo discursivo para chegar ao extra discursivo sem nos esquecer de relacioná-los.

Ao relacionarmos os temas, natureza, espaço e homem, partes de um discurso e representação acerca da Amazônia, visualizamos a região personagem nos planos de desenvolvimento. A representação discursiva de região personagem constitui uma prática sobre a referida região; mais do que a junção de signos, é a expressão de uma vontade de verdade, potência silenciadora de outras vontades, discursos e sujeitos. Assim, um discurso de Amazônia emerge.

Nas três primeiras partes deste artigo discorremos sobre como a ideia de natureza enquanto recurso, de espaço vazio e de homem estatístico presentes nos referidos planos de desenvolvimento da Amazônia. A quarta parte corresponde à síntese conclusiva, onde mostramos a formação discursiva da representação de região personagem enquanto sujeito e conceito obstáculo.

O RECURSO NATURAL

As potencialidades naturais da Amazônia têm um capítulo nos PDAs. No conjunto são descrições sobre as potencialidades da floresta:

> A Floresta Amazônica é o recurso natural que apresenta condições de aproveitamento econômico mais imediato. Em relação aos produtos de procedência florestal já conhecidos e com influência na balança comercial da região, como a borracha,

> a castanha-do-pará, o pau-rosa, o babaçu, o PDA programa e projeta um elenco de medidas hábeis capazes de permitir a racionalização dessa produção, através da modificação dos métodos rudimentares de exploração ainda utilizados, de modo a conferir caráter de permanência e estabilidade econômica a essas atividades. (SUDAM, 1971, p. 44)

Do solo,

> É verdade que a maior parte do território da Região é constituída de solos fracos, entremeados de algumas manchas de solos férteis e aptos para agricultura e pecuária. Essas manchas, entretanto, embora sejam pequenas em termos regionais, são bastante consideráveis em termos absolutos. É o que ocorre, por exemplo, com as várzeas, que, embora ocupem apenas cerca de 2% da área da Região, perfazem alguns milhões de hectares de terras bastante férteis, que, em alguns casos, chegam até a dispensar a necessidade de adubação. Fenômeno semelhante pode ser observado em relação a alguns solos de terra firme, por exemplo, as terras roxas do Xingu e da região de Altamira. (SUDAM, 1976, p. 7)

Do subsolo,

> Entre as reservas de maior importância para o desenvolvimento regional, destacam-se as de bauxita metalúrgica, na área do rio Trombetas e em Paragominas, dimensionadas em 4,6 bilhões de toneladas; de ferro da serra dos Carajás com 18 bilhões de toneladas de hematita; as de cassiterita do sul do Pará avaliadas em 70 mil toneladas; as de bauxita refratária, na região de Almerim, com um volume estimado em 100 milhões de toneladas e cuja cotação no mercado internacional é 7 vezes maior do que a bauxita metalúrgica; as de caulim para aplicação e recobrimento de papel, com um potencial estimado em 1 bilhão de toneladas,

> localizadas nos Rios Jari e Capim; e as de sal-gema, localizadas nos Municípios de Aveiro e Itaituba, estimados em 46 milhões de toneladas. (SUDAM, 1982, p. 24-25)

A natureza é considerada recurso, fonte de matéria-prima. Mas qual o papel deste enunciado na representação discursiva de região amazônica nos PDAs? Nos enunciados dos PDAs, a natureza é representada como estoque de recursos a serem utilizados por agentes ligados a vários setores da sociedade civil e política. Desse modo, é preciso conhecer para utilizar, por isso projetos de levantamento aerofotogramétricos, cartográficos, pedológicos, minerais, dentre outros, foram financiados e criados.

O conhecimento dessa natureza é fundamental para inseri-la em um processo de produção racional e eficiente. Porém, há uma contradição de fundo contida nesse discurso. O tema natureza, quando emerge nos PDAs, é físico: é a somatória das potencialidades encontradas no solo, subsolo, nos rios e florestas da Amazônia. Concebida nesse campo, a representação de natureza silencia o homem, daí quando os levantamentos das riquezas são efetivados eles focalizam apenas ter. Ora, mais do que uma questão entre ter e usufruir esse raciocínio acaba não englobando as contradições daí provenientes. Todavia, o silenciamento do homem é a função enunciativa desse tema, produzindo o efeito discursivo de que a natureza regionaliza o espaço, como se a floresta instituísse a apropriação da floresta, como se estivéssemos diante de uma região natural.

O corolário disso é o aparecimento de uma natureza neutra, passiva, não sendo concebida enquanto campo de disputa, não se metamorfoseando em territorialidades, não existindo agentes sociais que desenhem no espaço formas diferenciadas de relações de propriedade e processos produtivos. Em suma, a representação de natureza neutra, é o local sem lógica de apropriação social e espacial, a-histórico, anterior a qualquer começo, palco silencioso à espera dos atores e do enredo. Natureza imaculada – anterior a qualquer Adão e Eva, ou mesmo

silenciando-os quando aparecem –, trata-se de algo meio sagrado e profano. Sagrado, posto que os seres humanos e sua produção e reprodução da vida material e espiritual não são admitidos; e profano à medida que é representada como fonte de recursos inesgotáveis, possessões maravilhosas, segundo análise de Greenblatt (1996).

A IDEIA DE ESPAÇO VAZIO

No I PDA (1972-74) o espaço amazônico é assim contextualizado: A expansão de um mercado interno é indispensável para impulsionar este crescimento. A conquista planejada dos espaços vazios amazônicos trará, como consequência, a extensão da fronteira econômica e a ampliação do mercado interno, pela integração econômica e social da Amazônia ao sudeste brasileiro.

A efetiva integração da Amazônia ao processo de desenvolvimento econômico brasileiro será obtida através da ocupação efetiva e racional dos espaços vazios e *pari pasu*, uma reformulação progressiva dos setores produtivos (SUDAM, 1971, p. 13-16). Esse quadro é reiterado no II PDA (1975-79):

> UMA REGIÃO PIONEIRA EM FASE DE MUDANÇA [...] Essa caracterização dos recursos naturais disponíveis e as perspectivas de mercado em futuro próximo, para os mesmos; a população e posse da terra evidenciando um forte contraste entre áreas de maior densidade relativa, ao lado de espaços vazios; complementaridade econômica [...]. (SUDAM, 1976, p. 5)

Permanece no III PDA (1980-85) "do ponto de vista espacial cabe destacar que a Amazônia ainda apresenta hoje como característica predominante, um imenso vazio demográfico" (SUDAM, 1982, p. 16).

Nestes planos de desenvolvimento temos o espaço representado como vazio, sem a ação humana e o caráter contraditório e mediador do trabalho em nossa sociedade não se manifesta. O espaço não é admitido enquanto esfera da sociedade, palco, produto

e condicionante de relações sociais; sem relações sociais o espaço está próximo da paisagem, mas não chega a sê-lo. A paisagem ilustra a dinâmica sócio-espacial, movimento tornado possível pela ação de seu ilustre morador, sem ele a paisagem também não existe.

O espaço vazio é o espaço sem dinâmica social e espacial. Porém, há possibilidade de um espaço a-histórico? Não temos essa possibilidade quando tratamos com as ciências que trabalham mais de perto com a análise do devir social em suas várias concatenações, principalmente nas sociedades tecnológicas. O espaço a-histórico está próximo da física newtoniana. Segundo a visão de Newton, o espaço é essencialmente um recipiente absoluto, independente, infinito, tridimensional, eternamente fixo e uniforme, dentro do qual Deus depositou o universo material no momento da criação (RAY, 1993).

O espaço vazio é possível na mecânica newtoniana, para qual é o substrato passivo onde os fenômenos se desenvolvem. Mas o espaço, segundo Santos (1992, p. 1), longe de vazio, é uma instância da sociedade. De acordo com Corrêa (1993, p. 31-33), o espaço é palco, produto e condicionante de relações sociais. O espaço é um fato social, caso fosse diferente seria passivo, fruto da dinâmica social, porém sem interferir nela. O fato social, na interpretação de Santos (1990, p. 130), é histórico e tem no processo de construção e reconstrução a sua dinâmica, influenciada por múltiplas determinações. Portanto, corroborando com Santos (1990, p. 126-127), dizemos que o espaço não é o reflexo da esfera econômica, se fosse não teria razão de existir, tampouco é fenomênico, pois esse caráter não consegue explicar a sua dinâmica espacial.

O espaço entrelaça estruturas econômicas, políticas, culturais, ideológicas, dentre outras. Tais estruturas assumem forma no arranjo espacial, que, de acordo com Moreira (1993, p. 37-38), é a espacialização das relações sociais desenvolvidas numa dada sociedade. Espacializar, portanto, é assumir forma: o espaço é forma, na medida em que expressa as várias esferas da sociedade e também as influencia. Por ser mediado pelo trabalho humano, o espaço é social e histórico (MOREIRA, 1990, p. 104-108).

Todavia, o espaço nos PDAs é vazio, substrato onde está assentada uma natureza espetáculo, misto de estorvo e herança inerte. O espaço vazio amazônico, em sua função enunciativa, não é neutro. Longe disso, constitui-se num discurso vestido de vontade de verdade; quer se fazer real, existir. Porém, quando se conceitua o espaço amazônico dessa forma, entramos noutro problema: privilegia-se a naturalização da dinâmica histórica. Promove-se uma conversão no olhar que pouco contribui para a metanóia a que nos convida Bourdieu (1989). Ao contrário, coloca-nos viseira que naturaliza o devir social, visto que sua apreensão é forjada pelos instrumentos metodológicos das chamadas ciências naturais.

A função enunciativa espaço vazio, nos PDAs, consegue igualar, no plano discursivo, o físico e social. Não precisamos de muito esforço para perceber a proximidade desta conceituação daquela de natureza. Ambos, natureza e espaço, nos PDAs, são destituídos de historicidade, tornam-se desumanizados, tendo como função enunciativa o silenciamento do homem. Mas quando é que o homem e a história vão se juntar a essa natureza e espaço?

O RECURSO HUMANO

Nas seções anteriores mostramos como, nos temas natureza e espaço, os homens concretos são silenciados. Esse silenciamento é recorrente, mesmo nos momentos em que nesses planos são feitas referências ao homem, aliás, essa é a grande função enunciativa desse tema. Nesses PDAs "o homem, ao ocupar uma região, modifica e transforma muitos aspectos naturais de uma área" (SUDAM, 1971, p. 7). Essa afirmação entra em choque com a abordagem de natureza e espaço nesses planos e, consequentemente, com o próprio silenciamento do homem aqui desenvolvido? Estaríamos diante de uma concessão ao tema homem, dada a forma como a natureza e o espaço aparecem nesses planos? Chegou o momento de revelar as qualidades do homem que modifica e transforma? O tema homem, nesses discursos, é enunciado sob as mais variadas formas: recursos humanos (SUDAM, 1982, p. 19), população (SUDAM, 1982, p.

18), contingente de mão-de-obra (SUDAM, 1971, p. 18), pessoas (SUDAM, 1971, p. 35), mão-de-obra qualificada (SUDAM, 1971, p. 17). Enunciado dessa maneira não fica claro se esse homem é negro ou branco, cafuzo, mulato, mameluco ou caboclo; não se expressam as dinâmicas de tempo e espaço diferenciados que cercam cada cultura. Aparece somente enquanto homem, homogêneo, abstrato, mudo e/ou emudecido, sem tempo, nem cultura ou etnia.

O homem enunciado nos PDAs está longe de possuir algum caráter faústico. Aliás, para que tal caráter lhe seja atribuído, é necessário, antes de tudo, que ele exista concretamente, coisa que não é identificada nos enunciados que citamos. A natureza abstrata desse homem está no fato de ele ser enunciado como homem – e homem não existe da mesma forma que não existe fruta. Para existir, é necessário imprimir substância a essa forma, substantivá-la, situá-la em sua cultura e etnia, dinâmica econômica, condição sócio-política, mas isso é silenciado nesses enunciados. O tema enunciativo homem é o objeto que ocupa o espaço vazio, modificando e transformando a natureza amazônica. O homem objeto aparece para ocupar espaços vazios, vivificando núcleos estáveis de colonização, materializando perspectiva de assentar aproximadamente 100.000 famílias ao longo das estradas, efetivando, então, a colonização oficial enquanto instrumento de base para promover o desenvolvimento da região amazônica (SUDAM, 1971, p. 23-26).

O homem objeto, despido de sua historicidade, está sujeito à ação política da colonização. Essa contrarreforma agrária, segundo Hébette (2004b), é a resposta oficial do Estado aos conflitos de terra e deixa sem solução os problemas decorrentes de uma estrutura agrária construída historicamente na dissociação entre uso da terra e posse da terra – frequentemente, quem usa não tem a posse e que tem a posse não a usa para produzir, mas para especular – que se aprofunda com os movimentos migratórios da década de 1970 e 1980. Nos PDAs encontramos o colono espontâneo como agente que "empreende a única e perigosa atividade que sabe realizar: destruição da mata e esgotamento do solo pela prática de culturas de

subsistência, no conhecido regime de lavoura itinerante" (SUDAM, 1982, p. 31-32). Ironia, quando o homem objeto aparece como sujeito é para empreender atividade predatória.

O homem objeto é também esboçado como um ser produtivo, ou melhor, está submetido a uma atividade produtiva. É assim que, ao falar do extrativismo vegetal, preconiza-se a transformação gradativa da simples coleta em atividade permanente e racionalizada. Esta "proporcionará a estabilização do homem rural, um aumento dos índices de produtividade e uma ascensão do nível de vida destas populações" (SUDAM, 1982, p. 16). Aqui, é a atividade produtiva que proporcionará ao homem objeto aumento da produtividade. O problema é que o processo produtivo necessita da força de trabalho humana e essa aparece nos PDAs como objeto. Dessa maneira, fala-se nas várias atividades econômicas e setores produtivos sem que eles sejam concebidos como construções historicamente determinadas. Ao contrário, aparecem como atividades em si, isoladas umas das outras e não concebidas como partes de uma formação socioeconômica complexa e contraditória. Daí que uma das formas de mencionar o homem, sem que ele fale – esse é outro elemento da função enunciativa neste tema –, é dissolvê-lo como objeto implantado dentro dessas atividades, sem que delas seja agente de sua construção.

O homem objeto é social, mas esse caráter não lhe é atribuído pela própria dinâmica em que vive. Longe disso, ele é dissolvido socialmente na população, sem espaço nem natureza. Concebendo-o dessa forma, temos a dissolução do caráter histórico do fenômeno populacional. Visualizamos, aqui, uma análise que concebe o mundo como o reino das coisas em si, de forma autoexplicativa. Um mundo que trata a população como reino das coisas, cuja função enunciativa é fazer crer e valer que todos são coisificáveis em número e têm de ser mensurados da mesma forma. Um mundo despido de historicidade, não se reconstruindo o processo de produção dessa população, não se conseguindo, dessa forma, ir além de números, e números não constroem história.

Fragmenta-se o homem quando o dissolvemos na população, o resultado disso pode ser visto nos PDAs. O homem aparece categorizado em população que não frequenta escola (SUDAM, 1971, p. 83), população rural (SUDAM, 1971, p. 20), colonos espontâneos (SUDAM, 1976, p. 34), colonos (SUDAM, 1976, p. 13), fluxos migratórios (SUDAM 1982, p. 47), como se cada adjetivo dessa população fosse auto evidente.

Uma retotalização da população acontece de forma tosca na equação: necessidades *versus* recursos, e que transforma a população em recursos humanos, tal como nos mostra Moreira (2006). Temos uma concessão à teoria utilitarista-marginalista, na qual preço e valor se confundem, sendo que este último é dado pelo valor de uso, precisamente sua utilidade. Tem-se, por esse meio, a permutação do homem objeto em homem consumidor, podando seu caráter criador, sua potencialidade histórica, silenciando-o, em síntese.

O homem ensaia uma tímida aparição no conjunto das relações sociais sob a forma de enunciados como melhoria das condições de vida do trabalhador, produtores e comerciantes, pessoal ocupado na indústria, dentre outros. Porém, não passa de um tímido ensaio, quando as condições concretas são silenciadas. E o desprezar das condições de vida desse homem cumpre a função enunciativa de silenciar o homem, agora anotado como um dado estatístico, multiplicado em população, ocupando o vazio do espaço, sendo mão-de-obra em atividades, consumidor, mas em todos os casos silenciado. O homem, nesse discurso, assemelha-se ao corpo dócil de que nos fala Foucault (1993), adestrado que ficou pelas categorias da demografia e da estatística, que sobre ele constrói todo um conhecimento controlador, matematizando seu modo de ser e agir, desejando que os números espelhem uma realidade mais real que o próprio real.

A natureza a-histórica do homem nos PDAs tem um caráter funcional. O silêncio é constitutivo dos discursos: silencia-se o homem concreto, substituindo-o pelas várias manifestações do homem objeto, impossibilitando-se, por esse meio, a insurgência

de qualquer discurso identitário como os provenientes do chamado índio, do camponês, do ribeirinho, do seringueiro, do sem-terra. É como se o silêncio tornasse público a existência de um só espaço, uma só natureza e um só homem, aquele oficialmente é lido nestes planos. Aliás, é isso que atribui ao silêncio essa natureza positiva, ele integra a produção dos sentidos nos discursos, que só dizem o que dizem, porque estão recheados de silêncio.

A REGIÃO PERSONAGEM

Nos PDAs o tema região, quando congrega os temas natureza, espaço e homem, adquire fetiche especial. A região amazônica é a fração do território nacional onde estão agrupados por um ato de *regere sacra* uma natureza desumanizada, um espaço neutro e um homem objeto. Isso é revelado quando olhamos os momentos em que a Amazônia é declarada nos termos da lei, quer com a criação da SUDAM e do BASA, com sua área de abrangência, quer com a criação dos chamados polos de desenvolvimento, nos quais, por exemplo, a Albrás\Alunorte e Carajás, constituem Estados dentro do Estado, ou quer com a criação da Zona Franca de Manaus, em todos esses momentos temos um *acto* mágico [...] [que], introduz por decreto uma descontinuidade decisória na continuidade natural [...], acto que consiste em traçar as fronteiras em linhas *rectas'*, em separar o interior do exterior, [...] o território nacional do estrangeiro [...] (BOURDIEU, 1989, p. 113-114). Nesse discurso não há história, pois aquele que a deveria construir tornou-se número. Se não há homens para fazer a história, nesses discursos, quem faz é a região personagem.

Elucida-se, por esse meio, a função enunciativa do tema região nos enunciados dos PDAs: ele consubstancia os silenciamentos do homem no tema natureza, no tema espaço e no tema homem objeto, é dessa maneira que o espaço, digo a região, torna-se sujeito, como se as relações entre classes e segmentos sociais fossem relações entre lugares; e não poderia ser de outra forma, posto que aquele encarregado de desenhar a história – ainda que não por sua própria vontade, nem tampouco pela de Deus – ficou mudo, silenciado em

números, em bases de uma concepção física de espaço e de natureza enquanto despensa. É assim que se fala em Amazônia explorada, ocupada, produtora de matérias-primas, integrada ao resto do país, *como se fosse a Amazônia quem criasse a Amazônia*, e construísse sua história espacial, numa apologia ao pré-construído. Tem-se a naturalização das palavras que nos impossibilita a identificação dos sujeitos, seus lugares e desejos, permanecendo o pensamento num estágio de letargia, em que as palavras são tomadas em sua pretensa pureza de signo comunicativo. A Amazônia, por esse meio, aparece como algo não passível de questionamentos, principalmente no campo discursivo. Quem é o sujeito do discurso que classifica a Amazônia como fronteira?

O sujeito tem um estatuto que funciona como interdição, indicador de quem pode falar e tem, reconhecidamente, o direito de utilizar de uma determinada linguagem para discursar sobre algo. Tal reconhecimento, segundo Bourdieu (1985), está em função do capital simbólico que o enunciante imprime a seu ato discursivo. E esse capital não é sinônimo de ideologia. Sendo esta apenas uma dimensão, trata-se muito mais de uma relação de forças, que em torno de um objeto desenham todo um campo de lutas. Em se tratando de Amazônia e do conjunto de posições que permitem um sujeito perspectivo representá-la como fronteira, verificamos que presidentes, governadores, superintendentes da SUDAM, dentre outros, no período de 1972 a 1985, aparecem como sujeitos com este tipo de capital, ainda que entre eles haja hierarquizações. Mas o sujeito do enunciado não é aquele que o enuncia. Se, por um lado temos esses personagens pronunciando-se sobre a fronteira amazônica e alimentando a função enunciativa deste discurso, por outro, temos claro que o estatuto do sujeito é o que faz com que os discursos que emanem deles sejam respeitados.

Desse modo, devemos perguntar sobre as condições de aceitabilidade de determinado discurso e outro não. Em se tratando da Amazônia e do período em foco, encontramos na SUDAM o estatuto que imprime à palavra um tom de verbo. E mais, é de dentro dela

que emanam as diversas posicionalidades que o sujeito pode ocupar ou receber quando profere um discurso. Porém, não é esta instituição quem cria seu próprio estatuto e posicionalidades, estas fazem parte e são criadas no campo de poder estatal. Trata-se, segundo Bourdieu (1996), de um campo que é palco de lutas com vistas à objetivação de determinado poder de visão e divisão, sendo hegemonizado por agentes com estruturas de capital, qualitativa e quantitativamente superiores ao conjunto dos demais, fazendo valer, por esse meio, o seu capital simbólico. Este é a forma que todo tipo de capital assume quando é percebido através das categorias de percepção, produto da incorporação das divisões ou das posições inscritas na estrutura da distribuição desse tipo de capital (como forte\frágil, grande\pequeno, rico\pobre, culto\inculto, etc). Segue-se que o Estado, que dispõe de meios de impor e de inculcar princípios duráveis de visão e de divisão de acordo com suas próprias estruturas, é o lugar, por excelência, da concentração e do exercício do poder simbólico (BOURDIEU, 1996, p. 107).

A Operação Amazônia, em 1966, é manifestação desses princípios duráveis de visão e divisão que foi capaz de reinventar a Amazônia, enquanto fronteira. Reinventar a região é apresentá-la como parte da nação, planejar políticas públicas que promovem o aparecimento da região personagem. Desse modo, ela já nasce dentro de uma formação discursiva na qual os enunciados de *espaço, natureza, homem e regiã*o se fazem presentes, tal como o verificamos, aliás, ela é o próprio desejo de imprimir função enunciativa a esses temas: o silenciamento do homem e a emergência da região como sujeito.

A ocupação racional e planejada desse espaço, o aproveitamento do vazio econômico amazônico e a necessidade de unidade na ação planejadora estatal, em sua política regional, com vistas à integração sócio-espacial e político-econômica com o país são reafirmados nos enunciados dos PDAs. Esse coro é porque os agentes compõem o mesmo coral que enuncia em alto e bom som que a Amazônia deve ser ocupada, integrada e desenvolvida economicamente, constituindo a Operação Amazônia um conjunto de esforços institucionais, legislativos e executivos neste sentido.

> Art. 1. Fica instituída, nos termos do presente Decreto, a "Operação Amazônia", com a finalidade precípua de mobilizar e coordenar os esforços governamentais que se orientarem em favor do desenvolvimento e da reformulação da política federal na região amazônica, no sentido de atualizar e dar novas prioridades a programas de desenvolvimento e de ocupação do território amazônico.
>
> Art.2. Terão prioridade as providências de ordem legislativa e de regulamentação de tarefas executivas que tenham em mira a propositiva de alterações na legislação vigentes, bem como a constituição de organismos públicos e privados, segundo o critério de articulação de ação federal respectiva, na área amazônica (MECOR, [196?] p. 2).

A Operação Amazônia, ao expressar a preocupação do governo com o desenvolvimento econômico da região, sua ocupação racional, o fortalecimento de suas áreas de fronteira e o desejo de integração da Amazônia ao espaço nacional, consubstancia-se enquanto projeto onde foram depositados os anseios de determinados segmentos e classes sociais. Torna-se o exemplo de que para não se submeter à alienação política é necessário alienar-se politicamente; agora, não existem os interesses específicos de madeireiros individuais ou em grupos, do capital financeiro desejando investir na pecuária ou na agricultura, do capital ligado ao setor de mineração ou de produção de energia, por exemplo, todos abdicam de suas especificidades em função da região; o interesse privado, por esse meio, metamorfoseia-se em público e vice-versa, posto que o governo e o capital nacional privado não obteriam isoladamente sucesso nessa tarefa, imputam-na à Operação tal responsabilidade. Ela é a manifestação de interesses plurais, e mais, é o próprio denominador comum deste. Tendo essa natureza, é ela quem distribui os bens simbólicos que permitirão a determinadas instituições e agentes discursarem.

Dentre as instituições públicas que nasceram no interior da Operação Amazônica a SUDAM é o que mais se destaca. Nascendo

vinculada ao Ministério do Interior, responsável pela orientação superior da ação federal na Amazônia, a SUDAM constitui-se em entidade autárquica, com personalidade jurídica e patrimônio próprio, cujas atribuições são, dentre outras: Art. 10. São atribuições da SUDAM. a)- elaborar o Plano de Valorização Econômica da Amazônia e coordenar ou promover a sua execução, diretamente, ou mediante convênio com órgãos ou entidades públicas, inclusive sociedades de economia mista, ou através de contrato com pessoas ou entidades privadas; [...] c)- coordenar as atividades dos órgãos e entidades federais e supervisionar a elaboração dos seus programas anuais de trabalho; d)-coordenar a elaboração e a execução dos programas e projetos de interesse para o desenvolvimento econômico da Amazônia a cargo de outros órgãos ou entidades federais; [...] g) fiscalizar a elaboração e a execução dos programas e projetos integrantes do Plano de Valorização Econômica da Amazônia ou de interesse para o desenvolvimento econômico da região a cargo de outros órgãos ou entidades federais; h) fiscalizar o emprego dos recursos financeiros destinados ao Plano de Valorização Econômica da Amazônia, inclusive mediante o confronto de obras e serviços realizados, com os documentos comprobatórios das respectivas despesas; i)- julgar da prioridade dos projetos ou empreendimentos privados, de interesse para o desenvolvimento econômico da Região visando à concessão de benefícios fiscais ou de colaboração financeira e a sua adequação às respectivas finalidades; j)- sugerir, relativamente à Amazônia, as providências necessárias à criação, adaptação, transformação ou extinção de órgãos ou entidades, tendo em vista sua capacidade ou eficiência e a sua adequação às respectivas finalidades; [...] m)- praticar todos os demais atos necessários as suas funções de órgão de planejamento, promoção e coordenação dos desenvolvimento econômico da Amazônia, respeitando a legislação em vigor (BRASIL, 1968, p. 3-4).

Esse conjunto de atribuições que cabe à SUDAM convida-nos a pensá-la enquanto exemplo de delegação. Mas tal natureza só é percebida quando se tem em conta o silenciamento do homem nos discursos dos PDAs, que enunciam a Amazônia como fronteira, emergindo, assim, a região como personagem. Somente

este silenciamento permite que a SUDAM figure como exemplo de delegação. Delegar aqui é fazer-se representar por meio de um discurso de outro, é "encarregar alguém de uma função, de uma missão, transmitindo-lhe o próprio poder que se tem" (BOURDIEU, 1990, p. 188). Desse modo, as atribuições da SUDAM constituem exemplo de delegação. Em outros termos, os diferentes agentes sociais que desenham o arranjo espacial amazônico e constroem discursos sobre esse espaço não poderiam criar cada um, segundo suas particularidades, atribuições legais e institucionalizá-las.

O que emerge, então, é um conjunto de leis que norteiam suas ações e possibilitam a emergência da Amazônia enquanto fronteira. Todavia, temos que ter claro que essas atribuições manifestam interesses particulares e restritos, apenas uma parcela das múltiplas territorialidades existentes nesse espaço. Expressam precisamente alguns setores do capital, quer ligado à mineração, à agricultura, à pesca, ao setor energético ou de transportes, por exemplo; setores que tentam desbravar a floresta, integrar os espaços, ocupar os vazios e desenvolver economicamente a região.

As atribuições da SUDAM foram feitas para atender a esse segmento heterogêneo e elas expressam seus anseios, daí se falar em SUDAM como delegação, como materialização de ansiedades individuais que não poderiam ser efetivadas como tal, necessitando de uma instituição que se preocupasse em discursar para todos, para a região. Assim, essas atribuições não estão direcionadas discursivamente em função do capital, em suas várias formas, mas da região. Há novamente a exaltação da região personagem em detrimento dos homens concretos que constroem sua dinâmica, em outros termos, voltamos a nos deparar com o silenciamento do homem. Mesmo não sendo uma pessoa, a SUDAM age como se fosse, dada a concentração de capital simbólico que possui. Trata-se de uma estrutura de capital que pode ser exemplificada de várias maneiras. Ele é visualizado quando se tem em conta que o superintendente da referida instituição é nomeado pelo presidente da república por indicação do ministro do interior e demissível *ad nutum*. Ele está presente na composição do Conselho

Deliberativo da SUDAM:

> Art. 16. O Conselho Deliberativo é integrado pelo Superintendente da SUDAM, pelo Presidente do Banco da Amazônia S.A, por um representante do estado-maior das Forças Armadas, um Superintendente da Zona Franca de Manaus, um de cada Estado ou Território integrante da Amazônia, um do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, um do Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário, um do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, um da Fundação de Serviço Especial de Saúde Pública, um do Conselho Nacional de Pesquisa e um de cada Ministério a seguir mencionados: Agricultura, Comunicações, Educação e Cultura, Fazenda, Minas e Energia, Planejamento, Relações Exteriores, Saúde, Indústria e Comércio, Trabalho e Previdência social e Transportes. (BRASIL, 1968, p. 6)

Ele se faz presente, também, nas atribuições deste Conselho, dentre outras:

> Art. 11. Compete ao conselho Deliberativo:
>
> a) Opinar sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia e as suas revisões anuais e encaminhá-los à aprovação da autoridade competente;
>
> b) acompanhar a execução do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, através de relatórios periódicos apresentados pelo superintendente;
>
> c) recomendar a adoção de medidas tendentes a facilitar ou acelerar a execução de programas, projetos e obras relacionadas com o desenvolvimento da Amazônia;
>
> e) aprovar normas e critérios gerais de análise de projetos e aplicação da legislação e incentivos fiscais. (BRASIL, 1968, p. 5)

O fato das ações políticas da SUDAM manifestarem estruturas particulares de capital e trabalhar em função das mesmas é constatado, ainda, quando visualizamos o FIDAM, a legislação de concessão de incentivos fiscais e o BASA, todos compondo a chamada Operação Amazônia.

Os recursos do FIDAM, Fundo para Investimentos no Desenvolvimento da Amazônia, são aplicados na região via Banco da Amazônia,

> [...] diretamente ou através de repasses ou refinanciamentos por ele feitos a outras instituições financeiras, segundo programas anuais e normas estabelecidas pela SUDAM, sem prejuízo das atribuições específicas do Banco Central:
>
> a) através de crédito à iniciativa privada para investimentos em empreendimentos declarados pela SUDAM prioritários ao desenvolvimento da Região;
>
> b) através de financiamentos à iniciativa privada para pesquisas que visem o aproveitamento de recursos naturais da Região. (BRASIL, 1968, p. 13-14)

O BASA aparece, então, junto com a SUDAM, como instrumento de redenção da Amazônia, cuja riqueza deixará de ser uma fábula. Este banco executará a política relativa ao crédito para o desenvolvimento econômico e social da Amazônia, sendo um agente financeiro da SUDAM na aplicação de recursos para tal tarefa. E é para que tal tarefa seja concretizada que emerge, também, a política de concessão de incentivos fiscais.

> Art.1º - Na forma da legislação fiscal aplicável, gozarão as pessoas jurídicas, até o exercício de 1982, inclusive, de isenção de imposto de renda e quaisquer adicionais a que estiverem sujeitos, nas bases a seguir fixadas, com relação aos resultados financeiros obtidos de empreendimentos econômicos situados na área de atuação da Superintendência da

> Amazônia e por esta considerados de interesse para o desenvolvimento da Região amazônica, conforme as normas regulamentares a serem baixadas por decreto do Poder Executivo.
>
> [...]
>
> Art.17.Todas as pessoas jurídicas registradas no País poderão deduzir no imposto de renda e seus adicionais. (BRASIL, 1968, p. 35-36)

A legislação que rege a Operação Amazônia, a SUDAM, o BASA, o FIDAM e a concessão de incentivos fiscais manifestam determinadas estruturas de capital. Trata-se de uma legislação, segundo a qual a região, a Amazônia, é priorizada, silenciando os sujeitos concretos, nela temos o enunciado desenvolvimento econômico como único objetivo da sociedade, em detrimento de outros, como justiça social, segurança, respeito à liberdade e diversidade, além da preservação dos recursos naturais. É essa legislação que desenha a posicionalidade dos diferentes sujeitos que enunciam a Amazônia como fronteira, aliás, essa legislação alimenta o discurso. Qualquer sujeito que discurse dentro desse conjunto de leis enunciará a Amazônia como fronteira, posto que a estrutura é maior que o sujeito individual, sendo seu silenciamento, ou melhor, a estrutura é a morte do sujeito. Ela aprisiona os falares, fornecendo-lhes substância, ditando o que é permitido falar e quem fala. Ela é a condição que torna possível a emergência da Amazônia Fronteira, e isso só é possível à medida que esse discurso está dentro de uma formação discursiva composta de temas que silenciam o homem.

A posicionalidade do sujeito no discurso de Amazônia Fronteira é o local onde institucionalmente ele recebe vida, função enunciativa. Daí nesse conjunto de leis encontrarmos as regularidades discursivas, práticas que normatizam o falar, interdição do sujeito, do objeto, mostrando claramente que, dentro deste conjunto de regularidades que se confunde com leis, só se pode falar de Amazônia se for enunciada como fronteira. Isso tem plena relação com os PDAs, visto que constituem formas de ação planejadora

do campo estatal para a designada região. Eles são regidos pela SUDAM, balizados por um conjunto de leis, desse modo os temas enunciativos que fazem emergir o discurso de fronteira amazônica têm suas posicionalidades nessas leis. O sujeito desse discurso é constituído pelo conjunto desta legislação que permite a Amazônia ser enunciada dessa forma. O local de onde esse discurso é proferido é a SUDAM, dada a própria concentração e centralização do capital simbólico delegado a essa instituição pelos diversos setores da sociedade, notadamente o segmento representante do capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora os planos de desenvolvimento da Amazônia ao tentem representá-la discursivamente como espaço vazio, não significa que ela seja; caso contrário, resumiríamos o real à representação que dele se faz. O espaço vazio é mais que uma representação discursiva, ele possui materialidade. É considerando-a que entendemos o porquê de espaço vazio, aos poucos, ele se transforma em espaço de lutas, manifestação de poderes de visão e divisão. Outros discursos entram em cena, adentram o palco social, permitindo a emergência de conflitos, mesmo sem que os planos e políticas federais para a Amazônia o admitam. A representação discursiva de espaço vazio, assim como o de homem objeto e natureza, fonte de recursos presentes nesses planos, trazem consideráveis implicações. Entendido dessa forma, o homem objeto é o principal meio através do qual se pretendia ocupar o espaço vazio – e por ser vazio, esse homem proviria de outros espaços, seria um migrante.

O migrante tem por assim dizer uma trajetória discursiva. Inicialmente constituem excedentes populacionais, no caso dos chamados migrantes nordestinos, esse excedente populacional era formado por não proprietários dos meios de produção, mas não porque estes se encontrassem altamente desenvolvidos, mas sim porque formas tradicionais de propriedade fundiária não abrem mão de seus domínios e não criam condições para a racionalização do processo produtivo. É assim que o excedente populacional dirigido

para a Amazônia, de certa forma, vai buscar esse espaço vazio, um espaço que ainda não tinha sido cercado, pois é expulso pela cerca que o migrante vem, e não pela seca, como a ideologia da "indústria da seca" queria que acreditássemos.

Jean Hébette (2004a) analisa a trajetória dos migrantes e dos projetos de colonização. As várias correntes migratórias quando adentram no espaço vazio amazônico são convertidos em recursos humanos para explorar uma natureza, estoque de recursos. Mas esses recursos humanos precisam de terra para que o aproveitamento da natureza seja materializado. Nesse momento os migrantes percebem que o espaço vazio não existe quando se trata de dinâmica territorial. O que ele encontra é, segundo Oliveira Filho (1979, p. 113), ação da ideologia da fronteira, cabendo a essa ideologia transmitir aos indivíduos notícias concretas e parâmetros de comparação que tornem a migração uma escolha vantajosa, aliciando para esse movimento grandes massas humanas apesar dos riscos e dos custos que envolvem.

Os interesses dos migrantes entram em choque com a própria estrutura de poder que lhes estimulou a migrar, entram em choque também com outros agentes presentes nesse espaço, que não é vazio. A partir daí, não fica difícil entender porque o espaço vazio se tornou espaço de conflitos (BOURDIEU, 1989), palco, produto e condicionante de lutas pelo poder de visão e divisão.

A ideia de natureza, enquanto fonte de recursos, é outro elemento discursivo nas mãos dos planejadores quando eles pensam, constroem e instituem políticas regionais para a Amazônia. É com essa ideia em mente que se desencadeiam vários programas e projetos para conhecer melhor a diversidade e as possibilidades econômicas oferecidas para esse espaço. Do avanço dessas pesquisas e do poder dos interesses que as envolvem a nível regional, nacional e internacional, emerge o papel da região na divisão espacial do trabalho, chegamos assim à ideia de região funcional.

Trabalhamos com a hipótese estruturadora de que nos planos de desenvolvimento da Amazônia temos um conjunto de enunciados

por meio dos quais se constrói um discurso e uma representação de região personagem, conceito obstáculo. Quando essa categoria é representada como personagem, edifica-se um verdadeiro obstáculo que dificulta o entendimento dos jogos de interesses no bloco do poder e isso se faz presente nos planos regionais de desenvolvimento.

Milton Santos (2006) inclui o planejamento entre as causas do subdesenvolvimento. Isso é reiterado na Amazônia e a sua dinâmica territorial, durante as últimas quatro décadas do século XX e a primeira do XXI, não pode ser compreendida sem o exame atento dos Planos de Desenvolvimento da Amazônia, Plano Amazônia Sustentável, Plano Nacional de Ordenamento Territorial, Programa de Aceleração do Crescimento, e os Planos Plurianuais. Um plano mais audacioso e arrojado que o outro. Em todos consta entre os objetivos e metas: "eliminar as desigualdades regionais e sociais". Os dados e fatos indicam que ainda estamos longe de alcançar a eliminação das desigualdades regionais e sociais.

A história dos planos de desenvolvimento na Amazônia revela que, independentemente da matriz escalar ser a região ou o território, eles apenas sistematizam a vontade de comandos exógenos aos lugares para onde foram elaborados. Aliás, nessa região, o planejamento do desenvolvimento se confunde com ações políticas estatais para viabilizar usos do território mais rentáveis para os investidores estrangeiro.

Os problemas sociais, ambientais, econômicos, em suma o preço territorial que o Estado paga por essa perda de autonomia é alto demais. Segundo Pinto (2009), o Pará torna-se Estado colonial por causa da sua função extrativa, não consegue transformar seu crescimento em progresso. O modelo continua a ser o do "rabo de cavalo": crescimento para baixo.

O ônus desse modelo revela-se em todos os quadrantes do território paraense, por exemplo, a cada nova área de ocupação urbana e rural construída nos arredores de empreendimentos programados, legitimados e em muitos casos financiados com dinheiro público. Espaços onde a cidadania está longe de ser realizada. O que revela uma espécie de esquizofrenia do desenvolvimento e

do território, posto que os empreendimentos minerais, energéticos e agropecuários constituem verdadeiros eventos que desorganizam o lugar, remexendo-o, desequilibrando-o, em suma *des-envolvendo-o*. Isso porque se trata de um desenvolvimento construído para beneficiar quem não está no lugar onde tais empreendimentos aportam. Portanto, permitindo que a dinâmica territorial local seja esquizofrênica, isto é, no lugar realizam-se ações e constroem-se processos produtivos que atentam contra a condição de existência o lugar. Esquizofrênico porque pensa em desenvolver a região ao mesmo tempo em que oculta e não cria possibilidades de escolha aos habitantes do lugar.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. *Qué significa hablar*? Madrid: Akal. 1985.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Berthand do Brasil S/A. 1989.

BOURDIEU, P. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense. 1990.

BOURDIEU, P. *Razões práticas*: sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papirus. 1996.

BRASIL. Ministério do Interior. SUDAM. Operação Amazônia. (Discursos). Belém, 1968.

BRASIL. MECOR. *Operação Amazônia* (relatório ministerial apresentado à consideração do Senhor Presidente da República pelo Ministro Extraordinário para Coordenação dos Organismos Regionais). S/l.[196?].

CORRÊA, R. L. O Espaço geográfico: Algumas considerações. In: SANTOS, M. (Org.). *Novos rumos da geografia brasileira*. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1993. p. 25-34.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. História da violência nas prisões. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

GREENBLATT, S. *Possessões maravilhosas*: o deslumbramento do novo mundo. São Paulo: Edusp, 1996.

HÉBETTE, J. *Cruzando fronteira*: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Belém: EdUFPA, 2004a. v. 1. (Migração, colonização e ilusões de desenvolvimento).

_____. *Cruzando fronteira*. 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Belém: EdUFPA, 2004b. v. 2. (A questão agrária: problemas e conflitos não resolvidos).

LACOSTE, Y. *A geografia*: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. 2. ed: Campinas, SP: Papirus. 1989.

MOREIRA, R. *O que é geografia*. São Paulo: Círculo do Livro, 1990.

MOREIRA, R. *O círculo e a espiral*: a crise paradigmática do mundo moderno. [s.n.]: Obra Aberta, 1993.

MOREIRA, R. *Para onde vai o pensamento geográfico?* São Paulo: Contexto, 2006.

OLIVEIRA FILHO, J. P. O caboclo e o bravo. *Encontros com a civilização brasileira*. 11. 1979.

PINTO, L. F. O Pará atrasado. *Jornal Pessoal*: a agenda amazônica de Lúcio Flavio Pinto. 2009. Disponível em: <http://www.lucioflaviopinto.com.br/?p=1212>. Acesso em: 26 ago. 2010.

RAY, C. *Tempo espaço e filosofia*. Campinas, SP: Papirus, 1993.

SANTOS, M. *Por uma geografia nova*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

SANTOS, M. *Espaço e método*. 3. ed. São Paulo: Nobel, 1992.

SANTOS, Milton. *Economia espacial*. São Paulo: Edusp, 2006.

SUDAM. *I Plano de desenvolvimento da Amazônia: (*1972-74). Belém, 1971.

SUDAM. *II plano de desenvolvimento da Amazônia*: (1975-79). Detalhamento do II PND. Belém, 1976.

SUDAM. *III plano de desenvolvimento da Amazônia*: (1980-85). Belém, 1982.

UM PROBLEMA DE FRONTEIRAS: A AMAZÔNIA NO CONTEXTO DO NARCOTRÁFICO

Aiala Colares de Oliveira Couto[2]

INTRODUÇÃO

O narcotráfico internacional vem, nesse início de século, atribuindo funcionalidades especificas às regiões que estão envolvidas pela articulação em rede do crime organizado global. Desse modo, podemos falar, então, de uma divisão internacional do trabalho desenvolvida pelo tráfico internacional de entorpecentes, na qual temos produtores/ beneficiadores e consumidores.

Para a chegada aos principais mercados consumidores de cocaína do mundo, as redes criam estratégias de articulação que inserem determinados lugares que passam a desempenhar um papel crucial para o andamento do "negócio ilícito", ou seja, para o funcionamento do comércio internacional do narcotráfico.

Na atualidade, o Brasil representa não apenas uma área de transito da droga em direção aos principais mercados da Europa e África, mas já nitidamente o segundo maior mercado consumidor da cocaína, o que de certa forma alimenta as organizações criminosas das grandes metrópoles brasileiras. Por outro lado, cabe destacar a importância geográfica da

[2] Bacharel e Licenciado em Geografia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Especialista em Planejamento Urbano pelo Curso de Formação Internacional de Pós Graduados em Áreas Amazônicas (FIPAM), Mestre em Planejamento do desenvolvimento pelo Núcleo de Altos estudos Amazônicos (NAEA), e Doutor em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental pelo Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU-NAEA-UFPA). Professor Assistente IV da Universidade do Estado do Pará (UEPA) e Coordenador do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Ensino de Geografia na Amazônia pela mesma instituição. Ganhador do prêmio NAEA de melhor Monografia em 2008, pesquisador e coordenador do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB) vinculado a Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN) e sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP), Professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais. E-mail: aialacolares@hotmail.com

região amazônica no contexto internacional do narcotráfico, onde se leva em consideração a proximidade juntos aos principais produtores (Países Andinos) e pela lógica organizacional em redes, a proximidade junto aos principais mercados (EUA e Europa).

Além disso, outra particularidade diz respeito à própria natureza amazônica, com vários rios que ultrapassam os limites do território brasileiro, uma floresta densa de mata fechada, além de uma imensa fronteira onde em vários pontos existem vazios demográficos e quase sempre uma "ausência" do Estado.

Diante de todos estes fatores, é impossível negligenciar o papel desempenhado pela Amazônia diante do contexto internacional do tráfico de drogas, hoje, um tema bastante relevante e polêmico. O texto busca abordar algumas considerações teóricas que ganham maior significado na análise regional/global do narcotráfico para a região, e dessa forma, esboçar as questões mais pertinentes ao tema.

BREVE HISTÓRICO DAS FRONTEIRAS

Entendemos a fronteira como um espaço complexo que não se restringe ao limite estabelecido pelo Estado-nação, é palco de conflitos e tensões e por isso lugar de preocupação da segurança nacional e soberania.

"Torna-se necessário acentuar que na sua origem histórica, a fronteira não foi um conceito jurídico, nem, pelo menos essencialmente, um conceito político ou intelectual [...] ao invés, foi um fenômeno dos 'fatos da vida', a manifestação da tendência espontânea para o crescimento ecúmeno (GEIGER, 1993).

Destacamos também que "historicamente, a palavra fronteira implica naquilo que ela sugere etimologicamente, isto é, o que se encontra 'na frente' [...] uma área que foi parte de um todo, especificamente, a parte que se encontra na frente [...]" "se aceita a teoria que pode existir (ou, deva existir) somente um único Estado – um estado universal – então, fronteira significa a frente do *imperium mundi* que se expande na direção dos únicos limites que pode reconhecer, nominalmente, os limites do mundo. Deste

modo a fronteira não é o fim (a cauda), mas o começo (a cabeça) do Estado. A cabeça irradiada de luz e conhecimento se expandindo no meio da escuridão e do conhecimento" (GEIGER, 1993).

Nestes termos, não podemos imaginar que a fronteira se restringe ao limite, ela está sempre em movimento, é dinâmica, é a frente de expansão da sociedade, a fronteira é histórica é temporal. Braudel (1993) propõe o conceito de "tempo social" onde as fronteiras podem ser interpretadas como separatrizes de tempos desiguais, ou, como evoluções econômicas não paralelas e, ao mesmo tempo, como zonas de integração e articulação.

Portanto, o termo fronteira pode ser aplicado tanto ao alargamento do ecúmeno, como a regiões avançadas de um país, cuja dinâmica econômica e social possa ser relacionada seja a progressos tecnológicos, seja a novas formas de organização social, ou a ligações com outras formas socioeconômicas (GEIGER, 1993).

Para Machado (1998), a palavra *limite*, de origem latina, foi criada para designar o fim daquilo que mantém coesa uma unidade político-territorial, ou seja, sua ligação interna. Essa conotação política foi reforçada pelo moderno conceito de Estado, onde a soberania corresponde a um processo absoluto de *territorialização*. O monopólio legítimo do uso da força física, a capacidade exclusiva de forjar normas de trocas sociais reprodutivas (a moeda, os impostos), a capacidade de estruturar, de maneira singular, as formas de comunicação (a língua nacional, o sistema educativo, etc.) são elementos constitutivos da soberania do Estado, correspondendo ao território cujo controle efetivo é exercido pelo governo central (o *estado territorial*).

Falamos da fronteira enquanto um episódio por compreender que, assim como ela não pode ser entendida fora de algum espaço, muito menos poderá ser compreendida fora do tempo, fora da história, pois a fronteira deve ser tida como o produto histórico e social que é. Resultando assim que: por ser um fato histórico-social, a fronteira tem mobilidade, decorrente da própria mobilidade social (BUSCIOLI; CORRÊA; OLIVEIRA, 2008).

Segundo HISSA (2002, p. 35), "uma reflexão sobre limites e fronteiras é, também, uma reflexão sobre o poder. Fronteiras e limites são desenvolvidos para estabelecer domínios e demarcar territórios. Foram concebidos para insinuar precisão: a precisão que pede o poder. Enquanto forma de controle, a precisão é necessária para o exercício pleno do poder".

Cada país dentro de seu território possui suas regras, políticas e formas de controle. Para trabalhar com a questão da fronteira é necessário um recorte espacial muito bem definido. Seguindo pela pesquisa de campo, observação e interação com o espaço de fronteira – o pesquisador deve se posicionar dentro dos dois lados de uma fronteira, sobre o lado de dentro e o lado de fora. Deve realizar uma pesquisa que descubra o real sentido de se pertencer ou não pertencer a uma fronteira (BUSCIOLI; CORRÊA; OLIVEIRA, 2008).

Na fronteira são estabelecidas relações de poder instituídas ou não, desempenhadas pelos vários atores sociais que a compõe, interesses divergentes e convergentes que se manifestam na forma de conflitos. Ressalta-se a atuação em redes das diversas relações de poder, tanto do Estado-rede, quanto do narcotráfico, guerrilhas, etc.

O "Poder", em um sentido bastante generalizado, significa a "capacidade transformadora", a capacidade de intervir em um determinado cenário de eventos de forma à alterá-los. A conexão lógica entre a ação e o poder é de suma importância para a teoria social, mas o significado "universal" de poder, assim subentendido, necessita de um refinamento conceitual considerável se for utilizado no interesse de uma pesquisa social substantiva (GIDENS, 1985, p. 23).

E por isso é tão importante analisar a relação tempo-espacial na fronteira visualizando o poder do Estado, soberano e autêntico, mas não único. Porém, importante para manter o controle dos recursos e do território.

Gidens (1985) traz uma contribuição importante quando afirma que todos os sistemas sociais podem ser estudados como incorporando ou expressando modos de dominação, e é este

conceito, mais do que qualquer outro, que fornece o ponto de convergência para a investigação do poder. Os sistemas sociais que possuem alguma existência regularizada em termos de tempo e espaço são sempre "sistemas de poder", ou exibem formas de dominação, no sentido de que estão imbuídos de relações de autonomia e dependência entre atores e grupo de atores.

Dissemos então, que a co-existência de poderes ao longo da fronteira da Amazônia brasileira com os países limítrofes é reflexo de uma ordem e da desordem, intencional ou não, resultante do processo histórico de construção da complexidade do espaço da fronteira. E é por isso que o controle e o estabelecimento da ordem pelos órgãos estatais são ações imperativas que dissimulam a ideologia da segurança nacional como estratégia de manter a ordem do Estado-nação.

Embora muito antigo em termos históricos, o tráfico de drogas mobiliza hoje um contingente de pessoas e um montante de recursos inéditos da história. Não há país na face da Terra que não esteja de uma forma ou de outra, articulado na sua teia de poder. As facilidades de deslocamento e transporte no atual período técnico-científico promoveram um incremento substancial nas atividades do chamado "narcotráfico" e sua globalização (HAESBAERT; GONÇALVES, 2005 p. 61).

As fronteiras marcam um dentro e um fora, um nós e os outros. As fronteiras são de muitos tipos: físicas, políticas, culturais e também psicológicas. Uma fronteira cria um espaço interior que pretende ser homogêneo e deliberadamente diferenciado do exterior. Porém, as fronteiras são, também, barreiras invisíveis que se interpõem entre os homens, inclusive entre as relações pessoais (RAMONEDA, 2006, p. 6).

Com a intensificação das atividades criminosas do narcotráfico na fronteira e em toda a região amazônica, o crime global das redes ilegais passa a gerar perdas políticas e econômicas significativas aos países envolvidos. Nesse contexto, as articulações advindas das ações do narcotráfico induzem a acreditar que de fato falta uma política legítima por parte dos governos nacionais de forma a procurar minimizar estas

ações ilícitas decorrentes dessa atividade como, por exemplo, uma maior regulação e fiscalização das fronteiras desses países.

Dessa forma, concordamos com Haesbaert e Gonçalves (2005, p. 64) quando afirmam que "o comércio de drogas ilícitas tem caráter de atividade transnacional, opera em escala global, mas seus lucros dependem da localização geográfica dos lugares de produção e de consumo, da existência de fronteiras nacionais e da legislação de cada estado nacional".

Para Martins (1997, p. 11), a fronteira de modo algum se reduz e se resume à fronteira geográfica. Ela é fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da história e da historicidade do homem. E, sobretudo, *fronteira do humano*.

Sendo assim, a segurança, por sua vez, assume um caráter transnacional – sobretudo via conexão das agências de diversos países, na medida em que o *inimigo* não é mais, na grande maioria das vezes, um estado estrangeiro, mas organizações estruturadas *em rede*, fundadas em critérios de solidariedade que pouco tem a ver com o sentimento de 'pertencimento' a um Estado Nacional (terrorismo, narcotráfico, imigração ilegal, entre outros) (MACHADO, 2000).

> Fazendo uma breve história da conquista da Amazônia, pode-se resumir que ela é, e sempre foi pensada nessa visão, como a última fronteira da expansão do capitalismo mundial, baseado no velho projeto de modernização, o mito de abundancia vegetal que aparentemente seria capaz de transformar a Amazônia no celeiro agrícola do mundo [...]" (HURTIENNE, 2009, p. 155).

Agora também é tida como uma região problema no que diz respeito à soberania do Estado-nação e à expansão do narcotráfico. É nesse sentido que se tornam emblemáticas as estratégias de territorialização que envolvem as redes ilegais e o Estado-nação, sobretudo, destacando o papel do Brasil e da Amazônia para o tráfico internacional de drogas.

QUESTÕES TRANSFRONTEIRIÇAS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Os estudos direcionados para as fronteiras do Estado-nação, sobretudo quando tratam de questões que envolvem a soberania nacional dada as novas ameaças transfronteiriças, vem negligenciando nos últimos anos a importância de tratados internacionais que tenham como meta a cooperação entre os países para questões que envolvem a defesa dos limites territoriais entre os Estados.

A Amazônia vem enfrentando nas últimas décadas um problema que vai para além dos limites territoriais brasileiros, tendo influência direta dos países da Pan-Amazônia, ou seja, a Amazônia transfronteiriça. A expansão das redes ilegais ligadas ao crime organizado, sobretudo relacionadas ao narcotráfico, contrabando, biopirataria e tráfico de armas, desafiam a segurança nacional e o poder do Estado.

A região amazônica vive uma situação extremamente complexa, constituída de redes de relações, conflitos e sinergias entre atores locais, nacionais e internacionais que vão para além das fronteiras, envolvendo grandes empresas estatais e privadas (tanto nacionais quanto internacionais), com forte presença do governo federal se comparando aos governos municipais e estaduais (MACHADO, 2000).

No limite fronteiriço da Amazônia brasileira com seus vizinhos, existe um baixo grau de desenvolvimento econômico, baixa densidade demográfica e precária atuação dos serviços, o que de certa forma contribui para o surgimento de zonas de instabilidade na fronteira, convivendo com meândricas peculiaridades ecológicas (KOLK, 1996; KILKA, 2006) e geopolíticas (RIBEIRO, 2005) mais de 12.000 km de fronteiras internacionais (COELHO, 1992: 14; PARODI, 2002) abrangendo uma área que corresponde a mais da metade do território nacional (Amazônia Legal) (MONTEIRO, 2010 p. 41).

Pode-se atribuir à região amazônica duas estratégias importantes de integração, uma geopolítica e outra econômica: a geopolítica diz respeito à localização geográfica da região entre o

Atlântico e o Pacífico um elo entre os mercados da Europa, Ásia e África o que desperta o interesse do Estado brasileiro em realizar uma integração Sul-América, não apenas por esse destaque apontado, mas também pela necessidade de promover uma integração envolvendo os países do Sul do continente, o que fortaleceria o MERCOSUL e a posição do Brasil no mercado internacional.

A estratégia econômica está no sentido de potencializar a exploração dos recursos naturais, sobretudo, através da mercantilização da natureza com a questão da água potável, da biodiversidade e do sequestro de carbono. Hoje, temas de debate na agenda internacional e que tratam da questão ambiental e despertam o interesse das grandes potências que criticam a atuação do Brasil no combate aos impactos socioambientais. O contrabando de ouro e de diamante, a biopirataria, a grilagem de terras e o desmatamento ilegal, somando-se com o narcotráfico e a lavagem de dinheiro, são hoje atividades que desafiam o poder do Estado-Nação e colocam sob ameaça a soberania brasileira e o controle de fato (e não de direito) da região. As políticas de defesa nacional ainda encontram muitas dificuldades para garantir definitivamente uma ação mais presente do poder público no que diz respeito ao combate às redes ilegais.

Pesquisas anteriores sobre estas redes sugerem que nas últimas décadas aquelas que obtiveram relativo sucesso em fazer uso da bacia amazônica sul-americana como unidade funcional e como região geográfica, foram firmas e empreendimentos que exploram o comércio ilegal de drogas e contrabando de mercadorias (MACHADO, 1998).

A internacionalização da Amazônia (FURNIEL, 1993), um tema polêmico e recorrente na questão da segurança, ressurgiu na década de 1980 (é uma ave fênix) e permanece até hoje, recorrendo-se a uma peculiar e conhecida "teoria da conspiração" empregada no discurso de defesa da região pelas forças armadas (CASTRO; SOUZA, 2006) e por uma parcela considerável da opinião pública.

A geopolítica mundial, neste momento, passa por um processo de redefinição das forças político-econômicas, inaugurando uma

nova ordem internacional, germinado no final da guerra fria e evoluindo nos anos posteriores, estendendo-se no final do século XX e solidificando-se no século XXI. Estes acontecimentos desdobram-se sugerindo avanços e retrocessos, união e fragmentação, ordem e desordem' configurando um novo mapa geopolítico mundial, marcado por um novo ciclo de lutas e cenários que tiveram nas agências multilaterais, organizações-não-governamentais (ONG's) e os movimentos sociais como protagonistas de novas territorialidades enraizados através de forças ideológicas e políticas de atuação em diferentes escalas do espaço/tempo/território (HAESBAERT; GONÇALVES, 2005).

Diante dessa nova ordem hegemônica, ou "desordem", muitos países enfrentam novos inimigos externos (e internos) que, se aproveitando das novas tecnologias de transportes e telecomunicações, atuam em escala planetária não obedecendo os limites das fronteiras consideradas porosas diante do processo de globalização. Redes criminosas como a de imigração ilegal, tráfico de pessoas e prostituição necessitam de uma base territorial para articular suas relações criminosas.

As redes criminosas do narcotráfico que atuam na fronteira da região amazônica também necessitam ampliar a escala de sua atuação e por isso manifestam estratégias de produção, distribuição e consumo da droga. A geografia explica a importância da Amazônia brasileira para o tráfico internacional de drogas, principalmente a cocaína proveniente dos países andinos. Na conferência mundial sobre crime organizado global, realizada pelo ONU em 1994, estimou-se que o comércio global de drogas tenha atingido a cifra de quinhentos bilhões de dólares por ano, ou seja, foi maior que o valor das transações comerciais globais envolvendo o petróleo, por exemplo (ONU, 1994).

Em razão de se constituir em atividade de caráter transnacional e por seu enfrentamento ser objeto de políticas, inclusive de cooperação internacional, e ainda pelas peculiaridades do envolvimento do Brasil no fenômeno do tráfico internacional de drogas ilícitas, o estudo de

sua sociologia, no caso brasileiro, necessita a contextualização da análise política de seus condicionantes regionais internos no âmbito das relações internacionais (PROCÓPIO FILHO; VAZ, 1997, p. 78).

Em todos os países e em todas as regiões, quadrilhas e redes de quadrilhas estão agora cientes da chance de se conectarem a redes mais amplas de atividades nesse submundo que marca presença dominante em muitas comunidades, cidades e regiões, sendo capaz até mesmo de adquirir a maior parte dos bens de alguns países pequenos, tais como a ilha de Aruba, próximo à costa da Venezuela (CASTELLS, 1999, p. 210). Dessa forma, pode-se dizer que a fronteira da Amazônia brasileira sofre ameaças, representadas por novas conflitividades.

O narcotráfico representa o principal problema da Amazônia colombiana, boliviana e peruana e também uma questão dramática envolvendo a Amazônia venezuelana, equatoriana e principalmente a Amazônia brasileira, mais especificamente em sua faixa de fronteira com o Peru, Bolívia e Colômbia por onde entra a cocaína no Brasil. Nesse sentido, o narcotráfico é considerado um crime transnacional, com implicações negativas para a política e a economia dos países que fazem parte de sua rota. O tráfico de drogas só se faz vigorante em decorrência de um grande mercado consumidor, que está presente hoje na Europa e nos Estados Unidos além dos próprios países latino-americanos, a exemplo do Brasil.

O terrorismo e o narcotráfico constituem os dois grupos de enfrentamento em destaque nessa "nova" conflitividade. Hobsbawn (2007, p. 135) documenta que os movimentos terroristas "são sintomas e não agentes históricos significativos".

A produção, o tráfico e o uso indevido de drogas têm alcançado grande magnitude internacional. O narcotráfico tem adquirido conotações particulares, pois a ilegalidade da indústria da droga induz a geração de aspectos peculiares, tais como o crime organizado, a violência e a corrupção, que acabam por tramitar pela sociedade como valores naturais, pertinentes ao funcionamento normal do Estado (MARINHO, 2008, p. 173).

Quanto ao tráfico de drogas ilícitas (RODRIGUES, 2004), embora não seja tema recente (remonta ao século XX), seu combate perpassa desde a consideração enquanto práticas sociais desviantes e perigosas, levando a problemas de segurança sanitária e pública (CORDOVIL; NASCIMENTO, 2010, p. 73).

Considerando que a problemática das fronteiras políticas perpassa um campo multidisciplinar, as discussões empreendidas pela Geografia, e especialmente pela Geografia Humana, podem contribuir para o enriquecimento do debate sobre o tema a partir da perspectiva socioespacial de análise (TRINDADE Jr, 2010, p. 101). Porém, parte-se do pressuposto de que a discussão sobre fronteiras, relacionadas à (des)ordem que se cristaliza sobre ela, sobretudo, a partir de uma ótica da política internacional que abarca a cooperação entre países vizinhos, ganha mais relevância se analisada sobre uma perspectiva interdisciplinar com a contribuição da Ciência Política, Sociologia, Economia, etc.

A AMAZÔNIA COMO ROTA DO TRÁFICO DE DROGAS

A localização geográfica próxima aos principais produtores de coca (Bolívia, Colômbia e Peru) coloca a Amazônia na trama das redes internacionais do tráfico de drogas, destacando o papel do Brasil como lócus de beneficiamento e distribuição de cocaína para a Europa. Nascimento (2005) alude a essas áreas de marrons numa referência à Guilhermo O'Donnel. O crime organizado vem atuando de forma eficaz na articulação em escala global do narcotráfico, ao mesmo tempo em que se aproveita de algumas falhas do Estado para inserir a região na escala regional das atividades ilícitas.

As redes ilegais do narcotráfico necessitam de uma ampliação de sua escala de atuação em cadeias e por isso manifestam estratégias de produção, distribuição e consumo da droga. A geografia explica a importância da Amazônia brasileira para o tráfico internacional de drogas, principalmente a cocaína proveniente dos países andinos.

Entre o período de 2006 a 2008, houve um aumento da produção de coca no Peru, na Bolívia e na Colômbia, ou seja, países

limítrofes com a Amazônia brasileira e que enfrentam problemas de instabilidade envolvendo o crime organizado. Portanto, para os maiores produtores de coca do mundo deve existir uma rota de transportes para a distribuição da droga para os principais mercados consumidores e, dessa forma, a região amazônica se sobressai por apresentar particularidades sociogeográficas que foram incorporadas pelas redes ilegais. De acordo com o relatório da ONU (2009), mais de 99% dos laboratórios de processamento de coca estão localizados nos três maiores produtores do planeta citados.

Em 2007, também, segundo o relatório da ONU, a maior parte da cocaína apreendida no mundo foi interceptada nas Américas, correspondendo a um total de 88%, e em segundo lugar veio a Europa, com um total de 11%. A parte sul da América foi responsável pela apreensão de 323 toneladas, ou seja, 45% do total mundial de apreensões. Grande destaque para a Colômbia, onde mais de 60% das apreensões da América do Sul foram feitas neste país. Na Venezuela foram apreendidas 32 toneladas, no Equador 25, na Bolívia 18, no Peru 14 e no Brasil 17 toneladas, porém o Brasil não se destaca como produtor de coca, e sim como rota, quase que obrigatória, de passagem para a Europa e África.

Nos países do Cone Sul (Argentina, Chile, Brasil, Paraguai e Uruguai), em 2000, as apreensões foram de 10 toneladas e passaram para 38 toneladas em 2007, o que demonstra o crescente destaque desses países para o tráfico de cocaína, tanto como mercados consumidores, quanto para a exportação em direção à Europa, África e área do Pacífico. Os países da Europa destacam a Colômbia como o país de origem da cocaína comercializada na região (48%), em seguida o Peru (30%) e Bolívia (18%). Segundo a *United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC)* (2009), o Brasil se lança como uma área de trânsito da cocaína, pois a droga encontrada na África é de origem colombiana e peruana.

A Amazônia destaca o Brasil como área de trânsito, os rios da região são frequentemente aproveitados por embarcações carregadas de cocaína pronta para ser consumida ou para ser beneficiada, pois

a dificuldade de manter um controle mais rígido da entrada da droga pela Amazônia está em sua grande floresta latifoliada, fechada, com uma população que sobrevive em meio às desigualdades sociais, expropriação, abandono do Estado etc. Além disso, há de se ressaltar que imensos vazios demográficos acompanham as fronteiras amazônicas, sobretudo aquelas próximas aos principais produtores de coca, onde os narcotraficantes implantam laboratórios de processamento da droga e insere a população ribeirinha pobre no esquema das redes, que se apresenta como oportunidade, e nesse sentido algumas pessoas passam a desempenhar o papel de atravessadores (ou mulas), contribuindo para a articulação das redes e ao mesmo tempo fazendo parte do sistema ilegal.

Além dos rios, são utilizadas rotas de avião e estradas, destacando a estratégia multimodal das redes ilegais que também são móveis para efeito de estratégia, para fugir da repressão do Estado.

Segundo Ishida (2006, p. 4), é nesse ambiente de enorme proporção territorial e de baixa densidade demográfica, onde a ausência do Estado chega a ser uma regra e não uma exceção, que identificamos a ação de grupos adversos que se aproveitam da densa floresta para acobertar inúmeras atividades ilícitas, utilizando-se de rotas aéreas, terrestres e fluviais clandestinas para transportar toda sorte de droga, contrabando, armas e munições.

Para Castells (1996, p. 203), a prática do crime é tão antiga quanto a própria humanidade. Mas o crime global, a formação de redes entre poderosas organizações criminosas e seus associados, com atividades compartilhadas em todo o planeta, constitui um novo fenômeno que afeta profundamente a economia no âmbito internacional e nacional, a política, a segurança e, em última análise, as sociedades em geral.

As organizações criminosas internacionais esquematizam estratégias desde cima, contudo com uma importante diferença em relação às organizações formais. As atividades ilegais devem integrar a visão desde baixo, pelo fato de estarem sujeitas a uma maior exposição ao risco no território. A articulação e o êxito dos

negócios ilegais são intensamente dependentes de conexões locais, aproveitando-se de complexos e instáveis sistemas de informação e telecomunicação.

Não há dúvida que uma das principais atrações da ilegalidade para a massa de trabalhadores informais (imigrantes, comerciantes ambulantes, microempresários, trabalhadores autônomos, artesãos, subcontratados etc.) é a percepção de que possa ser uma via de ascensão social, com acesso rápido às benesses do consumo, reais ou ilusórias (MACHADO, 2000, p. 6).

Aproveitando-se das particularidades geográficas da região, as redes ilegais se estruturam, pois a floresta latifoliada fechada serve de abrigo para os atravessadores da droga, e nas áreas de imenso vazio demográfico são construídos aeroportos e portos clandestinos, que são utilizados pelos traficantes.

Concorda-se com Castells (1996, p. 205) quando ele afirma que nas últimas décadas, as organizações criminosas vêm estabelecendo, "cada vez mais, suas operações de uma forma transnacional, aproveitando-se da globalização econômica e das novas tecnologias de comunicações e transportes".

> Duas concepções parecem ser eternamente válidas para muitos setores que lidam com as políticas públicas dirigidas à Amazônia brasileira, a despeito de mudanças no contexto, no conteúdo e nas formas de uso do território. A primeira delas é conceber o território como espaço vazio e a segunda é conceber a região como sistema fechado pelos limites internacionais, o que do ponto de vista geográfico significa desvinculá-la da unidade maior formada pela bacia amazônica sul-americana. (MACHADO, 2003, p. 1)

Para implantar e administrar suas operações, e diminuir os riscos de apreensão e de intervenção pelos órgãos públicos de segurança, os empreendimentos ilegais necessitam criar "canais de comunicação" entre os diferentes níveis de organização territorial,

gerando uma tensão entre lógicas diferenciadas que deve ser levada em conta: "As redes encontram outras lógicas, ancoradas no solo. Podem adaptar-se mais ou menos facilmente às cidades ou aos países, à inércia do semi-urbano ou à rigidez das malhas agrícolas. No entanto, existe uma instabilidade e uma tensão entre as redes e o território, entre o dinâmico e o estático, entre aquilo que circula e aquilo que habita" (MACHADO, 1996, p.23).

Para Machado (2003), as redes ilegais ocupam os lugares, mas não são definidas pelos lugares que ocupam; cada lugar é tão importante quanto qualquer outro para a organização do espaço-de-fluxos por meio do qual a dispersa comunidade ilegal controla o sistema, o que denuncia os interesses geopolíticos das grandes potências em associar uma atividade que sabidamente opera em rede transnacional ao nome de um lugar geográfico específico, como a Colômbia ou a Amazônia.

Destacam-se, nesse sentido, as cidades gêmeas na Faixa de Fronteira, a exemplo de Tabatinga e Letícia, que ligam o Brasil com a Colômbia, despontando no comércio ilegal como rota obrigatória do tráfico internacional de drogas e armas, recebendo por isso grande atenção da mídia.

No entanto, apesar do fato das redes obedecerem, em princípio, a uma "concepção teleológica" (MACHADO, 1996, p. 7), ou seja, direcionadas para objetivos específicos, não se pode afirmar que os lugares são neutros, muitos menos que a localização geográfica tenha perdido seu valor estratégico (VIRÍLIO, 1977, apud DIAS, 1995, p. 156).

Esta valorização das características dos lugares está necessariamente presente na lógica de organização das redes ilegais, as localidades inseridas na rede são cuidadosamente avaliadas pelas organizações e proto-organizações que operam na ilegalidade (MACHADO, 2003). Pode-se assim dizer que existem agentes hegemônicos do narcotráfico que desenvolvem verdadeiras solidariedades organizacionais, tanto na distribuição das drogas, quanto na lavagem de dinheiro sujo acumulado no comércio ilegal.

A atuação das redes ilegais do narcotráfico na Amazônia obedece à estratégia de produção, circulação e consumo, e para isso deve existir um alto grau de conectividade envolvendo os diversos meios de transportar a droga e as cidades por onde a ela vai passar, até chegar aos principais mercados consumidores do Brasil e do mundo.

O grau de conectividade indica alternativas de rota, quando baseadas apenas no desenho das redes de circulação. Como as rotas usam uma combinação de meios de transportes, estão associadas de alguma forma aos principais pontos de conectividade, onde as opções de transporte apresentam grande diversificação (NOVAES, 2003, p. 6). "Os corredores são as grandes linhas de circulação que marcam a direção geral de trânsito até a plataforma de exportação ou mercado final de destino. Um corredor, no entanto, comporta inúmeras rotas. A escolha da rota depende de arranjos pretéritos no terreno, com forças de segurança e apoio local e de combinação de meios de transportes utilizados" (MACHADO, 1996).

O Brasil sempre teve sua inserção na economia regional das drogas como via de mão-Dupla, servindo como plataforma de exportação de cocaína e fornecedor de químicos, além de atuar como centro de lavagem de dinheiro (MACHADO, 1998). Dois grandes corredores de entrada de drogas foram identificados desde a década de 80: a Amazônia e o Centro-Oeste. A primazia de cada um dos corredores se alterna conjunturalmente.

As mudanças estruturais advindas da desarticulação dos grandes cartéis colombianos não representaram um favorecimento de um corredor específico, o que resulta na coexistência de ambos nos dias de hoje. Além do trânsito de cocaína processada, o Brasil ainda contém laboratórios de processamento de cocaína, o que implica na importação de pasta-base de coca (MACHADO, 1996, p. 8).

A Amazônia, além de conviver com imensas áreas vazias de difícil acesso e com cidades decadentes onde a pobreza impera, tem localização próxima aos principais mercados consumidores do mundo, o que desperta o interesse das redes criminosas sobre a região. É nesse sentido que as redes consolidam seus pontos fixos

e móveis de articulação, aproveitando-se dessa fragilidade para criar estratégias de controle do território em rede.

As cidades da bacia amazônica vão sendo incorporadas pelas redes do narcotráfico, pois a decadência das atividades tradicionais nessas cidades, ou a pouca inserção delas na economia global e nacional, as tornou escala de ação do tráfico de cocaína.

A Amazônia aparece como rota primária da distribuição de cocaína em direção à Europa e à África através do contato com as Guianas e o Suriname. Também há de se ressaltar o destaque da região Sul e Sudeste, neste caso como rota secundária da cocaína, visto que o Sudeste aparece como o grande mercado consumidor interno. Outro destaque também se refere à região Nordeste, que também aparece como rota primária em direção à Europa, entretanto, interconectada com a Amazônia.

A cocaína também pode entrar na região Sul e Sudeste do Brasil pela Bolívia e pelo Chile, atravessando a região Centro-Oeste, porém, neste caso específico, apresentando um maior risco de apreensão nas fronteiras brasileira, por outro lado lavando diretamente a droga para ser beneficiada no Sudeste, onde será consumida ou exportada. Ressalta-se que o Brasil foi incorporado ao sistema ilegal do cartel de Medellín ainda em meados da década de oitenta, sendo utilizado como rota de trânsito.

A partir de 1989, com a invasão do Panamá, tropas norte-americanas passaram a controlar de forma mais efetiva o espaço aéreo do Caribe. Em decorrência disso, as grandes organizações de tráfico de drogas colombianas foram obrigadas a buscar outras plataformas de exportação (STEIMAN, 1995, p. 20).

Nesse contexto, o Brasil passou a ser não somente um caminho para o trânsito da droga, mas também uma alternativa para a materialização territorializada do narcotráfico, atuando em escalas e servindo também como base estratégica de articulação em redes das organizações criminosas com sede em países andinos, como a Colômbia por exemplo. “O Brasil atua, com magnitudes

diferenciadas, em todas as atividades da economia da droga" (STEIMAN, 1995, p. 20).

O Brasil, além de receber a pasta-base da cocaína para o seu beneficiamento, atua como fornecedor de produtos necessários à produção da droga em laboratórios clandestinos na Bolívia, Peru e Colômbia, atividades consideradas lucrativas para o comércio ilegal. Compreender a teia de relações entre as redes ilegais não é tarefa fácil, não só pelos motivos óbvios, mas porque o legal e o ilegal são conectivos livres de qualquer ambiguidade somente quando abstraídos do terreno. Por conseguinte, é no terreno, ou seja, na dimensão geográfica dessa "teia", onde a problemática deve ser situada (MACHADO, 2003, p. 9).

> Seja como for, o adensamento das redes conectivas e interativas, sejam elas de natureza legal ou ilegal, produzem espaços superpostos a mais de um Estado territorial. Desses grandes espaços com fronteiras flutuantes emergem fenômenos sociais, em função das próprias propriedades estruturais das redes, que não têm existência no âmbito de cada Estado individual, e para os quais o estatuto de legalidades / ilegalidades erigido a partir de cada Estado não tem validade, exceto por pressão ou negociação. Por conseguinte, uma crescente irregularidade nos padrões de relações entre Estados pode ser observada, principal indicador da atual instabilidade estrutural do sistema de Estados nacionais. (MACHADO, 2003, p. 10-11)

A região amazônica convive com imensas áreas que de certa forma estão "abandonadas" ou precarizadas pelo Estado e essa "ausência" ou presença precária manifesta-se com a disseminação da pobreza, da miséria e da precariedade de algumas cidades amazônicas que se tornam alvos fáceis para que o narcotráfico se organize em rede. É a manifestação do território-rede do narcotráfico na Amazônia.

Há de se ressaltar que o Brasil também aparece hoje como um dos principais consumidores ao mesmo tempo em que desempenha

o papel de beneficiador e área de trânsito da droga. Para isso, diversas modalidades de transportes da droga são utilizadas, seja pelo rio, através de embarcações pequenas ou de porte médio, seja de avião ou pelas rodovias. O que se sabe é que existe toda uma articulação interligada em rede que se manifesta na produção/distribuição/consumo da droga, que deve ser levada em consideração pelos órgãos de segurança das fronteiras.

O tráfico internacional de drogas necessita ampliar sua escala de atuação do local ao global. Faz-se necessário uma articulação em redes que dê a possibilidade de ampliação da escala de atuação do crime organizado sem que haja interferência dos serviços de segurança. Para isso, as rotas clandestinas são utilizadas como estratégias de organização das redes e ao mesmo tempo como "espaços camuflados" que impeçam qualquer possibilidade de apreensão.

A dinâmica das redes ilegais do narcotráfico na Amazônia brasileira é algo ainda muito complexo para os estudos da atuação das atividades ilícitas na região. Principalmente, pelo fato de que, como se trata de uma atividade ilegal, as rotas nem sempre são fixas, os traficantes às vezes mudam de rotas e depois voltam a utilizar as rotas antigas, isso significa uma estratégia dos narcotraficantes. Mas não se pode negar a importância dos rios da Amazônia para o funcionamento das redes.

Analisando o papel da Amazônia na escala global do tráfico de drogas e destacando os principais corredores de transportes do complexo coca-cocaína, percebe-se o destaque fundamental do rio Amazonas, pois é um importante meio de ligação do Atlântico ao Pacífico. Acredita-se que várias cidades que não foram citadas na pesquisa, e estão em torno deste rio, estejam envolvidas de forma direta ou indireta na trama das redes ilegais.

> Do ponto de vista da logística do tráfico de drogas, as grandes bacias hidrográficas sul-americanas, tanto a Amazônica como a do Paraguai-Paraná, tem se constituído numa importante alternativa para a criação de um sistema de transporte intermodal

> para o trânsito de droga. É interessante relembrar que, apesar das dificuldades para a navegação fluvial, durante séculos essas bacias constituíam a principal via de comunicação no interior do continente sul-americano. (RURHOFF, 1998, p. 8)

Pela bacia Amazônica o tráfico encontra um meio mais seguro de fazer o transporte da droga. Entretanto, existe toda uma estratégia organizada das redes que utilizam sistemas multimodais para isso. Dos países andinos até a Amazônia brasileira podem-se empregar as estradas ou transporte aéreo que utiliza pistas clandestinas. Desde a criação do projeto SIVAM, os narcotraficantes estão utilizando com mais intensidade o transporte marítimo. É nesse aspecto que se apresenta a organização do tráfico de drogas na região amazônica e nas cidades envolvidas por essa atividade ilícita. Naquelas que lidam com o varejo, o narcotráfico se manifesta na forma daquilo que Souza (1995) denominou de territorialidade descontínua (ou em rede) (SOUZA, 1995, p. 435-436).

Essa ideia de territórios descontínuos é uma possibilidade de entender a problemática do tráfico de drogas numa perspectiva que engloba tanto o conceito de território quanto o de rede (SOUZA, 1995, p. 436). Só assim é possível entender a estrutura local do tráfico nas favelas, a relação mais ampla entre chefes do tráfico, a formação dos comandos, a articulação das relações (fluxos) que se dão entre áreas não dominadas (os bairros legais) e que se tornam áreas de influência de determinados pontos de venda (bocas-de-fumo) (RURHOFF, 1998, p. 3).

A partir desse corpo teórico pode-se entender o impacto socioespacial do tráfico de drogas nas cidades, principalmente nas metrópoles brasileiras, que apresentam grandes contrastes sociais. O tráfico de drogas se aproveita do tecido social desigual para se reproduzir enquanto força política e econômica de um "poder paralelo" ao do Estado.

Muitas vezes, articulando máfias à escala mundial, as redes ilegais podem ser vistas ao mesmo tempo como produtos – à margem do sistema "legal", impondo-se como forma de

sobrevivência de grupos excluídos e como produtoras da desterritorialização – ao promoverem a instabilidade e a violência (HAESBAERT, 2002, p. 183).

O reflexo da atuação das redes ilegais do narcotráfico é o crescimento do tráfico de drogas em escalas local, regional e global, onde a passagem quase que obrigatória pela Amazônia leva os fluxos em direção aos mercados internacionais, seja por avião, seja por navio. Sempre o principal destino da cocaína é o mercado europeu, africano, norte-americano e do Sudeste do Brasil. Outra parte da droga é comercializada nas cidades da própria região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atenção especial que este trabalho deu para o papel da Amazônia no contexto internacional do narcotráfico, não pretende de forma alguma criar uma imagem estereotipada sobre a região – pois não são todas as cidades amazônicas que fazem parte dessa rede de relações ilícitas. Por outro lado, busca-se chamar a atenção para a agenda de debates que envolvem a segurança nacional e internacional, sobretudo no que diz respeito aos países que estão dentro das "teias" de relações do crime organizado global, cujo o tráfico de drogas representa, na atualidade, a maior ameaça para a estabilidade política, econômica e social do Estado.

A própria concepção de fronteira, entendida pelo Estado enquanto limite, deve ser repensada nas políticas de segurança pública e na própria estratégia nacional de defesa do governo brasileiro. Como exposto neste texto, as fronteiras são o lócus de expansão das sociabilidades dos povos e, por conseguinte, de relações que ultrapassam os limites do Estado-nação, a exemplo das atividades ilegais como o tráfico de drogas, lavagem de dinheiro, contrabando, entre outros.

As relações internacionais entre os países da Pan-Amazônia devem buscar uma política externa de segurança coletiva de suas fronteiras, visto que o problema do tráfico de drogas não está restrito a um único país, mas a todos que fazem parte da Amazônia

sul-americana. A soberania desses países sobre suas fronteiras não deve ser colocada em "cheque", as atividades ilícitas atuam em diversas escalas, desrespeitando as fronteiras dos Estados, atuando em redes globais por diversas partes do mundo, aproveitando-se da facilidade encontrada graças aos avanços tecnológicos nas telecomunicações e nos transportes.

Por enquanto, a Amazônia brasileira ainda representa essa região estratégica para o narcotráfico internacional, sobretudo, na distribuição de cocaína pelo mundo, assim como o Brasil desempenha o papel de área de trânsito com um mercado consumidor de cocaína ascendente. Para a geopolítica de defesa nacional, enfrentar essa realidade sócio-geográfica e propor soluções consistentes é o maior desafio deste inicio de século para a agenda de debates do Estado e para as atuais políticas de segurança nacional.

REFERÊNCIAS

BECKER, B. Geopolítica da Amazônia. *Revista estudos avançados*. São Paulo, v. 19, n. 54, 2006.

BRAUDEL, F. *Escritos sobre a História*. São Paulo: Editora Prsença, 1993.

BUSCIOLI, R; CORRÊA, A. S; OLIVEIRA, V. *Organização do Tratado de Cooperação Amazônica*: Integrar é preciso. 2008. Disponível em: <http://www.eceme.ensino.eb.br/portalcee/arquivos/organizacao_do_tratado e_cooperacao_amazonica_integrar_e_preciso_maj_espinola_nov_07.pdf>. Acesso em: 7 out. 2010.

CASTELLS, M. *Fim do milênio*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

CASTELLS, M. *A sociedade em Rede*. São Pualo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO; C; SOUZA, A. B. A defesa militar da Amazônia: entre história e memória. In: CASTRO, C. (Org.). *Amazônia e Defesa Nacional*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

COELHO, P. M. P. *Fronteiras na Amazônia*: um espaço integrado. Brasília, DF: FUNAG, 1992:

CORDOVIL S. P. S; NASCIMENTO, D. M. Huntigton e Waltz: reflexões para análise dos "novos" conflitos internacionais. In: NASCIMENTO, D. M. (Org.). *Amazônia e Defesa*: dos fortes às novas conflitualidades. Belém: NAEA/UFPA, 2010 p. 73.

DIAS, L. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, I. E., GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 141- 205.

FURNIEL, A. C. Amazônia – a ocupação de um espaço: internacionalização x soberania nacional (1960-1990). Dissertação (Mestrado), Pontificia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 1993.

GEIGER, P. P. Regiões de fronteira no Brasil. Rio de Janeiro, 1993. Disponível em: <http://www.google.com.br/#hl=pt-BR&source =hp&biw=768&bih=390&q=regioes+fronteiras+no+brasil&aq

=f&aqi=&aql=&oq=&gs_rfai=&fp=9225624b5a5e7353>. Acesso em: 21 ago. 2010.

GIDENS, A. *O Estado-nação e a violência:* segundo volume de uma crítica contemporânea ao materialismo histórico. São Paulo: EDUSP, 1985, p. 23.

HAESBAERT, R. *Territórios alternativos*. São Paulo: Contexto, 2002.

HAESBAERT, R; GONÇALVES, C. W. P. *A nova des-ordem Mundial*. São Paulo: UNESP, 2005.

_____ Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. et al. (Orgs.) *Geografia*: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

_____ *O mito da desterritorialização*: do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HISSA, C. E. V. *A mobilidade das fronteiras*: inserções da Geografia na crise da modernidade. Belo Horizonte: Ed UFMG, 2002.

HOBSBAWN, E. *Globalização, democracia e território*. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

HURTIENNE, T. Agricultura familiar na Amazônia Oriental: uma comparação dos resultados da pesquisa socioeconômica sobre fronteiras agrárias sob condições históricas e agro ecológicas diversas. *Novos Cadernos NAEA*, v. 2, n. 1, p. 75-94, jun. 1999.

ISHIDA, E. *Política de segurança integrada da Amazônia*: utopia ou realidade? Santiago Dantas: [s.n.], 2006.

KOLK, A. *Forests in international environmental politics*: international organisations, NGOs and the Brazilian Amazon. Utrecht: International Books, 1996.

KILKA, R. V. *Alguns aspectos florísticos e estruturais de uma floresta de galeria no sul da Planície Costeira do Rio Grande do Sul*. 74p. Monografia (Bacharelado em Ciências Biológicas) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2006.

MACHADO. L. O. *Notas sobre o complexo coca–cocaína na Amazônia sul – Americana*. In: RELATÓRIO CNPQ; FINEP. [S.l.]: [s.n.], 1998.

_____ Limites e fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da legalidade. *Território*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 8, jan. / jun. 2000.

MARINHO, H. J. *O estudo das relações Internacionais*: teorias e realidades. São Paulo: Aduaneira, 2008.

MARTINS, J, S. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.

_____ *Fronteiras*: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Paulus, 1985.

MONTEIRO, J. C. S. Amazônia, intermestics e as teorias de relações internacionais. In: NASCIMENTO, D. M. (Org.). *Amazônia e Defesa*: dos fortes às novas conflitualidades. Belém: NAEA/UFPA, 2010.

NASCIMENTO, D. M. A Amazônia segundo a política de defesa nacional. In: CASTRO, C. *Amazônia e defesa nacional*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

NOVAES, A. *Tráfico de drogas e lavagem de dinheiro*: um estudo sobre a atuação das redes ilegais na Amazônia brasileira. Rio de jneiro: UFRJ, 2003.

OLIVEIRA, R, C. de. *O trabalho do antropólogo*: olhar, ouvir, escrever. Revista de Antropologia, São Paulo: USP, v. 39, n. 1, p. 13-37, 1996.

PARODI, C. *The politics of south American boundaries*. Westport: Praeger, 2002.

PROCÓPIO FILHO, A; VAZ, A. C. *O Brasil no contexto do narcotráfico Internacional*. Revista Brasileira de Política. Internacional, v. 40, 1997.

RAMONEDA, Josep. Em el laberinto. In: DÉPARTAMENT DE RHÔNE. *Frontiêres*: imagens de viés entre lês lignes. Lyon: Aedelsa. 2006.

RURHOFF, A. L. *Geopolítica das drogas*. Santa Maria: UFSM, 1998.

SANTOS, F. C. O narcotráfico na região Amazônica e as implicações para a segurança internacional. *Conjuntura Internacional*, Minas Gerais, p. 2, set. 2010.

SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVA, G. C. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1985. p. 108.

STEIMAN, R. *O mapa da droga*. (Monografia de Conclusão de Curso em Geografia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.

TRINDADE JUNIOR, S. C. C. Pensando a noção de fronteira: um olhar a partir da ciência geográfica. In: NASCIMENTO, Durbens Martins (Org.). *Amazônia e Defesa*: dos fortes às novas conflitualidades. Belém: NAEA/UFPA, 2010.

SOUZA, M. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. *Geografia*: conceito e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

UNODC. *O relatório mundial sobre drogas*. Washington: UNODC, 2009. Disponível em: <http://www.soi.org.br/upload/4f408cd511eede14f87cb973fb8fb 6bd80b68 76225b7b71ca4c7aa4e634c4106.pdf>. Acesso em: 21 set. 2010.

DINÂMICA DE AVANÇO E CONSOLIDAÇÃO DO CAPITAL NA FRONTEIRA AGROPECUÁRIA DA AMAZÔNIA BRASILEIRA

André Cutrim Carvalho[3]
David Ferreira Carvalho[4]

INTRODUÇÃO

Em termos históricos, a abertura da fronteira amazônica ocorreu de forma tensa e conflituosa entre as décadas de 1960 e 1970. No caso particular da fronteira da Amazônia brasileira e, principalmente, do Estado do Pará, a dinâmica de avanço da fronteira contou com o suporte das instituições e organizações regionais criadas pelo regime militar através do aparato legislativo-institucional da "Operação Amazônia".

A "Operação Amazônia" deu origem à Amazônia Legal, à Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), ao Banco da Amazônia S/A (BASA) e, também, ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Nesse contexto, o regime militar tinha como objetivo fundamental transformar a Amazônia na maior fronteira de ocupação geográfica, territorial e, principalmente, econômica do Brasil, a partir da convivência conflituosa de duas frentes de ocupação: a frente de expansão e a frente pioneira.

[3] Doutor em Desenvolvimento Econômico e Pós-Doutor em Economia pelo Instituto de Economia (IE) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor da Faculdade de Ciências Econômicas (FACECON) e Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia/Núcleo de Meio Ambiente (PPGEDAM/NUMA), ambos da Universidade Federal do Pará (UFPA); e, também, Professor Visitante do Instituto de Economia (IE) da UNICAMP. Coordenador do Grupo de Pesquisa Novo Institucionalismo Econômico e Fronteiras (GNIEF) e do Grupo de Pesquisa Teoria Econômica de Keynes (GTEK). E-mail: andrecc83@gmail.com

[4] Doutor e Pós-Doutor em Economia pelo Instituto de Economia (IE) da UNICAMP. Professor-pesquisador da UFPA. Colaborador do GNIEF e do GTEK. E-mail: david.fcarvalho@yahoo.com.br

O atual contexto demonstra que as dinâmicas de atuação dessas duas frentes permanecem em constante avanço para o *hinterland* da região amazônica, mormente em um cenário de destruição florestal e de conflitos violentos, que acabam por resultar em um quantitativo significativo de assassinatos de trabalhadores rurais em seu enfrentamento diário na luta pela terra contra o poder político-econômico dos latifundiários. Nas palavras de Simonsen e Campos (1979, p. 119):

> A instauração do modelo econômico de capitalismo tardio, dependente e associado ao capital monopolista, exigiu mudanças de natureza institucional que logo vieram com as reformas institucionais, entre meados 1966-1967, levadas a cabo pela imaginação reformista da burocracia civil, que servia a ditadura militar.

De fato, esse tipo de reforma institucional acabou criando as condições jurídicas e econômicas adequadas ao novo modelo de desenvolvimento econômico em curso no país, de modo a assegurar os elevados índices de acumulação de capital. Ao mesmo tempo em que facilitava a concentração e a centralização do capital sob o controle, ou a influência do capital monopolista no interior do aparelho de Estado brasileiro.

Na verdade, a abertura da fronteira na Amazônia brasileira estava dentro dos planos do regime militar brasileiro. No entanto, a consecução deste propósito exigia que as reformas institucionais alcançassem, também, a Amazônia brasileira, enquanto uma região de cobiça internacional do imperialismo.

Na verdade, o processo de ocupação da fronteira amazônica brasileira tem provocado profundas transformações em suas diligências "parcimoniosas", sejam elas de cunho social, econômico ou cultural. Este litígio, entretanto, que computa um forte intervencionismo do Estado – influenciado (in)diretamente pelo capital (inter)nacional –, tem provocando intensa transformação no espaço regional, e na agricultura há um forte avanço no desenvolvimento das relações opulentas de produção no âmbito do capitalismo.

Nestes termos, o presente artigo foi organizado em seis seções, além desta seção introdutória, a saber: na segunda seção, apresentam-se os aspectos metodológico desta pesquisa; na terceira, discute-se o processo de modernização da agricultura e a expansão da fronteira agropecuária na região amazônica; na quarta, os principais modelos de ocupação da fronteira da Amazônia; na quinta seção, o avanço da fronteira agropecuária e a institucionalização da luta pela terra; e, por fim, a seção com as considerações finais.

METODOLOGIA E MÉTODO DE PESQUISA

De acordo com Cutrim Carvalho (2005, p. 11), "a especificação metodológica constitui parte obrigatória da pesquisa acadêmica que adote o método científico, contudo, é preciso distinguir o método de abordagem dos ditos métodos de investigação". O autor observa que o método de abordagem diz respeito à filiação filosófica e ao grau de abstração do fenômeno estudado, já os métodos de investigação ou procedimentos de uma pesquisa consistem nas etapas concretas da investigação e da utilização de técnicas de pesquisas adequadas.

Nas ciências sociais em geral, e em particular nas ciências econômicas, impõe-se uma restrição metodológica: que é a necessidade de confrontação da realidade pensada, abstraída do concreto, com a realidade empírica, isto é, aquela que é percebida pelos nossos sentidos. Por sua vez, como observado por Lakatos e Marconi (1991, p. 106), "os conhecimentos práticos estão submetidos à necessidade de conexão imediata com a realidade a que se referem".

Nestas condições, o método utilizado no presente trabalho envolve o método dedutivo porque parte do geral, ou seja, a discussão envolvendo os fundamentos básicos – por meio da teoria e da história – para a compreensão da dinâmica de consolidação da fronteira econômica do Estado do Pará e, também, o método indutivo porque considera o particular, isto é, o papel da modernização da agricultura e da institucionalização da luta pela terra na dinâmica fronteiriça da região.

Como o objetivo desta pequisa foi caracterizar o papel da fronteira no processo de desenvolvimento econômico da região, pode-se definir essa pesquisa como sendo do tipo exploratória. Para Gil (1991, apud Da Silva e Menezes, 2005, p. 83):

> [A] Pesquisa Exploratória visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses. Envolve levantamento bibliográfico; (...) análise de exemplos que estimulem a compreensão. Assume, em geral, as formas de Pesquisas Bibliográficas e Estudos de Caso.

Além disso, buscou-se o maior número possível de informações sobre a temática utilizando a técnica de pesquisa do tipo qualitativa, que tem como finalidade ampliar as informações sobre o assunto em questão através de livros, artigos de periódicos e outras referências importantes. De acordo com Da Silva e Menezes (2005, p. 20):

> [A pesquisa qualitativa] considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. (...) O processo e seu significado são os focos principais de abordagem.

O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E A EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGROPECUÁRIA

O desenvolvimento do agropecuário brasileiro ocorreu – e vem ocorrendo até os dias de hoje – de forma, principalmente, extensiva, ou seja, através da incorporação de novas áreas agricultáveis na fronteira da Amazônia. Com isso, desde os primórdios da colonização até mais recentemente, pode-se afirmar que o aumento da produção da agricultura brasileira esteve voltado

para atender a crescente demanda de alimentos e matérias-primas para os centros urbanos e agroindustriais do Brasil e mundo.

Isto quer dizer que o padrão de desenvolvimento da agricultura e da pecuária do Brasil teve como suporte a existência de uma imensa fronteira de terras a ser ocupada. Mas, afinal, o que é fronteira?

Primeiramente, há uma variedade de definições e conceitos. A fronteira não necessariamente é uma região distante ou um território vazio em termos de densidade demográfica. "Ela é fronteira do ponto de vista do capital, isto é, como uma relação social de produção capitalista", conforme Graziano da Silva (1981, p. 114-115). Assim sendo, a fronteira econômica é uma relação social de produção porque a estrutura da sociedade em construção no território da fronteira é dominada direta ou indiretamente pelo capital, especialmente o capital estrangeiro.

Neste sentido, não se deve pensar a fronteira como sendo algo externo ao atual padrão de desenvolvimento capitalista da agropecuária brasileira. Para o próprio Graziano da Silva (1981, p. 114) "a fronteira é, simultaneamente, condicionante e resultado da nossa 'modernização dolorosa' no campo". Por modernização dolorosa deve ser entendida a modernização conservadora que transformou a agricultura tradicional, baseada no uso de insumos naturais (terra e mão-de-obra) e relações de produção essencialmente não capitalistas, em uma agricultura "moderna" baseada em insumos modernos (tratores e fertilizantes) e relações de produção essencialmente capitalistas.

Carvalho (2015, p. 121) adverte que "a agricultura tradicional deve estar compreendida nessa categoria somente quando determinadas plantas domesticadas são cultivadas no processo de desbravamento de terras livres em zonas de fronteira agrícola". Esse ambiente histórico de transformação, grosso modo entre 1966-1979, foi determinante para a dinâmica de ocupação da nova fronteira no Norte do Brasil, inclusive como uma alternativa a reforma agrária, que transformou-se em objeto de grande cobiça do regime militar.

A estratégia de ocupação dessa parte do território brasileiro não era incompatível com a modernização da agricultura brasileira, nomeadamente na região Sudeste do país. Isso, contudo, se admitirmos que a questão agrária representou, de fato, um aumento da produção de produtos agrícolas para atender o crescente aumento da demanda por alimentos e matérias-primas. Nestas condições, como defende Cutrim Carvalho (2012, p. 29), há pelos menos duas alternativas:

> 1º) Intensificar o aumento da produtividade agrícola das áreas ocupadas por meio do domínio da natureza pelo capital industrial, isto é, através da introdução das tecnologias dos tratores e das colheitadeiras, da aplicação de fertilizantes, defensivos e corretivos e do uso de sistemas de drenagem e irrigação; ou 2º) Incorporar as novas áreas da fronteira ao processo de produção de produtos agrícolas aproveitando a fertilização natural do solo e a mão-de-obra migrante.

Essas duas alternativas, quando inexiste um acordo para realizar uma reforma agrária como uma terceira alternativa, não são incompatíveis em princípio, mas também não são independentes por várias razões. Graziano da Silva (1981, p.115) pondera:

> Porque a renda da terra – tanto a parcela que corresponde à renda absoluta, decorrente do monopólio da propriedade da terra, como a que corresponde à renda diferencia de localização e fertilidade natural do solo, decorrente do monopólio de sua exploração – está regulada pela produtividade dos investimentos adicionais de capital sobre a terra.

No caso do aumento da produtividade agrícola em bases intensivas, por meio de tecnologias avançadas, o desenvolvimento capitalista na agricultura para enfrentar a questão do monopólio da propriedade e a limitação de sua disponibilidade física, devido inclusive ao elevado preço das terras ocupadas, tem como alternativa a exploração de cada unidade de área de modo mais intensivo do

ponto de vista tecnológico com adubação química e sementes de cultivares mais produtivas.

Não obstante, se houver terras disponíveis na fronteira nada impede que essas terras sejam exploradas e incorporadas ao processo produtivo, já que, nesse caso, a renda da terra será formada muito mais pela renda diferencial de localização e fertilidade natural, desde que ainda não se configure o monopólio capitalista privado da terra e o preço da terra na fronteira seja relativamente menor do que o preço da terra das áreas ocupadas.

Em suma, a existência de "terras sem dono" na fronteira funciona como um regulador da intensificação da modernização da agricultura brasileira, condicionando o seu desenvolvimento capitalista da agricultura em bases extensivas ou intensivas. Em compensação, o custo adicional da intensificação do progresso técnico na agricultura, que depende da indústria, determina o ritmo da incorporação produtiva das terras na fronteira econômica e, por conseguinte, a taxa crescimento do desmatamento em uma região como a Amazônia, praticamente coberta por florestas, sustenta Graziano da Silva (1981).

MODELOS DE OCUPAÇÃO DA FRONTEIRA DA AMAZÔNIA BRASILEIRA: FRENTES DE EXPANSÃO E FRENTES PIONEIRAS

As discussões envolvendo a questão agrária no Brasil giram em torno, principalmente, da sua estrutura agrária concentrada e a dualidade econômica de suas relações sociais de produção: capitalista e não capitalistas. A imensidão de terras na fronteira sempre serviu para escamotear a possibilidade de uma política de reforma agrária visando reduzir as desigualdades regionais da riqueza e da renda no Brasil.

Outra importante questão no âmbito do agropecuário brasileiro que mereceu uma ampla discussão foi a modernização da agricultura, como dito anteriormente. Todavia, sem desmerecer a discussão dessas questões, a identificação dos padrões (ou modelos) de ocupação da fronteira é algo merecedor de estudos a partir de agora.

Sobre esse debate, por exemplo, é muito importante mencionar a contribuição de Martins (1975) que, partindo das noções de fronteira da geografia e da economia, conseguiu formular um modelo teórico com vistas a melhorar o entendimento da dinâmica do processo progressivo de absorção das regiões de fronteira pela economia de mercado, com base nos movimentos sociais chamados por ele de frente de expansão e frente pioneira.

Uma parte dos geografos brasileiros, desde 1940, empregam o termo zona pioneira para denominar a fronteira interna do território brasileiro; e costumam denominar de frente pioneira o movimento migratório das pessoas que ocupam as terras virgens da fronteira. Para Monbeig (1957, p. 53-54):

> A concepção geográfica de "zona pioneira" supõe uma concepção dualista do tipo "zona pioneira" versus "zona antiga", na qual esta última é compreendida como o extremo oposto da primeira, caracterizada pelas terras empobrecidas que são transformadas em pastagem e marcadas, devida a emigração à zona pioneira, pelas perdas dos seus tipos mais empreendedores.

Essa dualidade do ponto de vista da geografia perde de vista algo mais importante que são as relações sociais de produção definidoras dessa zona pioneira, com bem observa Martins (1975). Por sua vez, os antropólogos, desde 1950, determinam que as frentes de expansão, como o deslocamento da população dita civilizada e de suas atividades econômicas correspondentes, são reguladas pelo mercado.

O próprio Martins (1980) teve a oportunidade de demonstrar, em diversos momentos, que a noção de "zona pioneira" como uma maneira de caracterizar o processo de ocupação de territórios relativamente vazios, do ponto de vista demográfico, é ambígua e insatisfatória para explicar a dinâmica da fronteira atual no Brasil. A rigor, não existem autênticas zonas pioneiras e nem tampouco, senão como contrafação, os homens pioneiros que lhes correspondam.

No Brasil, os movimentos sociais de ocupação da fronteira possuem uma dinâmica de atuação extremamente particular. Isto é assim porque nem os homens eram tradicionalmente livres e nem as terras eram também livres. Para Martins (1979, p. 59):

> Em 1850, a Lei de Terras instituiu um novo regime de propriedade em nosso país, que é o que tem vigência até hoje, embora as condições sociais e históricas tenham mudado muito desde então. (...) o homem que quisesse tornar-se proprietário de uma gleba teria que compra-lá do dono da terra – o latifundiário. Sendo imigrante pobre, como foi o caso da maioria dos "moradores" das grandes fazendas, teria que trabalhar previamente para pagar o grande fazendeiro.

Nas áreas que não estavam instituídas essas características, como no caso do Nordeste açucareiro e do Sudeste cafeeiro, ou não havia programas de colonização oficial, como ocorreu no Sul do país, a instituição da Lei de Terras teve pouca eficácia. Foi justamente nessas áreas relativamente livres, como é o caso do Centro-Oeste e do Norte do Brasil, que o regime de posse e a economia dos posseiros se expandiram para além dos limites dos territórios já ocupados pelas grandes fazendas de cana-de-açúcar, de café e de pecuária. Martins (1980, p. 73-74) afirma:

> Tradicionalmente, o posseiro operou como desbravador do território, como amansador da terra. A verdade é que, pressionado pelas empresas capitalistas interessadas em desalojá-lo de suas terras, foi frequentemente utilizado para deslocar os grupos indígenas, para avançar sobre as terras deles, desalojando o índio porque este foi desalojado pelo capital.

Esse processo se fez presente, recentemente, no caso da ocupação da fronteira amazônica brasileira, quando as empresas capitalistas, com o suporte financeiro do Estado, começaram a avançar sobre as terras de posseiros e índios. Por tudo isso, a rigor, não é correto reduzir o movimento de ocupação da fronteira amazônica a um único movimento – o movimento dos pioneiros.

Na Amazônia brasileira, estamos diante de dois movimentos distintos e combinados que envolvem complexas formas de conflitos no processo de ocupação territorial. Foi por intermédio do movimento dos posseiros que a sociedade nacional se expandiu nessa parte do território brasileiro ocupada pelos índios. Essa frente de ocupação territorial, liderada pelos posseiros, é chamada por Martins (1979) de frente de expansão.

A economia da frente de expansão é uma economia do excedente, cujas famílias que fazem parte dessa frente produzem mormente para a própria subsistência, e secundariamente trocam os seus produtos excedentes de acordo com o que desejam obter no mercado.

Já a frente pioneira expressa um movimento econômico, cujo resultado imediato é a incorporação de novas terras das regiões de fronteira à economia de mercado em bases capitalistas. A frente pioneira, deste modo, apresenta-se como fronteira econômica, sendo, na verdade, precursora do ponto de vista do capital, já que é uma frente capitalista de ocupação territorial representada pela grande fazenda, pelas empresas agrícolas, bancos, casas de comércio, estradas e todo o aparato institucional do Estado que se põe para mitigar os conflitos. Na visão de Martins (1980, p. 71):

> Nessa frente que surge o que em nosso país se chama hoje, indevidamente, de pioneiro. São na verdade os pioneiros das formas sociais e econômicas de exploração e dominação vinculadas às classes dominantes e ao Estado. Essa frente pioneira é essencialmente expropriatória porque está socialmente organizada com base numa relação fundamental, embora não exclusiva, que é a de compradores e vendedores de força de trabalho.

Portanto, o que caracteriza a penetração do capital no campo não é tanto a instauração das relações sociais de produção baseadas no trabalho alheio, mas sim a instauração da propriedade privada, isto é, a mediação da renda da terra capitalizada entre o produtor

agrícola e a sociedade em geral. Neste particular, outra característica das frentes de expansão é o regime de apropriação da terra.

No Brasil, há diversas formas de apropriação de terras, tais como: a propriedade privada familiar e a propriedade privada capitalista. De maneira objetiva, a propriedade privada familiar não é uma propriedade usada para explorar o trabalho de outrem, pois tem como característica a transformação da terra em terra de trabalho própria das frentes de expansão, diferentemente da propriedade privada capitalista que tem como peculiaridade ser um tipo de propriedade usada para explorar o trabalho alheio, ainda mais em regiões de fronteira.

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA LUTA PELA TERRA E O AVANÇO DA FRONTEIRA AGROPECUÁRIA NA AMAZÔNIA

No período de 1970 a 1974, com a construção das grandes rodovias pelo regime militar, sobretudo com a construção da Rodovia "Transamazônica", que começa um novo avanço da fronteira agropecuária que passou a contar com o suporte institucional-financeiro dos mecanismos de governança criados pelo governo federal: os incentivos fiscal-financeiros.

Essa estrada, partindo de conexões com a rede rodoviária do Nordeste, vai interligar a Belém-Brasília na altura de Marabá, às margens do Tocantins, e segue atravessando as bacias do Xingu e Tapajós até alcançar Humaitá, onde se encontraria com a estrada Porto Velho-Manaus. Com praticamente 1800 Km^2 de extensão, essa grande estrada não só conectou diversos pontos terminais dos trechos navegáveis dos afluentes do rio Amazonas, mas também serviu como estrada de penetração do grande capital sulista e da força de trabalho para os projetos de colonização de assentamento do governo e da iniciativa privada.

Posteriormente, segundo Cutrim e Carvalho (2012, p. 105),

> "com o fracasso desses projetos de colonização agrícola, o aumento do fluxo migratório teve dois destinos: 1º) servir de mão-de-obra para a implantação dos grandes projetos agropecuários

> incentivados pela SUDAM; 2º) a luta pela posse da terra que dura até hoje".

No primeiro caso, nas palavras de Martins (1980, p.113), "o mesmo capital (representado pelas grandes fazendas de gado bovino) que devasta a mata, o índio e o posseiro, devasta ao mesmo tempo as instituições e princípios que sustentam a sua expansão".

No segundo caso, Cutrim Carvalho (2012) observa que a luta pela terra é uma luta básica contra a expropriação da terra na fronteira, pois a luta de classe contra a exploração do trabalho é uma luta que somente aparece em segundo plano na fronteira, onde as instituições que impõem a ordem capitalista ainda não foram estabelecidas, como acontece nas indústrias dos centros urbanos. Em contrapartida, a luta do posseiro contra expropriação da sua terra é uma luta contra a perda do seu principal meio de produção – a terra – sem a qual nada lhe restará a não ser vender a sua própria força de trabalho ao capitalista que agora possui os meios de produção.

Segundo Martins (1980), isso tem muito a ver com a escala do desmatamento florestal na região, pois, enquanto que para o posseiro (o camponês da fronteira) a pequena parte da terra que lhe cabe é uma terra de trabalho cuja escala mínima do desmatamento, necessário para sobreviver com o produto do trabalho familiar, é baseada no tamanho da sua "roça" com culturas de subsistências; para o grande fazendeiro a parte latifundiária da terra que lhe cabe é uma terra de negócios cuja escala máxima do desmatamento florestal necessário depende do lucro máximo (associado ao tamanho da propriedade, tamanho do rebanho bovino, localização e preço da terra) que poderá auferir com fins produtivos com a venda de carne e outros subprodutos do boi ou com a venda da terra para fins meramente especulativos.

Foweraker (1982) toma o conceito de fronteira pioneira em um sentido distinto daqueles associados ao caráter cíclico do crescimento econômico e da ocupação da terra no Brasil, ou seja, os ciclos de crescimento da economia brasileira na fase agroexportadora têm

sido determinados por uma repentina intensificação da demanda por *commodities* agrícolas do mercado mundial – açúcar, ouro, café e borracha – como visto por Prado Júnior (1962).

Apesar disso, para Foweraker (1982) a fronteira pioneira, ao contrário, tem-se expandido em resposta às demandas do mercado nacional e em função da acumulação de capital dentro da economia nacional desde 1930. A fronteira pioneira, consequentemente, é um processo histórico específico de ocupação de novas terras. O período de ocupação de novas terras na fronteira corresponde à fase das mais altas taxas de industrialização e urbanização no Brasil, e começa no momento em que a economia brasileira, pela primeira vez em sua historia, experimenta um grande excedente de mão-de-obra que, com parcas possibilidades de emprego nos grandes centros urbanos, dirige-se no sentido da ocupação de novas terras. Assim, da mesma forma que a economia brasileira cresce "em profundidade", em termos estruturais, nos centros industriais e financeiros, também aumenta em "largura" pela expansão das suas fronteiras agrícolas e agropecuárias.

Quando essa história econômica é vista ciclicamente, os ciclos históricos – ciclo da cana-de-açúcar, da mineração, do café e da borracha – representam a ascensão e queda da atividade econômica numa ou noutra região do Brasil em diferentes épocas, mas não revelam o que existe de comum entre eles, que no caso dos ciclos da fronteira pioneira é importante que a economia nacional seja claramente uma economia tipicamente capitalista.

Por intermédio da abordagem dos ciclos históricos, não parece importante que a base do impulso à exportação tenha sido o trabalho escravo, servil ou "livre". Em outras palavras, a análise não se dá a partir do modo de produção capitalista, mas simplesmente é colocada ao nível da demanda do mercado internacional, afirma Foweraker (1982).

O avanço da fronteira decorre dos movimentos das pessoas e atividades econômicas que acabam transformando, integrando e ampliando novas relações sociais em bases capitalistas do espaço ocupado ou em processo de ocupação territorial. É claro que o processo de avanço da fronteira pioneira deve ser visto dentro da

dinâmica cíclica capitalista, mas com a diferença crucial de que o ciclo de acumulação do capital e apropriação do excedente pode ocorrer simultaneamente em diversas fronteiras do país.

Nesse contexto, o avanço da fronteira agropecuária dentro dos limites territoriais de uma nação é primariamente determinado pelas relações sociais tipicamente capitalistas, que dominam o espaço real de uma formação social concreta e condicionada através de uma grande variedade de instituições de regulações econômicas, sociais, políticas, ambientais, legais e ideológicas levadas a efeito pelo Estado no âmbito do capitalismo.

Percebe-se que a acumulação do capital é a chave para se compreender tanto a forma de expansão da fronteira agropecuária, quanto os mecanismos de comando e controle do Estado para viabilizar esse modelo, o que hoje é melhor comprovado do que no passado, quando foram criadas as instituições e todo o aparato jurídico-institucional contido na "Operação Amazônia"

Além disso, os projetos de colonização dirigida à Amazônia brasileira serviram para que o governo militar agisse e dirigisse os movimentos migratórios antes da chegada da fronteira, ao abrir acessos com a construção de estradas e os incentivos fiscais e creditícios com o intuito de de instaurar o processo de acumulação de capital na fronteira.

Na esteira desse processo de expansão da fronteira, é possível constatar que as frentes de expansão e pioneira entram em contato e irrompem os conflitos e disputas pela terra. É possível que no futuro as propriedades institucionais possam até vir a substituir as formas tradicionais de propriedade privada capitalista e camponesa, mas o momento atual brasileiro necessita, urgentemente, da reforma agrária. Certamente, a forma mais indicada para resolver o problema da luta pela terra e da redução do grau de concentração da terra no país

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil é um país de dimensões continentais, onde existe, ainda, uma relativa abundância de terras agricultáveis nas regiões afastadas dos

grandes centros urbanos e industriais concentrados na região sudeste do país. Apesar da histórica concentração de terras de propriedade de uma oligarquia agrária nas zonas ocupadas, ainda assim há uma imensa área de fronteira a ser conquistada e, posteriormente, ocupada.

O setor agropecuário – compreendendo o conjunto de atividades econômicas vinculadas à exploração do solo para a obtenção de alimentos e matérias-primas de origem vegetal e animal – nos últimos anos vem passando por grandes transformações estruturais decorrentes do processo de modernização conservadora que se seguiu a industrialização pesada nas décadas de sessenta e setenta.

É nesse contexto que se insere a expansão da fronteira agropecuária ocorrida nas últimas cinco décadas, tendo como principal cenário de conflitos a fronteira amazônica do Brasil. A progressiva incorporação das terras dessa parte do território nacional, antes inacessíveis e pouco povoadas, vem se dando através do processo da apropriação privada da terra e dos recursos naturais existentes no solo, no sub-solo e nas águas da bacia amazônica.

Ou seja, a fronteira agropecuária pode ser tanto interna quanto externa aos estabelecimentos agropecuários e dos territórios das macrorregiões em que eles se situam. Porém, muito mais importante do que essa dicotomia subjacente à noção de fronteira é identificar os fatores responsáveis pelo movimento de avanço da fronteira.

O rápido desenvolvimento do capitalismo na fronteira amazônica tem resultado no processo de monopolização da terra. As terras devolutas ou já ocupadas pelos pequenos posseiros e antigos moradores têm sido objeto de cobiça e expulsão ou subordinação dos posseiros e índios.

Além disso, as terras dos grandes proprietários têm sido usadas para fins especulativos, extrativos ou produtivos, sendo que por intermédio das facilidades fiscais e financeiras da SUDAM e das facilidades creditícias do BASA, durante o regime militar, muitas empresas nacionais e transnacionais instalaram-se na Amazônia Legal.

Os grandes proprietários capitalistas para aumentarem o tamanho de suas fazendas de gado bovino usam três métodos: ou compram as terras dos posseiros; ou usam da violência e da coação para expulsar os trabalhadores rurais de suas terras ocupadas; ou ainda usam métodos fraudulentos, com a conivência da burocracia dos órgãos federais e estaduais responsáveis pela regularização e titulação de terras na Amazônia para se apropriarem de terras devolutas ou ocupadas.

Nestes termos, a expansão da frente pioneira agropecuária na Amazônia, quando justaposta ao avanço da frente de expansão de base camponesa, acaba criando uma zona de conflitos e violência social que descamba para assassinatos de lideres dos trabalhadores.

Os camponeses (posseiros) da Amazônia reivindicam a terra ocupada para trabalho, sendo seus direitos sobre a posse e uso da terra para fins agrícolas quase sempre contestados pelos grandes proprietários rurais, pelas grandes empresas pecuárias e, em grande parte, pelos chefes políticos regionais.

Neste caso, não é somente a terra objeto de apropriação pelo grande capital, mas também as benfeitorias e a limpeza do solo realizadas pelos posseiros para formação de pastos para criação de gado quando não aproveita parte da mão-de-obra dos camponeses expulsos de suas terras ocupadas produtivamente.

Neste cenário, nota-se que os incentivos fiscais, de colaboração financeira e os programas de integração nacional facilitaram a apropriação de grandes extensões de terras pelas grandes empresas pecuárias capitalistas, algumas para fins especulativos e de reserva de valor, que só aumentaram o grau de concentração fundiária na região, de maneira especial no Estado do Pará.

Portanto, a fronteira no Brasil sempre desempenhou um papel importante como "válvula de escape" para reduzir as tensões e os conflitos agrários. Entretanto, mesmo na fronteira aberta, há uma tendência, no Brasil, do aumento da concentração de terras nas mãos dos latifundiários, e de outras formas de acumulação do capital.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, D. F. *Economia política do desenvolvimento econômico, formação do estado, padrões de industrialização e crises e ciclos econômicos do capitalismo contemporâneo*. Belém: ICSA/UFPA, 2015. 796p.

CUTRIM CARVALHO, A. *Análise da indústria mineral metálica e seus impactos na Amazônia*. Monografia de Conclusão de Curso, Universidade da Amazônia, Belém, 2005.

CUTRIM CARVALHO, A. *Expansão da Fronteira Agropecuária e a Dinâmica do Desmatamento Florestal na Amazônia Paraense*. Campinas, SP. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

DA SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. 4.ed. Florianópolis: UFSC, 2005.

FOWERAKER, J. *A Luta pela Terra*: a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais. Trad. Maria Júlia Goldwasser. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1982. 315p.

GRAZIANO DA SILVA, J. A porteira já está fechando? In: *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1981. p. 115-125.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 1991.

MARTINS, J. S. *Capitalismo e tradicionalismo*: estudos sobre as contrações da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Livraria Pioneira, 1975.

MARTINS, J. S. *O cativeiro da terra*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MARTINS, J. S. *Expropriação e violência*: a questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1980.

MONBEIG, P. Evolução de gêneros de vida rural tradicionais no Sudoeste do Brasil. *Novos estudos de geografia humana brasileira*. São Paulo: Difusão Europeia, 1957.

PRADO JÚNIOR, C. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1962.

SIMONSEN, M. H; CAMPOS, R. O. Imaginação Reformista. *A nova economia brasileira*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1979.

PARTE 2:
CIDADE NA AMAZÔNIA

SUBURBANIZAÇÃO CONDOMINIAL COMO ASPECTO DA METROPOLIZAÇÃO REGIONAL: TENDÊNCIAS RECENTES DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM[5]

Tiago Veloso dos Santos[6]

INTRODUÇÃO

Historicamente, a caracterização de uma área ou região metropolitana foi percebida a partir da constituição de uma forma urbana específica, em geral caracterizada pela gradativa aproximação das malhas urbanas entre cidades distintas, o que levava a uma unificação do ponto de vista físico-territorial daquele espaço, denominada conceitualmente como conurbação.

Nas últimas três décadas[7], entretanto, percebe-se com maior regularidade a existência de espaços urbano-metropolitanos que não têm como única ou mesmo a mais importante característica a conurbação. Em alguns casos, a unidade físico-territorial urbana não é o elemento mais marcante de várias aglomerações metropolitanas na realidade brasileira, conforme destaca Lencioni (2008), para quem essa qualidade metropolitana contemporânea está relacionada a conceitos como concentração e centralização do capital, parâmetros

[5] Artigo produzido a partir da pesquisa "Trajetórias do Planejamento Urbano na Região Metropolitana de Belém (1973 – 2015)", que contou com apoio institucional e financeiro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, Tecnológica e Inovação (PIBICTI), no período 2015 – 2016.

[6] Geógrafo. Doutor em Desenvolvimento Socioambiental pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (UFPa). Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPa). Sócio Efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP). E-mail: tiago.veloso@ifpa.edu.br

[7] Estudos como o de CASTELLS (1999a, 1999b), CARLOS (2001), LENCIONI (2003, 2006, 2008, 2011), SANTOS (1993), SOJA (2000) apontam, a partir de diferentes referenciais teórico-metodológicos e referências empíricas, para novas qualidades no processo de urbanização, em particular a intensificação da metropolização.

consistentes para se pensar a dinâmica urbana atual. Tais mudanças expressam um tipo de metamorfose socioespacial e constitui produto contemporâneo da metropolização do espaço, processo esse que tem basicamente oito características.

A primeira é que seu fundamento não diz respeito apenas à transição do rural para o urbano, muito embora o processo possa contê-la, porque seu núcleo é a urbanização. A segunda é de que a metropolização do espaço conforma uma região de grande escala territorial e com limites extremamente dinâmicos e difusos. A terceira característica é a dessa região expressar ao mesmo tempo uma nítida e intensa fragmentação territorial e transparente segregação social, até então nunca vistas, ao lado de espaços com características bastante homogêneos. A quarta característica deve-se à redefinição das antigas hierarquias entre as cidades da região e da rede de relações entre elas. A quinta diz respeito ao expressivo número de cidades conurbadas com incrível polinucleação e intensa e múltipla rede de fluxos. A sexta característica é relacionada à diminuição relativa ao crescimento demográfico da cidade central, acompanhada de expansão demográfica e desenvolvimento do ambiente construído de outros municípios da região. A sétima característica se pauta pela redefinição das pequenas cidades com os espaços polinucleados. A oitava diz respeito à intensidade dos movimentos pendulares entre algumas cidades da região, consagrando uma expressiva estrutura regional em rede (LENCIONI, 2008, p. 52).

Podemos afirmar, então, que a metropolização do espaço seria a repercussão mais intensa da urbanização do território aludido por Santos (1993). Essas características, segundo Lencioni (2008), compõem um novo tipo de metrópole, o que configura uma espécie de transição, na qual:

> As formas atuais da transformação dos lugares, das condições de vida de seus habitantes, das estruturas da produção de bens e de serviços anunciam uma nova época, uma novidade radical na história da civilização: uma mudança na modernidade. (LENCIONI, 2008, p. 52)

Reconhecendo essa mudança como uma característica da urbanização contemporânea, é importante analisar a lógica que deu origem ao seu surgimento, e, mais que isso, compreender os elementos constitutivos dessa nova forma metropolitana, identificada mais pela concentração e disseminação de fluxos materiais diversos que são produto, condição e meio da produção do espaço urbano-metropolitano, cada vez mais densos em termos de relações socioespaciais, do que pela unidade físico-territorial exclusivamente.

Nesse caso em particular, toma-se como referência empírica de análise a Região Metropolitana de Belém (RMB), principal aglomeração metropolitana da Amazônia brasileira. Esta região, ainda que identificada historicamente por características biogeográficas e morfoclimáticas, tem apresentado uma significativa alteração de sua paisagem natural de floresta tropical. Essa alteração, proveniente do processo de produção do espaço regional, coloca as cidades e o urbano como a principal referência territorial no final do século XX e início do século XXI.

Nesse sentido, acompanhando as tendências de urbanização do território brasileiro, a região já apresentava cerca de 70% de sua população vivendo em áreas urbanas no início do século XXI, em contraste com apenas 30% nos anos 1950, segundo os dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Mais que a expressão estatística dessa alteração na composição demográfica da população e do povoamento regional, os dados revelam uma tendência à formação de aglomerações urbanas como as principais bases de organização do território no cenário regional.

A Região Metropolitana de Belém (RMB), nesse aspecto, é identificada como a principal aglomeração metropolitana no contexto regional, ainda que não a única, o que mostra certa regularidade na formação de espaços metropolitanos como parte do cenário regional amazônico na atualidade[8].

[8] Em estudo anterior, Santos (2015) identificou, a partir de elementos teórico-conceituais, três espaços metropolitanos na Amazônia brasileira, Belém (PA),

Em certo aspecto, a RMB é um espaço metropolitano reconhecido desde os anos 1970, sendo a única região metropolitana institucionalizada nesse período, em conjunto com outras oito no território brasileiro[9]. Analisando as mudanças pelas quais esse espaço tem passado nas últimas duas décadas, destacam-se alguns elementos importantes para a sua manutenção como referência urbana regional e reestruturação metropolitana recente.

Tais elementos são mediados por quatro aspectos da produção de seu espaço; 1) a intensificação da produção de assentamentos habitacionais cada vez mais distantes do núcleo metropolitano e de sua periferia imediata; 2) relativa suburbanização de parcelas das classes médias e altas, com a produção de assentamentos destinados a esses grupos de renda fora do núcleo metropolitano; 3) aumento do volume de fluxos intermunicipais, seja aos municípios constituintes do espaço metropolitano institucional, seja daqueles que, mesmo não fazendo parte da institucionalidade, têm cada vez mais relações com o espaço metropolitano e; 4) difusão de grandes objetos técnicos que são condição, produto e meio da reestruturação do espaço metropolitano.

Tais aspectos serão considerados a partir de uma conceituação teórica e histórica que compreende esses elementos como componentes de uma realidade urbana e metropolitana que não se encerra na região amazônica, mas que espelha tendências recentes da urbanização brasileira.

São esses aspectos que exploro ao longo deste trabalho para compreender a produção do espaço na Região Metropolitana de Belém, enquanto uma tendência que se apresenta para a formação de espaços metropolitanos no mundo atual.

Manaus (AM), São Luís (MA).

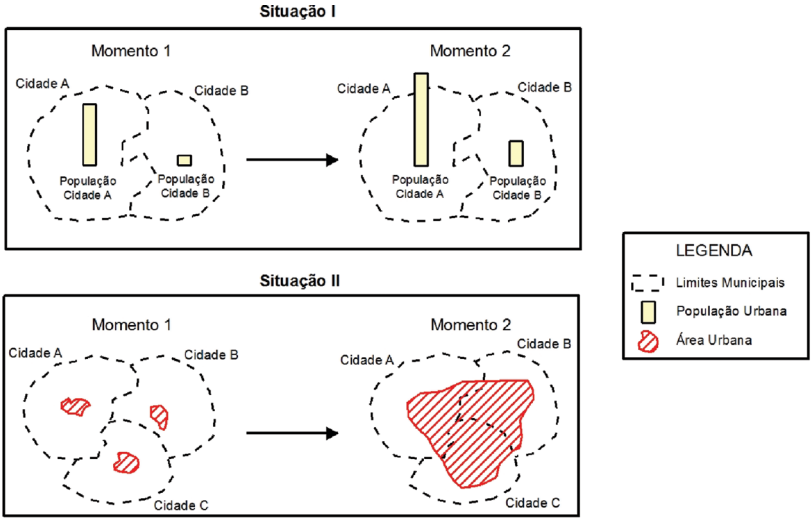
[9] Em 1973, o governo federal a partir da Lei Complementar nº 14, instituiu oito regiões metropolitanas no Brasil: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Recife, Salvador e Belém, a única na região Norte do Brasil.

DA UNIDADE FÍSICO-TERRITORIAL A CONCENTRAÇÃO DE FLUXOS MATERIAIS: A NOVA FORMA DA METROPOLIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA

A forma conurbada aparece como a primeira manifestação do fenômeno metropolitano, sendo, por determinado período, confundida com o próprio fenômeno da metropolização. Esta forma é caracterizada historicamente como um tipo de crescimento urbano que expande a cidade, prolongando-a para fora de seu perímetro e territorialmente definido e, desse modo, absorvendo pequenos aglomerados urbanos e rurais e outras cidades adjacentes, em geral cidades menores, que já estão sobre a influência direta ou indireta da grande cidade, que passa a constituir o núcleo metropolitano. Estas cidades adjacentes, que até possuem autonomia política e administrativa, acabam comportando-se como parte integrante da cidade principal, agora metrópole.

O avanço da urbanização, decorrido principalmente após a década de 1960 no Brasil, provocou grandes transformações nas relações sociais e na configuração dos espaços e redes urbanas no País. A conurbação, segundo Villaça (1998, p. 51), "ocorre quando uma cidade passa a absorver núcleos urbanos localizados a sua volta, pertençam eles ou não a outros municípios" é um dos processos que acelerou a configuração social e morfológica das cidades. Com a expansão e a integração dos espaços urbanos, desaparecem, do ponto de vista socioespacial, ainda que não no aspecto político-administrativo, os limites físicos entre os diferentes núcleos urbanos. A partir de então, ocorre uma distinção entre o espaço edificado e a estrutura político-administrativa. Como uma importante característica do aspecto metropolitano é a contínua expansão de sua malha urbana, o território metropolitano está constantemente avançando em direção a áreas cada vez mais distantes, ocasionando a transformação do uso do solo rural em terra urbana. Isto força tanto a incorporação de novos territórios, como o adensamento dos já ocupados, conforme pode ser observado no esquema representado na figura 1.

Figura 1 – Esquema clássico das formas de conurbação metropolitana.



Elaboração: Tiago Veloso dos Santos

Na situação 1, vemos que o crescimento da população urbana de duas cidades com perfis demográficos distintos é um componente da possibilidade de conurbação entre as duas cidades. No momento 2, o crescimento da população altera o padrão de ocupação da área urbana, fazendo com que cada vez mais os núcleos urbanos estejam próximos, até o ponto em que não há como distinguir seus limites paisagísticos, e, em alguns casos, seus limites administrativos.

Nas cidades em processo de conurbação, o principal desses fluxos é o deslocamento cotidiano de populações[10] nas suas atividades de trabalho, educação e lazer. A existência de fluxos populacionais significativos, geralmente entre o núcleo metropolitano e sua periferia imediata, ou, até mesmo a mais distante, gera padrões de estruturação dos espaços contínuos

[10] A referência é o característico fluxo pendular, ocasionado por populações que se deslocam cotidianamente, ou em espaços relativamente curtos de tempo, algumas horas, por exemplo, para atividades de trabalho, estudos, lazer e busca de serviços.

que, por vezes, são chamados de cidades dormitórios[11] ou subúrbios[12].

De toda forma, embora o padrão conurbado tenha sido o primeiro elemento caracterizador dos espaços metropolitanos, este não explica, por si só, o fenômeno da metropolização. A forma é uma maneira de expressão de determinadas funções e processos, que, nesse caso, também diz respeito às configurações de fluxos que compõem as metrópoles.

Para Seabra (2011), a formação da metrópole equivale ao movimento da própria formação socioeconômica, o qual ocorre dilacerando as formações pretéritas, tanto de cidades como de subúrbios, e alcançando, sobretudo, as entranhas da cidade, embora apenas algumas cidades cheguem de fato à condição de metrópole. Tal referência leva a compreender a mudança da forma espacial da metrópole contemporânea como um meio de transformação do capitalismo contemporâneo nesse momento da história, com uma dependência cada vez maior da acumulação via exploração do solo urbano.

Para Gottdiener (2010), existe ao menos um aspecto fundamental do atual crescimento socioespacial: a vida urbana tornou-se portátil e, desse modo, ocorreu o mesmo com a "cidade". Em lugar da forma compacta de cidade, que outrora representava um processo histórico em formação, existe agora

[11] Designação utilizada para os aglomerados urbanos nos arredores de uma grande cidade, que usualmente servem de moradia a trabalhadores da cidade-núcleo e estão ligadas por meios de transporte aos locais de trabalho da maioria de seus residentes. Uma das características das cidades-dormitórios é que nelas as atividades econômicas não são suficientes para empregar a população ativa, o que leva parte da mão de obra a realizar o movimento pendular para a cidade mais próxima para exercer suas atividades.

[12] A definição de subúrbio designa as áreas ao redor do núcleo urbano central. Entretanto há diferenças quando consideradas realidades urbanas de países centrais e dos periféricos. Enquanto nos países centrais o subúrbio é local de moradia das classes média ou alta, com índices de qualidade de vida e segurança maiores que os das áreas centrais e com baixa densidade populacional, nos países periféricos, é considerado periferia urbana, sendo comumente utilizado para se referir a áreas que não possuem todos os recursos das áreas centrais, principalmente no aspecto dos equipamentos sociais e serviços urbanos, portanto, associado a áreas de renda baixa.

uma população metropolitana distribuída e organizada em áreas regionais em permanente expansão, que são amorfas na forma, maciças no escopo e hierárquicas em sua escala de organização social (GOTTDIENER, 2010).

É a essa nova forma de espacialização das metrópoles contemporâneas que denominamos "concentração fluida", a aglomeração urbana continua sendo característica do espaço metropolitano, mas não é somente a sua forma compacta ou contínua que a caracteriza como tal. A emergência de uma nova realidade de interdependência econômica e urbana global constrói um ambiente propício para as mudanças na lógica de estruturação da metrópole contemporânea que extrapolam os limites somente da conurbação entre cidades diferentes e separadas por limites político-administrativos e continuidade socioterritorial. A conurbação, portanto, não era, de maneira alguma, expressão da construção de um espaço urbano característico de relações sociais específicas, mas sim um momento de passagem da transformação cada vez mais intensa das terras rurais adjacentes para o urbano, e da cidade para a metrópole. A metrópole passa a ser entendida como algo a mais que a quantidade de expressões urbanas, demográficas e econômicas, mas como uma nova forma de constituição das relações sociais capitalistas contemporâneas no espaço metropolitano.

Partindo dessa interpretação, autores diferentes dão peso distinto aos elementos que ajudam a compor esse mosaico que passa a ser o espaço metropolitano. Para Gottdienner (2010), a perspectiva convencional sobre reestruturação de regiões metropolitanas envolve mudanças sociais mais complexas do que simples fatores causais, sendo necessário associar a característica estrutural do modo de produção a aspectos contemporâneos da forma socioespacial. Existem elementos para se considerar a estruturação do espaço metropolitano, com destaque para a habitação, a suburbanização e as localizações industriais:

> [...] na questão da desconcentração regional metropolitana é necessário considerar o problema da habitação, a suburbanização, a expansão metropolitana, as atividades imobiliárias, a localização das indústrias nas periferias, ou seja, as mudanças entre centro e periferia. (GOTTDIENER, 2010, p. 241)

Em outro aspecto, tomando a realidade brasileira como parâmetro de análise, Villaça (1998) destaca a autossegregação das elites e a segregação espacial das classes de renda inferior como essenciais para analisar o padrão de estrutura metropolitana brasileira. Portanto, realidades que apresentam contextos diferentes não podem ser entendidas apenas a partir de dinâmicas comparativas no aspecto econômico ou urbano, conforme Villaça (2012):

> La ciencia – en este caso la geografía urbana – no puede limitarse a describir el espacio urbano. Es indispensable que lo explique. Una buena descripción no conduce necesariamente a una buena explicación, pero una mala descripción conducirá siempre (a menos que por causalidad) a una mala explicación. Explicar el proceso de la segregación es más importante que denunciarlo como "un mal causado por la ambición de los hombres" o algo "malo" o "equivocado". Entender es una posición científica: condenar es una posición moral. (VILLAÇA, 2012, p. 183)[13]

Com o entendimento da existência de elementos diversos na composição de estruturas metropolitanas na atualidade, depreende-se que o tipo de estrutura apresentada nas metrópoles regionais, como em nosso caso uma metrópole amazônica, não é a simples

[13] Tradução: A ciência – e neste caso a geografia urbana – não pode limitar-se a descrever o espaço urbano. É indispensável que o explique. Uma boa descrição não conduz necessariamente a uma boa explicação, mas uma má descrição conduzirá sempre (a menos que por causalidade) a uma má explicação. Explicar o processo de segregação é mais importante que denunciá-lo como um "mal causado pela ambição dos homens" ou algo "mal", ou "equivocado". Entender é uma posição cientifica: condenar é uma posição moral.

reprodução de formas de organização verificadas em outras realidades – seja o Brasil, analisado por Villaça (1998) –, tampouco correspondem a formas ainda mais distantes no aspecto da formação socioespacial, como as analisadas por Gottdienner (2010).

A particularidade regional, quando considerada a disseminação das cidades e a intensificação das dinâmicas urbanas na Amazônia, leva a interpretações variadas da existência deste mesmo conteúdo urbano. Para Browder e Godfrey (2006), por exemplo, a expansão da urbanização com a intensificação da metropolização no contexto regional gerou sistemas de assentamento na Amazônia de forma irregular e descolada de um princípio geral de organização espacial. Assim, a urbanização na Amazônia seria funcionalmente desarticulada dos desenvolvimentos regionais industriais e agrícolas. Enquanto a expansão agrícola e o crescimento industrial são limitados a locais específicos da Amazônia, o crescimento da população urbana é generalizado em toda a região, concluindo que o processo de urbanização é desconexo dos processos locais de desenvolvimento (BROWDER; GODFREY, 2006).

Ao contrário dessa interpretação, defende-se aqui que a particularidade regional e urbana amazônica reside justamente no fato de que a existência desse perfil de metropolização, do qual o espaço metropolitano de Belém é nosso exemplo, diz respeito exatamente às redes de relações que mantêm a Amazônia, de forma variada, ligada às forças econômicas globais, o que seria um princípio geral orientador da metropolização regional, e não, por conseguinte, reflexo de uma suposta desarticulação funcional.

Nesse caso, pode-se verificar que a ideia de desarticulação funcional não cabe, quando considerada uma metrópole regional que destoa dessa interpretação. Particularmente em Belém, a expansão do tecido urbano e a configuração recente de um espaço metropolitano tem, ao contrário, mantido relações com processos em escala nacional e, com menor intensidade também, dinâmicas globais que são indutores do tipo de metropolização do espaço que se expressa na região. A exploração de elementos que provocam nas últimas décadas

uma reestruturação metropolitana que tem efeitos importantes sobre a rede urbana regional e também sobre a estrutura interna da metrópole irá auxiliar a compreensão desse processo complexo em uma região periférica como a amazônica. É este um dos objetivos desse trabalho.

OS ELEMENTOS DA METROPOLIZAÇÃO REGIONAL EM BELÉM: DO CONFINAMENTO URBANO ORIGINAL À REESTRUTURAÇÃO AMPLIADA E DISPERSA

Fotografia 1 – Trecho da rodovia BR-316[14]: os limites entre Belém e Ananindeua tornam-se imperceptíveis, dado o processo de conurbação e a intensidade dos fluxos da BR-316, via de grande importância para o processo de metropolização a partir da década de 1960.

Fonte: Tiago Veloso dos Santos (2014).

Em se tratando de uma metrópole, a realidade de Belém guarda particularidades advindas de sua formação enquanto referência regional. O contexto histórico-geográfico considerado aqui não

[14] A Rodovia BR-316 faz parte de um conjunto formado por onze rodovias federais, que ligam a capital, Brasília (DF), à cidade de Belém (PA), em uma conexão conhecida como Belém-Brasília. A BR-316 segue de Belém (PA) até Maceió (AL) e recebe o nome de "Rodovia Belém-Brasília" no trecho entre Belém (PA) e Santa Maria do Pará (PA), concomitante com a BR-010 e com a BR-308 (BRASIL, Ministério dos Transportes, 2010).

remonta às origens da cidade desde sua fundação, ainda no século XVII, mas sim reconhece a história de sua formação metropolitana, posto que, de fato, até meados do século XX, a cidade estava confinada a uma área ainda relativamente próxima de seu local de fundação. A periodização apresentada por Moreira (1989) sobre o crescimento urbano de Belém até a década de 1960 relata que:

> Em princípio, a cidade se expandiu acompanhando a orla fluvial, para, em seguida, se interiorizar e se continentalizar, definindo as três primeiras fases de seu crescimento: a ribeirinha (da fundação da cidade em 1616 até meados do século XVIII); a de penetração ou interiorização (de meados do século XVIII a meados do século XIX); e a de continentalização (de meados do século XIX em diante) (MOREIRA, 1989, p. 52).

A trajetória de crescimento urbano da cidade acompanhou do século XVII até a primeira metade do século XX as necessidades regionais, ainda pouco presentes de um espaço urbano complexo. Desse modo, essa periodização não deve ser vista de forma alguma como uma cadeia evolutiva do espaço urbano belenense, visto que em determinados momentos da história, também acompanhando a maior dinâmica econômica regional, Belém ascendeu na rede urbana regional e nacional, como exemplo, durante o período da borracha. Mas, com o encerramento dos ciclos econômicos episódicos, a cidade voltava a seu perfil padrão de uma malha urbana ainda bastante limitada.

Assim, somente em período mais recente, segundo Trindade Júnior (1998), é possível afirmar a configuração de uma quarta fase de expansão urbana belenense, agora marcada pela dinâmica da metropolização, que pressupõe o significativo avanço da malha urbana em relação ao período e às fases anteriores:

> Acrescentaríamos a essa periodização de Moreira (1989), uma outra fase, a de metropolização, que se inicia na década de sessenta e se consolida nas décadas seguintes e que pressupõe a incorporação de cidades e vilas próximas a Belém, definindo

> uma malha urbana única, ainda que fragmentada (TRINDADE JÚNIOR, 1998, p. 03).

Nesse caso, compreende-se que a metrópole de Belém teve seu momento de configuração inicial em direção à formação de uma malha metropolitana a partir dos anos 1960, no contexto de alteração das redes de circulação, com a construção da rodovia Belém-Brasília, primeiro grande eixo de penetração rodoviário da Bacia Amazônia (VICENTINI, 2004), elemento fundamental para compreensão da metropolização regional.

Assim, é possível entender a metropolização regional a partir do desenvolvimento da infraestrutura que possibilitou o projeto de integração da Amazônia ao restante da economia nacional via articulação dessas redes rodoviárias. As mudanças no papel da região também tiveram repercussões na produção do espaço urbano de Belém que, até a década de 1960, estava limitada fisicamente. Para Trindade Júnior (1998, p. 03), essas mudanças no espaço urbano integram uma dinâmica:

> [...] em que a região amazônica passa a vivenciar as transformações decorrentes de sua efetiva integração econômica ao Nordeste e ao Centro-Sul do País - tendo como um dos marcos desse processo a inauguração da Rodovia Belém-Brasília - e cujas repercussões se traduziram de maneira decisiva no plano de sua configuração espacial.

Se até a década de 1960 a malha urbana estava confinada ao perímetro demarcado pelos seus bairros centrais e periferias imediatas, sempre dentro do próprio município de Belém, o estímulo advindo das novas dinâmicas regionais, tais como a introdução dos eixos viários, impulsionam o crescimento em direção a outros distritos e municípios.

Ao mesmo tempo, as limitações às demandas da nova configuração regional estimularam mudanças de ordem espacial intraurbana decorrente do crescimento da cidade. A existência de uma ampla área destinada aos diversos órgãos estatais e paraestatais, formando um verdadeiro "cinturão institucional", fez com que a

introdução dos eixos rodoviários se tornasse um dos elementos da posterior intensificação do uso do solo, contribuindo para a formação de um núcleo metropolitano marcado por um intenso uso imobiliário, e tornando possível de vez a ultrapassagem da área urbana da cidade chamada de Primeira Légua Patrimonial[15], conforme pode ser visualizado no mapa 1.

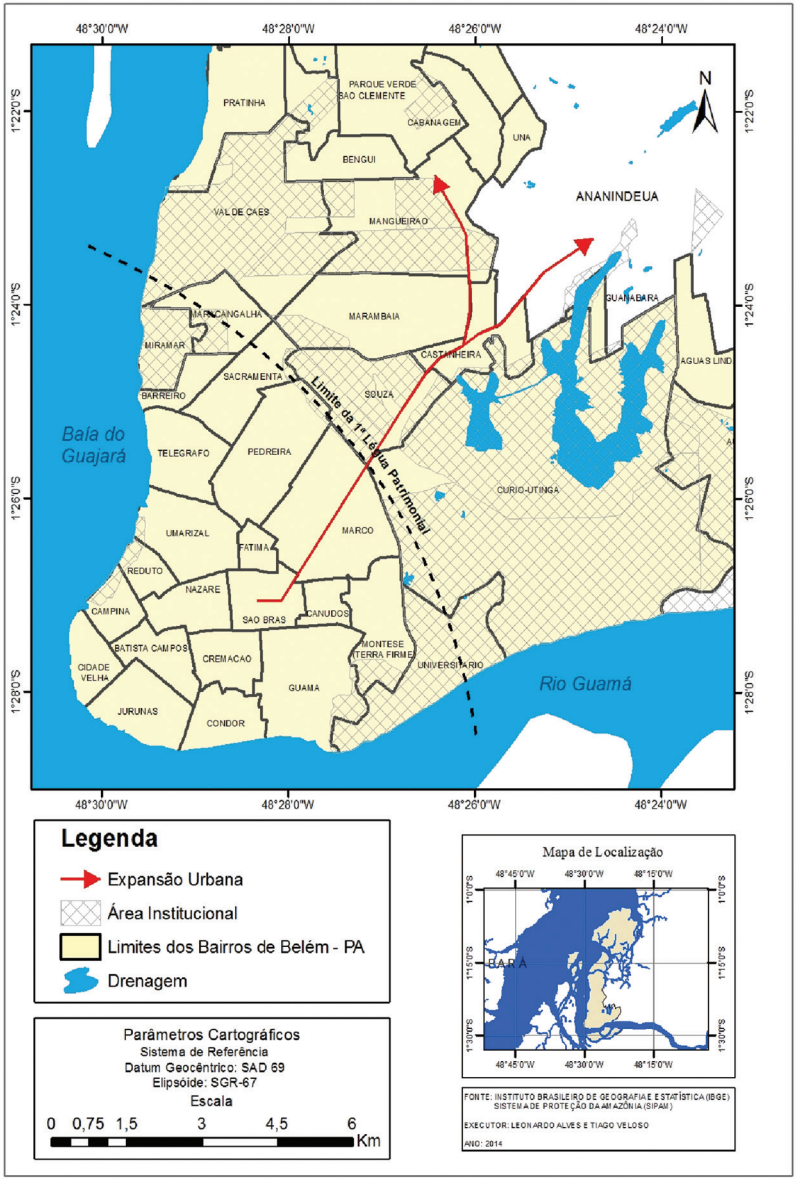
O mapa 01 revela o sentido da expansão urbana em Belém a partir da década de 1960, com o gradual rompimento dos limites estabelecidos pelo "cinturão institucional". Tal expansão é promovida a partir de duas dinâmicas de produção do espaço urbano-metropolitano seguindo as duas principais vias de saída da cidade, a rodovia federal BR-316 em direção aos municípios adjacentes da região metropolitana institucional e a Avenida Augusto Montenegro, que segue em direção aos distritos periféricos do município de Belém.

Por um lado, temos o contínuo estabelecimento de assentamentos habitacionais para parcelas cada vez mais distantes do núcleo metropolitano em direção a periferia imediata e aos municípios contíguos (Ananindeua, Marituba Benevides), e, mais recentemente também em direção contínua a periferias distantes de municípios não-contíguos a Belém (Santa Bárbara do Pará, Santa Izabel do Pará).

Esses eixos de expansão do espaço metropolitano de Belém só podem ser compreendidos pela forma particular de crescimento da cidade, que, em um primeiro momento, estiveram confinados à área central da metrópole, o que implicava em um crescimento dos bairros inseridos na Primeira Légua Patrimonial de Belém.

[15] Área de terra de aproximadamente 4.110 ha, que constituiu o patrimônio fundiário inicial da municipalidade – o chamado "rossio" – doado pela Coroa Portuguesa em 1627. Ela obedece a um traçado de uma légua – contada a partir do marco de fundação da cidade, o Forte do Presépio (hoje Complexo Feliz Lusitânia) – em arco de quadrante das margens da Baía de Guajará em direção sul, e Rio Guamá em direção norte (MEIRA FILHO, 1975), que foi demarcada no início do século XVII. Hoje, essa área corresponde à parte mais densamente construída e valorizada de todo o espaço metropolitano, sendo, igualmente a área onde está localizada a maior parte dos bairros (TRINDADE JÚNIOR, 1998, p. 113).

Mapa 1 – Belém: expansão do espaço urbano para além do núcleo metropolitano



Podemos verificar esse processo de evolução da ocupação da cidade de Belém através de seus bairros. A Tabela 01 demonstra que

na década de 1960 os bairros mais populosos estavam localizados no interior da Primeira Légua Patrimonial (Marco, Umarizal, Jurunas, Guamá, Canudos, São Brás), o que hoje conforma o núcleo metropolitano. Progressivamente, já na década de 1980 em diante, há um continuo crescimento populacional de bairros além dessa área, embora alguns bairros continuem crescendo no interior da Primeira Légua, especialmente aqueles considerados de baixa renda, ocupados por classes populares.

Tabela 1 – Belém: bairros mais populosos (1960, 1985, 1996 e 2010).

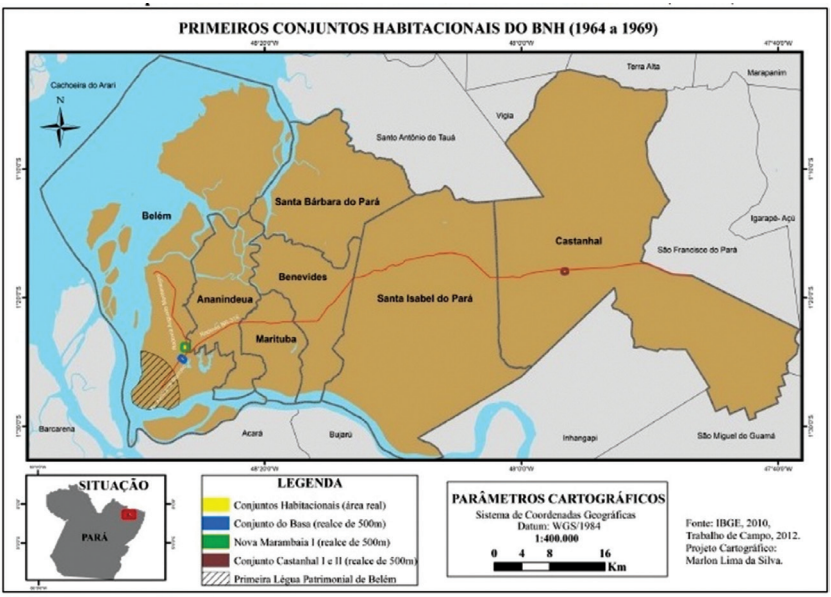
Bairros	1960	Bairros	1985	Bairros	1996	Bairros	2010
Marco	40.550	Guamá	104.067	Guamá	97.833	Guamá	102.124
Umarizal	33.289	Maram-baia	102.365	Pedreira	69.152	Pedreira	69.608
Telégrafo	30.148	Pedreira	85.767	Marco	68.844	Maram-baia	66.708
Jurunas	29.969	Marco	84.261	Jurunas	66.062	Tapanã	66.669
Pedreira	25.619	Jurunas	81.334	Maram-baia	64.357	Marco	65.844
Guamá	23.400	Souza	80.433	Terra Firme	53.136	Jurunas	64.478
Sacra-menta	20.773	Telégra-fo	59.701	Sacra-menta	43.239	Terra Firme	63.191
Canudos	15.686	Condor	56.115	Telégra-fo	40.618	Coqueiro	51.776
São Brás	15.049	Terra Firme	54.985	Tapanã	38.214	Sacra-menta	44.413
Souza	14.567	Crema-ção	40.346	Coquei-ro	33.024	Telégrafo	42.953

Fonte: Penteado (1968), Rodrigues (1996), Belém (1999), Pará (2010).
Organização: Tiago Veloso dos Santos.

Essa dinâmica tem indução significativa por parte das políticas públicas, especialmente as políticas de habitação, que, desde os anos 1960, são recorrentes nas grandes cidades brasileiras, especialmente aquelas que a partir de 1973 são institucionalizadas como regiões metropolitanas, como é o caso de Belém.

O mapa 02 apresenta os primeiros indícios dessa dinâmica em Belém, ou seja, a localização dos primeiros conjuntos habitacionais produzidos pela política de habitação oficial, naquele momento a partir de financiamentos do Banco Nacional de Habitação (BNH), já neste período fora do perímetro central da cidade de Belém e já próximos aos municípios adjacentes, nesse caso o município de Ananindeua:

Mapa 2 – Conjuntos Habitacionais do BNH na Região Metropolitana de Belém (1964-1969).



Fonte: SILVA (2014)

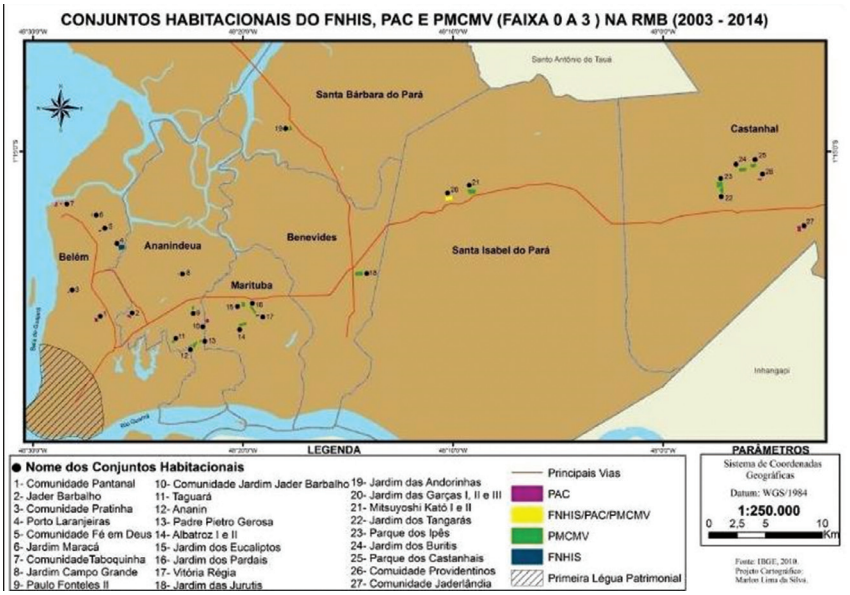
Essa tendência, que já se apresentava como embrionária na década de 1960, é cada vez mais viabilizada pelas políticas oficiais, não se limitando apenas à política de habitação, sendo maior exemplo a própria criação da Região Metropolitana de Belém em 1973, configurada originalmente apenas pelos municípios de Belém e Ananindeua e que também seguia esse princípio geral orientador da expansão da malha urbana de Belém em direção aos municípios adjacentes.

Para Silva (2014), que analisa cinco décadas de produção do espaço urbano na Região Metropolitana de Belém (1960-

2010), tendo como elemento central de sua análise os conjuntos habitacionais, desde a década de 1960, a mancha urbana da RMB vem crescendo de forma acelerada, num contexto em que a construção de conjuntos habitacionais tem assumido destaque.

As políticas habitacionais desde o Banco Nacional de Habitação (BNH) e que têm como exemplo mais recente o Programa "Minha Casa, Minha Vida" (PMCMV) vêm se materializando em localizações específicas na RMB, com ritmos e intensidades que expressam a lógica conflituosa da produção do espaço urbano na escala metropolitana (SILVA, 2014). De forma geral, essas políticas estão expressas em uma cartografia particular das políticas de produção habitacional oficial para a RMB, como pode ser visualizada no Mapa 03:

Mapa 3 – Conjuntos Habitacionais do FNHIS, PAC e MCMV (Faixa 0 a 3) na RMB (2003 – 2014).



Fonte: SILVA (2014)

A política urbana oficial, portanto, levando em consideração um amplo período de tempo (1960-2010), com gestões políticas e

programas administrativos os mais diversos, tiveram diretriz bastante semelhante, qual seja, a indução de assentamentos populares como forma de expandir a malha urbano-metropolitana de Belém.

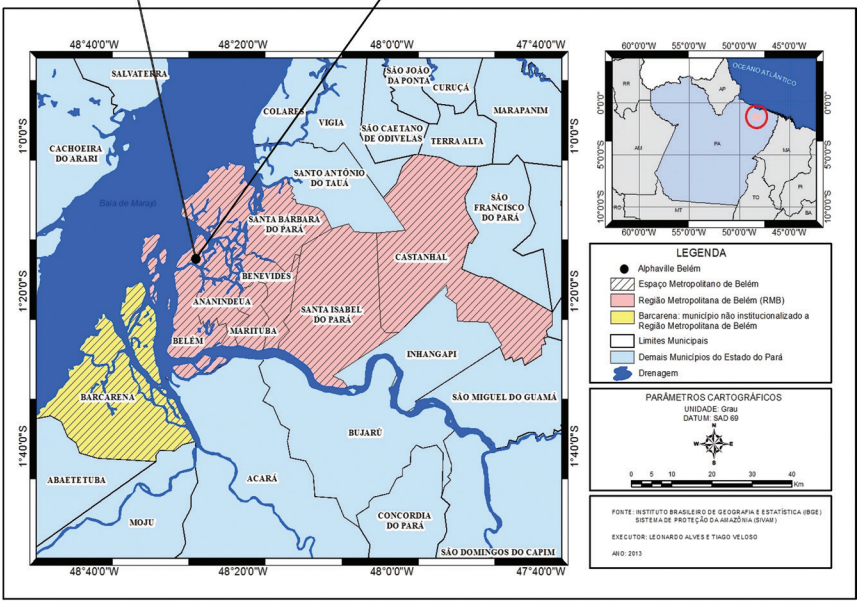
Para além das políticas de habitação oficial, uma outra tendência que identificamos é uma progressiva e relativa suburbanização de parcelas das classes médias e altas, com a produção de assentamentos com características específicas para esses grupos de renda fora do núcleo metropolitano, sendo representativo dessa mudança, o fato de Belém receber investimentos imobiliários do porte de empreendimentos como o Alphaville[16]. Esse empreendimento está localizado em uma área afastada do centro da cidade, conforme pode ser visualizado no mapa 4, no distrito de Outeiro.

[16] Os Empreendimentos "Alphaville" têm-se caracterizado, desde os anos 1970, como empreendimentos imobiliários horizontais exclusivos para classes de alta renda. A primeira experiência data de 40 anos e foi desenvolvida na Grande São Paulo, em setembro de 1973 (coincidência ou não, no mesmo período de criação das regiões metropolitanas). A marca, que, no início, nasceu para abrigar a instalação de indústrias não poluidoras que procuravam áreas próximas à capital paulista, é hoje referência nacional em empreendimentos horizontais, bairros planejados e núcleos urbanos em todo o País, com presença em 21 estados e no Distrito Federal (ALPHAVILLE, 2013).

Mapa 4 – Alphaville: Produção imobiliária de alto padrão no espaço metropolitano de Belém.

Fotografia 02 - Padrão de entrada

Fotografia 03 - Outdoor Publicitário – Alphaville Belém



Esse distrito tem por característica ser uma área de moradia de classes de baixa renda e também de lazer popular, o que, de certa forma, contradiz o esforço das classes de alta renda em Belém em se manter próximas ao centro. Caracteriza ainda, uma tendência de dispersão do espaço metropolitano de Belém, só que, dessa vez, não a partir da periferização das classes populares, mas sim da suburbanização das classes de alta e média renda.

O terceiro dos elementos desse processo de metropolização regional em Belém refere-se ao aumento do volume de fluxos intermunicipais, sejam fluxos que se referem aos municípios constituintes do espaço metropolitano institucional, seja daqueles que, mesmo não fazendo parte da institucionalidade, têm cada vez mais relações com o espaço metropolitano.

Um primeiro indício do aumento de fluxos é a contínua expansão da metrópole em direção a sua periferia imediata que se dá de forma mais visível a partir dos anos 1980 com o crescimento da urbe em direção aos municípios periféricos, especialmente Ananindeua e Marituba, configurando a área de expansão atual, dando nova forma ao antigo confinamento. Ananindeua chega a ter um crescimento demográfico na ordem de 18% ao longo da década de 1990. Em período mais recente, a década de 2000, todos os municípios da Região Metropolitana tiveram crescimento maior que Belém, conforme pode ser observado nos dados da tabela 01.

Tabela 1 – RMB: taxa de crescimento dos municípios (1980, 1991, 2000 e 2010).

Municípios	1980 – 1991	1991 – 2000	2000 – 2010
Belém	2,65	0,32	0,85
Ananindeua	2,68	18,09	1,83
Benevides	10,73	- 7,02	3,81
Castanhal	-	-	2,56
Marituba	-	-	3,82
Santa Bárbara do Pará	-	-	4,18
Santa Isabel do Pará	3,01	2,93	3,24

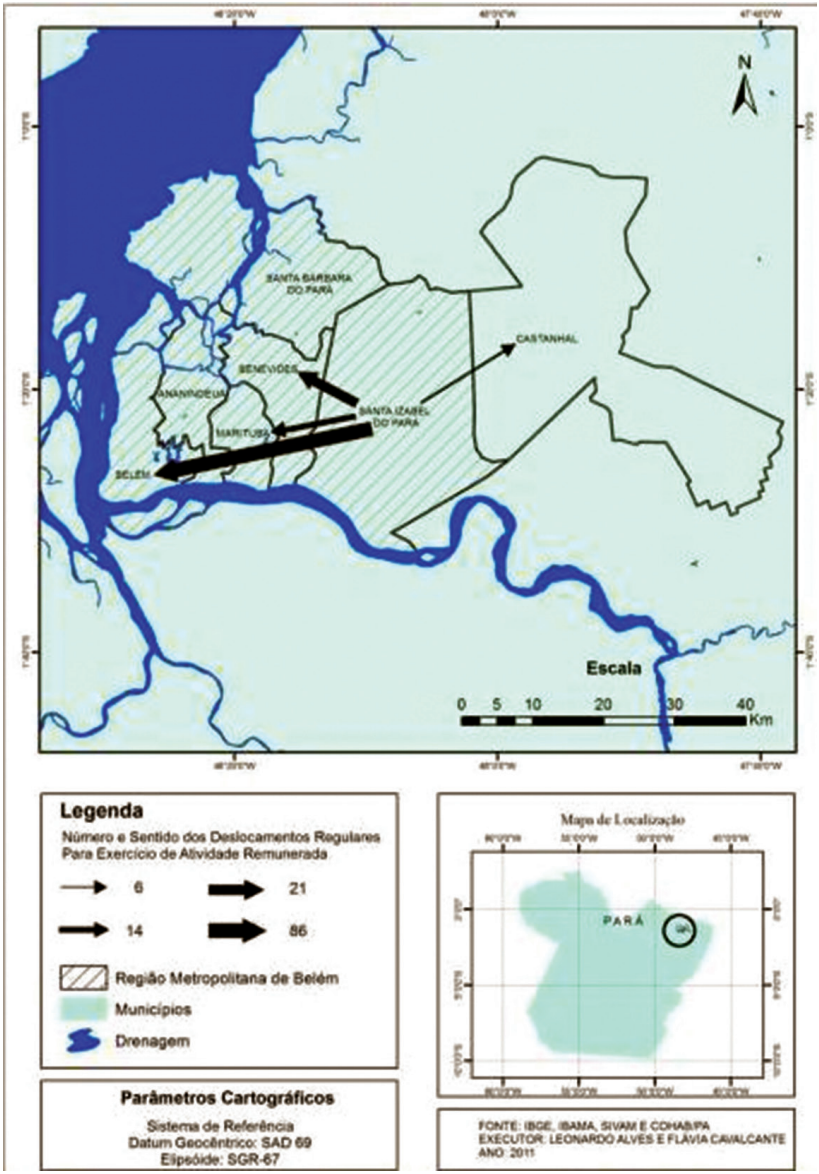
Fonte: Pará (2010).
Organização: Tiago Veloso dos Santos.

Para Cavalcante (2011), desde a década de 1980, observa-se uma tendência ao crescimento dos municípios periféricos das regiões metropolitanas brasileiras, evidenciando a configuração de

uma forma metropolitana que não é necessariamente marcada pela conurbação e pela continuidade do tecido urbano, esse processo pressupõe a existência de uma população metropolitana que se desloca diariamente em direção ao local de trabalho e aos espaços de consumo de bens e serviços diversos.

Em particular no caso da Região Metropolitana de Belém, a autora analisa o papel desempenhado pelo Município de Santa Izabel do Pará no âmbito do processo de metropolização belenense e apresenta elementos que ratificam a ideia de que o processo de dispersão urbana verificada no âmbito metropolitano se dá a partir da existência de um cenário de demandas por trabalho, emprego, educação, produtos e serviços de natureza diversas que, apesar da intensificação da urbanização, ainda estão majoritariamente disponíveis no núcleo metropolitano. O mapa 05 apresenta dados do fluxo de deslocamento da população de Santa Izabel em relação aos demais municípios que compõem a RMB no quesito de realização de atividades remuneradas regulares e diárias:

Mapa 5 – Santa Izabel: fluxo de deslocamento para o exercício de atividades remuneradas.



Fonte: Cavalcante (2011)

Percebe-se, nesse caso, que há uma mobilidade quase diária da população entre os municípios metropolitanos, mas principalmente entre a periferia e a área central da metrópole, decorrente da expansão urbana que configura, cada vez mais, novos e precários espaços de assentamentos na periferia distante. Não por acaso, o município de Santa Izabel foi recentemente incluído como unidade municipal integrante da Região Metropolitana de Belém.

O quarto elemento de destaque na atual reestruturação do espaço metropolitano de Belém, mas não menos importante, é a difusão de objetos técnicos-logísticos que são condição, produto e meio dessa reestruturação do espaço metropolitano. Se em um primeiro momento a expansão metropolitana foi contida pela existência do "cinturão institucional" como apresentado anteriormente, e o espraiamento da malha urbana se deu inicialmente em direção às duas principais vias de expansão, a rodovia federal BR-316 e a Avenida Augusto Montenegro, mais recentemente, na década de 2000, essa expansão é flanqueada pela abertura de um terceiro vetor, possibilitado pelas obras de interligação rodoviária do entorno da Região Metropolitana com o sudeste do Estado do Pará, a alça viária[17] (fotografia).

Essa característica de reestruturação da metrópole expressa-se em sua paisagem a partir da construção de "grandes objetos" (SANTOS, 2004) fixos a coordenar os fluxos regionais, dos quais a implantação da Alça Viária é a expressão mais recente.

[17] A "Alça Viária", oficialmente "Sistema de Integração do Pará", é um complexo de pontes e estradas com 74 km de rodovias e 4,5 km de pontes, construídas para integrar a Região Metropolitana de Belém ao interior do Estado. Foi inaugurada em 2002, pelo então governador do Pará, Almir Gabriel. A Alça Viária tem início na rodovia BR-316, na altura do Município de Marituba e termina no Município de Barcarena permitindo acesso às rodovias PA-475/PA-150 rumo ao sudeste do Pará. As pontes para a transposição dos rios Guamá, Acará e Moju permitem a interligação rodoviária, em alguns pontos de forma mais rápida do que a via fluvial, ainda utilizada.

Fotografia 4 – Ponte estaiada sobre o Rio Guamá: o Sistema de Integração do Pará, "Alça Viária", é um dos elementos da reestruturação do espaço e ampliação dos laços metropolitanos com o interior do estado.

Fonte: Governo do Estado do Pará (2011).

Portanto, tais elementos nos auxiliam a reconhecer que há uma ampliação recente do espaço metropolitano de Belém, tal ampliação não se dá apenas por crescimento de sua malha urbana, ao tipo de um crescimento conurbado, que leva a uma continuidade urbana e entre os municípios que compõe a metrópole. Ao contrário, a expansão recente é provocada pela intensificação de fluxos de natureza diversas, tais como a expansão dos assentamentos residenciais populares para a periferia distante da metrópole, mas também assentamentos residenciais de classe média e alta para além do núcleo metropolitano onde estas classes prioritariamente estavam localizadas até a década de 1990. Tais fluxos de natureza diversa também são viabilizados materialmente pela existência de fixos no território, fixos que são produto, condição e meio de reprodução de novas lógicas ampliadas no espaço metropolitano belenense, nesse caso, atuando para além dos limites territoriais verificados apenas pela malha institucional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Identifica-se, em primeiro lugar, que transformações recentes no processo de urbanização em plano nacional têm provocado mudanças qualitativas no território nacional, dentre as quais a difusão do fenômeno da metropolização pelas regiões periféricas, como a amazônica, em um processo mais avançado da urbanização brasileira. Tais mudanças qualitativas produzem novas formas e elementos no espaço urbano que possibilitam essas transformações e, portanto, podem ser reconhecidos em aspecto teórico e conceitual, além da observação empírica.

A principal mudança observada na produção e expansão do processo de metropolização na atualidade, diz respeito a alterações qualitativas na forma em que se expressa no tecido urbano. Se antes a expressão maior da metropolização estava na conformação de malhas urbanas contínuas e contíguas, nucleadas por uma cidade principal, dinâmica geralmente denominada de conurbação, hoje, a complexificação das relações sociais de produção capitalista no espaço urbano-metropolitano produz qualidades diversas, fazendo com que a conurbação seja apenas mais um dos elementos da metropolização, deixando de ser a fundamental para a explicação desse processo, que agora é muito mais compreendido por uma intensificação no volume de fluxos diversos, muitas vezes orientados pelo Estado e pelo mercado na produção de grandes objetos urbanos.

No âmbito da região amazônica, região que apresenta uma intensificação da sua urbanização com expansão da metropolização de suas principais cidades, analisa-se alguns dos elementos que marcam esse processo na Região Metropolitana de Belém, principal referência urbana regional em parcela significativa da Amazônia brasileira.

Em particular, no âmbito do processo de transformação da cidade de Belém em metrópole a partir da década de 1960, tal processo é marcado e passa pela questão da desigualdade social, das migrações e da suburbanização de classes populares incentivada pelo Estado. Para entender esta paisagem urbana que se apresenta, identificamos

que a atual configuração metropolitana em Belém passa ao menos pela existência de quatro aspectos fundamentais da produção de seu espaço: a) intensificação da produção de assentamentos habitacionais – dirigidos, planejados e "espontâneos" – cada vez mais distantes do núcleo metropolitano e de sua periferia imediata; b) relativa suburbanização de parcelas das classes médias e altas, com a produção de assentamentos com características específicas para esses grupos de renda fora do núcleo metropolitano; c) aumento do volume de fluxos intermunicipais, seja aos municípios constituintes do espaço metropolitano institucional, seja daqueles que, mesmo não fazendo parte da institucionalidade, têm cada vez mais relações com o espaço metropolitano; d) difusão de grandes objetos técnicos-logísticos que dão suporte a novas formas de metropolização do espaço regional que se expressam em Belém. Como tal, tais elementos, inter-relacionados entre si, são condição, produto e meio da reestruturação do espaço metropolitano regional, orientando novas formas de produção do espaço urbano na região amazônica.

REFERÊNCIAS

BELÉM. *Anuário Estatístico Municipal* (1998). Belém: Prefeitura Municipal de Belém, 1999.

BROWDER, J. O; GODFREY, B. J. *Cidades da Floresta*: urbanização, desenvolvimento e globalização na Amazônia brasileira. Manaus: EDUA, 2006

CAVALCANTE, F. C. *Metropolização e dispersão urbana na Amazônia*: a dinâmica socioespacial do município de Santa Isabel no contexto da urbanização belenense. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

IBGE. Sistema IBGE de Recuperação de Dados. *Informações dos Censos demográficos brasileiros: 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010*. IBGE, 2010.

GOTTDIENER, M. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: Edusp, 2010.

_____. Concentração e centralização das atividades urbanas: uma perspectiva multiescalar. reflexões a partir do caso de São Paulo. *Revista de Geografia Norte Grande*, Natal, n. 39, p. 07-20, 2008.

MOREIRA, E. Belém e sua expressão geográfica. In: PARÁ. *Obras reunidas de Eidorfe Moreira*. Belém: Cejup, 1989. v.1.

PARÁ. *Produto interno bruto Municipal*: 2011. Belém: IDESP, 2012.

PENTEADO, A. R. *Belém do Pará*: estudo de geografia urbana. Belém: UFPa. 1968. 2.v.

RODRIGUES, E. B. *Aventura urbana*: urbanização, trabalho e meio ambiente em Belém. Belém: NAEA, 1996.

SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, M. *A Natureza do espaço*: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, T. V. *Metrópole e região*: trajetórias do planejamento e da

gestão metropolitana em Belém, Manaus e São Luís. 2015. Tese (Doutorado) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 2015.

SEABRA, O. C. L. *De cidade à Metrópol*e. Revista Geografares, n. 9, p. 49-79, jul./dez. 2011.

SILVA, M. L. *Habitação Produzindo espaço urbano na reprodução de Conjuntos Habitacionais*: experiências e tendências na Região Metropolitana de Belém. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

TRINDADE JR., S. C. C. *A cidade dispersa:* os novos espaços de assentamentos em Belém e a reestruturação metropolitana. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

VICENTINI, Y. *Cidade e história na Amazônia*. Curitiba: Editora da UFPR, 2004.

VILLAÇA, F. *Espaço Intra-urbano no Brasil*. São Paulo: FAPESP / Lincoln Institute, 1998.

VILLAÇA, F. *La Estructura urbana de Buenos Aires*. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. V. 14, n. 1, 2012.

SITUAÇÃO ESPACIAL, INTERAÇÕES E CENTRALIDADE: A CONDIÇÃO DE CAPANEMA NA REDE URBANA DO NORDESTE PARAENSE

Willame de Oliveira Ribeiro[18]

INTRODUÇÃO

A cidade de Capanema está entre as mais importantes do Nordeste Paraense, que, numa classificação própria deste trabalho, abarca as áreas de influência das cidades de Castanhal, Bragança e Capanema. Uma extensão territorial que vai, no sentido oeste-leste, de Castanhal a Viseu, envolvendo tanto a tradicional região bragantina como boa parte do litoral paraense.

Bastante particular à realidade amazônica, o Nordeste Paraense possui uma rede urbana razoavelmente estruturada, com um número significativo de cidades e uma eficiente interligação rodoviária entre elas. Características muito bem estabelecidas na área de influência de Capanema, que possui grande importância regional, enquanto centro dinâmico de oferta de bens e serviços, apesar de apresentar um espaço urbano pouco denso de infraestruturas e não concentrar uma população tão numerosa.

As preocupações desse capítulo se voltam ao entendimento da condição de Capanema na rede urbana do Nordeste do Pará. Norteado pela noção de cidade média, busca-se analisar a situação espacial da cidade, as interações espaciais que ela constitui a partir do deslocamento de pessoas, bem como outros dados caracterizadores da cidade, com vista à reflexão sobre a seguinte questão: Qual o papel cumprido pela cidade de Capanema no Nordeste Paraense e que nomenclatura pode ser usada para melhor expressá-lo?

[18] Geógrafo, Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Pará – UFPA, Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista – UNESP/FCT/ Campus Presidente Prudente e Professor Assistente III da Universidade do Estado do Pará – UEPA. E-mail: willame.geo@gmail.com

Os procedimentos metodológicos desenvolvidos na busca pela resposta a essa indagação perpassam pela constituição de uma fundamentação teórica a respeito das concepções de cidade média, situação espacial, interações espaciais; e levantamento e análise de documentos sobre o Nordeste Paraense e a cidade de Capanema, sobre os deslocamentos temporários de pessoas por motivo de trabalho e por motivo de estudo, dados extraídos do censo de 2010 (IBGE, 2010), assim como a análise dos estudos Regiões de Influência das Cidades – REGIC 2007 (IBGE, 2008) e Divisão Urbano Regional (IBGE, 2013).

O capítulo está organizado em quatro partes. As duas primeiras, de cunho teórico, tratam da noção de cidade média e da concepção de situação espacial e sua importância para os estratos médios da rede urbana. A duas últimas se dedicam à análise da realidade de Capanema, investigando inicialmente a situação espacial da cidade no Nordeste Paraense e a sua área de influência; e, em seguida, se discute a centralidade da cidade a partir do exame das interações espaciais mediante o deslocamento de pessoas.

USANDO A NOÇÃO DE CIDADE MÉDIA PARA PENSAR A REALIDADE DE CAPANEMA

Esse tópico dedicado à discussão sobre cidade média não indica que esta pesquisa atesta a cidade estudada enquanto tal e sim que percebe nessa noção uma forma de refletir sobre a natureza de Capanema, que apresenta dificuldades para se enquadrar em qualquer tipologia preexistente, mas que contém alguns dos aspectos normalmente identificadores das cidades médias permitindo, assim, a sua análise por essa perspectiva, ou seja, a maior ou menor proximidade com essa noção pode ser um bom indício do papel e da representatividade desse centro na rede urbana do Nordeste do Pará.

As análises pioneiras sobre as cidades médias no Brasil utilizaram basicamente o critério demográfico para o reconhecimento desse tipo de cidade. Como em Andrade e Lodder (1979), que

qualificam enquanto médias aquelas cidades que apresentavam entre 50 e 250.000 habitantes, em 1970. Na atualidade, de acordo com Sposito (2001), em geral, se consideram cidades médias, por esse critério demográfico, as cidades com contingente populacional entre 100.000 e 250.000 habitantes.

Os estudos geográficos mais recentes sobre as cidades médias no Brasil têm normalmente salientado os limites da definição desse tipo de cidade por uma perspectiva apenas demográfica (SPOSITO, 2008; SPOSITO, 2004; WHITACKER, 2010). Mesmo reconhecendo a relevância do tamanho populacional, que vai implicar diretamente na demanda por comércio e serviços e assim na própria composição da infraestrutura urbana, são destacados outros fatores também fundamentais à caracterização de uma cidade enquanto cumpridora do papel de cidade média no âmbito da rede urbana.

Este é o caso de Whitacker (2010), que atribui a diversidade das realidades urbanas à "diversidade de papéis regionais, fruto da divisão técnica e territorial do trabalho, da seletividade espacial" (p. 193). Aqui aparece um elemento considerado fundamental ao reconhecimento da cidade média – a posição geográfica ou situação espacial, que será discutido e enfatizado mais adiante.

Ao lidar com a complexidade dos papéis das cidades médias e ao reconhecer as limitações dos critérios puramente demográficos, Sposito (2001, 2004) propõe a diferenciação entre cidades de porte médio e cidades médias. As primeiras dizem respeito aos núcleos urbanos que possuem entre 50.000 e 500.000 habitantes, incluindo "[...] centros urbanos que compõem tecidos e organismos urbanos maiores, formadores de aglomerações urbanas metropolitanas ou não-metropolitanas" (SPOSITO, 2004, p. 126). Já as cidades médias seriam não apenas aquelas que se enquadram no porte demográfico já citado, mas que também constituem papéis de intermediação entre a metrópole e as pequenas cidades de sua própria área de influência.

Corrêa (2007) reconhece três critérios por ele concebidos como fundamentais e indispensáveis ao reconhecimento das cidades médias: o tamanho demográfico, as funções urbanas e a organização

do espaço intraurbano, considerados de forma articulada e não isoladamente. Segundo o autor,

> Tamanho demográfico significa, para um mesmo contexto regional e de renda e padrão cultural, maior ou menor economia de escala, envolvendo a cidade e seu espaço de atuação, possibilitando maior ou menor desenvolvimento de funções urbanas ou atividades básicas, direcionadas essencialmente para fora da cidade, e de atividades não-básicas, voltadas essencialmente para o consumo da própria cidade. [...] O inverso também procede. O desenvolvimento de novas funções urbanas, criadas por grupos locais ou regionais ou por interesses extra-regionais, suscita o aumento demográfico e a multiplicação de novas atividades não-básicas ou das já existentes. [...] O tamanho demográfico também tem nítidas relações com as características do espaço intra-urbano. Para um mesmo contexto cultural, socioeconômico, de sítio urbano, de plano urbano e de políticas públicas, sobretudo as referentes à habitação e às migrações, a relação é nítida. (CORRÊA, 2007, p. 24)

Desse modo, fica claro que apesar de insuficiente o critério demográfico para a definição das cidades médias não pode deixar de ser considerado, principalmente pela imbricação que possui, como bem ressalta Corrêa (2007), com outras dimensões relevantes da cidade. Assim, o tamanho demográfico possui íntima relação com as funções desempenhadas pelas cidades médias no contexto regional e também implica diretamente na composição de seu espaço urbano ou intraurbano.

Para Corrêa (2007) o tamanho demográfico implica na dimensão do espaço intraurbano, expresso em termos da distância entre o centro e a periferia da cidade, e também na sua organização. Desse modo, quanto maior o tamanho demográfico, maior a extensão e maior a complexidade da organização do espaço intraurbano. Isso considerando uma mesma formação socioespacial.

As cidades médias, segundo o autor, seriam caracterizadas por uma combinação particular de tamanho demográfico, funções urbanas e espaço intraurbano. Esses elementos aparecem nesse tipo de cidade sempre de forma mais densa e mais complexa que nas pequenas cidades da mesma região, e de forma menos densa e menos complexa que na metrópole.

Maia (2010), por sua vez, assim como Sposito (2001, 2004), também considera o papel de intermediação como fundamental à identificação da cidade média. Além disso, concorda que a noção de cidade média é aplicável "[...] às cidades que apresentam uma concentração e centralização econômicas expressivas, provocadas pela confluência do sistema de transporte [...] (p. 23)".

Neste momento, é conveniente realçar um elemento indispensável à constituição de uma cidade enquanto média e que é destacado por Maia (2010) e por praticamente todos os autores aqui citados em suas análises sobre esse tipo de cidade – a centralização. Neste sentido, Melazzo (2012, p. 274) se pronuncia sobre as cidades médias como "produtos históricos de uma rede urbana complexa e, ao mesmo tempo, produtoras de novas centralidades que redesenham essa mesma rede, graças a suas dinâmicas econômicas". Valorizando, desse modo, o papel da cidade média enquanto nó da rede urbana, enquanto centro do qual são originadas determinações à organização socioespacial e econômica, fornecendo, assim, maior complexidade à rede, ou seja, "[...] ao mesmo tempo em que se integram a fluxos e lógicas mais gerais, as cidades médias seriam também espaços de tais fluxos e lógicas" (MELAZZO, 2012, p. 273).

A cidade, nessa perspectiva, é um centro que somente é reconhecido como tal por exercer uma centralização na escala regional, que lhe atribui uma qualidade, a centralidade. As formas de expressão dessa centralidade variam muito de acordo com a natureza da cidade em questão. Nas abordagens clássicas e também neste trabalho o enfoque recai, principalmente, sobre a circulação de pessoas e mercadorias especialmente ligadas à oferta de atividades de comércio e serviços pelos centros.

Diretamente associadas à questão da centralidade estão as interações espaciais (ULLMAN, 1980; CAMAGNI, 2005; CORRÊA, 1997; CATELAN, 2013), cuja intensidade é, segundo Corrêa (2007), também elemento identificador das cidades médias, que, assim,se caracterizam por apresentar "[...] interações espaciais intensas, complexas, multidirecionais e marcadas pela multiescalaridade" (CORRÊA, 2007, p. 30). Apesar de se advertir que essa intensidade, multidirecionalidade e multiescalaridade precisa ser considerada de acordo com a formação socioespacial em que se insere a cidade.

Desse modo, apesar de não se poder falar ainda de um conceito de cidade média (SPOSITO, 2008), já existe um número significativo de elementos que ajudam a objetivar essa noção. Entre esses elementos é possível destacar o contingente populacional, a situação espacial favorável, o papel de intermediação entre as pequenas e grandes cidades, a centralidade regional, a densidade do espaço urbano e as densas e complexas interações espaciais.

Neste momento, é conveniente retomar a discussão da concepção de situação espacial, considerada aqui como fundamental à caracterização das cidades médias e também à análise da cidade em questão, Capanema, no Nordeste Paraense.

A CONCEPÇÃO DE SITUAÇÃO ESPACIAL

As abordagens sobre situação espacial não são recentes na geografia, sendo possível verificá-las em obras hoje, normalmente, consideradas clássicas na área de geografia urbana. A essência do conceito destaca a necessidade de se entender a cidade não mediante a sua simples localização física, mas a partir de sua inserção num determinado quadro de interações espaciais. Para tornar mais clara a compreensão é conveniente examinar algumas dessas obras clássicas.

"Geografia Urbana" (GEORGE, 1983) pode ser considerada uma dessas obras. Nela o autor enuncia que a posição ou situação espacial é uma terminologia que faz referência às relações de uma cidade na escala regional e que pode ser definida como

> [...] a localização da cidade em função de fatos naturais susceptíveis, no passado ou no presente, de influir em seu desenvolvimento que, por sua vez, está vinculado à facilidade de expansão. Trata-se, pois, de uma noção de valor relativo expressa em função dos fatores circunstanciais de urbanização e desenvolvimento urbano. (GEORGE, 1983, pp. 36-37)

A concepção de situação especial proferida pelo autor prioriza as relações estabelecidas entre áreas distintas, o que se expressa no destaque que faz em outros trechos da obra à importância da circulação e da troca na constituição das cidades. Também é interessante a dimensão histórica enfatizada pelo autor, uma vez que uma situação espacial privilegiada num determinado momento histórico pode não ser mais vantajosa em outro período. Entretanto, existe uma ênfase nos fatos naturais como definidores da situação espacial, que apesar de terem a sua relevância, bem maior em outros períodos da história humana, não se constituem nos fatores fundamentais a definir a situação espacial no mundo contemporâneo.

Outra obra possível de mencionar neste mesmo sentido é a de Beaujeu-Garnier (1980), onde a situação espacial é definida enquanto correspondendo às "[...] condições gerais do meio em que uma cidade se insere [...]. Está quase sempre ligada à facilidade de comunicações, seja para explorar (cidade comercial, administrativa), seja para bloquear (cidade de defesa, fortaleza)" (p. 94). Pode-se perceber na definição que o destaque é para a condição relacional da cidade, valorizando a sua localização mais ou menos facilitadora das comunicações, que são vistas basicamente a partir das vias e meios de transportes.

Abordagem tão relevante quanto as anteriores é a de Ullman (1980), que concebe a situação espacial enquanto relativa às interações espaciais, isto é, às conexões entre áreas, implicando na análise da circulação, da interdependência regional, da difusão de processos,

da centralização regional etc. O autor considera a abordagem das situações mediante as interações espaciais como uma abordagem dinâmica de extrema relevância no âmbito da pesquisa geográfica.

Através da análise desses autores já fica mais clara a concepção de situação espacial, cuja referência é a uma posição relativa de uma cidade num contexto mais amplo, como o regional, das interações espaciais. Essa situação espacial depende diretamente dos meios de circulação e comunicação utilizados e de como esses meios são contextualizados no tempo e no espaço, as situações também vão se estabelecer de acordo com os referidos contextos.

Indo ao encontro dessa compreensão, Sposito (2001, p. 630) destaca que as relações que permitem a apreensão da situação geográfica (ou espacial) de uma cidade, na atualidade, estão "[...] medidas por duas escalas – a das distâncias espaciais e a da conectividade que as redes de transmissão de informações possibilitam [...]". Isto é, no período atual, predominantemente marcado pelo meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2009), as facilidades relativas à transmissão de informações passam a ser tão ou até mais relevantes que àquelas relacionadas com a circulação de mercadorias e pessoas, os transportes de forma geral.

Entretanto, essa relevância da transmissão de informações na definição da situação espacial de uma cidade ainda terá maior ou menor peso dependendo da formação espacial (SANTOS, 2008) em que a mesma está inserida, pois existem espaços cujas características do meio técnico-científico-informacional são bastante rarefeitas, a exemplo da região amazônica, onde, segundo Santos e Silveira (2002), esse meio geográfico se apresenta apenas a partir de pontos no território, sendo grandes extensões ainda marcadas por realidades típicas do meio natural ou do meio técnico.

De qualquer forma, mesmo diante da variabilidade dos fatores que a compõem, a situação espacial se constitui enquanto elemento fundamental na definição da condição da cidade num contexto regional e, principalmente, no âmbito de sua rede urbana. E, neste sentido, também será indispensável à constituição da cidade

média, que seria, assim, condizente com uma "situação geográfica favorável" (SPOSITO, 2001, p. 627), isto é, uma situação espacial particular que favoreceria a sua centralidade e a sua condição enquanto centro de uma região.

Segundo Sposito (2004, p. 126), as cidades médias possuem importantes funções e "[...] desempenham claros papéis intermediários entre a(s) metrópole(s) e as pequenas cidades que compõem uma rede urbana". E o desempenho desse papel de intermediação depende da situação espacial dessa cidade, que precisa ser dotada de uma privilegiada acessibilidade, tanto no que se refere aos transportes quanto às comunicações, em comparação aos demais centros de sua área de influência, caso contrário, dificilmente essa área de influência seria constituída, assim como também o papel de cidade média. A mesma fluidez é necessária na relação dessa cidade com a(s) metrópole(s) a(s) qual(is) está hierarquicamente articulada.

Considerando a importância da situação espacial favorável na constituição da cidade média, mas também elementos relevantes como o tamanho populacional, a intermediação entre pequenas e grandes cidades, a densidade do espaço urbano e as interações espaciais, associadas à centralidade da cidade no contexto urbano-regional, os próximos tópicos se detêm à análise da realidade concreta de Capanema como uma forma de se chegar a uma clareza sobre o papel dessa cidade na região.

A SITUAÇÃO ESPACIAL DE CAPANEMA E SUA ÁREA DE INFLUÊNCIA

Não sendo uma cidade litorânea e também não possuindo em seu território, rios de grande relevância para a navegação ou para a extração de recursos, o crescimento do núcleo urbano de Capanema está incialmente associado à existência da Estação da Estrada de Ferro de Bragança – E.F.B. –, que teve sua construção concluída em 1908 e funcionou até sua desinstalação em 1965. Com isso, pode-se considerar que ao longo da formação da cidade se constituíram duas situações espaciais, cada uma relativa a um contexto histórico particular: a primeira relacionada a E.F.B. e a segunda com o advento

e a proliferação das rodovias. Nos dois momentos Capanema ocupou uma posição no espaço relacional que lhe concedeu centralidade e importância enquanto uma cidade de expressão regional.

Apesar de ter surgido antes da E.F.B., o núcleo urbano que constituirá depois o município de Capanema ganhou densidade com o advento da ferrovia. Para Lima (2015) "[...] a cidade de Capanema não pode ter suas funções econômicas, políticas e sociais, desvinculadas de suas interações com a E.F.B." (p. 84). Ressalta o autor que a própria organização do espaço urbano se deu de acordo com a ferrovia e os interesses e necessidades a ela associados, como fica explícito em suas palavras:

> [...] a própria formação arquitetônica e de acesso à área urbana desse município foi estabelecida tendo como epicentro a linha férrea, responsável por atender às necessidades comerciais dos habitantes e fiscais do Estado e para o atendimento dos demais serviços urbanos, como educação e saúde. (LIMA, 2015, pp. 84-85)

Como resultado dessa realidade, a Avenida Barão de Capanema, por onde passava a linha férrea e onde estava localizada a estação, até hoje é a mais importante da cidade, por concentrar a maior parte do comércio e dos serviços, que, em meados do século XX, já eram razoavelmente densos e de expressão regional, isto é, já atendiam a outras localidades para além do território municipal.

A organização espacial associada à Estrada de Ferro de Bragança envolvendo a hierarquização entre estações e paradas, que também resultou numa hierarquização dos núcleos urbanos, e o certo distanciamento entre esses pontos de embarque e desembarque no trem, construíram em Capanema uma situação espacial vantajosa. Segundo Lima (2015), essa condição de Capanema possibilitou que ela se diferenciasse cada vez mais das localidades próximas por seu papel econômico, por suas edificações e mesmo pelo modo de vida de sua população. Argumentando em favor da situação espacial

privilegiada de Capanema e da consequente centralidade alcançada pela cidade na região, assim se pronuncia o autor:

> Fixada em região privilegiada, em virtude de estar rodeada por diversas localidades e municípios próximos, a cidade de Capanema, foi, ao longo das primeiras décadas do século XX, ganhando novos espaços que condiziam com a condição de núcleo urbano fornecedor de serviços e mercadorias para as comunidades vizinhas. Uma das construções símbolos desse processo foi o "edifício do mercado público da sede municipal, inaugurado em 1955. Outra foi a do Fórum, em 1950, fruto da criação da Comarca de Capanema, a partir da "Lei nº 189, de 20 de dezembro de 1949" [...]. (LIMA, 2015, p. 85)

Desse modo, Capanema, desde a primeira metade do século XX, com o pleno funcionamento da Estrada de Ferro de Bragança – E.F.B., já possuía uma situação espacial privilegiada, uma vez que dispunha de uma estação da ferrovia dotada de uma infraestrutura mais complexa que as paradas, além de uma série de serviços públicos e privados e de um comércio dinâmico. Com isso, Capanema já conseguia polarizar as localidades rurais e cidades próximas, constituindo-se, assim, enquanto um centro de comércio e serviços da região.

O surgimento das rodovias e a desinstalação, em 1965, da E.F.B. constituiu um novo momento dessa situação espacial de Capanema, mas sem romper com a condição privilegiada alcançada pela cidade, que passa a ser um entroncamento de uma série de rodovias, a principal delas é a rodovia BR-316, conhecida como Pará-Maranhão, o que levou Siqueira (2008, p. 77) a definir a "posição geográfica" da cidade como "a desembocadura da rodovia Pará-Maranhão". Essa rodovia liga a capital paraense ao Nordeste brasileiro, perpassando boa parte do Nordeste do Pará.

Outra rodovia importante a passar pela cidade de Capanema é a BR-308, que liga Capanema aos municípios de Bragança,

Tracuateua, Augusto Corrêa e Viseu e prossegue para o Estado do Maranhão. A PA-242, que coincide com parte do trajeto da antiga Estrada de Ferro de Bragança e liga Capanema à Peixe-Boi, Nova Timboteua, Igarapé-Açu e Castanhal, ganhou mais importância nos últimos anos com a conclusão de sua pavimentação. Funciona como uma boa alternativa para acessar cidades importantes como Castanhal e Belém, além de possibilitar a ampliação da influência de Capanema sobre as cidades mais próximas. E, por fim, para completar o quadro das principais rodovias que se interligam à Capanema, tem-se a PA-124 que dá acesso às cidades de Salinópolis e São João de Pirabas, ambas no litoral.

Desse modo, levando em conta a realidade amazônica enquanto marcada pela rarefação das ligações rodoviárias, considera-se que Capanema possui uma privilegiada inserção na malha rodoviária, principalmente porque não se está falando de vias precárias, mas de estradas pavimentadas e com boas condições de uso. E isso, na atualidade, fornece à cidade uma situação espacial favorável ao exercício de uma centralidade principalmente relacionada à oferta de serviços e ao comércio que abrange diversos municípios próximos.

Com isso, a condição de entroncamento rodoviário e a fluidez para os deslocamentos de pessoas e mercadorias que disso resulta, dá à Capanema condições de constituir uma área de influência cada vez mais relevante, já que possui vantagens, em termos de acessibilidade, com relação a cidades que tradicionalmente desempenham papéis regionais, como é o caso de Bragança.

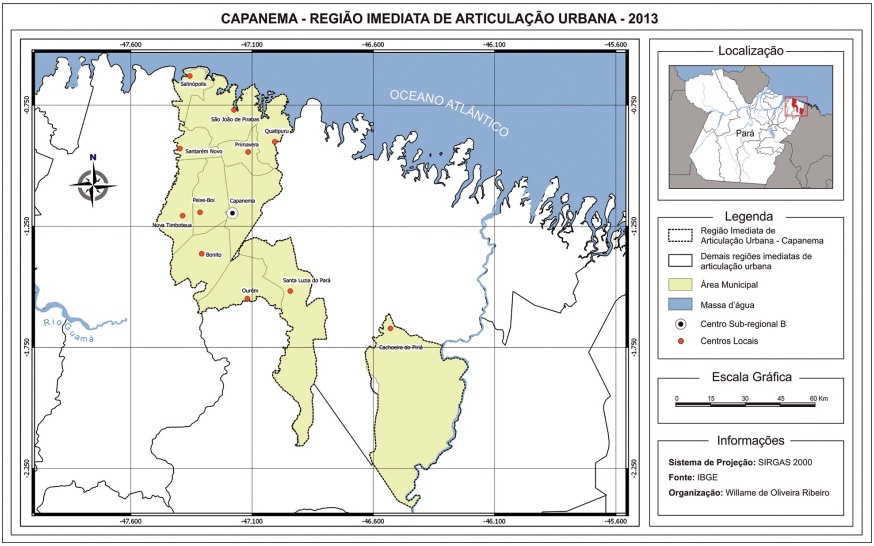
Neste trabalho, área de influência e região urbana são considerados termos indistintos e se referem ao espaço cujas relações são majoritariamente com uma determinada cidade, que assim é a constituidora da área de influência. No Brasil, o estudo Divisão Urbano Regional (IBGE, 2013) define os contornos dessas áreas de influência das cidades quando estabelece as Regiões Imediatas de Articulação Urbana.

A Figura 1 representa a área de influência de Capanema ou a Região Imediata de Articulação Urbana de Capanema (IBGE,

2013), que é formada por 11 cidades, além de Capanema. São elas: Salinópolis, São João de Pirabas, Quatipuru, Primavera, Santarém Novo, Nova Timboteua, Peixe-Boi, Bonito, Ourém, Santa Luzia do Pará e Cachoeira do Piriá.

O total de 12 cidades na área de influência de Capanema, incluindo a cidade polarizadora, é considerado um número expressivo para a realidade amazônica, sendo muito superior, por exemplo, ao número apresentado pela área de influência de Bragança, formada apenas por 4 cidades. Entretanto, a extensão territorial resultante da somatória dos territórios municipais sediados por essas cidades não é tão expressiva assim, sendo inclusive inferior à extensão territorial da área de influência de Bragança, apesar de possuir maior contingente e densidade populacionais. O Quadro 1 mostra que a área sob influência de Capanema totaliza 8.279,49 Km² de extensão territorial e uma população de 247.900 habitantes, equivalendo a uma densidade demográfica de 29,9 hab./km² (IBGE, 2010).

Figura 1 – Capanema. Região Imediata de Articulação. 2013.



Quadro 1 – Área de influência de Capanema. População e extensão territorial. 2010.

Área total	8.279,49 Km²
População total	247.900 hab.
População urbana	143.302 hab. (57,8%)
População rural	104.598 hab. (42,2%)
Densidade demográfica	29,9 hab./km²

Fonte: IBGE (2010).

Essa densidade populacional da área de influência de Capanema é bem alta se comparada à média do Estado do Pará e se deve ao grande número de cidades e também à considerável ocupação populacional do campo, muito marcado pelas pequenas propriedades rurais, como um resultado das políticas de colonização da chamada Região Bragantina a partir de minifúndios, na primeira metade do século XX.

Mas a maior parte da população, 143.302 habitantes ou 57,8% da população total, está mesmo nas cidades, demonstrando a maior relevância das atividades econômicas urbanas na área de influência, principalmente por conta das cidades mais importantes, como Salinópolis e Capanema, pois vários municípios, especialmente os menos populosos, possuem população rural superior à urbana.

Capanema, com 63.639 habitantes em 2010, dos quais 50.732 ou 79,7% estão na área urbana, é a grande responsável pela maioria de população urbana na área de influência como um todo. E isso se deve a sua atividade econômica urbana, especialmente comércio e serviços, decisivos à fixação de pessoas na própria cidade e também em Peixe-Boi e Primavera, que são os municípios com maiores interações espaciais com Capanema.

Comércio e serviços representam o principal setor econômico de toda a área de influência de Capanema, somando R$ 426.219.000, seguido pela indústria, com R$ 194.948.000 e pela agropecuária,

com R$ 167.995.000. Assim, o setor de comércio e serviços é o que mais contribui à composição do PIB da área de influência de Capanema, que totaliza R$ 1.320.667.000 (IBGE, 2016).

Com um PIB de R$ 592.735.000, Capanema é responsável por quase metade do PIB de toda a sua área de influência. A agropecuária é o principal setor econômico em vários municípios da área de influência, como Bonito, Cachoeira do Piriá, Ourém, Peixe-Boi, Quatipuru, Santa Luzia do Pará e Santarém Novo, mas não é o principal setor econômico do conjunto porque os municípios de maior produção econômica, Capanema e Salinópolis, têm larga vantagem do setor de comércio e serviços, que totaliza no primeiro município R$ 238.972.000 e no segundo R$ 83.758.000. A indústria, que aparece no total da área de influência superada apenas por comércio e serviços, deve esse destaque basicamente à Capanema que, com R$ 161.831.000 de valor adicionado bruto, é responsável pela quase totalidade da produção da área de influência (IBGE, 2016).

O evidente destaque de Capanema no contexto regional é atestado pelo estudo Regiões de Influência das Cidades – REGIC 2007 (IBGE, 2008), que classifica a cidade como Centro Sub-regional B, mesmo estrato da rede urbana atribuído à Bragança, ficando abaixo apenas de Castanhal, Centro Sub-regional A, caso se considere o Nordeste Paraense como um todo.

Essa relevância de Capanema na hierarquia urbana se deve à centralidade que a cidade possui, o que se expressa na constituição da sua área de influência e também se evidencia na análise das interações espaciais, como será demonstrado a seguir.

As interações espaciais aqui estudas são aquelas estabelecidas mediante o deslocamento de pessoas, para as quais serão usados os dados do censo demográfico de 2010 (IBGE, 2010), no que se refere ao quantitativo de deslocamentos de pessoas por motivo de trabalho e por motivo de estudo para Capanema, isto é, o quantitativo de pessoas que no censo de 2010 disseram estudar ou trabalhar em Capanema e residir em outra cidade.

Esse deslocamento de pessoas será aqui denominado Deslocamento Populacional Temporário, sendo compreendido como um deslocamento diário, semanal ou até mensal entre o local de residência e o local de trabalho ou de acesso a determinado serviço, na presente análise. Os dados de deslocamento populacional temporário por trabalho e por estudo serão considerados sob duas perspectivas: o quantitativo de pessoas que se deslocam e a intensidade desse deslocamento. A intensidade é mensurada a partir da divisão do número de pessoas que realizaram o deslocamento por trabalho ou por estudo pela população total do município de origem em 2010, multiplicado por 1000. Esse procedimento gerou o Índice de Intensidade do Deslocamento Temporário por Trabalho – I.I.D.T.T. e o Índice de Intensidade do Deslocamento Temporário por Estudo – I.I.D.T.E. Com isso se obtém a relativização da intensidade do fluxo de acordo com o contingente populacional do município de origem.

AS INTERAÇÕES ESPACIAIS E A CENTRALIDADE DE CAPANEMA

Com relação às interações espaciais a partir do deslocamento temporário de pessoas por motivo de trabalho para Capanema, o Quadro 2 mostra os fluxos mais importantes. Na Figura 2 são contemplados tanto os deslocamentos por trabalho quanto por estudo. Para os deslocamentos por trabalho se considerou apenas os municípios de origem com mais de 20 pessoas realizadoras desse deslocamento à Capanema. Entretanto, foram acrescentados no quadro os municípios de Ourém, Bonito e Cachoeira do Piriá, que apesar de estarem na área de influência de Capanema, possuíam menos de 20 pessoas realizadoras do movimento.

As origens dos fluxos do Quadro 2 estão ordenadas de acordo com a intensidade, assim, os movimentos originados no espaço metropolitano de Belém (AMARAL, RIBEIRO, 2016), Benevides, Ananindeua e Belém, ocupam apenas as posições de número 13, 16 e 17, respectivamente. Da mesma forma, Castanhal, que também possui posição de destaque na hierarquia urbana regional,

aparece apenas na posição de número 12. Essas formas urbanas, por sua importância regional e contingente populacional elevado, desenvolvem interações com as mais variadas cidades e por isso aparecem no quadro.

Quadro 2 – Capanema. Origem dos deslocamentos temporários de pessoas por motivo de trabalho. 2010.

	MUNICÍPIO DE ORIGEM*	POSIÇÃO NA HIERARQUIA URBANA	NÚMERO DE PESSOAS QUE SE DESLOCAM	I.I.D.T.T.**
1	Peixe-Boi	Centro local	134	17,06
2	Primavera	Centro local	73	7,11
3	Nova Timboteua	Centro local	35	2,56
4	São João de Pirabas	Centro local	46	2,23
5	Quatipuru	Centro local	25	2,01
6	Santa Luzia do Pará	Centro local	27	1,39
7	Bonito	Centro local	18	1,32
8	Ourém	Centro local	19	1,16
9	Tracuateua	Centro local	29	1,06
10	Salinópolis	Centro local	31	0,83
11	Aurora do Pará	Centro local	22	0,83
12	Castanhal	Centro Sub-regional A	122	0,70
13	Benevides	Integra a metrópole	21	0,41
14	Cachoeira do Piriá	Centro local	10	0,38

15	Bragança	Centro Sub-regional B	32	0,28
16	Ananindeua	Integra a metrópole	32	0,07
17	Belém	Metrópole	86	0,06
	OUTROS		227	
	TOTAL		989	

*Foram considerados apenas os municípios com mais de 20 pessoas que realizavam o deslocamento em 2010 acrescidos daqueles que pertencem à área de influência de Capanema, mas não alcançaram este número (Ourém, Bonito, Cachoeira do Piriá), à exceção de Santarém Novo, que não foi incluído por não ter registro desse tipo de deslocamento em 2010.

** Índice de Intensidade do Deslocamento Temporário por Trabalho – alcançado a partir da divisão do número de pessoas que realizaram o deslocamento por trabalho pela população total do município de origem em 2010, multiplicado por 1000.

Fonte: IBGE (2010; 2008).

Quando se consideram apenas os números absolutos dos deslocamentos temporários, os fluxos vindos da metrópole podem ser até maiores que os originados na área de influência da cidade em questão, nesse caso, Capanema. Porém, ao levar em conta as intensidades dos fluxos, mediante a relativização do número absoluto do deslocamento pela população do município de origem, os movimentos que partem da área de influência (ou de centros locais fora destas, mas com fortes relações) se sobressaem.

Desse modo, da posição 1 a posição 10 do Quadro 2 estão centros locais relativamente próximos à Capanema. A maior parte deles integrantes da área de influência, a exceção fica por conta de Tracuateua, que pertence à área de influência de Bragança. Peixe-Boi, muito próximo à Capanema, com 134 pessoas que se deslocam e 17,06 de Índice de Intensidade do Deslocamento Temporário por Trabalho – I.I.D.T.T., possui amplo destaque nas interações com Capanema por esse critério. Em seguida, no Quadro 2, vem Primavera com 73 pessoas que se deslocam e 7,11 de I.I.D.T.T.,

bem mais intenso que o terceiro colocado, mas muito distante da intensidade do primeiro, Peixe-Boi.

O terceiro fluxo mais intenso é o que parte de Nova Timboteua, com 35 em números absolutos e 2,56 de I.I.D.T.T. Em seguida aparece São João de Pirabas, com 46 pessoas e 2,23 de I.I.D.T.T. Na sequência está Quatipuru, com 25 pessoas e 2,01 de I.I.D.T.T. Com intensidades menores que os municípios citados, porém entre os fluxos mais relevantes também estão Santa Luzia do Pará, Bonito, Ourém, Tracuateua, Salinópolis e Aurora do Pará.

O setor de comércio e serviços em Capanema é o maior responsável pela atração desses fluxos por trabalho, já que se constitui enquanto a principal atividade da economia de Capanema e a que está mais diretamente relacionada à polarização regional exercida pela cidade, como já visto. A concentração dessas atividades na Avenida Barão de Capanema faz dela a principal da cidade, com a presença das mais importantes lojas de eletrodomésticos, eletrônicos, vestuário, móveis etc., tanto aquelas originárias da cidade quanto aquelas que integram redes regionais ou nacionais. Os serviços, como os bancários, também se concentram na avenida. As ruas adjacentes também são densamente ocupadas por atividades de comércio e serviço e a proximidade entre os diversos estabelecimentos é um importante fator a facilitar a busca dessas atividades por pessoas vindas de outras cidades.

Figura 2 – Capanema. Origem e intensidade dos deslocamentos temporários de pessoas por motivo de trabalho. 2010.

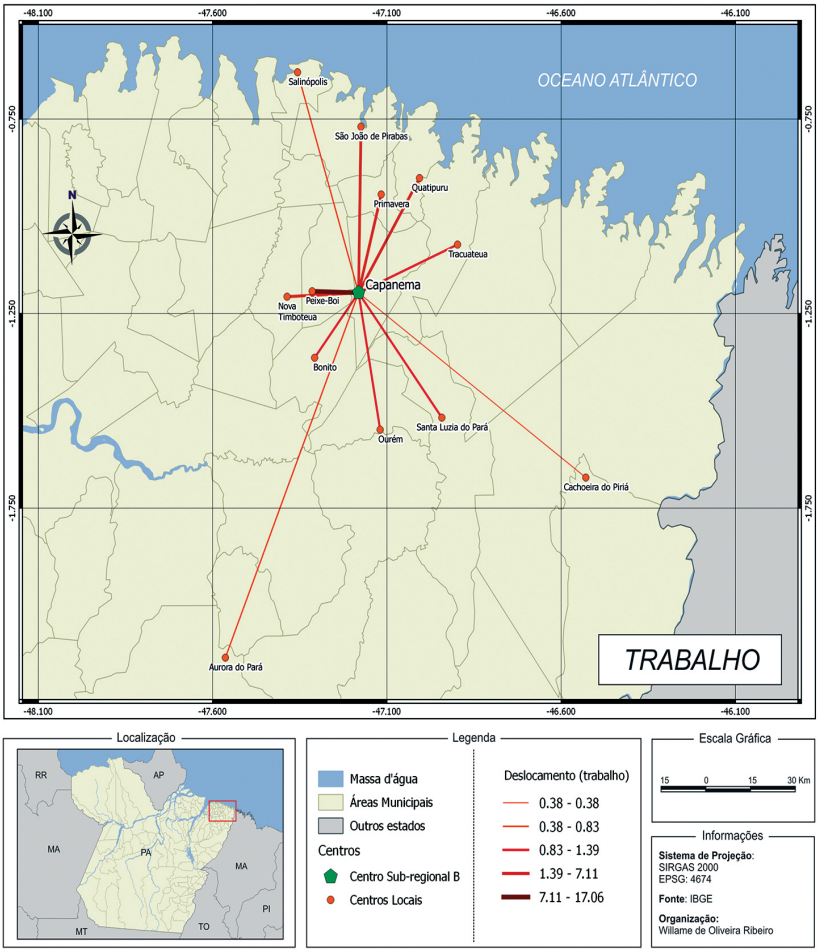
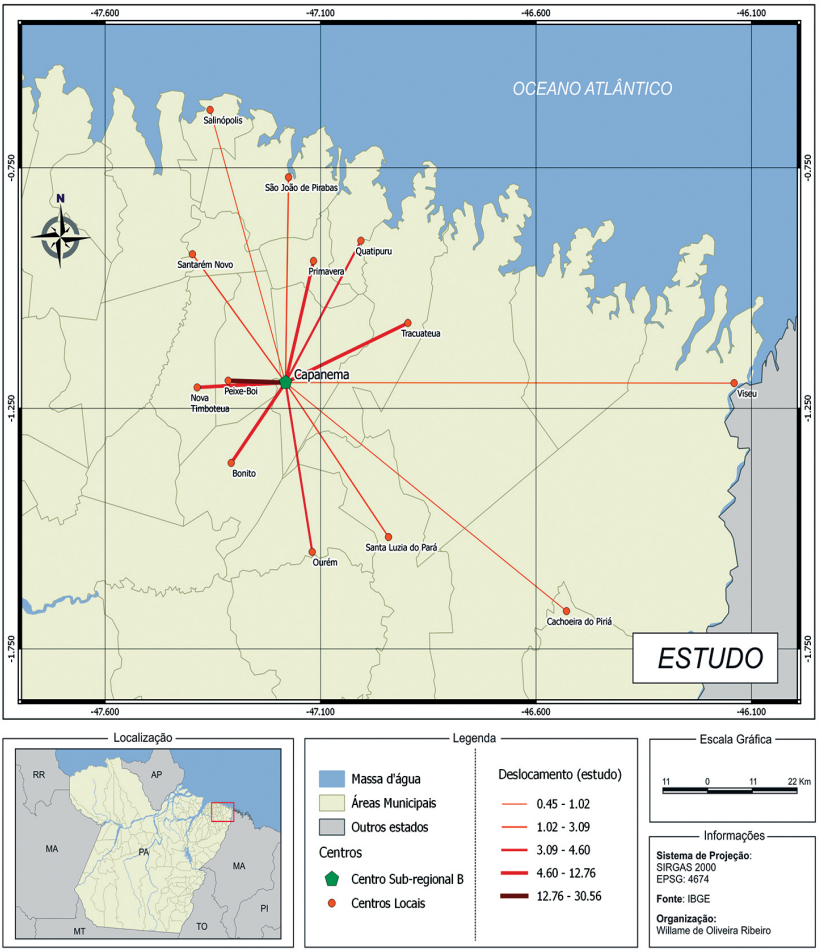


Figura 3 – Capanema. Origem e intensidade dos deslocamentos temporários de pessoas por motivo de estudo. 2010.



Quanto aos deslocamentos temporários de pessoas por motivo de estudo para Capanema, entre os fluxos com mais de 30 pessoas, que foram os destacados no Quadro 3, existe apenas uma cidade com posição na hierarquia urbana superior a centro local, Ananindeua, componente do espaço metropolitano de Belém. Todos os outros são centros locais e a maior parte deles pertence à área de influência

de Capanema, segundo os dados dos estudos REGIC 2007 (IBGE, 2008) e Divisão Urbano Regional (IBGE, 2013).

Quadro 3 – Capanema. Origem dos deslocamentos temporários de pessoas por motivo de estudo. 2010.

	MUNICÍPIO DE ORIGEM*	POSIÇÃO NA HIERARQUIA URBANA	NÚMERO DE PESSOAS QUE SE DESLOCAM	I.I.D.T.E.**
1	Peixe-Boi	Centro local	240	30,56
2	Primavera	Centro local	131	12,76
3	Bonito	Centro local	75	5,50
4	Tracuateua	Centro local	146	5,32
5	Nova Timboteua	Centro local	69	5,05
6	Ourém	Centro local	75	4,60
7	Quatipuru	Centro local	48	3,87
8	Santarém Novo	Centro local	19	3,09
9	São João de Pirabas	Centro local	56	2,71
10	Santa Luzia do Pará	Centro local	52	2,68
11	Salinópolis	Centro local	38	1,02
12	Viseu	Centro local	31	0,65
13	Cachoeira do Piriá	Centro local	12	0,45
14	Ananindeua	Integra a metrópole	65	0,14
	OUTROS		297	
	TOTAL		1354	

*Foram considerados apenas os municípios com mais de 30 pessoas que realizavam o deslocamento em 2010 acrescidos daqueles que pertencem à área de influência de Capanema, mas não alcançaram este número (Santarém Novo, Cachoeira do Piriá).

** Índice de Intensidade do Deslocamento Temporário por Estudo – alcançado a partir da divisão do número de pessoas que realizaram o deslocamento por estudo pela população total do município de origem em 2010, multiplicado por 1000.

FONTE: IBGE (2010; 2008)

Com as exceções de Tracuateua e Viseu, que pertencem à área de influência de Bragança, todos os demais centros locais de origem dos deslocamentos temporários de pessoas por motivo de estudo listados no Quadro 3 e representados na Figura 2, pertencem à área de influência de Capanema.

Da mesma forma como nos dados de trabalho, os deslocamentos temporários por estudo com maior destaque partem de Peixe-Boi, com 240 pessoas que se deslocam e 30,56 de Índice de Intensidade do Deslocamento Temporário por Estudo. Bem menos numeroso e intenso que o primeiro, mas largamente superior aos demais fluxos, aparece Primavera, 131 pessoas e 12,76 de I.I.D.T.E. A terceira posição na ordem de intensidade do fluxo é ocupada por Bonito, que tem 75 que se deslocam, equivalendo a um I.I.D.T.E. de 5,50.

Na sequência aparece Tracuateua, Nova Timboteua, Ourém, Quatipuru, Santarém Novo, São João de Pirabas, Santa Luzia do Pará, Salinópolis, Viseu e Cachoeira do Piriá, segundo a ordem de intensidade do fluxo.

A análise das interações espaciais a partir dos deslocamentos temporários de pessoas por trabalho e por estudo confirmam os estudos do IBGE (2008 e 2013) e atestam uma considerável centralidade da cidade de Capanema no Nordeste Paraense, bem como a constituição de uma expressiva área de influência, possibilitada por uma situação espacial favorável associada à condição de Capanema enquanto entroncamento rodoviário e também pela concentração de atividades de comércio e serviço na cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados e informações trabalhados nos dois últimos tópicos, a respeito da realidade de Capanema e de sua inserção regional, demonstram a existência de aspectos que aproximam a cidade da sua caracterização enquanto média, entretanto, permanecendo sempre um pouco aquém do que define esse tipo de cidade.

Desse modo, apesar de Capanema possuir o maior contingente populacional de sua área de influência, ficando atrás apenas de Bragança e Castanhal, quando se considera o Nordeste Paraense em sua totalidade, ainda está distante dos 100.000 habitantes, normalmente considerado como número mínimo para definir as cidades médias. O que não se explica pelas particularidades da formação socioespacial em que a cidade se insere, já que outras cidades na Amazônia e no próprio Nordeste Paraense possuem populações bem mais expressivas.

A centralidade regional, expressa na densidade das interações espaciais e na conformação de sua área de influência, apesar de significativa e de apresentar grande importância econômica e social, é reduzida se comparada a outras cidades, como Castanhal, ficando, assim, insuficiente para definir uma condição de cidade média. O que se reflete na densidade do espaço urbano, que apesar de provido de atividades dinâmicas e de serviços destacados na região, ainda é bastante reduzido para os patamares de uma cidade média.

Contudo, a densidade das interações com pequenas cidades e, ao mesmo tempo, com o espaço metropolitano de Belém fornecem uma forte característica de intermediação à Capanema, aproximando-a da noção de cidade média. O mesmo se pode dizer da situação espacial da cidade que, estando mais distanciada do espaço metropolitano de Belém e mais bem posicionada na rede rodoviária que Bragança, possui uma situação espacial bastante propícia à polarização de uma ampla região.

Diante dessa complexidade, considera-se neste trabalho que a condição de Capanema na rede urbana seja a de uma cidade de porte

médio (SPOSITO, 2001, 2004), por atender apenas parcialmente critérios de reconhecimento das cidades médias, como contingente populacional, densidade do espaço urbano e das interações espaciais.

Entretanto, é reconhecida a importância de Capanema enquanto centro de oferta de comércio e serviços em uma escala regional e o seu destaque diante da maior parte das cidades do Nordeste Paraense, bem como do Estado do Pará e da Amazônia, com relação ao dinamismo econômico e a densidade dos serviços. Assim, o qualificativo "responsabilidade territorial", utilizado por Schor, Costa e Oliveira (2009), ao estudar as cidades da Calha Norte Solimões-Amazonas, no Estado do Amazonas, para caracterizar algumas cidades com significativa importância na oferta de bens e serviços para uma ampla região, pode também ser útil à definição de Capanema.

Por ser o Nordeste Paraense uma formação socioespacial que, apesar de compor a região, se diferencia enormemente da Amazônia marcada pelos grandes rios e pelo povoamento rarefeito, não é coerente a mesma relativização e, portanto, o mesmo uso da noção de cidade média. Assim, Capanema é melhor caracterizada enquanto uma cidade de porte médio de responsabilidade territorial.

REFERÊNCIAS

AMARAL, M. D. B; RIBEIRO, W. O. Castanhal (PA): entre a dinâmica metropolitana e a centralidade sub-regional de uma cidade média. *PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP*, Macapá, v. 9, n. 1, p. 77-105, jan./jun. 2016.

ANDRADE, T. A.; LODDER, C. A. *Sistema urbano e cidades médias no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1979.

BEAUJEU-GARNIER, J. *Geografia urbana***.** Lisboa: Fundação CalousteGulbenkian, 1980.

CAMAGNI, R. *Economía urbana*. Barcelona: Antonio Bosch, 2005.

CATELAN, M. J. *Heterarquia urbana*: interações espaciais interescalares e cidades médias. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

CORRÊA, R. L. Interações espaciais. In: CASTRO, I. E; CORRÊA, R. L; GOMES, P. C. C. *Explorações geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

_____. Construindo o conceito de cidade média. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). *Cidades médias:* espaços em transição. São Paulo: Expressão popular, 2007.

GEORGE, P. *Geografia urbana*. São Paulo: DIFEL, 1983.

LIMA, L. D. B. *Dos trilhos às rodas:* histórias e memórias de Capanema. Belém: Paka-Tatu, 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Regiões de Influência das Cidades 2007*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

_____. *Censo Demográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

_____. *Divisão Urbano Regional*. Rio de Janeiro: Diretoria de Geociência/ Coordenação de Geografia, 2013.

_____. *IBGE Cidades [online]*. 2016. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>. Acesso em: 9 jul. 2016.

MAIA, D. S. Cidades médias e pequenas do nordeste: conferência de abertura. In: LOPES, D. M. F; HENRIQUE, W. (Orgs.). *Cidades médias e pequenas*: teorias, conceitos e estudos de caso. Salvador: SEI, 2010. (Série estudos e pesquisas, 87).

MELAZZO, E. S. Marília: especialização industrial e diversificação do consumo: trajetórias de uma cidade média. In: SPOSITO, M. E. B; ELIAS, D; SOARES, B. R. (Org.). *Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional:* Chillán e Marília. São Paulo: Outras expressões, 2012.

SANTOS, M. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Edusp, 2008.

_____. *A natureza do espaço*: espaço e tempo; razão e emoção. 4 ed. São Paulo: Edusp, 2009.

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. *O Brasil:* território e sociedade no início do século XXI.4. ed.Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2002.

SCHOR, T; COSTA, D. P; OLIVEIRA, J. A Cidades, rede urbana e desenvolvimento na Amazônia dos grandes rios. In: TRINDADE JÚNIOR, S. C. C; CARVALHO, G; MOURA, A; GOMES NETO, J. *Pequenas e médias cidades na Amazônia*. Belém: FASE/UFPA, 2009.

SIQUEIRA, J. L. F. *Trilhos:* o caminho dos sonhos. Bragança, 2008.

SPOSITO, M. E. B. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). *Urbanização e cidades:* perspectivas geográficas. Presidente Prudente: GASPERR, 2001.

_____. Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do Estado de São Paulo, Brasil. In: *Investigaciones Geográficas, Boletín del Instituto de Geografia-UNAM*, n. 54, 2004.

SPOSITO, E. S. *Redes e cidades*. São Paulo: UNESP, 2008.

ULLMAN, E. L. *Geography as spatial interaction*. Seatle and London: University of Washington Press, 1980.

WHITACKER, A. M. Campo e cidade, cidades médias e pequenas: algumas proposições para pesquisa e debate. In: LOPES, D. M. F; HENRIQUE, W. (Orgs.). *Cidades médias e pequenas:* teoria, conceitos e estudos de caso. Salvador: SEI, 2010. (Série estudos e pesquisas, 87).

DA FLORESTA À VITRINE: A CONCEPÇÃO DA CIDADE DE MARABÁ NA LÓGICA DOS PLANOS DE TURISMO DO PARÁ

Suelem Maciel Cardoso[19]

INTRODUÇÃO

O período que se estabelece a partir da década de 1960 é marcado por uma forte intervenção estatal no povoamento e valorização das terras amazônicas. Essa ação do Estado se deu com um intenso uso de recursos técnicos modernos e articulações com o capital privado, tanto nacional quanto internacional, e contou com um dos elementos básicos das estratégias adotadas, a cobertura de forma extensiva do território por redes técnicas, como a construção de estradas e as redes de telecomunicações e de distribuição de energia elétrica associada às usinas hidrelétricas (MACHADO, 1992). Assim, com a organização do espaço e com esse incremento de técnicas dos "grandes objetos", como se referiu Santos (1995), a Amazônia passou a ser pensada para atender muito mais às demandas externas da região, inserindo-se em uma lógica subordinada a uma escala global.

É nesse contexto da expansão da fronteira econômica e de importantes mudanças no padrão de organização da Amazônia oriental que se pode observar, no papel político-econômico de Belém, a capital paraense, certa relativização de sua importância em meio ao fortalecimento das centralidades exercidas pelas cidades médias[20]

[19]Geógrafa pela Universidade Federal do Pará. Mestra em Planejamento do Desenvolvimento pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará. E-mail: suelem.cardoso21@gmail.com

[20]Na presente discussão compreende-se por cidades médias aquelas cidades com população entre 100.000 e 500.000 habitantes (SANTOS, 1993), sendo que o fator demográfico não é o mais relevante e sim o papel que estas cidades desempenham como centros urbanos sub-regionais, capazes de polarizar um número significativo de cidades menores e articular relações de toda ordem. Servem, ainda, de anteparos e suportes às metrópoles regionais, desde que não componham com estas uma unidade funcional contínua e/ou contígua (SPOSITO, 2001).

(TRINDADE JR., 2010), a exemplo de Marabá que assume tal papel na rede urbana amazônica desenvolvendo funções significativas de mediação entre cidades pequenas e as metrópoles regionais, bem como com metrópoles extrarregionais (TRINDADE JR., 2011).

O núcleo de Marabá surge, segundo Emmi (1999), a partir de frentes pioneiras de atividades extrativistas, minerais e vegetais. O comércio, a extração do caucho – goma similar à borracha – e posteriormente a castanha-do-pará, foram atividades de grande importância para a dinamização da cidade; fato este que a levou a ser reconhecida como um importante entreposto comercial na região, desenhando, assim, importantes relações horizontais, que paulatinamente começaram a dividir o espaço com as relações do tipo mais verticais[21].

As relações verticais ganham força em meio à reestruturação e mudança na organização espacial da Amazônia a partir da década de 1960, período que Marabá deixa de ser caracterizada somente como entreposto dos fluxos dos castanhais e ligada à floresta e aos rios, como era conhecida, passando a ser entrecortada por importantes rodovias, como a BR-230 (Transamazônica) e a BR-222, além de ganhar relevância no que se refere à organização dos interesses do capital industrial e financeiro (EMMI, 1999).

Esse processo de forte intervenção na Amazônia conduziu a uma reorganização de Marabá, que passou a ser importante ponto de convergência de políticas expressas em planos e programas de desenvolvimento, tendo seu espaço encoberto por uma malha técnica que proporciona à cidade uma entrada maciça de novos agentes e o incremento de suas atividades econômicas a partir de um jogo dialético de fixos e fluxos. A expressividade de tais atividades de Marabá eleva a cidade a um perfil de "cidade econômica" (SANTOS, 1993). Ademais, esses agentes reclamam intensas melhorias urbanas e infraestuturais

[21]As relações de horizontalidades geográficas são compreendidas como interações entre espaços geográficos contínuos e que, por isso, agregam-se de forma relativamente próxima. Diferem-se das relações de verticalidades geográficas, que são compreendidas como pontos que, mesmo separados no espaço, através de um arranjo descontínuo, porém complementares, permitem mecanismos de fluxos diversos que asseguram, à distância, o funcionamento global da sociedade e da economia (SANTOS, 2009).

em geral, para a fluidez de suas operações, influenciando, assim, no planejamento e gestão urbana e regional, conduzindo a cidade a um tipo de "urbanização corporativa" (SANTOS, 1993) que visa, cada vez mais, a atração do grande capital. Com isso, os grandes agentes econômicos reforçam a forma de planejar o espaço urbano e regional sob a égide do modelo econômico vigente.

Desta forma, o Estado, em suas diversas instâncias de poder, conduz para o espaço urbano um planejamento estratégico[22] que permite ratificar o papel e significado da cidade de Marabá na região amazônica dentro da lógica das crescentes demandas globais e, sobretudo, elevando seu grau de competitividade para a atração de outros novos agentes, promovendo, assim, a venda da cidade.

É a partir dessas premissas que este capítulo visa compreender como o espaço urbano de Marabá vem sendo concebido no âmbito do planejamento e gestão face aos recortes horizontais e verticais que marcam a cidade. Para isso, lança-se mão de uma análise de conteúdo[23]do Plano de Desenvolvimento do Turismo do Estado do Pará (PDT-PA 2001) e do "Ver-o-Pará": Plano Estratégico de Turismo do Estado do Pará (2012-2020) revelando a concepção de uma cidade muito mais voltada às lógicas extrarregionais.

[22]O planejamento estratégico é um modelo não normativo inspirado em técnicas advindas do modelo de planejamento empresarial, visando aumentar a competição das cidades para atração de investimentos (VAINER, 2009).

[23]A análise de conteúdo (CHIZZOTTI, 2008) é uma análise que tem como critério fundamental o fragmento singular do texto que pode ser a palavra, termo ou léxico considerada a menor unidade textual, para fazer a mensuração da frequência média das ocorrências estabelecendo associações importantes na mensagem. Esse fracionamento e quantificação não inviabilizam uma análise qualitativa dos textos em que o pesquisador procura penetrar nas ideias, mentalidade, valores e intenções do produtor da comunicação para assim compreender sua mensagem.

O ESPAÇO AMAZÔNICO SOB A ÓTICA DO PLANEJAMENTO

Com a forte internacionalização da economia e a crescente demanda que o grande capital reclama para sua reprodução, principalmente em termos de infraestrutura, um conjunto de medidas vem sendo pensadas e aplicadas pelo Estado através de políticas como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), por exemplo, sob o discurso de modernização e crescimento econômico. No tocante a tais políticas, observa-se que a ação pública emprega os recursos com o intuito maior de atrair os investimentos desse grande capital, deixando o social em um segundo plano (DIAS; LOPES, 2014).

No que diz respeito às ações do Estado, Santos (2008) nos ilumina esboçando a importância desse agente como aliado das grandes empresas, demonstrando as possíveis formas de apoio ao desenvolvimento das atividades econômicas modernas. Dessa forma, observa-se que este importante agente, em todas as suas instâncias de poder, exerce um papel determinante na criação de fixos (rodovias, hidrelétricas, hidrovias, portos) que condicionam a intensificação da circulação de capitais, informações e insumos, e uma maior ligação entre pontos distantes no espaço permitindo a eficácia da operação das atividades econômicas. A conexão que se cria entre tais espaços e a intervenção direta das lógicas exógenas se rebatem na organização urbana e regional, dentro dos moldes do planejamento e gestão. A esse respeito, Santos (2012) traz a seguinte afirmação:

> A competição em escala mundial introduz uma lógica internacional que exige um esforço maior de produtividade. Esse esforço exige adequação ainda mais clara do espaço às necessidades das firmas dominantes. Como as grandes firmas baseiam sua atividade na previsão, a necessidade de planejar para atender aos seus reclamos torna-se imperativa, o planejamento urbano sendo chamado a participar dessa tarefa. (SANTOS, 2012, p. 130)

Cabe aqui fazer uma breve reflexão acerca do planejamento e gestão. Seguindo o pensamento de Souza (2007), planejamento

e gestão são termos distintos, mas complementares, possuindo referenciais temporais e atividades diferentes. O planejamento vem a ser a preparação para a gestão (SOUZA, 2007). Ademais, por ser uma ação racional, o planejamento é um processo político-ideológico em que os interesses dos atores que os regulamentam se reproduzem (CRUZ, 2006).

Nesse sentido, o Estado cria políticas que muitas vezes tendem a reforçar o papel das regiões dentro da Divisão Territorial do Trabalho. No caso específico da Amazônia, importantes estratégias de desenvolvimento vêm sendo concebidas dentro de um contexto externo, reforçando seu papel de "região do fazer"[24] (SANTOS, 1995), permitindo a inserção de suas cidades, principalmente aquelas que possuem papel determinante na rede urbana, em um processo de reestruturação no âmbito do planejamento e da gestão, atraindo mais investimentos, tornando-as mais competitivas. A esse respeito Castro (2012) traz a seguinte reflexão:

> O Estado brasileiro, hoje, adota um planejamento que se fundamenta em uma "visão estratégica" na qual a Amazônia é considerada região central na produção de *commodities* e na integração ao mercado mundial, conforme mostram os projetos e ações governamentais, de médio e curto prazo, para a infraestrutura de transporte, energia e comunicação. (CASTRO, 2012, p.12)

Nessa perspectiva, destaca-se que o sudeste paraense, e especificamente Marabá que tem sido *lócus* de grandes investimentos nas últimas décadas (MARIN; TRINDADE, 2009). Esses investimentos voltam-se, principalmente, para a criação de redes técnicas e ampliação das já existentes para atender às grandes empresas que se instalam na região, responsáveis por uma ligação

[24] Para Santos (1995), em regiões onde o sistema de objetos e sistema de ações são mais densos, aí está o centro do poder, diferentemente daquelas onde o sistema de objetos e o sistema de ações é menos complexo e menos inteligente, que são espaços da dependência e da incapacidade de dirigir a si mesmo. Hoje, há cada vez mais regiões do fazer e cada vez menos regiões do mandar, do reger.

crescente daquela cidade a um contexto extrarregional. Neste sentido, observa-se que a Amazônia e, sobretudo para efeitos de análise, o espaço urbano marabaense se inserem na lógica do planejamento estratégico adotado pelo governo brasileiro, em suas várias esferas de tomadas de decisão. Dentro dessa conjuntura é válido sublinhar que as cidades se tornam protagonistas no âmbito do planejamento estratégico, haja vista que

> Os processos sociais, econômicos, culturais e populacionais tendem a globalizar-se, mas seus efeitos concentram-se nas aglomerações urbanas e requerem atuações políticas integradas (...) e o progresso econômico, o bem-estar social e a integração cultural dos povos, determinar-se-ão, em grande parte, nas cidades. (BORJA, 1997, p. 79)

Esse modelo de planejamento, inicialmente difundido nas cidades europeias, chegando aqui na América Latina, traz como premissa a competição entre as cidades como se fossem grandes empresas para atrair investimentos e tecnologias, promovendo, desta forma, a venda da cidade com a adoção de um *city marketing* (BORJA; FORN, 1996).

Em uma crítica a esse tipo de planejamento e aos seus defensores, Carlos Vainer (2009) aponta que o discurso firmado nesse modelo baseia-se em três eixos: a) cidade como mercadoria, objeto de luxo que possui atributos de qualidades postos à venda de acordo com os interesses de seus consumidores, geralmente grandes empresas capitalistas; b) cidade empresa, haja vista que é planejada e gerida como uma empresa, com características e doutrinas do mundo corporativo, entrando em competição com outras cidades, visando aumentar seu poder de atração de investimentos; c) cidade pátria, que busca eliminar conflitos internos, criando a necessidade de consenso a partir de uma consciência de crise generalizada. O autor ressalta ainda que o planejamento estratégico pretende não só eliminar os conflitos internos da cidade, mas também o exercício de cidadania.

Tais elementos constituintes dessa forma de planejamento, além de seus principais discursos, como *crescimento econômico* e *desenvolvimento social,* tornam-se notórios nos conteúdos de planos de desenvolvimento da atividade turística, por exemplo. As políticas expressas nesses planos têm como intuito principal dotar as cidades polos, como Marabá, de infraestruturas, deixando-as mais atrativas e competitivas para os mercados emissores. Assim, para uma melhor compreensão desses processos, faz-se relevante uma breve análise, porém significativa, dos dois últimos planos de turismo concebidos pelo governo do Pará. Justifica-se aqui a análise neste capítulo de dois planos, uma vez que o mais atual trata-se de uma reformulação/adequação do mais antigo.

A CONCEPÇÃO DA CIDADE MERCADORIA A PARTIR DOS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DO PARÁ

a) Plano de Desenvolvimento do Turismo do Estado do Pará (PDT-PA)

O Plano de Desenvolvimento do Turismo do Estado do Pará (PDT-PA) foi elaborado na segunda gestão (1999-2002) do governo Almir Gabriel e Hildegardo Nunes pela empresa THR (Assessoria em Turismo e Recreação) e divulgado em outubro de 2001. No que toca ao conteúdo do plano, o mesmo está divido basicamente em três grandes seções, a saber: a) Diagnóstico da situação atual do turismo paraense; b) Objetivos e estratégia. c) Programas e ações (PARÁ, 2001). Em suas palavras introdutórias o PDT-PA traz como visão:

> Definir estratégias para que a atividade [turística] se desenvolva de forma que traga melhoria de qualidade de vida à população paraense. Considerando a riqueza de atrativos da Amazônia paraense e seu grande apelo sobre mercados emissores de turistas e o crescimento dos segmentos de viagens voltadas à natureza, o Pará apresenta condições muito significativas para que o turismo seja importante instrumento de desenvolvimento econômico e social. (PARÁ, 2001, p. 5, grifo nosso)

O PDT-PA apresenta uma divisão em seis polos importantes, cada um com uma cidade-sede com atrativos em potencial e o mínimo de infraestrutura preexistente. Dessa forma, o plano visa o desenvolvimento do turismo através de ondas concêntricas até atingir todo o polo. Os polos são assim discriminados: Belém (Belém), Costa Atlântica (Salinópolis), Marajó (Soure), Tapajós (Santarém), Araguaia/Tocantins (Marabá) e Xingu (Altamira) (PARÁ, 2001).

É importante ressalvar que, para efeitos de análise, voltaremos maior atenção para o polo Araguaia/Tocantins, haja vista que o mesmo tem como cidade-sede Marabá, referência empírica deste trabalho. Nesse sentido, Marabá assume um importante papel no polo Araguaia/Tocantins, contando com um centro de exposições e dois bons auditórios, o que a habilita a desenvolver o turismo de reuniões (PARÁ, 2001). Além disso, Marabá conta com importantes pontos turísticos como praças, igrejas, orla, palacete e museus que também trazem aspectos da história e cultura da região.

Na seção *Diagnóstico da situação atual do turismo paraense,* o plano apresenta, em um primeiro momento, alguns problemas de infraestrutura e equipamentos básicos do Estado do Pará, tais como: transporte, saneamento, eletricidade, hotéis e restaurantes, observando os reclamos de melhorias.

Ao analisar os mercados emissores, o PDT-PA apresenta da seguinte forma: Mercado Regional Interno (Amapá, Roraima, Amazonas, Acre, Rondônia, Goiás, Tocantins e Maranhão); Mercado Nacional (demais estados brasileiros, exceto os que compõem o regional); Mercado Regional Externo (Mercosul); Mercado dos EUA; Mercado Europeu. Desse modo, o plano revela que

> O mercado dos Estados Unidos é de grande importância no futuro desenvolvimento turístico do Estado do Pará. Pois, é neste mercado onde existe maior volume de demanda e taxa de crescimento naqueles segmentos aos quais Pará oferece maior atrativo: ecoturismo, turismo de aventura, viagens de interesse especial, viagens de interesse geral, incluindo cruzeiro. (PARÁ, 2001, p. 56)

Diante disso, observa-se uma perspectiva de desenvolvimento de turismo muito mais voltada para o mercado externo à região, como bem é ressaltado no próprio plano na seção seguinte, configurando-se, portanto, na promoção de um turismo de massa. No tocante a isso, Serra (2007) nos ilumina em uma análise crítica da concepção da atividade turística no Pará através do PDT-PA

> Porém, o que se deve afirmar aqui, é pelo fato de que o Governo do Estado dar um privilégio maior ao turismo de massa (aquele concernente ao fluxo global da economia), esses equipamentos e infraestruturas [estradas, portos, aeroportos, hospitais, rede de segurança, rede de saneamento e esgoto] estão pensados, concebidos, articulados e decididos, em primeiro plano, para os agentes de classes sociais que podem circular capital de forma mais rápida. (SERRA, 2007, p. 146, grifo nosso).

Observamos aqui uma importante preocupação por parte do governo do Estado em pensar melhorias infraestruturais para receber turistas desses importantes mercados emissores. Dessa forma, compreendemos que o desenvolvimento do turismo no Pará, apesar de o PDT-PA falar que através dele haverá um aumento da qualidade de vida para os paraenses, possui um caráter seletivo, sendo pensado para atender muito mais a agentes externos capitalizados ou de maior poder aquisitivo, como bem ressaltou Serra (2007). Assim, concluímos que a melhoria de vida, de fato, da população local está em um segundo plano ou até mesmo é ignorada, reafirmando assim a lógica do planejamento estratégico. No que concerne à seção *Objetivos e estratégias* o PDT-PA ressalta o seu objetivo final, que consiste em:

> Converter o Pará em um destino turístico preferencial para os mercados nacional e internacional, mediante um desenvolvimento turístico competitivo e sustentável, que contribua decisivamente para melhorar a qualidade de vida dos habitantes do Pará, gerando maior bem-estar material e maior bem estar emocional. (PARÁ, 2001, p. 55)

Diante disso e do que já foi evidenciado em parágrafos precedentes, observamos que o plano tem como foco colocar o Pará, através das especificidades de suas cidades de belezas naturais e culturais, na rota de investimentos externos. Com isso, as cidades sedes dos polos tendem a ser alvos de importantes políticas com o intuito de deixá-las mais atrativas, preparando-as para a venda como um objeto de luxo, conforme ressalta Vainer (2009). Assim, observamos que, no contexto da coexistência de relações horizontais e verticais, o plano promove a afirmação desta última. Não é por outra razão que o espaço urbano de Marabá é altamente impactado por uma gama de políticas infraestruturais.

Na seção *Programas e Ações,* o PDT-PA apresenta 4 programas amplos e estratégicos com o objetivo de aumentar a competitividade do Pará no mercado nacional e internacional de turismo.

Quadro 1 – PDT-PA: programas e Ações (síntese).

Programa	Ações	
Pará Atratividade	A-1	Criação de Gestores de Experiências Turísticas
	A-2	Ampliação e Modernização dos Meios de Hospedagem Paraenses
	A-3	Sinalização Turística
	A-4	Melhoria das Condições Ambientais dos Municípios Turísticos
	A-5	Embelezamento Urbano e Melhorias de Infraestrutura
	A-6	Ordenação Urbanística dos Municípios Turísticos
	A-7	Sistema de Padrões e Selos de Qualidade
	A-8	Pará Hospitalidade
	A-9	Postos de Informações Turísticas
	A-10	Instituto Internacional de Pesquisas sobre o Ecoturismo
Pará Produtividade	P-1	Inventário, Classificação e Avaliação de Recursos Turísticos
	P-2	Criação de Grupos de Competitividade Locais
	P-3	Criação de Empresas em "*JointVentures*"
	P-4	Capacitação Profissional/Empresarial
	P-5	Formação/Capacitação de Pessoal de Base
	P-6	Simplificação do Processo de Abertura de Novas Empresas
	P-7	Mecanismos de Financiamentos e Estímulos Fiscais
	P-8	Desenvolvimento Tecnológico
	P-9	Sistema de Reconhecimento e Premiação à Profissionalização

Pará Marketing	M-1	Criação de Grupos de *Marketing* por produtos
	M-2	Criação de uma Infraestrutura de *Marketing*
	M-2.1	Unidades Locais de *Marketing* – ULM's
	M-2.2	Base de Dados
	M-2.3	Banco de Imagens
	M-2.4	Sistema de Inteligência de Mercado
	M-3	Articulação de um Sistema de Venda e Comunicação
	M-3.1	*Workshops*
	M-3.2	Feiras de Promoção Turística
	M-3.3	Site Inspection Service
	M-3.4	Manual de Vendas
	M-3.5	Seminários de Vendas
	M-3.6	*Fam Trips*
	M-3.7	Material Promocional
	M-3.8	Publicidade
	M-3.9	Propaganda
	M-3.10	*Web* Pará
	M-3.11	*Marketing* Direto
Pará Gestão	G-1	Comissão Estadual de Turismo
	G-2	Conselho Estadual de Turismo
	G-3	Sistema de Indicadores de Sustentabilidade

Fonte: Pará (2001).

O Quadro 1 traz uma síntese dos programas e ações para a promoção do turismo no Pará. Destaca-se aqui, dentro do programa *Pará Atratividade,* a ação 4 (Melhorias das Condições Ambientais dos Municípios Turísticos) que traz como algumas das atividades necessárias: investimentos em infraestrutura de rede de coleta, tratamento e distribuição de água; investimentos em infraestrutura de coleta, tratamento e despejo de esgotos; investimentos em coleta e tratamento de lixo (PARÁ, 2001). Com isso, observa-se que os investimentos em saneamento, dentro do plano, têm por finalidade promover a melhoria e embelezamento das cidades para atender os mercados emissores, cumprindo assim o principal objetivo do plano. Isso nos leva a compreensão de que os investimentos que as cidades paraenses recebem – principalmente as que já possuem um atrativo e uma infraestrutura melhor, como Marabá – são muito mais para atender as exigências estabelecidas no âmbito extralocal do que

para ajudar a solucionar os problemas da população local, que tem benefícios, a partir dessas políticas, mais por consequência do que por prioridade.

Destaca-se, ainda, dentro do programa *Pará Produtividade* a ação 3 (Criação de empresas em *joint ventures)* que têm as seguintes justificativas: atrair empresas nacionais e estrangeiras para, em associação com empresários paraenses, investirem na ampliação da infraestrutura turística estadual; associar empresas nacionais e estrangeiras para ampliar a capacidade de promoção e comercialização dos produtos turísticos; atrair para o Estado do Pará *know-how* e tecnologia para melhoria dos produtos locais e contribuir para atração de novos segmentos de demanda em função do relacionamento dos investidores estrangeiros; aproveitar estas parcerias para promover o produto turístico paraense nos mercados onde estas empresas associadas atuam; dispor de marcas de serviços turísticos que são conhecidas nos mercados emissores (PARÁ, 2001).

Nesse contexto, fica evidente que as políticas de desenvolvimento do turismo têm por objetivo atrair, além de turistas mercados emissores em potencial, grandes empresas que ajudem a promover a atividade turística no Pará. Com isso, a estratégia de planejamento do plano tem um viés extremamente economicista, com medidas concebidas levando em conta um contexto externo à região. Ademais, inferimos que a partir das melhorias reclamadas no plano, novos agentes serão atraídos para as cidades polos, como Marabá, dinamizando e reconfigurando seu espaço urbano, fortalecendo cada vez mais as relações com outros espaços que não os regionais.

b) "Ver-o-Pará": Plano Estratégico de Turismo do Estado do Pará (2012-2020)

O Plano Estratégico de Turismo do Estado do Pará intitulado "Ver-o-Pará", com vigência para o período de 2012 a 2020, foi lançado em novembro de 2011 na gestão do governador Simão Robson Jatene. O Ver-o-Pará é composto de nove macro-programas,

42 projetos de desenvolvimento do turismo e 26 projetos voltados para as ações de *marketing*, elaborados com a consultoria da empresa espanhola Chias Marketing (PARÁ, 2011).

Observa-se aqui que o Ver-o-Pará segue uma estrutura semelhante ao PDT-PA, caracterizando-se muito mais como uma continuação, ressaltando os mesmos problemas, objetivos, justificativas e reclamos por mais melhorias. Além disso, o plano segue a mesma divisão de polos que o PDT-PA e incorpora programas anteriores que estão em curso, sincronizando suas ações de acordo com os novos objetivos e metas formulados (PARÁ, 2011).

É importante ressaltar que tanto o PDT-PA quanto o Ver-o-Pará trazem um diagnóstico sobre os problemas de infraestrutura, principalmente de logística do Estado, o que dificulta o desenvolvimento da atividade turística. Desse modo, várias medidas que os planos reclamam estão sendo respondidas em parceria com outras esferas de governo.

O Ver-o-Pará tem como premissa para o desenvolvimento do setor turístico "sustentar o trabalho do setor como política pública capaz de gerar desenvolvimento com sustentabilidade e justiça social" (PARÁ, 2011, p. 5). Além disso, ele se configura como:

> [...] instrumento fundamental e importante no conjunto das ações que se destinam a elevar a qualidade de vida e reduzir as desigualdades entre o povo paraense. Um plano que vai estimular a vocação natural do Pará de fazer da sua história, da sua cultura e do seu meio ambiente insumos para o desenvolvimento econômico e social, baseado na sustentabilidade. (PARÁ, 2011, p. 5)

A partir do exposto, observa-se mais uma vez o atrelamento do desenvolvimento econômico e social ao incremento da atividade turística do Estado, bem como a ideia de sustentabilidade. Entretanto, é evidente, ao analisarmos o plano, que tais conceitos aparecem no corpo de uma justificativa muitas vezes banidos de um significado que de fato os sustentem.

O plano vem a ser o resultado da união da gestão pública juntamente com empresas e a sociedade em geral pelo desenvolvimento do turismo no Estado. O Ver-o-Pará tem como visão inserir o Pará na rota dos destinos mais procurados do mundo, e estabelecê-lo como o principal destino no espaço amazônico (PARÁ, 2011). A esse respeito Cruz (2006, p. 338) ressalta que

> Ingressar no competitivo rol dos destinos turísticos nacionais e internacionais não é objetivo fácil de ser alcançado. Tornar-se um destino turístico nacional e internacionalmente conhecido é resultado de um feixe de ações e relações, fatores endógenos e exógenos cujo comando, no mais das vezes, não pertence ao lugar receptor. Ao contrário, a hegemonia dos mais importantes polos emissores do País e do mundo se pode fazer sentir sobre muitos dos destinos turísticos do mundo e do país. (CRUZ, 2006, p. 338)

Isso fica claro quando refletimos sobre o objetivo do plano em colocar o Pará em destaque, revelando uma concepção de desenvolvimento do turismo principalmente a partir de fatores exógenos, fato que vem sendo propagado desde o PDT-PA de 2001.

O plano utilizou a metodologia de planejamento estratégico usada em vários países Latino-americanos e no mundo. O relatório executivo do Ver-o-Pará é apresentado subdividido em 3 fases, a saber: 1) *A análise da situação atual*; 2) *o planejamento estratégico*; 3) *o plano operacional* (PARÁ, 2011).

Na fase I do relatório executivo do Ver-o-Pará, observa-se um diagnóstico dos principais mercados emissores que continuam sendo compostos por países da Europa, América do Norte e com a crescente participação da China, na Ásia, revelando um interesse especial por parte desses mercados ao turismo de natureza ou ecoturismo. Para alcançar o objetivo de colocar o Pará na rota desses mercados, para esse setor estava previsto na Agenda Mínima do Governo do Estado no quadriênio que compreende de 2011-2014 o valor aproximado de R$ 190.000.000,00.

Na fase II do relatório executivo são apresentadas as metas quantitativas para o destino Pará até 2020, descritas da seguinte forma: no mercado nacional pretende-se triplicar o número de turistas brasileiros no Pará; no mercado internacional objetiva-se ampliar a participação do volume e da receita pelo turismo em 15% sobre o volume e receita do turismo do Estado (PARÁ, 2011).

Com o exposto acima, destaca-se a concepção de turismo para atender muito mais aos turistas que se encontram em outras regiões brasileiras e até mesmo fora do Brasil, visando, sobretudo ao aumento da receita.

A fase III apresenta dois planos operacionais para o fomento do turismo no Pará que se subdividem cada um em 3 macroprogramas, originando 70 projetos no total (quadro 02).

Quadro 2 – Ver-o-Pará: planos operacionais para o desenvolvimento do turismo.

	APRESENTAÇÃO	MACROPROGRAMAS
PLANO OPERACIONAL DE DESENVOLVIMENTO	Define a sustentabilidade como eixo sistêmico, a qualidade e a competitividade como vértices estruturantes para os macroprogramas, programas e projetos, com o objetivo de garantir o ambiente favorável para os negócios, promover a inclusão através da redução da pobreza e desigualdade social, fazer o melhor aproveitamento dos recursos naturais e culturais sem comprometer sua viabilidade no tempo, estimular a capacidade de produção e de inovação no âmbito do setor de turismo.	M1: Macroprograma de Estruturação de produtos M2: Macroprograma de Qualidade M3: Macroprograma de Competitividade

PLANO OPERACIONAL DE MARKETING	Apresenta as ações de promoção, tanto em sua vertente de comunicação aos públicos como na de comercialização do produto turístico junto ao trade turístico, chegando também a definir projetos de sensibilização do setor privado. Paralelamente propõe a implantação de um sistema de monitoria, informação e controle de *marketing* que permitirá a revisão e atualização permanente do Plano Operacional, bem como sua renovação a cada três anos em função dos resultados alcançados	M1: Macroprograma de Comunicação M2: Macroprograma de Promoção M3: Macroprograma de Inteligência de Mercado e Inovação

Fonte: PARÁ (2011)
Organização: Suelem Maciel Cardoso.

Ao compararmos o PDT-PA com o Ver-o-Pará, observa-se que ambos foram pensados seguindo o mesmo viés, fazer do Pará um produto de mercado, desconsiderando muitas vezes na prática a sua população, que parece marginalizada no processo e com pouca clareza dos possíveis benefícios a serem gerados. A esse respeito Cruz (2006, p. 239-240) destaca que

> o aumento espontâneo ou planejado de fluxos turísticos pode dinamizar as economias locais e regionais pelas demandas que os turistas trazem consigo (demandas por hospedagem e alimentação, entre outras), multiplicando infraestruturas, gerando postos de trabalho, fazendo o dinheiro circular. Todavia, faz-se necessário lembrar, também, que o conceito de desenvolvimento é polissêmico. Desenvolvimento econômico não é sinônimo de desenvolvimento social. (CRUZ, 2006, p. 239-240)

Por fim, acrescentamos, a partir do que foi exposto e acerca dos programas operacionais apresentados no Ver-o-Pará para o fomento do turismo no Estado, que tais programas convergem para elaboração de políticas de investimentos em melhorias infraestruturais, deixando as cidades, principalmente as sedes de polos, como Marabá no Araguaia/Tocantins, mais atrativas para os mercados emissores em potencial e para o capital privado. Com isso, ressaltamos que essas políticas pensadas a partir dos programas pouco fortalecem a relação da cidade com o seu entorno, ajudando a aumentar relações de ordem mais vertical, reforçando também o perfil de cidade média de Marabá.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Amazônia, desde a abertura de sua fronteira, vem sendo altamente impactada por políticas governamentais que pretendem inseri-la dentro de um arranjo concebido em escala global. A partir dessas políticas, um conjunto de cidades passou a ganhar maior destaque na rede urbana, como a cidade de Marabá que assume perfil de cidade média devido ao seu papel articulador intra e extra-regional, sendo alvo constante em sua sub-região, o sudeste paraense, de investimentos de capitais públicos e privados, entrando em uma rota de cidade competitiva face ao modelo de planejamento estratégico adotado no Brasil, inspirado principalmente em experiências de cidades europeias.

Com isso, Marabá, que outrora era uma cidade que tinha sua dinâmica orientada pelo rio e pela floresta, passa agora a ter seu espaço urbano condicionado por lógicas externas que a conduzem a melhoria de sua infraestrutura com vistas a atração de novos agentes econômicos e, assim, tornar-se produto de mercado e para o mercado. Tais elementos ficam claros nas políticas de desenvolvimento da atividade turística concebidas no âmbito do planejamento estratégico do governo do Pará.

A concepção do espaço urbano nessas cidades-sedes de polos desses planos, como Marabá, é dada a partir dessas lógicas estranhas

ao local que não são para a melhoria, de fato, da vida da população, haja vista que a natureza, que em momentos anteriores era a fonte de sustento de muitas famílias, passa a ser um recurso colocado no mercado de turismo para a venda. E é nessa perspectiva, de investir nas cidades deixando-as mais atrativas, que observamos a concepção, segundo o pensamento de Vainer (2009), da cidade como mercadoria – objeto de luxo exposto na vitrine –, em que o produto oferecido são específicos de acordo com o consumidor, podendo ser turismo de negócios – e para isso há a edificação de um luxuoso centro de convenções na cidade – dentre outros. Ademais, com a valorização dos pontos turísticos de Marabá, os cidadãos vão perdendo o seu direito ao entorno. O espaço que era antes público e barato, a partir dessa venda da cidade, torna-se caro para as pessoas de baixa renda. Dessa forma, ao analisar os planos de desenvolvimento do turismo (PDT-PA e Ver-o-Pará), observa-se a concepção de um planejamento "mercadófilo" (SOUZA, 2007).

Assim, adota-se um modelo de planejamento que tem um intuito de melhorias nos espaços urbanos para torná-los mais atrativos para o capital externo, do que para resolver os problemas que assolam a população local. Isso fica evidente, por exemplo, no *slogan* "O Pará que queremos, o Pará que vendemos!" presente no plano Ver-o-Pará.

REFERÊNCIAS

BORJA, J.; FORN, M. de. Politicas da Europa e dos Estados para as cidades. *Espaço & Debates Revistas de Estudos Regionais e Urbanos*. São Paulo, NERU, Ano XVI, n° 39, p. 32-47, 1996.

BORJA, J. As cidades e o planejamento estratégico: uma reflexão europeia e latino americana. In: FISCHER, T. (Org.). 2. ed. *Gestão Contemporânea:* cidades estratégicas e poder local. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1997, 79-99.

CASTRO, E. (Introdução) Dossiê – Amazônia: sociedade, fronteiras e políticas. *Caderno CHR,* v.25, n.64, Salvador: Ed.UFBA, jan./abr.2012.

CHIZZOTTI, A. *Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

CRUZ, R.C.A. Planejamento governamental do turismo: convergências e contradições na produção do espaço. In: LEMOS, A. I. G.;ARROYO, M.; SILVEIRA, M. L.(Org). *America Latina*: cidade, campo e turismo. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p. 337-350

DIAS, P. C.; LOPES, D. M. F. A propósito do planejamento e gestão nas cidades médias e pequenas: uma breve introdução. In:_____. (Orgs*). Cidade médias e pequenas*: desafios e possibilidades do planejamento e gestão. Salvador, BA: SEI, 2014. p. 9 – 20.

EMMI, M. F. *A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais*. 2. ed. Belém: UFPA/NAEA, 1999.

MACHADO, L. O. A fronteira agrícola na Amazônia brasileira. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v. 54 (2), p. 27-57, abr./jun. 1992.

MARIN, R. E. A.; TRINDADE, J. . Wakymãhãmektokônhito-nxàkaka: Projeto da Hidrelétrica de Marabá - Pará. In: ALMEIDA. A. W. B. (Org.). *Conflitos sociais no Complexo Madeira*. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/UEA Edições, 2009. p. 367-389.

PARÁ. Governo do Estado. *Plano de desenvolvimento do turismo do estado do Pará (PDT-PA)*. Belém: Companhia Paraense de Turismo - PARATUR; THR- Assessoria em Turismo Hotelaria e Recreação, 2001.

PARÁ, Governo do Estado. *Plano Estratégico do Turismo no Estado do Pará (2012-2020):* relatório executivo "Ver-o-Pará. SETUR; CHIAS MARKETING, 2011.

SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. Os grandes projetos: sistema de ação e dinâmica espacial. In: CASTRO, E.; MOURA, E.; MAIA, M.L. (Orgs.) *Industrialização e grandes projetos:* desorganização e reorganização do espaço. Belém: EDUFPA, 1995. p. 13-20.

_____. *A natureza do espaço*: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 2009.

_____.*por uma economia política da cidade:* o caso de São Paulo.2. ed.1.reimpr. São Paulo: Edusp, 2012.

SERRA, H. *A concepção de turismo e de sua espacialidade no plano de desenvolvimento de turismo do Pará-PDT,* 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia)- Instituto de filosofia e ciências humanas, Universidade Federal do Pará.

SOUZA, M. L. *Mudar a cidade:* uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 4. ed. Rio Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

SPOSITO, M. E. B.As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: _____. (Org.) *Urbanização e cidades:* perspectivas geográficas. São Paulo: UNESP, 2001. p.609-643.

TRINDADE JR., S. C. C. As cidades médias na Amazônia brasileira: da centralidade econômica à centralidade política. In: *Colloque Villes Petiteset Moyennes***.** Tours, 2010. (mimeo.).

_____. Cidades médias na Amazônia oriental: das novas centralidades à fragmentação do território. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 14., Rio de Janeiro. *Anais***...**Rio de Janeiro, 2011. v. 1. p. 1-15.

VAINER, C. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, O. et al. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos.* 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, p.75-103

PARTE 3: TERRITÓRIO, CONFLITOS E AMBIENTE NA AMAZÔNIA

MINERAÇÃO E SEGURANÇA PÚBLICA NA AMAZÔNIA PARAENSE: ALTERAÇÕES SOCIOTERRITORIAIS EM JURUTI (PARÁ-BRASIL)[25]

João Marcio Palheta da Silva[26]
Christian Nunes da Silva[27]
João Francisco Garcia Reis[28]
Ricardo Ângelo Pereira de LIMA[29]

INTRODUÇÃO

Ao pensar na Amazônia devemos considerar as características ambientais e sociais que integram esse importante território transnacional, desde o período da ocupação humana anterior ao dito "descobrimento europeu". Assim, da ocupação pelos indígenas até as comunidades locais que habitam a região na atualidade, sejam elas de pescadores, agricultores, extrativistas, dentre outras, foram incorporadas novas culturas/economias e criados modelos e "ciclos econômicos" que refletem costumes próprios, inerentes à região.

[25]Esse ensaio faz parte do projeto de pesquisa "Uso do Território e Impactos Socioambientais da Atividade Minero-Metalúrgica nas cidades de Parauapebas e Juruti, no estado do Pará" com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Uma versão resumida deste texto foi publicada na revista *Geographia* (UFF) no ano de 2016.

[26]Professor Associado II da Universidade Federal do Pará (UFPA), Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO/UFPA), Líder do Grupo Acadêmico Produção do Território e Meio Ambiente na Amazônia (GAPTA/CNPq), membro do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP) e Pesquisador em Produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). e-mail: jmpalheta@ufpa.br

[27]Professor Adjunto II da Universidade Federal do Pará (UFPA), Professor do PPGEO/UFPA e do PPGEDAM/UFPA, Pesquisador do GAPTA/CNPq, membro do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP). e-mail: cnsunes@ufpa.br

[28]Professor do Instituto de Ensino de Segurança do Pará (IESP). Mestre em Defesa Social e Mediação de Conflitos pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutorando do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA), membro do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP). e-mail: garcia36911@gmail.com

[29]Doutor em Geografia Humana. Pós-Doutorando em Geografia no PPGEO/UFPA. Professor Associado II da Universidade Federal do Amapá. Bolsista FAPESPA/CAPES. E-mail: ricardoangelo_pereira@yahoo.es.

É importante ponderar também a influência que os recursos naturais presentes no território amazônico imprimem às outras regiões, refletindo na importância geopolítica e estratégica que a Amazônia tem para países e grandes grupos econômicos, que se valeram da biodiversidade dessa região, como, por exemplo, durante o chamado "apogeu da borracha", onde era utilizada não somente a mão-de-obra escrava, mas também a indígena a qual, posteriormente, foi acrescida com a inserção dos primeiros grupos de nordestinos (ditos soldados da borracha), que foram utilizados no sistema de extração e aviamento da borracha para outros países do mundo. Sendo que todos os "usos" e manejos dos recursos sempre contribuíram no desenvolvimento de outras atividades econômicas na região, como, por exemplo, da extração do pescado dos *pesqueiros reais*, da borracha, do chamado comércio de *regatão*, da madeira, ou ainda, durante a criação dos grandes projetos mínero-metalúrgicos e hidroelétricos que são mais recentes.

Dessa forma, historicamente, a Amazônia sempre foi vista sob o prisma de reserva de recurso natural, pronta para ser apropriada assim que fosse necessário. Becker (2004) aponta a pós-década de 1960 como o período de aceleração do processo de ocupação da Amazônia, tendo a sua fase inicial no planejamento regional no período de 1930 a 1966. Constituíram-se em marcos dessa fase: a Inserção de um Programa de Desenvolvimento para Amazônia, sua delimitação fundamentada em critérios científicos e ainda dentro deste contexto a criação da Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). Todavia, esses marcos não foram acompanhados de ações mais efetivas sobre a região.

A ocupação foi posta em prática, principalmente, a partir da década de 1970, com a instalação dos chamados Grandes Projetos de Desenvolvimento que tinham por objetivo principal incluir a região na lógica da produção capitalista, bem como sua articulação à produção econômica nacional e internacional. O

contexto de desenvolvimento (COELHO e COTA, 2008) estaria então vinculado diretamente ao crescimento econômico que levaria ao aumento do Produto Interno Bruto (PIB).

À medida que a marcha progressista avançou sobre a região, novos recursos foram explorados e novos conflitos se avolumaram, pois tais recursos serviam apenas a uma externalidade, deixando às populações locais da região a ferida aberta, sem um tratamento que lhe devolvesse a saúde. Assim, a inclusão da região na lógica desenvolvimentista sempre foi acompanhada da exclusão social e do agravamento dos problemas ambientais que fazem parte de sua história.

Nessa luta, pelo uso do território, os que vivem do seu valor de uso vem sendo expropriados e condicionados à pobreza pela exploração desordenada e sem compromisso por parte daqueles que tem interesses estranhos à região. O modelo de produção vigente na região amazônica gerou mais pobreza do que multiplicou a riqueza de seus habitantes, consequentemente, aumentou o desequilíbrio entre municípios que não possuem em seus territórios grandes projetos, onde as regiões mineradoras viraram palcos de conflitos, formando bolsões de pobreza em seu entorno.

Essa Amazônia desafiadora na interpretação dos grandes projetos e rica em experiências de seus habitantes é que escolhemos para tentar analisar em um dos seus territórios, ou melhor, uma parte das diferentes Amazônias: o Estado do Pará, com uma das ações da economia que territorializa um desses processos em diferentes escalas, a mineração. É essa interpretação do território, em alguns municípios que sofrem a ação dos grandes projetos mineradores, que devemos destacar na cidade de Juruti.

No Pará, há mais de trinta anos, a região de Carajás tem despertado olhares das grandes empresas de mineração que vem explorando-a continuamente, acelerando a exportação de minérios em larga escala, contrastando com a possibilidade de uso dos recursos pelas sociedades locais. Além de Carajás outras regiões do Estado passaram a ser palco de intervenção por parte

dos grandes projetos de mineração, a exemplo, a região do baixo amazonas com a bauxita, nos municípios de Oriximiná e Juruti. O crescimento do PIB municipal dos municípios mineradores não é acompanhado na mesma proporção pela melhoria das condições socioeconômicas e infraestruturais, não por menos, são nesses municípios e em seu entorno que se avolumam os mais diversos problemas de ordem social. Entre eles merecem destaque os problemas ligados à segurança pública. É notório o aumento da violência e da criminalidade e a sensação de insegurança é crescente.

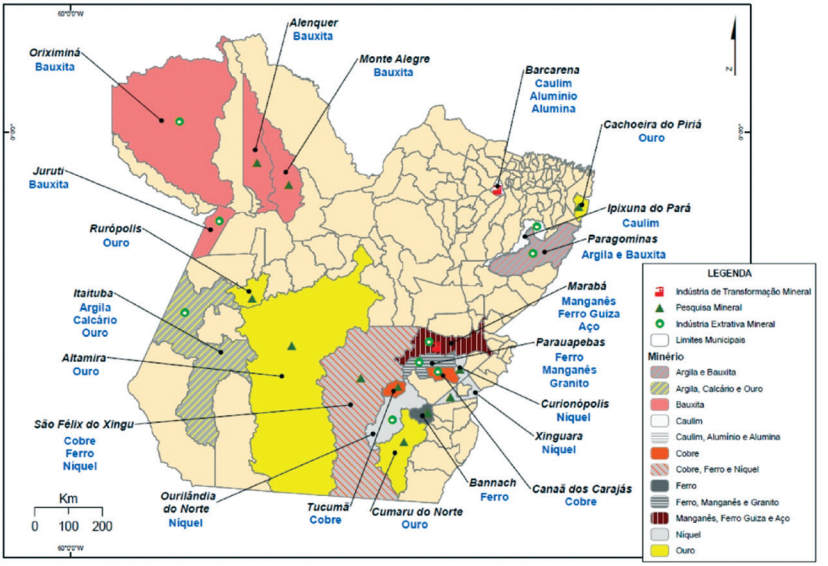
Nosso desafio neste capítulo é mostrar uma parte do território amazônico, o paraense, numa cidade ribeirinha, que não foi criada em razão da mineração, mas que mudou sua funcionalidade a partir da exploração da bauxita por uma grande empresa internacional, a cidade de Juruti na região do baixo amazonas, que será analisada no período de 2010 a 2014. Esse município, localizado no Estado do Pará, possui em seu território um empreendimento mineral com capacidade de conectar o local à economia internacional, reorganizando o espaço geográfico e provocando no território complexidades diferenciadas, articulando relações que fogem a escala local e produzem novas territorialidades a partir da dinâmica econômica da mineração, para compreender como, a partir da instalação do empreendimento minerador, aconteceu o aumento das taxas de criminalidade e violência em Juruti.

EXPLORAÇÃO DOS RECURSOS MINERAIS NO PARÁ, ARRECADAÇÃO MUNICIPAL E MINERAÇÃO EM JURUTI

As cidades mineradoras na Amazônia paraense possuem dinâmica econômica e ordenamento territorial diferenciados, cada uma tem apresentado graus distintos de complexidade, a partir principalmente dos efeitos provocados pelas empresas de mineração em seus territórios. A riqueza de seus recursos naturais (jazidas minerais) impulsionou ações por parte de

grandes grupos empresariais internacionais na economia da região e, consequentemente, no Estado do Pará, um dos maiores arrecadadores da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais no Brasil, com a presença de atividades minerais em diversos municípios paraenses (Figura 1).

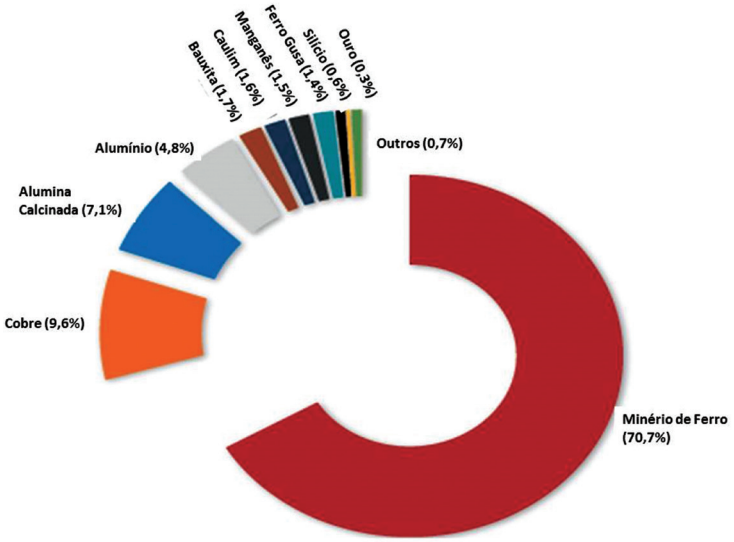
Figura 1 – Municípios paraenses com atividade mineral.



Fonte: Palheta da Silva (2013).

Grupos como: Vale, Alcoa, Mineração Rio Norte, Rio Capim, Albrás, Alunorte, Imerys, entre outros grupos econômicos e seus associados, coligados, produziram efeitos socioeconômicos diferenciados no Pará. Destacam-se, nesse contexto mineral, o município de Parauapebas na região sudeste paraense, com a Vale; e Juruti na região do baixo Amazonas, com a Alcoa. Porém, a exploração no território paraense é diversa, com vários tipos de minérios, com destaque para o ferro (Figura 2).

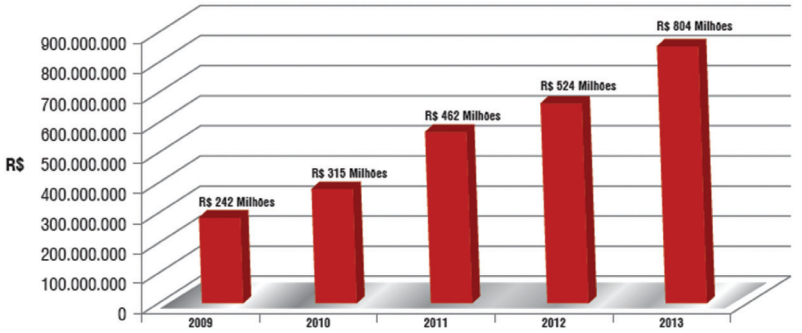
Figura 2 – Participação dos principais minérios no total da exportação mineral em 2013.



Fonte: Simineral (2014).

A Figura 3 mostra que o Pará é um Estado cada vez mais minerador, porém que verticaliza sua produção modestamente e, consequentemente, a sociedade que se desloca para os municípios mineradores, em busca de melhores condições de vida e trabalho, não vem agregando valor ao trabalho e ao produto mineral com a mesma velocidade dos problemas socioeconômicos. A população que migra, em sua maioria, possui pouco conhecimento técnico para ser usada como mão-de-obra qualificada. Por sua vez, os locais de moradia dessa população que possui pouca ou nenhuma qualificação técnica não são acompanhados por políticas públicas para melhorar sua qualidade de vida.

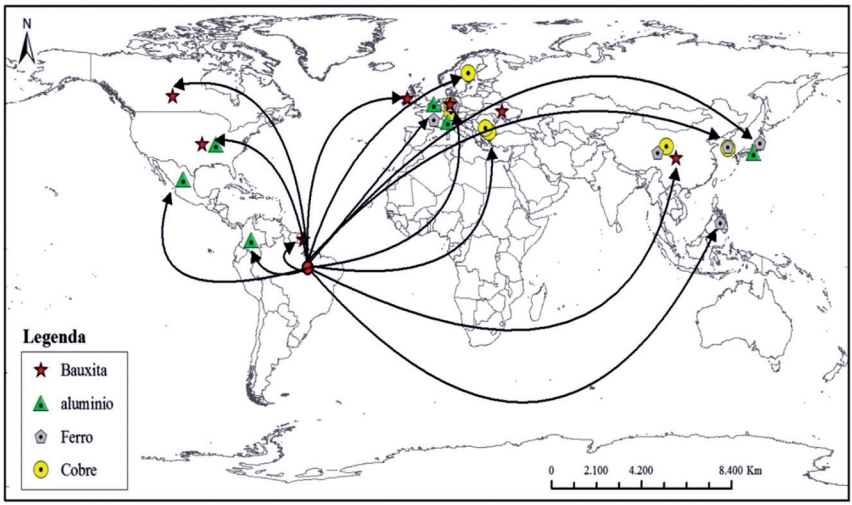
Figura 3 – Arrecadação da compensação financeira pela exploração de recursos minerais no Pará.



Fonte: Simineral (2014).

Essa política industrial destinada à Amazônia, como um todo, com reduzida verticalização da produção, condena a região ao extrativismo, e tem colocado a sociedade local como refém dos Grandes Projetos mineradores, que só exportam o produto bruto para outros países (figura 04). Esse quadro faz com que a região perca a oportunidade de dar saltos qualitativos no setor mineral. É um erro o Estado Nacional pensar que apenas com a exploração mineral, da forma como vem sendo explorada a região, o Brasil alcance suficiência econômica com o setor mineral, e não há indicativo, no Plano Nacional da Mineração até 2030, que aponte mudança noutra direção.

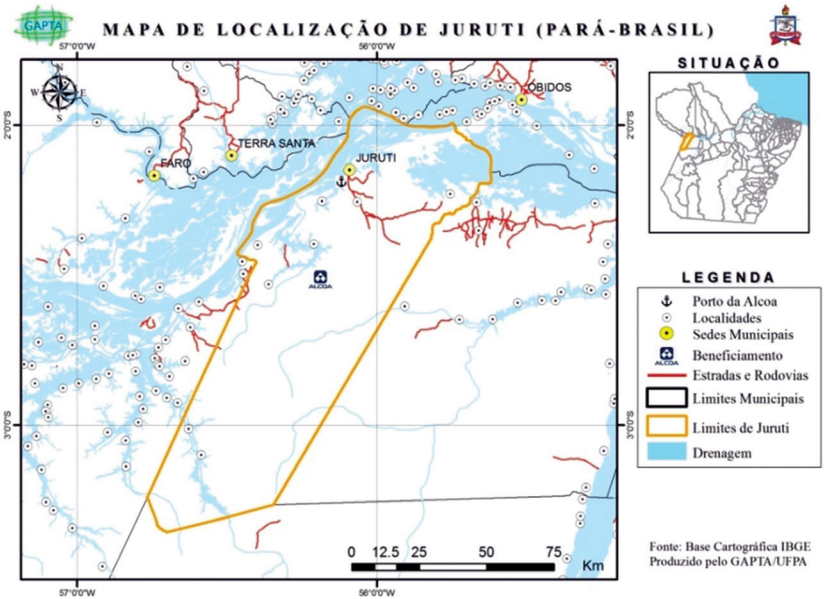
Figura 4 – Destinos da exportação de minérios do Estado do Pará - bauxita, alumínio, ferro e cobre (2011 e 2012).



Fonte: Palheta da Silva (2013).

Nesse sentido, as diferentes cidades na Amazônia foram sendo incorporadas às lógicas de produção capitalista e à divisão territorial do trabalho, no qual a Amazônia é mera fornecedora de minérios aos grandes centros industrializados. Uma dessas cidades é Juruti (figura 05) às margens do rio Amazonas. Uma cidade tipicamente amazônica que viu sua funcionalidade mudar de pesca e agricultura para uma cidade com base na extração mineral, modificando assim o ordenamento territorial. É uma dentre as 35 cidades no Estado do Pará que possuem algum tipo de atividade mineradora.

Figura 5 – Mapa de localização de Juruti (Pará-Brasil).



Fonte: Palheta da Silva (2013).

A cidade de Juruti tem uma história muito diferente de cidades mineradoras como Canaã dos Carajás e Parauapebas, pois sua história no passado não está ligada à mineração, como as duas cidades citadas, nem surgiu em função do grande projeto. De freguesia no século XIX elevada a categoria de vila, só em 1938 convertida em município, tem uma estreita relação com o vizinho Estado do Amazonas, com o qual Juruti faz fronteira, sendo no início uma cidade formada por pescadores e agricultores, hoje tipicamente dependente da mineração da bauxita para aumentar seus recursos econômicos (SEPOF, 2007).

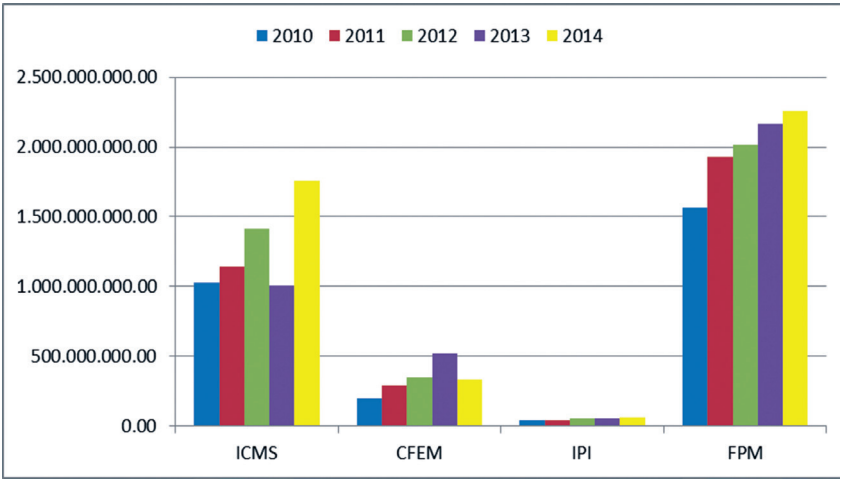
Sua história e tradições estão ligadas ao rio e à floresta, tendo permanecido durante muito tempo como um importante entreposto comercial. Com uma população tipicamente amazônica, com baixa migração de fora do estado, Juruti nasceu e viu seu desenvolvimento

atrelado ao rio e às práticas dos moradores do lugar. Uma típica cidade do interior nas margens do rio amazonas, em que a pesca, o comércio e a agricultura predominavam entre as atividades mais importantes de seus moradores.

Na atualidade, em se tratando de arrecadação municipal discutiremos inicialmente a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM). É um recurso administrado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), em que as alíquotas aplicadas sobre o faturamento líquido para obtenção do valor da CFEM variam de acordo com a substância mineral. Aplica-se alíquota de 3% para minério de alumínio, manganês, sal-gema e potássio; 2% para ferro, fertilizante, carvão e demais substâncias; 0,2% para pedras preciosas, pedras coradas lapidáveis, carbonados e metais nobres; e 1% para ouro. Esses recursos da CFEM são distribuídos da seguinte forma: 12% para a União (DNPM, IBAMA e MCT), 23% para o Estado onde for extraída a substância mineral e 65% para o município produtor (DNPM, 2014).

O Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) é um imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação, de competência dos Estados e do Distrito Federal. Esses dois recursos, CFEM e ICMS, são fundamentais aos municípios, principalmente para aqueles que possuem em seus territórios grandes projetos mineradores, pois conseguem multiplicar, a partir da exploração mineral, suas receitas municipais e, consequentemente, aumentam o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Essa seria a regra para multiplicar a riqueza regional, através da agregação de valor ao produto e ao trabalho na indústria mineradora presente em território paraense. Por seu lado, o Imposto sobre Produtos Industrializados incide sobre produtos das indústrias nacionais e estrangeiras (Figura 6).

Figura 6 – Total de ICMS, CFEM, IPI e FPM do Estado do Pará.



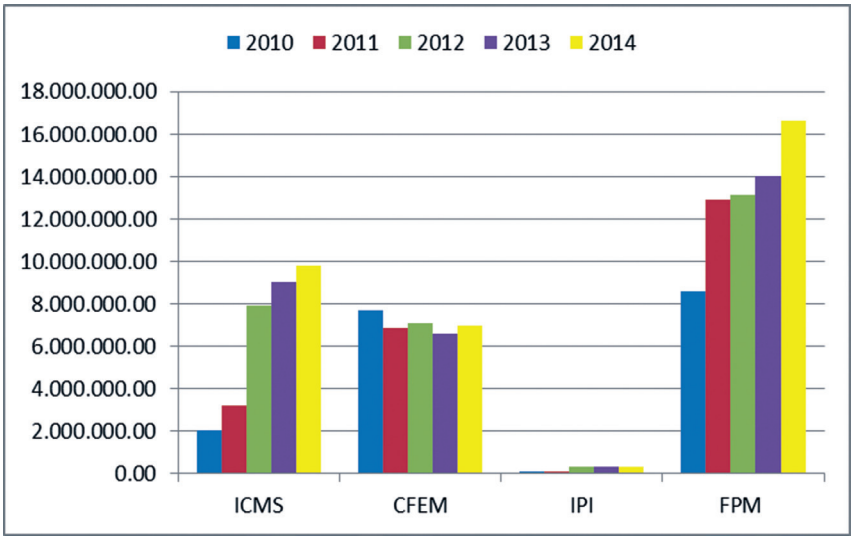
Fonte: SEFA (2015).

Como se vê na Figura 6, em se tratando de ICMS, no período de 2010 a 2014, ocorreu uma oscilação, que voltou a crescer em 2014 no Estado do Pará. No território paraense, a CFEM também teve um acréscimo e apenas o IPI se manteve constante. O crescimento do IPI também está relacionado à mineração da bauxita que é o minério que mais agrega valor, quando inserido pela Albrás e Alunorte, na produção de alumínio. Os demais minérios não agregam valor ao produto e ao trabalho na mesma velocidade de sua exploração e, além do que, essa agregação de valor na mineração é reduzida, fazendo com que o Estado deixe de arrecadar mais recursos com a pequena rede da cadeia produtiva local.

A Figura 7 mostra que, diferentemente da curva de oscilação para cima e para baixo que ocorreu no Estado, no munícipio de Juruti o ICMS com a presença, sobretudo, da economia mineral, cresceu passando de R$ 2.055.586,38 (dois milhões cinquenta e cinco mil, quinhentos e oitenta e seis reais e trinta e oito centavos), em 2010, para R$ 9.788.129,95 (nove milhões setecentos e oitenta e oito mil, cento e vinte e nove reais e noventa e cinco centavos) em 2014. O município de uma forma direta teve o aumento no ICMS a partir da presença do projeto de exploração de

bauxita em seu território. Por sua vez, a CFEM não cresceu tanto, ficando na faixa dos sete milhões de reais. O IPI também teve um acréscimo com a bauxita, mas como em todo o Estado, e pela falta de política mineradora que verticalize a produção e agregue mais valor à cadeia produtiva da mineração, esse crescimento não foi significativo.

Figura 7 – Total de ICMS, CFEM, IPI e FPM do município de Juruti, referentes ao período de 2010 a 2014.



Fonte: SEFA (2015).

O FPM, que está diretamente relacionado à quantidade de habitantes, deu um salto na maioria das cidades mineradoras. O valor da arrecadação em Juruti, por exemplo, cresceu significativamente com a chegada do Grande Projeto. O FPM passou de R$ 8.573.751,99 em 2010 para R$ 16.644.862,38 em 2014, ou seja, a arrecadação dobrou com a presença do projeto mineral no município, crescimento bem maior quando comparado em termos percentuais ao do Estado do Pará, no mesmo período. Esse crescimento no FPM (Figura 7) não veio acompanhado de melhores condições de infraestrutura para atender a sociedade.

O desafio dos municípios atingidos pela mineração no Estado

do Pará, como é o caso de Juruti, é conseguir reverter em benefícios para sociedade os recursos advindos das atividades mineradoras. Contudo, o que vemos na maioria dos municípios atingidos pela mineração no Pará são cidades que enfrentam graves problemas sociais, como o aumento da violência, a saúde que não atende a todos, falta de trabalho, educação precária, etc.

A riqueza advinda da mineração seria a solução no meio da floresta amazônica – cidades dotadas de equipamentos urbanos e capazes de atender as necessidades da sociedade que ali habita em busca das "benesses" dos projetos –, por outro lado também, muda a funcionalidade das cidades que já existiam antes mesmo da chegada de um Grande Projeto, alterando o ordenamento territorial, que passou a ser a tônica dos processos nos territórios de mineração.

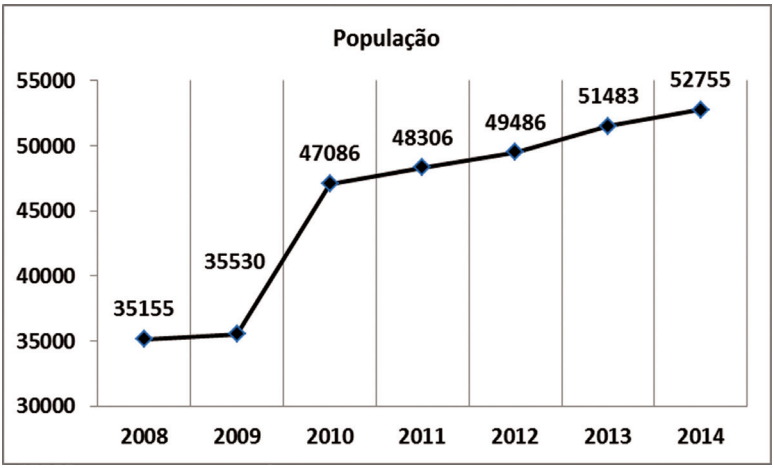
Todavia, apesar do crescimento na produção e arrecadação de impostos no Pará, geralmente, nas periferias das cidades mineradoras, surgem bolsões de pobreza sujeitos a todo tipo de conflito social. As condições de infraestrutura e equipamentos urbanos são insuficientes para atender a sociedade que passa a habitar essas áreas, como não conseguem se inserir no processo do mundo do trabalho na mineração, acabam sendo alvos fáceis de toda mazela social, aumentando os índices de violência urbana nessas cidades mineradoras, como veremos a seguir.

REFLEXOS DA MINERAÇÃO EM JURUTI

A mudança da funcionalidade econômica do município, com a presença de um grande grupo empresarial como a Alcoa, criou expectativas na população quanto a possibilidade de garantia de empregos e de aumento na arrecadação de impostos pela prefeitura local, através da atividade direta e indireta da exploração mineral. A demanda por educação, saúde e infraestrutura urbana, por exemplo, não acompanhou o crescimento da cidade, nem atendeu os que migraram para Juruti. Até a instalação da ALCOA, em 2009, sua população que era de 35.530 habitantes, cresce para 47.086 segundo o censo de 2010 do IBGE, para uma estimativa do mesmo instituto,

em 2014 de 57.755 habitantes (Figura 08). De qualquer maneira ocorreu o aumento populacional no município de Juruti, mas com impactos diferenciados quando comparadas as cidades citadas, Parauapebas e Canaã dos Carajás, que receberam migrantes vindos de toda parte do território brasileiro.

Figura 8 – Evolução da população do município de Juruti referente aos anos de 2008 a 2014.



Fonte: IDESP (2012); IBGE (2014)

Em relação à migração proveniente da chegada do grande projeto, a infraestrutura local não foi suficiente para atender a população. Como em outras cidades mineradoras, não fora construída a chamada *Company Town*, como, por exemplo, o Núcleo Urbano de Carajás (Parauapebas) e a Vila dos Cabanos (Barcarena). Faltou, neste caso, um planejamento para receber os migrantes que foram atraídos pela possibilidade de trabalho e melhores condições de vida.

A cidade teve que criar sua própria estrutura para atender a demanda da sociedade local e da população que chegava. Em muitos casos, relatos de migrantes da época deixam claro que as crianças que estavam em idade escolar ficaram sem estudo, pois as vagas para os alunos nas escolas eram insuficientes, como também o número

de escolas para demanda que surgia a partir do Grande Projeto. O maior exemplo é na educação: de 250 vagas existentes antes da chegada do projeto, o número saltou para 800 vagas em função da demanda dos filhos daqueles que chegavam ou que buscavam trabalhos criados direta ou indiretamente pelo projeto.

Assim, Juruti é mais um exemplo do crescimento sem infraestrutura. Em locais onde são instalados Grandes Projetos mineradores, seus problemas urbanos não são muito diferentes dos de outras cidades no Pará, que receberam Grandes Projetos em seus territórios. A Falta de planejamento que antecede a "chegada do estranho", para lembrar um dos livros clássicos de Jose de Souza Martins (1993), no debate amazônico, no caso da cidade Juruti pode ser ainda resolvida, mesmo o impacto da mineração é diferenciado no que diz respeito às condições geográficas se comparadas com as da região Sudeste do Pará, recortada por estradas, ferrovias, hidrovias e aerovias, o que facilita em muito o acesso migratório para os Grandes Projetos dessa região. No caso da região do baixo Amazonas a ausência dessas vias de transporte e escoamento dificultam a mobilidade das pessoas e produtos.

Os moradores das cidades próximas se deslocam a procura de emprego pelos municípios mineradores, como grande parte não consegue atingir seus objetivos, acaba se deslocando para áreas da periferia das cidades. A notícia da chegada de um Grande Projeto mineral em Juruti impulsionou a migração direta e indiretamente. Por sua vez, a periferia, aquela que cresceu em função do Grande Projeto, fica sem infraestrutura urbana e sem saneamento básico (Figura 9 – A e B), sujeita a todo tipo de problema como na saúde, a exemplo dos bairros conhecidos por Portelinha, Jardim Tiradentes, Nova Vitória e Nova Jerusalém, em sua maioria na periferia da cidade.

Figura 9 – Fotos que exemplificam os Bairros de Juruti com precária infraestrutura.

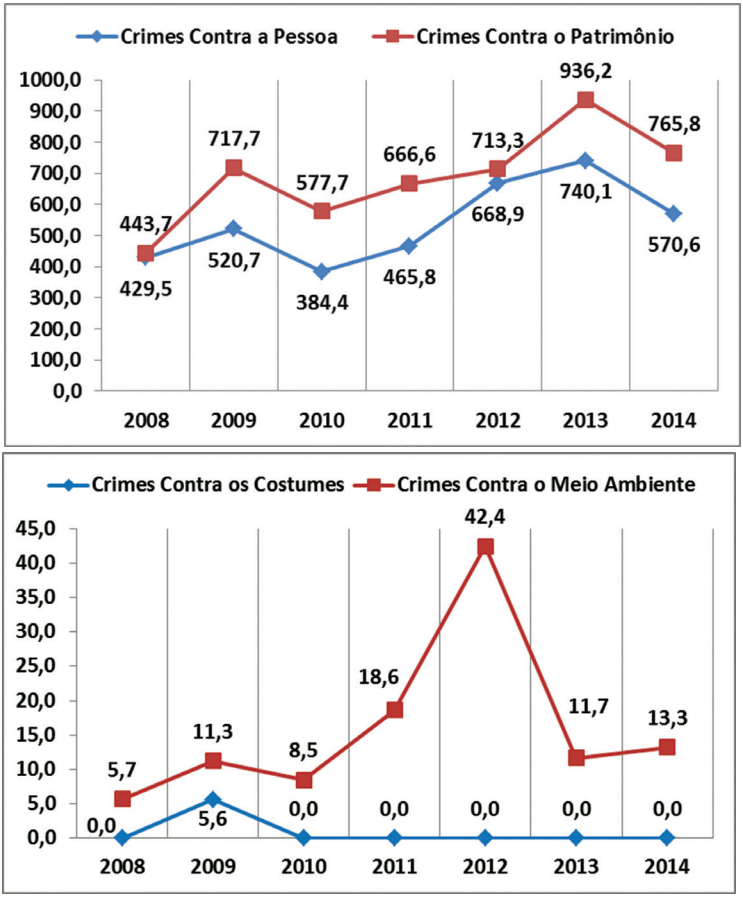
Fonte: Santos (2013).

A arrecadação advinda dos recursos da mineração não tem conseguido viabilizar uma cidade socialmente justa e a riqueza mineral não é traduzida em benefícios para população da forma como deveria ser, criando possiblidades para que a sociedade usufrua dos recursos da CFEM, por exemplo. Segundo

informações da prefeitura, o desafio também é enfrentar os diferentes problemas socioambientais que surgiram em razão da pressão humana no território. Neste caso, a prefeitura assume esses problemas, já que a infraestrutura criada pelo projeto não vem atendendo as demandas da sociedade e acabou gerando mais problemas do que soluções, com a pressão da demanda populacional sobre os serviços existentes e insuficientes.

Apesar do aumento apresentado nos gráficos da arrecadação de impostos, como vimos anteriormente, percebe-se o aumento da criminalidade a partir do comportamento dos grupos penais (crimes contra pessoa, patrimônio, costumes e Meio Ambiente) e tipos penais (ameaça, lesão corporal, estupro, estupro de vulnerável, violência doméstica, homicídio culposo na direção de veículo, lesão corporal culposa na direção de veículo, furto de veículos, roubo de veículos, crimes contra a flora, crimes contra a fauna, causar poluição, furto, roubo, consumo pessoal de drogas, tráfico de drogas e homicídios), que, calculados os respectivos índices de criminalidade por 100.000 habitantes, possibilita a comparação ao longo do período selecionado, servindo também como um dos indicadores de que se o aumento da arrecadação tem se transformado, ou não, em políticas públicas de segurança (políticas que interfiram positivamente no comportamento da violência, ações que atendam as necessidades da população, em termos de saneamento, iluminação, projetos de inclusão social, organização urbana compatível com o crescimento), e/ou políticas de segurança pública (melhoria do aparato de segurança pública), como passaremos a demonstrar.

Figura 10 – Comportamento dos crimes contra pessoa, patrimônio, costumes e Meio Ambiente, a partir dos respectivos IC, no município de Juruti, no período de 2008 a 2014.

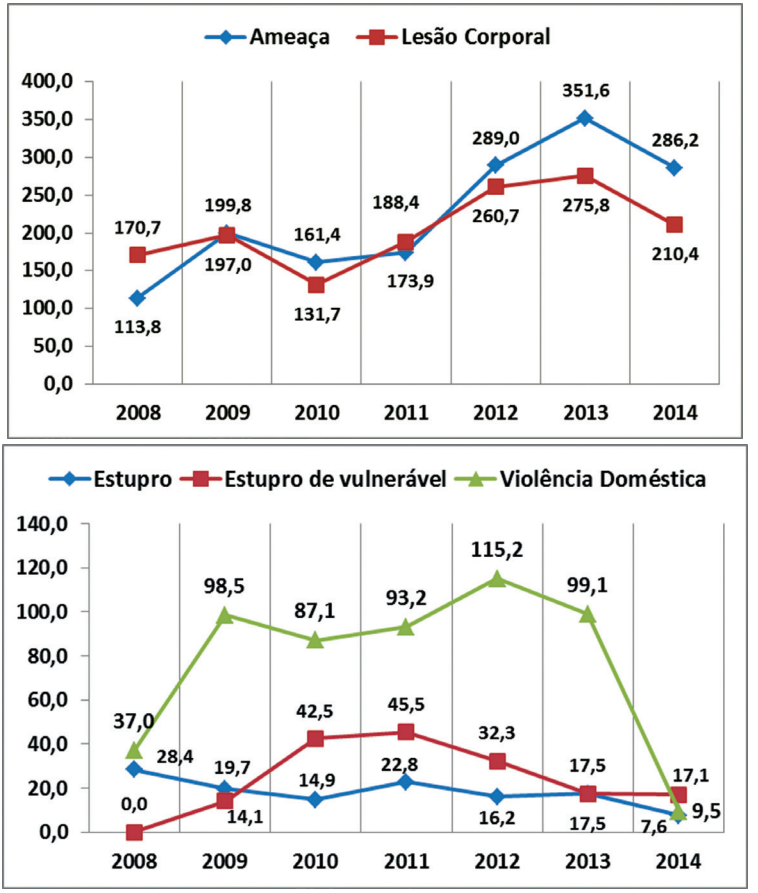


Fonte: SISP (2014)

Na Figura 10 acima percebemos o crescimento nos IC/100.000 habitantes dos crimes contra pessoas (429,5 em 2008 para 570,6 em 2014) e nos crimes contra o patrimônio (443,7 em 2008 para 765,8 em 2014), no período destaca-se o ano de 2013 que apresenta os maiores índices de ambos, 740,1 e 936,2, respectivamente. Os crimes contra os costumes apresentam registro somente no ano de 2009, com IC de 5,6. Os crimes

contra o Meio Ambiente saem de um IC de 5,7 em 2008 para 13,3 em 2014, tendo o seu ponto máximo em 2012 que registra IC de 42,4.

Figura 11 – Comportamento dos crimes de ameaça, lesão corporal, estupro, estupro de vulnerável e violência doméstica, a partir dos respectivos IC, no município de Juruti, no período de 2008 a 2014.

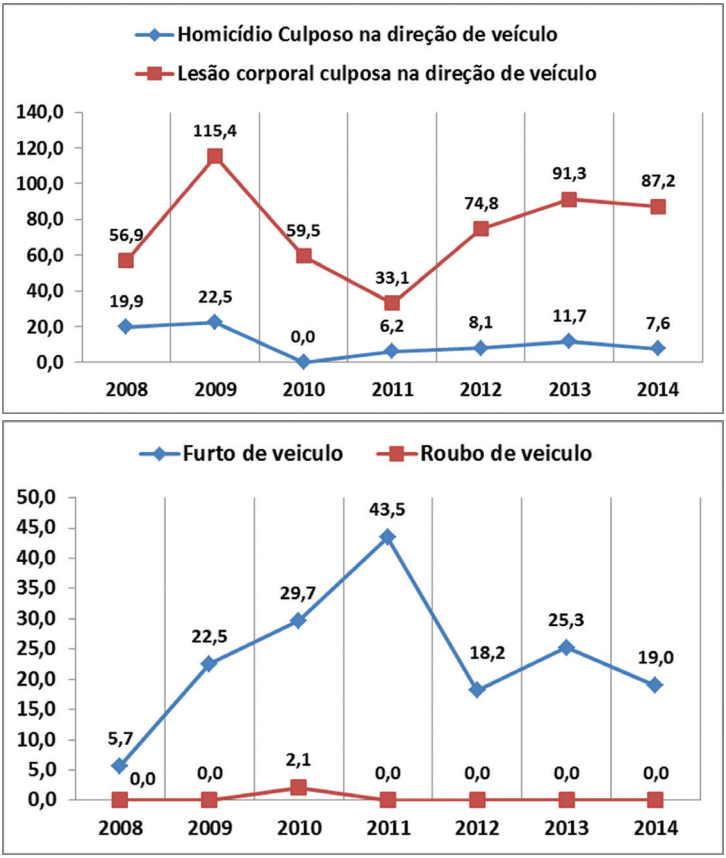


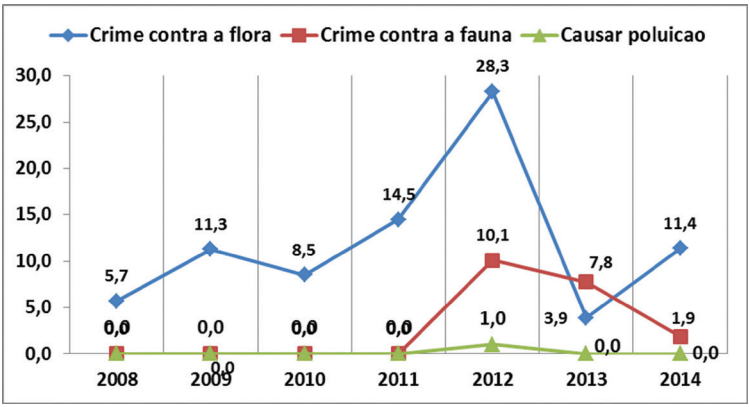
Fonte: SISP (2014)

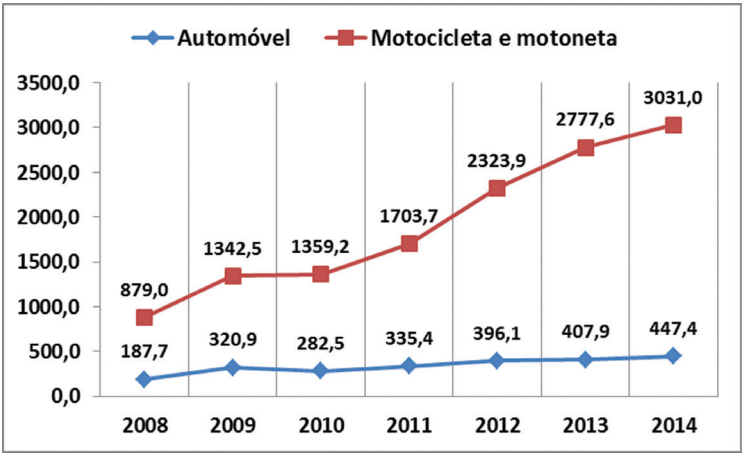
Na figura 11 acima percebemos o crescimento nos IC/100.000 habitantes das ameaças (113,8 em 2008, para 286,2 em 2014), nas lesões corporais (170,7 em 2008 para 210,4 em 2014) e nos estupros em vulneráveis (de zero em 2008 para 17,1 em 2014). A violência

doméstica cresce de um IC 37,0 em 2008 para seu ápice em 2012 (115,2), decrescendo para 17,1 em 2014, e os estupros decrescem de um IC 28,4 em 2008 para 7,6 em 2014.

Figura 12 – Comportamento dos crimes de homicídio culposo na direção de veículo, lesão corporal culposa na direção de veículo, furto e roubo de veículos, crimes contra a flora, crimes contra a fauna e causar poluição partir dos respectivos IC; número de automóveis, motocicletas e motonetas por 100.000 habitantes, no município de Juruti, no período de 2008 a 2014.





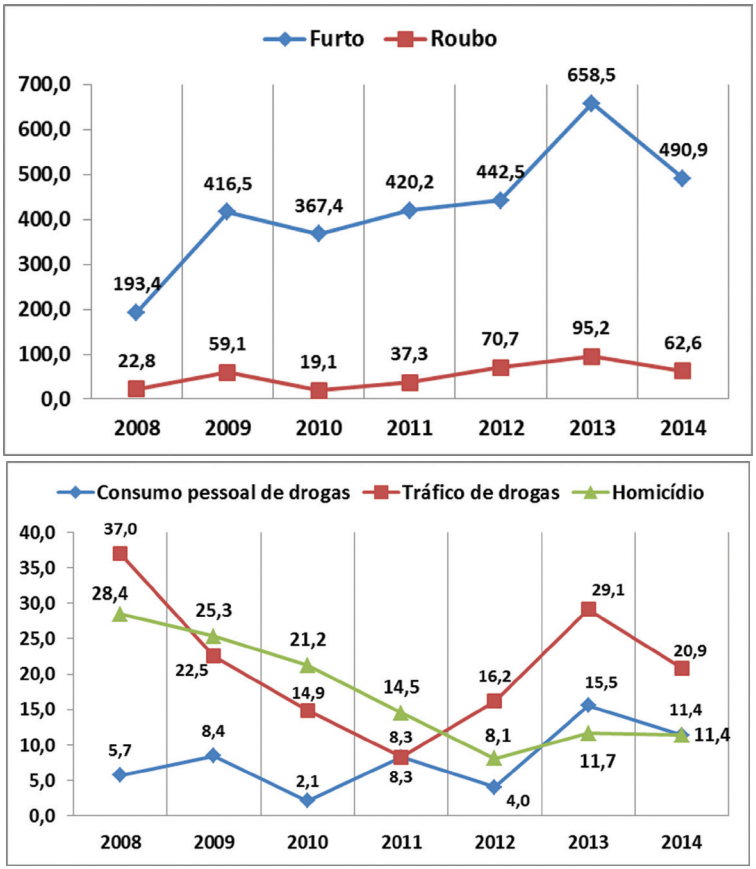


Fonte: SISP (2014)

Na figura 12 percebemos o crescimento nos IC/100.000 habitantes dos homicídios culposos na direção de veículos (mortes no trânsito) de 56,9 em 2008 para 87,2 em 2014, tendo seu ponto máximo em 2009 (IC de 115,4) e seu ponto mínimo em 2011 (IC de 33,1), as lesões corporais culposas na direção de veículos decrescem de um IC de 19,9 em 2008 para um IC de 7,6 em 2014, quando somamos as mortes no trânsito com as lesões corporais verifica-se um crescimento de 76,8 em 2008 para 94,8 ocorrências, uma das prováveis causas é o crescimento da frota, que salta de 187,9 automóveis por 100.000 habitantes, em 2008, para 447,4 em 2014,

no mesmo período o número de motocicletas e motonetas cresce de 879 para 3.031 em 2014. Os crimes contra a flora sobem de um IC de 5,7 em 2008 para 11,4 em 2014, passando pelo seu ápice em 2012 com IC de 28,3, os crimes contra a fauna aparecem a partir de 2012, com IC de 10,1 e decrescem para 1,9 em 2014. Causar poluição apresenta dados desprezíveis no período.

Figura 13 – Comportamento dos crimes de furto, roubo, consumo pessoal de drogas, tráfico de drogas e homicídio, a partir dos respectivos IC, no município de Juruti, no período de 2008 a 2014.



Fonte: SISP (2014).

Na Figura 13 percebemos o crescimento nos IC/100.000 habitantes dos furtos de 193,4 em 2008 para 490,9 em 2014, passando pelo seu ápice em 2013 (658,5). Comportamento análogo têm os roubos que, de um IC de 22,8 em 2008, alcança 62,6 em 2014, passando pelo ápice em 2013 (95,2). O consumo de drogas cresce de 5,7 em 2008 para 11,4 em 2014. O tráfico de drogas decresce de 37 em 2008 para 20,9 em 2014, passando pelo ponto mínimo em 2011 (8,3). Os homicídios decrescem de 28,4 em 2008 para 11,4 em 2014.

Em síntese, os dados indicam um crescimento dos índices de criminalidade por cem mil habitantes, no período considerado, janeiro de 2008 a dezembro de 2014: dos crimes contra pessoa, contra o patrimônio, contra o Meio Ambiente, das ameaças, das lesões corporais, da violência doméstica, dos furtos, dos roubos, do consumo de drogas, dos estupro de vulneráveis, das lesões corporais na direção de veículos e dos crimes contra a fauna e flora; apresentam diminuição dos estupros, do tráfico de drogas e dos homicídios, destacando que mesmo com o decréscimo apresentado, os homicídios ainda encontram-se acima do nível entendido pela Organização Mundial de Saúde como aceitável (IC=10).

Os dados indicam que o aumento da arrecadação não se transformou em políticas públicas de segurança que pudessem fazer frente aos problemas oriundos, dentre outros, da desorganização social provocada pelo movimento migratório, resultando em aumento da violência. Em pesquisa de campo identificamos que o aumento destes casos deve-se principalmente: a) a mão-de-obra desempregada no município e; b) ausência de políticas públicas em educação e segurança pública, o que nos leva a entender previamente que as políticas públicas de segurança não têm atendido ao crescimento populacional decorrente do projeto de mineração implantado, confirmando mais uma vez o que já se percebe, como afirma Brito (1999), que na Amazônia os grandes projetos têm servido de fonte para alimentar a produção capitalista, que acredita na propriedade privada dos bens ambientais tomando como prioridade a eficiência técnica, o retorno financeiro em detrimento da equidade social.

Com a concentração de investimentos da mineração em municípios como Juruti, a tendência é que a migração se concentre nas áreas periféricas com maior intensidade, com a possibilidade de expansão destas áreas. Nesse sentido, supomos que ocorrerá o aumento na arrecadação nos próximos anos, acompanhado do aumento da violência e das atividades criminosas/ilegais, pois suas populações serão acrescidas pelos fluxos migratórios nos próximos anos, em virtude de novos empreendimentos e investimentos ligados direta e indiretamente à economia mineral e a não-conversão destes recursos arrecadados em melhoria para a população.

É importante compreender que, embora tenha crescido, o potencial de arrecadação municipal, não foi suficiente para proporcionar melhoria na qualidade de vida da população residente nos municípios – mesmo da população residente antes do empreendimento. Alguns pontos já foram levantados anteriormente no texto, no entanto, ressaltamos alguns outros:

a) primeiramente a concepção de "cidade" mineradora pensada para o projeto da ALCOA/Juruti, difere-se em muito do modelo de company town na Amazônia das décadas de 1970-90, pois na realidade não existe a produção de cidade destinada a atender a demanda de habitação do projeto, o mesmo se integra no tecido urbano existente, que de certa forma permite a produção de novos espaços integrados à malha urbana já existente;

b) como em todos os empreendimento mineradores e infraestruturais na Amazônia ocorreu um forte movimento migratório, superior à capacidade que o empreendimento tinha de absorver de forma direita e indireta. A situação fica ainda pior após o processo de instalação da infraestrutura de base da empresa, o que acaba proporcionando a formação de um "bolsão de desempregados", que sempre espera por uma nova fase de expansão da empresa;

c) O crescimento dos serviços públicos, de educação, saúde, saneamento básico, segurança pública, etc. não acompanhou o crescimento da demanda por esses serviços, sendo assim, é comum o clamor da população pela implementação dos serviços mais básicos, o que de certa forma acaba motivando um descredito no poder público e consequentemente a redução da influência no cotidiano dos moradores da cidade;

d) A implantação do empreendimento não foi acompanhada do ordenamento territorial, pelo menos, na concepção real do plano, isso acabou implicando na ampliação da disputa pela terra, tanto no meio rural como no meio urbano. Na realidade, o município e, consequentemente, a cidade não se prepararam para receber o empreendimento, o que proporcionou diversos conflitos de interesse pela posse da terra e o aumento da violência em Juruti.

A partir dessas questões alguns desafios se tornam inerentes à compreensão da situação da segurança pública em Juruti, primeiramente o crescimento muito rápido e de certa forma desordenado, sem controle pelo poder público municipal da cidade, novas áreas urbanas surgem a cada momento ou simplesmente têm suas áreas expandidas, muito além da capacidade do Estado em gerar uma infraestrutura urbana e de servicos adequados para atender a demanda crescente de comunidades como São Marcos, Tiradentes, Portelinha, Nova Jerusálem, Nova Vitória, e tantas outras mais que aparecem e/ou se expandem rapidamente. São nessas áreas que passam a coexistir novas dinâmicas territoriais que disputam poder.

Outra questão importante diz respeito à mudança na organização da cidade. Hoje é muito mais presente a heterogeneidade do espaço urbano, mesmo entendendo que não foi produzida uma *company town* para atender os interesses do empreendimento, surgem novas áreas, que passam a concentrar uma parte da população que apresenta um melhor padrão de vida às margens de áreas

miseráveis, contribuindo para a formação de espaços segregados e contraditórios. O que faz surgir territórios cobiçados por agentes marginais que praticam delitos.

Ainda, a precária infraestrutura urbana e de serviços para atender a demanda crescente da população da cidade, a não resolução de questões simples, como o atendimento de direitos constitucionais, como educação básica, saúde, saneamento básico, etc. cria uma situação de descrédito do poder público perante a população. O Estado, agente territorial nato (RAFFESTIN, 1993), ao não ocupar seu território, acaba por proporcionar o fortalecimento de diversos outros agentes territoriais que passam a disputar o controle do território, como por exemplo, as organizações de bairros, através de centros comunitários, as igrejas e templos religiosos, comerciantes e mesmo agentes ligados à criminalidade (VIEIRA; SANTOS; CHAGAS, 2015). Os agentes da criminalidade passam a controlar e determinar uma nova feição na cidade, com a prática de crimes, como furtos, roubos, tráfico, homicídios, etc. De modo geral, existe uma relação direta entre esses crimes, tendo como principal fio condutor o consumo e o tráfico de drogas, que estabelecem um aumento da violência e da criminalidade a nível local.

E, finalmente, os empreendimentos mineradores, no caso da Amazônia, em especial, Juruti, acabaram não proporcionando, de forma direta e/ou indireta, o número de empregos que foram alarmados durante o período de planejamento, construção e implementação das obras. As expectativas da população local e dos municípios do entorno acabaram frustradas diante do que foi proporcionado pela instalação da mineradora. Há relatos de famílias que abandonaram suas terras em busca de uma vida melhor na cidade, outras que foram simplesmente expulsas, depois de ameaçadas ou de terem algum membro da família morto. Nesse caso, a cidade aparece quase sempre como única possibilidade da manutenção da vida. Assim, temos também o aumento do êxodo rural, uma leva cada vez maior de migrantes chega à sede do município buscando

emprego e serviços públicos, o que acaba não acontecendo, criando uma massa de trabalhadores sem emprego e com baixa expectativa de alcançar os seus direitos constitucionais de moradia, educação, saúde, segurança, saneamento entre outros.

O desafio dessas cidades é usar os recursos advindos da mineração para resolver os conflitos socioeconômicos e ambientais que surgirão em função desses grandes projetos, atrelando-os a outras atividades e usando a mineração como meio e não como fim para o desenvolvimento socioterritorial. O Estado precisa resistir às pressões externas e promover políticas integradoras, verticalizando a mineração no Pará a fim de completar cadeias produtivas da mineração, agregando, assim, mais valor ao trabalho e ao produto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implantação dos grandes projetos na Amazônia intensificou a explosão demográfica dos diversos núcleos urbanos nas regiões mineradoras. Exemplos da ausência de planejamento não faltam no Estado do Pará, e seus efeitos surgem após os impactos dos Grandes Projetos. A instalação desses projetos atrai para os territórios dos municípios diversos trabalhadores em busca de empregos que, no primeiro momento, quando são incorporados, viabilizam a obra de exploração.

Os trabalhadores ajudaram na construção das estradas, da planta industrial dentre outros serviços que surgiram demandados pelo Grande Projeto. Juruti, com a extração da bauxita pela Alcoa, sofreu explosão demográfica, intensificada ao longo dos anos que sucederam a instalação desse projeto, porém, com todos os problemas urbanos: falta de infraestrutura, problemas de saúde, prostituição, violência, dentre outros, o que não ocorre na parte onde as empresas de mineração têm seu total controle.

Dessa forma, os Grandes Projetos estão relacionados à fronteira de expansão do capital internacional na América Latina, estratégia que vai da escala local à internacional visando, sobretudo, o mercado internacional de exportação dos recursos minerais.

Juruti está dentro desse contexto da geopolítica dos recursos minerais. É nessa perspectiva que se pode entender a integração das atividades mineradoras presentes em municípios paraenses e o mercado internacional.

Muitos municípios sem planejamento ficam na dependência dos recursos advindos da mineração e têm como única forma de receita a presença da atividade mineradora que, junto com a CFEM, ICMS, IPI e FPM, estão direta e indiretamente ligados à presença de empresas internacionais em território brasileiro. Os gestores locais e o próprio Estado Nacional esquecem, ou não fazem questão de repensar, o papel da mineração e das empresas que atuam dentro do Estado, no efeito multiplicador que foi gerado por esses projetos, e se eles beneficiaram de fato a sociedade, principalmente do Estado do Pará, que passa a receber, a partir de 2015, grande parte dos investimentos da atividade mineradora no país, e pensar o desenvolvimento que leve em consideração a sociedade local, e os impactos gerados por esses projetos.

O debate das cadeias produtivas minerais tem que estar na pauta de uma política industrial nacional, que leve em consideração que não é mais possível continuar o recurso mineral saindo quase que *in natura*, com pouca agregação de valor ao produto e ao trabalho, tendo os Estados que se contentar com recursos da CFEM, ICMS, IPI e do FPM. Se continuar o modelo exportador das nossas ilhas de sintropias, todos nós perderemos e o Estado deixará de arrecadar e, consequentemente, a sociedade acaba não sendo beneficiada pelos investimentos que poderiam surgir a partir da verticalização da cadeia produtiva mineral.

REFERÊNCIAS

BECKER, B. K. *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BRITO D. C. *A modernização da superfície: estado e desenvolvimento na Amazônia*. Belém, 1999. 324f. Tese (Doutorado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1999.

COELHO, M. C. N.; COTA, R. G. Desenvolvimento, meio ambiente e Amazônia: uma revisão crítica. In: TEISSERENC, P.; ROCHA, G. de M.; MAGALHÃES, S. B.; GUERRA, G. A. D. (Org.). *Coletividades locais e desenvolvimento territorial na Amazônia*. Belém: NUMA/UFPA, 2008. p. 91-118.

DNPM. Departamento Nacional de Produção Mineral. *Sumário Mineral/MME*. Brasília: DNPM/DIPLAM, 2011.

FIPE. Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. *Plano de Logística e Transportes do Estado do Pará:* análise espacial da mineração no Pará. São Paulo: FIPE/SETRAN, 2009.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Sinopse do censo demográfico*. Rio de Janeiro: IGBE, 2011.

IDESP. INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO PARÁ. Produto Interno Bruto dos Municípios do Estado do Pará 2012. Disponível em: <http://www.sie.pa.gov.br/sie/pdf/PIBRegional2012.pdf/ >. Acesso em: 17 fev. 2018.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Sinopse do censo demográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

MARTINS, J. S. *A chegada do estranho*. São Paulo: Hucitec, 1993.

MME, Ministério das Minas e Energia. *Plano nacional de mineração 2030 (PNM – 2030)*. Brasília: MME, 2010.

MME, Ministério de Minas e Energia/Departamento Nacional de Produção Mineral. *Prestação de contas ordinária anual/relatório de gestão do exercício de 2010*. Brasília: Março, 2011.

PALHETA DA SILVA, J. M. *Território e mineração em Carajás*. Belém: GAPTA, 2013.

RAFFESTIN, C. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, O. P. Mineração na Amazônia e a Expansão do Espaço Urbano Juruti - PA: Análise da Ocupação Espontânea Jardim Tiradentes. Universidade Federal do Pará: JURUTI – PA, Trabalho de Conclusão de Curso, 2013.

SEPOF, Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finança. *Estatística Municipal/Juruti*. Belém: SEPOF, 2007.

SEFA. Secretaria de Estado da Fazenda. Balanço Geral do Estado. Belém: SEFA, 2015.

SIMINERAL. SINDICATO das Indústrias Minerais do Estado do Pará – SIMINERAL. Anuário Mineral do Pará. Belém: Sindicato das Indústrias Minerais do Estado do Pará, 2014.

SISP. DADOS 2014. Disponível em: <https://www.sistemas.pa.gov.br/sisp/>. Acesso em: 14 dez. 2018.

VIEIRA, D. C. M.; SANTOS, C.; CHAGAS, C. A. N. Território e produção desigual do espaço urbano: uma análise cartográfica da territorialização da violência. In: *Boletim Amazônico de Geografia*. v. 2. jan./jun, 2015. p. 161-180.

DISPUTAS TERRITORIAIS E SOFRIMENTO HUMANO: A CONTINUIDADE DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS EM BARCARENA

Eunápio Dutra do Carmo[30]
Silvana Rodrigues Gouveia do Carmo[31]

INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta uma discussão acerca das temáticas, território, meio ambiente e saúde em comunidades locais na Amazônia. O objetivo é analisar os impactos socioambientais nas condições de vida destas comunidades. O contexto desta discussão se alia ao entendimento de que as populações rurais na Amazônia têm, no território, uma forte identidade com a produção da vida. Esta forma de percepção está relacionada com suas reais condições de vida, desde a sua dimensão biológica, emocional, cultural, passando pela organização social, produção e consumo de alimentos até o desenvolvimento de um saber local. Sendo assim, pode-se afirmar que as comunidades rurais se organizam em grupos objetivando a sua subsistência com segurança alimentar, atribuída às ideias e saberes empíricos sobre a natureza e atividades de produção, com tecnologias sociais próprias, trazendo consigo combinações simbólicas e adaptativas complexas. Evidencia-se que o conjunto dessas ações marca a própria racionalidade dos sujeitos sobre o território e as suas diferentes formas pelas quais

[30]Graduado em Administração pela Universidade Federal do Pará (1993); Mestre em Planejamento do Desenvolvimento (NAEA-UFPA); Doutor em Ciências Humanas e Educação (PUC-Rio de Janeiro), Pós-Doutor em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU-NAEA-UFPA); Membro do GETTAM (Grupo de pesquisa Território, Trabalho, Estado e Mercados Globalizados na Amazônia) e Professor da Universidade Federal do Pará.

[31] Nutricionista (UFMT); Especialista em Saúde Coletiva (UFPA) e em Economia Solidária na Amazônia(UFPA; Mestre em Saúde, Sociedade e Meio Ambiente (ICS - UFPA).

o trabalho é realizado na pesca, caça, plantio, de identificação de recursos que alimentam seu sistema de preservação da saúde e de curas associado à percepção e atribuição no mito e no simbólico (CASTRO, 1998). Desse modo, a segurança alimentar é vista como uma prática sustentável do manejo dos ecossistemas, na perspectiva dos saberes autóctones, que aliam elementos do orgânico e do social que compõem a saúde das populações amazônicas.

O território de Barcarena sempre esteve em mutação e, nos últimos cinco anos, essas mudanças vêm afetando as lógicas das relações políticas, sociais, econômicas, culturais e as condições de saúde, reatualizando esta discussão em outros tempos e espaços sociais. O caráter dessas intervenções em Barcarena não é homogêneo e se expressa nas ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o qual tem viabilizado para o município uma agenda de programas, iniciada em 2010, que vem sendo implementada com maior intensidade a partir de 2012, com projetos em desenvolvimento como hidrovias, ferrovias, hidrelétrica, além da ampliação do Porto de Vila do Conde. Essas ações articuladas, por um lado, garantem o território de mineração responsável pela exportação de produtos minerais para o mercado internacional, o que, por sua vez, gera divisas para a balança comercial brasileira. Por outro lado, essas mesmas ações impactam a saúde das comunidades locais, quando aumentam a exposição aos riscos ambientais e determinam, como consequência, agravos à saúde, através da produção social das desigualdades, as quais geram iniquidades em saúde.

O lócus de investigação deste trabalho foram as comunidades[32] Nova Vida e Massarapó, localizadas no município de Barcarena. Ambas são oriundas de processos de deslocamentos compulsórios, em decorrência da implantação, iniciada em 1995, da empresa de capital transnacional Pará Pigmentos S/A[33], fruto das dinâmicas de

[32] Para objetivo deste trabalho, comunidades locais serão entendidas como unidades sociais formadas por pessoas que coadunam do mesmo objetivo em razão da identidade cultural e social, além de valores históricos, com organização social própria e atuação política que se dá no plano das reivindicações para o seu bem estar.

[33] A PPSA compõe o sistema de empresas Vale e atua no beneficiamento do

expansão industrial no município de Barcarena. Essas comunidades foram deslocadas de Ponta da Montanha, pois, a região era estratégica para exploração mineral e implantação de portos. Desse modo, originou duas comunidades: a que se localiza, atualmente, em Nova Vida, constituída por uma média de 132 pessoas, as quais estão vivendo sob ameaça de possíveis deslocamentos e; comunidade Massarapó, composta, em média, por 120 pessoas. Ambas mantêm ampla rede de parentesco. São predominantemente caboclos, descendentes dos índios Mortiguras e Aruãs e portugueses com forte tradição de relação com o ecossistema. Portanto, aprenderam a "lidar com a floresta" e, tradicionalmente, desenvolveram atividades de subsistência nos quintais, pesca e roçado. A memória social dos integrantes é, também, a identidade dessas comunidades, pois as experiências foram socioculturalmente construídas.

A atividade humana no meio ambiente amazônico tem contribuído para o crescimento econômico, mas, sobretudo, provocado grandes transformações de ordem socioespacial. São implicações resultantes da política de integração regional e desenvolvimento de mercado engendrada desde os anos de 1960 através da implantação de grandes projetos. Sendo assim, as empresas multinacionais, incentivadas pela política econômica do governo federal, instalaram-se na região imprimindo outra paisagem ao território.

Na lógica da expansão econômica, as comunidades, historicamente instaladas na região, deveriam ser desapropriadas de suas terras. Por outro lado, contrapondo a história original que rejeitou essas populações chegando ao ponto de invisibilizá-las, em alguns momentos, os estudos sobre saúde ambiental e saúde coletiva cumprem a tarefa analítica e metodológica de investigar os fatos históricos com base nos atores sociais, na afirmação da existência de relações sociais. Desse modo, a hipótese de vazio demográfico da região, que perdurou durante décadas, foi contestada. No entanto, provocou desigualdades sociais, políticas e de segurança na saúde.

caulim, importante minério utilizado na produção do papel.

Dessa forma, os estudos sobre as dinâmicas ambientais são também estudos da área da saúde coletiva, posto que as mudanças que ocorrem no espaço influenciam diretamente as condições de saúde da população e as práticas alimentares que utilizam o ecossistema para sua subsistência. Por isso, a investigação deste campo assume abordagem transversal, interdisciplinar sobre o acontecimento da saúde-doença, a qual entende que a saúde do ser humano é determinada, em grande parte, pela relação das complexidades dos processos de vivências sociais, culturais e com o meio ambiente.

A investigação foi do tipo qualitativa aplicando-se a técnica de estudo de caso com enfoque no "social como um mundo de significados passível de investigação e a linguagem comum ou a "fala" como a matéria-prima desta abordagem, a ser contrastada com a prática dos sujeitos sociais" (MINAYO & SANCHES, 1993, p. 240). A análise de dados foi de caráter interdisciplinar, cuja ênfase está na visão integral dos fenômenos, contextualizando-os à luz do referencial teórico, com prioridade à análise qualitativa dos dados, sobretudo, dos processos de transformações e seus significados provenientes da compreensão das condições de saúde das comunidades Nova Vida e Massarapó, a partir do contato direto com os novos cenários sociais, permitindo que se evidencie a manifestação dos comportamentos e sua relação dialética com o meio social em que estão inseridos e foram produzidos.

TERRITÓRIO E CONDIÇÕES DE VIDA: APROXIMAÇÕES TEÓRICAS

Território é vida, afirmação da plenitude da existência humana (SANTOS E SOUZA, 2006). Nele, as relações sociais ganham desenhos múltiplos, por isso é estratégico para promover a saúde integral e ambiente de crescimento integral da pessoa humana. Esse território corresponde a apropriação humana do espaço, à medida que possui elementos históricos, econômicos, políticos e culturais. Para as reflexões deste trabalho, entende-se que as mudanças que se processam na vida das comunidades locais são de causas intencionais provocadas pelo contexto em que se insere a Amazônia, onde convivem no mesmo espaço populações ribeirinhas e empresas

de alta tecnologia nacional e multinacional. Por isso o território está atravessado por temas locais e globais. A globalização "tem produzido a aceleração dos ritmos de vida, conexões mundiais das esferas de produção e consumo, bem como a perda de identidade com os lugares" (MIRANDA et al, 2008, p. 31).

A saúde na Amazônia está marcada por uma desigual distribuição dos cuidados e segurança em saúde. Uma das explicações para este fato são os processos de reestruturação econômico-produtiva em curso na região, responsáveis pelas transições demográficas, ambientais e urbanas, cujo impacto é sentido pelas várias populações que têm uma singular relação socioespacial e emocional com o meio ambiente. Tais relações, mediadas por atores com diferentes objetivos, constituem campo de disputa territorial de acordo com interesses diversos e conflitantes, os quais, historicamente, representam um modelo de desenvolvimento desigual que produz consequências econômicas, sociais, culturais e ecológicas, que, por sua vez, interferem na produção social da saúde. Sob esse ponto de vista, trata-se da vulnerabilidade da saúde ao romper com a qualidade de vida e do cotidiano de um segmento social (CASTRO, 1998; SILVA, 2006).

A relação do homem com o meio ambiente está diretamente ligada com a apropriação e adaptação ao espaço, como habitação, economia de subsistência, lazer, crendices, medicina popular e extração da alimentação mediante o contato com a terra, floresta e rio (MURRIETA, 1998). É neste espaço que as comunidades rurais constroem e recriam seus hábitos socioculturais de maneira que haja otimização dos recursos disponíveis na natureza, manejos que visam a geração de consumo próprio e de intercâmbio para a sobrevivência, proporcionando, através do meio ambiente, alimentação e formas de favorecimento à sustentabilidade socioambiental. Furtado (1997) retrata essa compreensão a partir de visão antropológica sobre o meio ambiente:

> Meio ambiente no 'olhar' antropológico incorpora as noções de concretude, no sentido de ser representado com base de vida, como fonte de

> recursos para consumo dos povos, como campo de trabalho os mais diversos; incorpora a noção de espaço simbólico onde se constroem relações que fundamentam os mais diversificados tipos de apropriação: como espaço de realizações pessoais relacionados ao gênero masculino de geração a geração; espaço onde se encontram as condições objetivas para a legitimação da coragem, do heroísmo, do destemor, tão valorizados na cultura dos pescadores; espaço onde habitam seres ou entidades sobrenaturais que povoam a mente do pescador e que servem, por outro lado, de instrumento regulador da vida e dos recursos gerados nos ecossistemas costeiros, marítimos, ribeirinhos. (FURTADO, 1997, p. 146-147)

Tratando-se de comunidades ribeirinhas amazônicas, notam-se algumas peculiaridades em relação aos modos de vida, ao manejo com os ecossistemas, as atividades de subsistências desenvolvidas para a promoção da segurança alimentar de suas famílias (MURRIETA, 2008). As comunidades em estudo mantinham uma organização social tendo como objetivo as práticas agrícolas e de pesca. Nesse sentido, Castro (1998) analisa que, tradicionalmente, as comunidades utilizam os recursos da natureza, mediante saber local, passado de geração a geração e estabelecem relação social como elemento unificador familiar e coletivo. Assim, os laços de solidariedade, na comunidade, diminuem as iniquidades ou, em certa medida, minimizam as consequências das privações de alimentos.

No âmbito da intervenção, a literatura (BUSS & FILHO, 2007; SILVA, 2006) tem sugerido desenvolvimento de políticas direcionadas e adequadas para atender às demandas da população local, considerando as especificidades regionais e fenômenos sociais, objetivando superar a exclusão social e as iniquidades em saúde. As comunidades em estudo, por estarem localizadas em áreas de deslocamentos compulsórios, requerem uma atenção à saúde, considerando as especificidades regionais históricas que determinaram o contexto de transições demográficas e, por

conseguinte, epidemiológica e nutricional, o que exige novos cuidados para promover a segurança em saúde, educação, acompanhamento, o acesso aos serviços. É por isso a importância da discussão das tramas complexas do uso do território para, então, compreender a tríade deslocamentos-condições de saúde-práticas alimentares, pois concebe-se, como princípio, que o território é estratégico para superar o modelo excludente de desenvolvimento econômico e induzir a promoção da saúde de forma emancipatória e libertadora, no sentido de haver empoderamento dos grupos sociais, mediante reforço das estruturas de conselhos e comitês que favoreçam o fortalecimento do capital social e garantam a gestão participativa, condição impar para o desenvolvimento local e a produção de qualidade de vida.

Entretanto, os impactos gerados por empresas mineradoras têm interferido desequilibrando a relação de comunidades ribeirinhas. A desestabilização tem provocado mudanças nas atividades de subsistência como a pesca e a agricultura. Por essa perspectiva infere-se que o território é afirmação da existência humana. Nele as relações sociais são travadas e ganham desenhos múltiplos, por isso ele é estratégico para superar a visão excludente do desenvolvimento econômico. Esse território corresponde à apropriação humana do espaço à medida que possui elementos históricos, econômico, políticos e culturais. Por outro lado, o território precisa ser potencializado para processos de inclusão social, mesmo sabendo que nele também há fortes relações de poder, disputas de interesses e choques de culturas. Na concepção de Andrade (2001, apud SILVA, 2007), o território pode ser expresso pelo sentido de domínio de uma determinada área. O território designa apropriação de espaço no qual a relação (MESQUITA, 1995) pode ocorrer em diversas dimensões, sendo o território social aquele em que as pessoas estabelecem afinidades de sociabilidade.

Conforme se observa, o enfoque multidimensional da Segurança Alimentar e Nutricional implica uma abordagem transdisciplinar das relações de poder que regem a dinâmica

dos modos de vida de comunidade ribeirinha, haja vista que a prática alimentar desses povos tem estreita relação com o ambiente. Desse modo, as mudanças sócio-espaciais que vêm ocorrendo na região, em virtude da instalação de indústrias, têm gerado impacto social, cultural, ambiental e na segurança de alimentos para a comunidade em estudo, conforme declara Silva (2007a, p. 288): "esse processo impactante dilacerou as relações sociais pré-existentes e introduziu uma nova forma de organização espacial e territorial que trouxe novos elementos ou rearranjos espaciais". Por estas considerações é possível inferir que as mudanças estruturais no ambiente vieram caracterizar novos modos de vida relacionados às práticas alimentares "urbanizadas" ou globalizadas para a comunidade Nova Vida. Fato esse que se correlaciona com os estudos de Murrieta et al (2008, p. 124) sobre o consumo alimentar de populações ribeirinhas na Amazônia que contrastava com a cultura alimentar predominante em período anterior, no qual se destacava o consumo de pescados e mandioca na dieta como fonte energético-protéica desses povos (MURRIETA et al, 2008).

As mudanças que se processam na vida dos ribeirinhos são de causas intencionais provocadas pelo contexto em que se insere a Amazônia, onde convivem no mesmo espaço populações ribeirinhas e empresas de alta tecnologia nacional e multinacional. São espaços de tensionamentos e disputas territoriais, geradores de conflitos interculturais e racismo ambiental e étnico, promotor de desigualdade social e cultural na medida em que os grupos sociais são invisibilizados, considerados intrusos em seu próprio território. Por isso o território (COCCO & BARBOSA, 2007, p. 96) está "atravessado por temas locais e globais", mas também por temas ligados ao emocional, social e cultural, ou seja, trata-se da emergência dos enfoques sobre o território como espaço de articulação de relações políticas, sociais, econômicas, emocionais e atuação

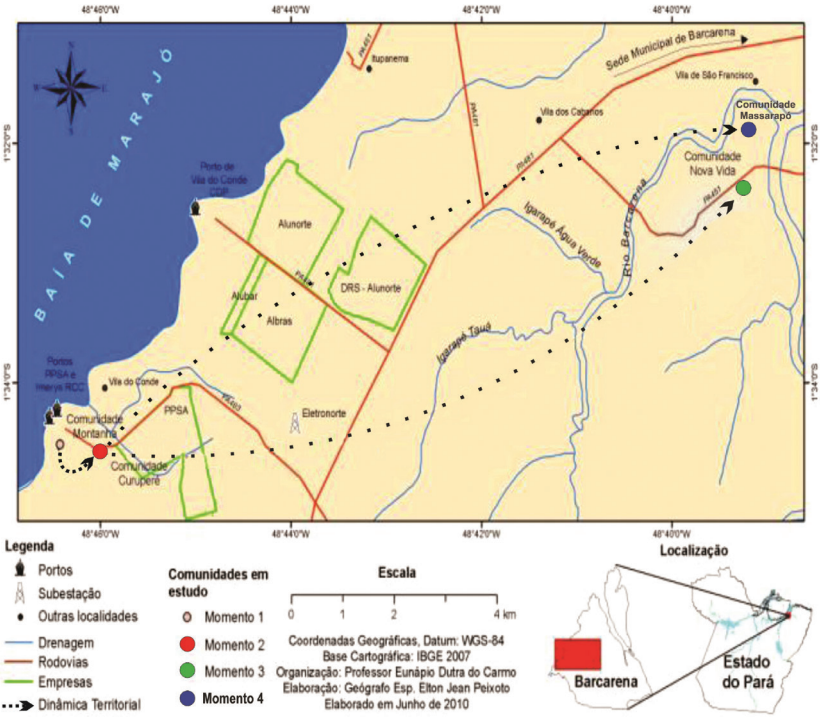
de sujeitos locais com interesses no desenvolvimento local e aqueles que visam a dinâmica econômica internacional. Para Miranda et al (2008, p. 31) a dinâmica da globalização.

> (...) tem produzido a aceleração dos ritmos de vida, conexões mundiais das esferas de produção. Os territórios são palcos de conflitos entre grupos que se apropriam de benefícios e outros que arcam com danos à saúde e ao ambiente. Desse modo, a primeira tarefa dos estudos sobre as relações entre ambiente e saúde é reconhecer esses grupos e suas formas de resistência e apropriação do território, que podem ser mobilizadas para garantir condições de vida e saúde das populações afetadas. (MIRANDA et al 2008, p. 18)

IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS E INSEGURANÇA

Os principais impactos que as comunidades sofrem apresentam-se sob as formas do desprendimento da população do espaço físico, dos laços simbólicos, das práticas de subsistência, provocando a desterritorialização das comunidades (SILVA, 2007); impacto ambiental pois, ficam expostos aos resíduos sólidos de natureza diversa que, segundo Augusto (2004, p. 234), "são lançados no meio ambiente contaminando solo, mananciais de água e a cadeia alimentar, afetando a segurança alimentar e a saúde". O deslocamento compulsório impõe novas formas de organização coletiva à comunidade diante dos processos de disputa de interesses em curso. Tais deslocamentos são marcados por perdas irreparáveis e grandes impactos emocionais. O Mapa 01 é revelador de movimentos intralocais que trouxeram mudanças sócio-espaciais e culturais significativas para as comunidades.

Mapa 1 – Comunidades em estudo no município de Barcarena.



Fonte: Adaptado de Carmo, (2010).

Diante desse panorama, a discussão sobre território e saúde de comunidades amazônicas faz-se importante e atual por desenvolver estudos na área de saúde coletiva e ambiental, com atenção voltada à dinâmica do uso do território, às práticas alimentares e às condições de saúde daí resultantes.

Na Amazônia, os hábitos alimentares das populações rurais têm estreita relação com o meio ambiente. Trata-se da relação saúde e meio ambiente tão expressiva e atual. Os estudos provenientes dessa relação têm sido crescentes e a literatura de saúde pública sobre a Amazônia tem avançado procurando superar a visão restrita sobre o processo saúde/doença presentes nas especificidades das populações na região. Este avanço é marcado por uma compreensão

do processo saúde/doença no contexto ambiental, social e econômico, cuja linha de estudo privilegia a integração da vida social ao meio ambiente, na medida em que este último não fornece apenas os recursos naturais que conformam os habitats, mas corresponde ao próprio lugar, espaço por excelência da existência social e cultural. Por esse prisma, os estudos somam-se ao caráter histórico e social da saúde, ampliando, significativamente, o conceito de saúde, não se limitando tão somente à ideia da saúde biológica, mas estendendo-se à natureza. Isso representa uma compreensão crítica da relação saúde e meio ambiente, passando a considerar também a saúde como atributo da natureza, espaço que se concretiza com a interação humana.

Os principais atingidos por estes processos são as famílias agrícolas, compostas por pequenos produtores rurais, caboclos e populações ribeirinhas[34] que mantêm uma relação material e imaterial com o meio ambiente e, por conseguinte, têm sofrido com a poluição e contaminação dos rios, a desertificação e infertilidade dos solos, a descaracterização da vegetação, a poluição do ar, entre outras mazelas.

Em maio de 2014, a Comunidade de Curuperé, em Barcarena, é atingida novamente por um impacto socioambiental em decorrência do vazamento de caulim no rio Curuperé, causado pelo transbordamento de tanques da empresa Imerys Rio Capim Caulim. Os membros da comunidade mobilizaram uma manifestação na estrada que dá acesso à empresa para denunciar o fato e exigir providências (O LIBERAL, 08.05.2014), haja vista que os acidentes ambientais, e consequentemente sociais, são históricos e se repetem, conforme o vazamento de caulim[35] já mencionado e registrado em figura a seguir.

[34] São camponeses que vivem da extração e manejo de recursos florestais aquáticos e da agricultura em pequena escala.

[35] Em 2007, a comunidade Curuperé foi vítima de outro acidente, provocado pelo vazamento de 60 mil metros cúbicos de caulim, o qual provocou a contaminação de igarapés, rios e lençóis freáticos, deixando os rios com aspecto esbranquiçado e com espumas.

Figura 1 – Registro de impacto ambiental.

Fonte: O Liberal, 2014.

No caso das comunidades em estudo, admite-se que as implicações dos impactos ambientais e dos deslocamentos compulsórios geraram consequências sociais, nas condições de saúde e, não menos importante, nas práticas alimentares. Os impactos que as comunidades vêm sofrendo, com desdobramentos diretos para a saúde dos seus membros, apresentam-se sob as formas desterritorialização da população, querendo significar ruptura com o espaço físico, dos laços simbólicos, das práticas de subsistência de alimentação, dos seus modos de vida, o que impõe novas formas de organização à comunidade diante dos processos de disputa de interesses em curso (SILVA, 2007); impacto ambiental, pois ficam expostos aos resíduos sólidos de natureza diversa (AUGUSTO, 2004). Os processos de desterritorialização são traumáticos e causam problemas psicossociais. Por conseguinte, as comunidades locais têm sofrido com a poluição e contaminação dos rios, a desertificação e infertilidade dos solos,

a descaracterização da vegetação, a poluição do ar, dentre outros. Por esse olhar, afirma-se que o contexto político, econômico e social gerado na Amazônia contribui, de forma direta, como fatores determinantes da complexa produção de saúde-doença das populações locais (BUSS & FILHO, 2007).

Essas populações vivem em situação de vulnerabilidade por estarem situadas em áreas de alto risco de dano ambiental ocasionado por processos industriais que geram resíduos químicos nocivos à saúde humana. Muitos foram os acidentes provocados por essas empresas com relação a vazamento de substâncias tóxicas nos rios, emissão de gases poluentes, mas será descrito um caso recente para dimensionar o grau de impacto no ambiente. Em 2007, a comunidade de Curuperé foi vítima de um acidente por vazamento do caulim[36], provocado pela empresa Imerys Rio Capim Caulim, instalada desde 1996 na Vila do Conde, também localizada no município de Barcarena[37], que produz a substância caulim utilizada para o beneficiamento do papel. Este acontecimento provocou uma infiltração na parte interna da bacia de contenção dos resíduos, ocasionando o vazamento de 60 mil metros cúbicos para a parte externa com a visível contaminação de igarapés, rios e lençóis freáticos, deixando os rios com aspecto esbranquiçado com espumas[38] (FERNANDES, 2007; HERBERTH, 2007). O laudo conclusivo do Instituto Evandro Chagas confirma que houve mudança do Ph das águas dos rios e igarapés e alteração do meio natural da biota, o que, segundo os moradores, foi constatado através da mortalidade de peixes que flutuavam e com o branqueamento das águas. Em função desses desdobramentos, 500 famílias foram remanejadas para um abrigo, enquanto a empresa foi temporariamente interditada (MAGALHÃES, 2007).

[36] O caulim é um mineral constituído por caulinita, quartzo, mica, feldspato, óxido de ferro, alumínio e titânio. Estas indústrias exportam matéria bruta da substância caulim utilizada no beneficiamento do papel (SOUZA, 2005).

[37] O processo de obtenção do caulim inicia-se em Ipixuna do Pará onde ocorre a extração e beneficiamento. Em seguida, o produto (na forma líquida) é transportado para Barcarena através de um mineroduto subterrâneo com 180 km de extensão ligando as duas cidades (SOUZA, 2005).

[38] Em alguns momentos as populações ribeirinhas foram abastecidas de água potável para ingestão e necessidades domésticas.

Os acidentes provocaram grande impacto socioambiental e geraram desequilíbrio no espaço, nos grupos sociais e na saúde dos indivíduos. O principal efeito ocorreu nas águas do igarapé Curuperé para a Baía do Capim (FERNANDES, 2007). Destaca-se que menores vazamentos são recorrentes na região há algum tempo, principalmente por existirem duas fábricas de caulim. No mesmo ano, em agosto, a outra fábrica (Pará Pigmentos) foi responsável por mais um vazamento, preocupando intensamente a população (RIBEIRO, 2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No caso das comunidades em estudo, admite-se que as implicações dos impactos ambientais e dos deslocamentos compulsórios geraram consequências sociais, nas condições de saúde e também nos hábitos alimentares. Constitui-se, assim, a tríade de estudo do projeto: deslocamento compulsório-condições de saúde-hábitos alimentares.

Essas comunidades se caracterizam por estabelecer com a terra uma relação de práticas agrícolas e forte vínculo social com as famílias. Entretanto, as mudanças geradas pelos impactos socioambientais das empresas configuram um novo cenário, onde se observa as dificuldades que as famílias encontram com o manejo do solo devido a infertilidade decorrente da poluição e, sem medidas tecnológicas para a correção, o solo torna-se menos produtivo às atividades agrícolas. Segundo Fialho Nascimento (2006), a bananeira, pupunheira, bacurizeiro e outras como açaizeiro, tornaram-se menos frutíferas, apresentando alteração na qualidade dos frutos, como manchas, quedas, devido a emissão de poluentes pelas empresas. A prática pesqueira também ficou comprometida com a contaminação dos rios e igarapés subjacentes, provocando extinção ou inviabilizando o consumo dos pescados devido a sua contaminação. Essas águas dos igarapés também tornaram-se inviáveis para uso no banho ou mesmo para as atividades domésticas. Para a comunidade atingida, além da preocupação com a (des) estabilização no local onde foram assentadas, existia a possibilidade de um novo remanejamento, a exemplo do que

havia ocorrido com as comunidades que anteriormente habitavam as áreas onde foram implantadas indústrias de extração de alumínio. Mas esta situação mais uma vez veio a desestruturar o que nem mesmo havia se consolidado (FIALHO NASCIMENTO, 2006).

Nesse âmbito, os dados apontaram graves problemas (poluição do ar, da água, doenças e perda do ecossistema) que têm gerado perda da identidade com o território, pois as implicações ambientais são também implicações nas condições de vida (precariedade social), na saúde (adoecimento e problemas crônicos) e no cotidiano (rupturas dos processos socioemocionais). A qualidade de vida pressupõe consciência do ato humano na sua relação com o meio ambiente. Por esse prisma, admite-se, portanto, o estudo da saúde coletiva, o qual entende que o objeto de atenção são as pessoas e suas interações e as associações com as dimensões ecológicas, econômicas, culturais (CAMPOS, 2000). A saúde de uma população ou comunidade resulta das relações sociais que conformam determinantes sociais, ou seja, da forma como a sociedade se organiza e se desenvolve, criando mediações complexas de causa-efeito. Quando essas relações sociais, culturais e ambientais são afetadas, ocorre o processo de adoecimento e sofrimento humano.

REFERÊNCIAS

AUGUSTO, L. G. S. *Saúde e Ambiente*. In: Brasil. Ministério da Saúde. 2004. Contribuições para a agenda de prioridades de pesquisa / Ministério da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde. 306p.

BUSS, P. M.; FILHO, A. P. A Saúde e seus Determinantes Sociais. PHYSIS: *Revista Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 17(1):77-93, 2007.

CARMO, E. D. *O Território educa e politiza na(s) Amazônia(s)*: os processos socioculturais da Comunidade Nova Vida e as dinâmicas de expansão industrial em Barcarena. Rio de janeiro: Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Educação, 2010.

CASTRO, E. *Território, biodiversidade e saberes das populações tradicionais*. In: PAPERS DO NAEA. Universidade Federal do Pará: Belém, nº 92, maio, 1998.

COCCO, G; BARBOSA, M. J. Trabalho e natureza na Amazônia. In: COCCO, G. *et al. Gestão local e políticas públicas na Amazônia*. Rio de janeiro: E-Papers, 2007.

FERNANDES, K. Caulim contamina praias e igarapés em Vila do Conde. *Diário do Pará*. Belém, 14 junho. 2007. p. A6.

FIALHO NASCIMENTO, N. S. *Amazônia e desenvolvimento capitalista: elementos para uma abordagem da "questão social" na região*. 2006. 195 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

FURTADO, L. G. Problemas ambientais e pesca tradicional na qualidade de vida na Amazônia: In: FURTADO, L. G. *Amazônia: Desenvolvimento, Sóciodiversidade e Qualidade de Vida*. Belém: UFPA/ NUMA, 1997.

HERBERTH, J. *Vazamento será vistoriado novamente hoje e amanhã*. O Liberal. Belém, 16 junho. 2007.

IBGE. *Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2002-2003*: análise da disponibilidade domiciliar de alimentos e do estado nutricional no Brasil. Rio de Janeiro: Brasil. 2004. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 25 set. 2009.

MAGALHÃES, C. Imerys vai continuar interditada. *Diário do Pará*. Belém-PA, quarta-feira, 27/06/07. p. A6.

MESQUITA, Z. Do território à consciência territorial. In: MESQUITA, Z; BRANDÃO, C. R. (Orgs*). Territórios do cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências*. Porto Alegre/Santa Cruz do Sul: Ed. Universidade/UFRGS/ Ed. Santa Cruz do Sul/ UNISC, 1995.

MINAYO, M. C. S; SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? Cad. Saúde Públ., Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul/set, 1993

MIRANDA, A. C.; BARCELLOS, C.; MOREIRA, J. C.; et al. *Território, ambiente e saúde*. Rio de janeiro: Editoran Fiocruz, 2008.

MURRIETA, R. S. S. Dialética do sabor: alimentação, ecologia e vida cotidiana em comunidades ribeirinhas da Ilha de Ituqui, Baixo Amazonas, Pará. *Rev. Antropol*. vol. 44 no. 2, São Paulo, 1998.

MURRIETA, R. S. S. Consumo alimentar e ecologia de populações ribeirinhas em dois ecossistemas amazônicos: um estudo comparativo. *Revista de Nutrição*, v. 21, suppl 0, Campinas, jul/ago, 2008.

O LIBERAL. *Moradores protestam contra vazamento de caulim*. Belém (Pará), 09.05.2014.

SANTOS, M. SOUZA, M. A. A. SILVEIRA, M. L. *Território*: Globalização e Fragmentação. São Paulo, 1996.

SILVA, A. C. A desestruturação das comunidades rurais – Montanha e Curuperé diante da implantação do complexo industrial de Barcarena. In: Mathis, Armin et al (Orgs). *Poder Local e mudanças socioambientais*. Belém: NAEA/UFPA, 2007a. p. 277-300.

SILVA, A. C. A desestruturação das comunidades rurais – Montanha e Curuperé diante da implantação do complexo industrial de Barcarena. In: Mathis, Armin et al (Orgs). *Poder Local e mudanças socioambientais*. Belém: NAEA/UFPA, 2007b. p. 277-300.

SILVA, J. G. Com fome não haverá futuro sustentável. Disponível em: <www.valoronline.com.br>. Acesso em: 19 dez. 2009.

SILVA, S. F. O território da produção Mineral e a evolução do território da prostituição em Vila do Conde- Barcarena (PA): suas relações e transformações. In: Mathis, Armin et al (Orgs). *Poder Local e mudanças socioambientais*. Belém: NAEA/UFPA, 2007. p. 277-300.

SOUZA, J. K. S. de. Sistema de gestão Ambiental na mineração de caulim: análise da empresa Pará Pigmentos S/A. Belém: 2005. Trabalho de Conclusão do Curso (Especialização) – Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, PROFIMA XVIII. Material não publicado.

VALENTE, F. L. S. *Direito humano à alimentação*: desafios e conquistas. São Paulo: Cortez, 2002.

CONTRADIÇÕES NA PROTEÇÃO AMBIENTAL EM SANTARÉM-PA: ENTRE AJUSTE ESPACIAL E (IN)JUSTIÇA AMBIENTAL NA CIDADE

Maria Júlia Veiga da Silva[39]

INTRODUÇÃO

A incorporação de novos espaços à racionalidade capitalista é uma condição e um limite para acumulação de riquezas e crescimento econômico. Esta contradição, intrínseca ao modo de produção capitalista, é uma das matrizes das contradições das práticas e discursos de preservação ambiental empreendidas sob o rótulo de desenvolvimento sustentável. Assim, entende-se que as contradições existentes no cerne da proteção ambiental são produzidas a partir dos constantes ajustes espaciais empreendidos pelo modo de produção capitalista como uma condição para a acumulação em escalas espaciais cada vez mais amplas e integradas e a necessidade de manutenção de espaços e estoques de natureza disponíveis em quantidade e qualidade suficientes para manter o ritmo de crescimento. Com isso, usa-se de mecanismos legais que dificultam o acesso à terra, aos recursos ambientais e aos benefícios do Estado às populações residentes nos lugares.

Como já havia demonstrado Harvey (2005), o imperialismo do final do século XIX promoveu a expansão do modo de produção capitalista pelo mundo com todas as suas contradições para as regiões periféricas de maneira muito mais perversa do que a forma como essas mesmas contradições se deram nos países imperialistas. Assim, longe de buscar solucionar os problemas das populações pobres da Europa e dos Estados Unidos, a expansão capitalista

[39] Licenciada e Bacharel em Geografia pela Universidade Federal do Pará (2004). Especialista em Estudos Culturais da Amazônia pela Universidade Federal do Pará (2006). Mestre em Geografia. Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista-Campus de Rio Claro (2017). Docente do Programa de Ciências Humanas da Universidade Federal do Oeste do Pará na área de Geografia Humana. E-mail: geoufopa@gmail.com

teve como objetivos primordiais a superação de seus próprios limites, que dizem respeito à produção (espaços para instalação dos equipamentos de produção e acesso aos recursos naturais), ao mercado consumidor e à força de trabalho.

Na condição de cidade média e principal centro urbano da região Oeste do Estado do Pará, Santarém não está isenta das contradições que permeiam a proteção ambiental, a concepção de meio ambiente e de desenvolvimento sustentável como eixos norteadores de novas matrizes discursivas que, através de uma linguagem bem articulada, ofuscam a percepção da realidade e das relações entre os lugares com concepções de desenvolvimento elaboradas e difundidas por atores sociais hegemônicos. Assim, criam-se formas de proteção ambiental que se restringem à proteção dos elementos componentes do ambiente natural e que pouco se referem às pessoas que ocupam e se relacionam diretamente com as mais diversas formas de expressão dos grandes conjuntos espaciais da superfície terrestre.

A análise parte da leitura crítica da legislação urbana que trata do planejamento e da gestão urbana e da lei de parcelamento, uso e ocupação do solo que estabelece as zonas e delimita os principais usos da terra (urbana e rural). Delimitou-se a orla da cidade, especificamente a área que fica no entorno do lago do Maicá, por se tratar de uma região que reúne características muito peculiares de expressão geográfica da injustiça ambiental.

A área que abrange o lago do Maicá está delimitado no plano diretor de Santarém como área de proteção ambiental e na lei de parcelamento, uso e ocupação do solo como área de proteção estética. No plano diretor, parte de sua vizinhança foi definida como área portuária. E na realidade, esta região está intensamente ocupada por populações ribeirinhas e quilombolas, além de indígenas que usam o lago para a circulação e retirada de suas fontes de subsistência, ou seja, para essa população, o lago é uma fonte de reprodução econômica, social e cultural. E recentemente essa população tem vivido o drama de ter que dar lugar a um empreendimento econômico relacionado ao agronegócio.

Há a proposta de construção de um porto de embarque de grãos de soja para exportação na parte sul do lago do Maicá. Tal proposta tem colocado inseguranças e incertezas no cotidiano dos moradores quanto à possibilidade de permanência e sobrevivência da comunidade que resiste à implantação de tal empreendimento. Essa é, portanto, a situação que se pretende analisar sob a ótica das contradições da proteção e da injustiça ambiental em função de ajustes espaciais promovidos pelo capital em escala planetária.

Dentre os bairros que serão afetados pela construção do terminal portuário do Maicá, destacam-se três: Área verde, Maicá e Pérola do Maicá. São bairros que apresentam significativo contingente populacional, assim como indicadores sociais e ambientais que exigem atenção e políticas públicas. Por se tratarem de áreas à margem do rio e com baixa altitude, todos os anos inundam em consequência do transbordamento dos rios Amazonas e Tapajós, sendo assim consideradas áreas sujeitas a perigos ambientais.

A coleta de dados se deu através de informações retiradas do site oficial do IBGE, reportagens de jornais, leitura e análise das leis de parcelamento, uso e ocupação do solo e do plano diretor de Santarém.

Este artigo está organizado em quatro itens: a introdução, um item que procura argumentar sobre a relação entre ajuste espacial, impactos ambientais e justiça ambiental, outro item que apresenta a situação da população que vive no entorno do lago do Maicá, assim como algumas informações referentes à legislação urbana de Santarém, procurando demonstrar qual a visão dos planejadores e gestores municipais quanto à área analisada, e as considerações finais.

AJUSTE ESPACIAL, IMPACTOS AMBIENTAIS E INJUSTIÇA AMBIENTAL

Desde os primórdios da ciência geográfica, a discussão sobre a natureza como recurso territorial sempre foi uma preocupação. Primeiro na Antropogeografia de Ratzel, que levantou princípios fundamentais sobre o espaço vital, mostrando o quanto a

apropriação de terras produtivas pode garantir a longevidade de um Estado nacional. Hoje, as interpretações continuam, sendo que estas se baseiam principalmente na teoria marxista, que desvenda a expansão geográfica do capital como uma oportunidade de acumulação de riquezas, constante crescimento econômico e, consequentemente, perpetuação do modo de produção capitalista. Ao Estado é atribuído um papel fundamental nesse processo. Eis que Harvey (2011) descreve a importância do Estado no processo de expansão capitalista.

> [...] O mapa administrativo do mundo representa uma hierarquia de unidades territoriais que existem em uma variedade de escalas geográficas (do bairro urbano ao bloco do poder global) e essas unidades, construídas socialmente, fornecem um contexto para ação e conflitos geopolíticos e geoeconômicos. As fronteiras que então são construídas muitas vezes formam barreiras ao movimento. Os Estados tanto atrapalham quanto facilitam o movimento geográfico dos fluxos de capital. (HARVEY, 2011, p. 158)

Assim, é preciso examinar com cautela e responsabilidade os efeitos negativos que a nova onda de expansão capitalista iniciada após a Segunda Guerra Mundial tem causado por meio do novo tipo de dependência gerada, uma vez que se trata não só da exploração de matérias-primas, mas de exploração do território em si, pela presença de capital fixo por meio dos investimentos financeiros que são encaminhados às regiões periféricas desde então. De acordo com Silveira (2010):

> O período histórico iniciado após a Segunda Guerra Mundial se caracteriza pela revolução científico-tecnológica, configurada fundamentalmente pelos progressos das telecomunicações, da informática e da automação. [...]. Nesse contexto, o complexo processo de descolonização revela o nascimento de uma dependência de nova natureza, determinada pela onipresença das finanças, da informação e do consumo.

> [...]. Os países periféricos conhecem, pela primeira vez na história, uma grande difusão de variáveis elaboradas fora do país. (SILVEIRA, 2010, p. 76)

Cabe aqui destacar que um dos principais efeitos colaterais gerado nos lugares que recepcionam as estruturas capitalistas são os impactos ambientais, devido ao processo de expropriação e alienação espacial que a presença de novos objetos geográficos e ações produzem nas sociedades que precisam se readaptar, quase sempre de maneira compulsória. Assim, "[...] território e lugar sempre foram utilizados pelas instituições para organizar as populações e as relações de poder. [...]" (HARVEY, 2011, p. 159). Coelho (2011) assim define impacto ambiental.

> Impacto ambiental é, portanto, o processo de mudanças sociais e ecológicas causadas por perturbações (uma nova ocupação e/ou construção de um objeto novo: uma usina, uma estrada ou uma indústria) no ambiente. (COELHO, 2011, p. 24)

A exploração dos recursos territoriais dos países subdesenvolvidos do mundo pelas empresas dos países desenvolvidos, na contemporaneidade, é algo consentido desde a década de 1970. Mesmo sabendo-se que a questão ambiental havia se tornado uma preocupação mundial, continuou-se dando tratamento diferenciado a essa questão entre as regiões econômicas do mundo. Dessa maneira, a desconcentração industrial ocorrida na metade do século passado significou a transferência de indústrias poluidoras das regiões desenvolvidas do mundo para as subdesenvolvidas, bem como uma nova onda de expropriação do trabalhador de seus meios de subsistência. Sendo o Brasil uma economia periférica, este não ficou isento de tal situação, conforme demonstra Brandão (2010).

> O Brasil forjou economias urbano-regionais e rurais de natureza bastante complexa, submetidas a estruturas políticas arcaicas de um pacto de dominação, que soldou um contrato social produtor

> de diversas expressões de desigualdades e gerador de intoleráveis privações materiais, além de sufocar a reprodução ampliada de forças produtivas avançadas. (BRANDÃO, 2010, p. 66)

Presume-se, assim, que os investimentos externos, devido a sua indiferença em relação às demandas do lugar e ausência de comprometimento social, produzem sérios impactos socioambientais, subentendendo-se nessa expressão aqueles impactos de natureza sociopolítica, socioeconômica e sociocultural. E isso fica ainda mais evidente à medida que se observa que o próprio Estado se ausenta das demandas sociais e se qualifica em atender demandas externas, conforme evidencia Silveira (2010).

> Duas tarefas tornam-se concomitantes e necessárias e não se realizam sem a peremptória participação do dinheiro público: construir e manter a nova ordem corporativa a partir de um território bem equipado e fluido e controlar a desordem social nascida da falta de respostas às demandas básicas. Ambas as tarefas supõem uma drenagem de recursos sociais. (SILVEIRA, 2010, p. 75)

De acordo com Becker (2007) a incorporação efetiva da Amazônia à racionalidade capitalista se deu a partir da década de 1950. A partir de então, forjou-se dois tipos de fronteiras – a fronteira tecnoeconômica e a fronteira tecnoecológica, ambas relacionadas à expansão capitalista e inserção efetiva da Amazônia na divisão internacional do trabalho. Isto quer dizer que as formas de aproveitamento da natureza amazônica estão diretamente relacionadas às várias formas de racionalidade de ocupação do espaço com fins a acumulação capitalista. Como bem afirma Harvey (2011, p. 159) "[...] as especializações regionais e as divisões territoriais do trabalho são ativamente produzidas. [...]".

Tanto a fronteira tecnoeconômica quanto a fronteira tecnoecológica têm como principais vetores os grandes projetos econômicos implantados na região. Tais projetos não têm

apresentado maiores esforços em dialogar com as características do lugar, tanto do ponto de vista ecológico quanto cultural, gerando grandes impactos socioambientais sobre o modo de vida das populações que precisam passar por um processo de readaptação violento e compulsório.

Assim, por meio da transferência de recursos ambientais e também pela presença de vetores modernos que não dialogam com o lugar e seu entorno, são produzidas injustiças ambientais que, desse modo, exigem uma análise capaz de abranger tanto as horizontalidade quanto as verticalidades que se dão pela transferência de recursos das regiões pobres do globo terrestre para as áreas mais ricas e densamente povoadas, deixando às regiões periféricas apenas os impactos negativos, conforme se vê concretamente nos lugares. Porto Gonçalves (2013) expressa tal situação:

> Vislumbramos por esses dados o componente de injustiça ambiental que subjaz ao atual padrão de poder mundial nos permitindo falar de uma verdadeira dívida ecológica das populações urbanas para com as rurais, dos países industrializados e suas populações para com os países agrícolas e suas populações e, sobretudo, das populações ricas em relação às pobres. (PORTO GONÇALVES, 2013, p. 193)

Em relação ao espaço urbano, Coelho (2011) demonstrou que os problemas ambientais estão distribuídos de maneira desigual pelo espaço da cidade e acompanham a desigualdade na distribuição da população de acordo com seu nível de renda, gerando, assim, a injustiça ambiental, a qual se caracteriza tanto pelo acesso desigual à terra urbana e aos recursos ambientais em geral, quanto pela transferência de atividades geradoras de impactos para áreas da cidade ocupadas por populações de baixo poder aquisitivo. (ACSELRAD; MELO; BEZERRA, 2009).

A injustiça ambiental emerge da desigualdade ambiental que pode manifestar-se tanto sob a forma de proteção ambiental desigual como de acesso desigual aos recursos (ACSELRAD; MELO;

BEZERRA, 2009). Para esses autores o acesso desigual a recursos se dá tanto na esfera da produção, no que diz respeito aos recursos do território, quanto na esfera do consumo de bens. Considerando que o solo é um recurso essencial para a reprodução da vida, essa situação se aplica satisfatoriamente à análise da ocupação e produção do espaço urbano pelos agentes modeladores do espaço e sua apropriação desigual por esses agentes, gerando, assim, a segregação socioespacial (CORREA, 2005).

Contrapondo-se à injustiça ambiental, vem se construindo a abordagem da justiça ambiental. Frota e Meireles (2008) a tratam como um paradigma de análise urbana capaz de articular segregação e degradação ambiental no espaço urbano. A partir do conjunto de princípios e práticas propostos pela rede brasileira de justiça ambiental (RBJA), assim as resume: "1) distribuição igualitária das consequências ambientais negativas decorrentes das atividades humanas; 2) equidade do acesso aos recursos naturais; 3) democracia participativa e direito a informação; 4) sustentabilidade" (FROTA; MEIRELES, 2008, p. 3306). Já Acselrad (2005) contextualiza a justiça ambiental no âmbito da cultura dos direitos, como um processo de conquista empreendido pelos movimentos sociais, que têm conseguido elevar suas pautas ao aparelho estatal e produzido mudanças na concepção e regulação da proteção ambiental.

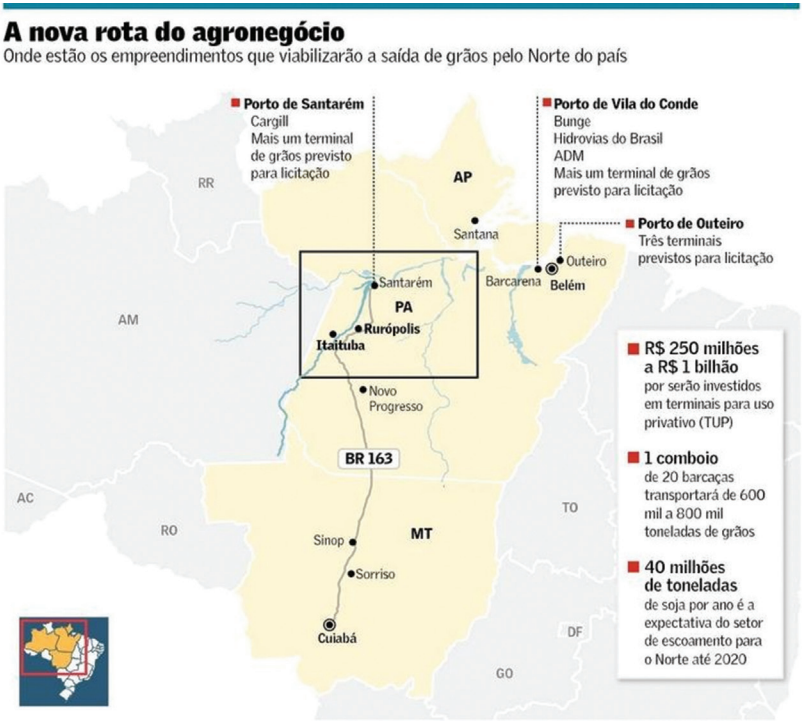
> Justiça Ambiental é uma noção emergente que integra o processo histórico de construção subjetiva da cultura dos direitos no bojo de um movimento de expansão semântica dos direitos humanos, sociais, econômicos, culturais e ambientais. Na experiência recente, a justiça ambiental surgiu da criatividade estratégica dos movimentos sociais, alterando a configuração de forças sociais envolvidas nas lutas ambientais e, em determinadas circunstâncias, produzindo mudanças no aparelho estatal e regulatório responsável pela proteção ambiental. (ACSELRAD, 2005, p. 223)

Evidencia-se, assim, a relação existente entre ajuste espacial como uma demanda da acumulação capitalista, bem como o controle do acesso aos recursos, como garantia de existência de extensas áreas para exploração futura e a criação de um discurso de proteção ambiental que ignora a justiça ambiental como um conceito e um princípio capaz de promover o acesso equitativo aos recursos territoriais e aos bens e serviços urbanos.

MORADORES URBANOS DE ÁREAS RIBEIRINHAS EM SANTARÉM: ENTRE AJUSTES ESPACIAIS E INJUSTIÇA AMBIENTAL

A cidade de Santarém, no Estado do Pará, encontra-se numa região da Amazônia Legal definida por Becker (2006) como área de expansão recente do capital. Tal expansão se daria principalmente pela construção de vias de circulação fluvial, como as hidrovias, terminais portuários e usinas hidrelétricas. Assim, o terminal portuário a ser construído no lago do Maicá faz parte de um amplo projeto de expansão do capital e de consequente ajuste espacial dos lugares receptores das atividades capitalistas. O terminal portuário está diretamente ligado aos interesses econômicos do agronegócio em sua etapa de circulação da produção. A Figura 1 mostra a nova rota que está sendo delimitada como estratégia de elevação dos lucros e acumulação, pois, como já demonstrou Harvey (2005), a etapa da circulação é tão importante quanto a etapa da produção para a geração de mais-valia.

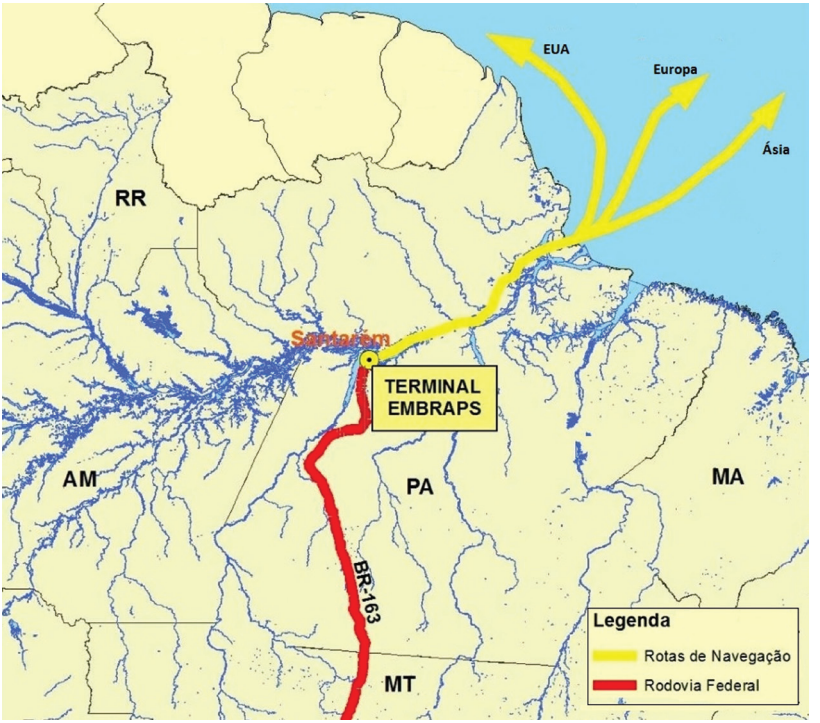
Figura 1 – A nova rota do agronegócio.



Fonte: www.terradedireitos.org.br. Publicado em 12/02/2016.

Destaca-se que este é o segundo terminal portuário a ser construído com o mesmo objetivo em Santarém. O terminal portuário da empresa Cargill está localizado na orla norte da cidade e entrou em funcionamento há mais de dez anos. Já o Terminal Embraps ou Terminal Portuário do Maicá será construído na porção sudeste da orla, numa área que tem relação direta com o lago do Maicá, caracterizado como um reduto de vidas aquáticas de onde muitas famílias, que moram em bairros próximos, retiram a sua fonte de subsistência, representada principalmente pelo pescado. A Figura 2 ilustra a localização e as conexões externas do terminal portuário em discussão.

Figura 2 – Localização e conexões do Porto Embraps no lago do Maicá em Santarém-PA.



Fonte: www.brasildefato.com.br. Publicada em 20/06/2016.

São bairros que ficam no entorno do lago do Maicá e que sofrerão diretamente os impactos gerados pela construção de tal porto: Área verde, Pérola do Maicá e Maicá. Trata-se de bairros habitados predominantemente por ribeirinhos, quilombolas e indígenas. Estes apresentam um número expressivo de indivíduos e de domicílios (Tabela 1). De acordo com dados do IBGE (2010), a soma dos três bairros totaliza 6.239 moradores que estão distribuídos em 1.643 domicílios.

Tabela 1 – Número de moradores e de domicílios dos bairros no entorno do lago do Maicá.

Bairros	Nº de moradores	Nº de domicílios
Área Verde	3.090	845
Maicá	1.922	484
Pérola do Maicá	1.227	314
Total	6.239	1643

Fonte: IBGE, sinopse do censo demográfico 2010.

Em função das carências e insuficiências das políticas do Estado, o bairro Área verde, assim como a parte norte do Pérola do Maicá, é identificado como aglomerado subnormal, isto é, são regiões da cidade definidas pelo IBGE (2010) como o conjunto constituído por 51 ou mais unidades habitacionais caracterizadas por ausência de título de propriedade e pelo menos uma das seguintes características: irregularidade das vias de circulação e do tamanho e forma dos lotes e/ou carência de serviços públicos essenciais (como coleta de lixo, rede de esgoto, rede de água, energia elétrica e iluminação pública).

Estas características são reforçadas quando se analisa outro dado relevante coletado pelo IBGE que demonstra a qualidade das moradias dos domicílios (Tabela 2). A maior parte dos domicílios dos bairros localizados no entorno do lago do Maicá se encontra na condição de moradias semiadequadas, evidenciando mais uma vez carência de equipamentos e serviços urbanos e regularização fundiária.

Tabela 2 – Situação das moradias nos domicílios dos bairros no entorno do lago do Maicá em Santarém.

Bairros	Adequada	Semiadequada	Inadequada
Área Verde	0,14%	96,01%	2,41%
Maicá	0,23%	96,19%	3,56%
Pérola do Maicá	3,38%	81,57%	15,03%

Fonte: IBGE, sinopse do censo demográfico 2010.

A renda da população destes bairros também expressa uma situação bastante desfavorável em relação ao restante da cidade de Santarém (Tabela 3). Tanto o rendimento do responsável pelo domicílio quanto a renda individual das pessoas com 10 anos ou mais está muito abaixo da média geral da cidade.

Tabela 3 – Rendimentos nos bairros no entorno do lago do Maicá.

Bairros/cidade	Valor do Rendimento médio mensal do responsável pelo domicílio (R$)	Valor do rendimento médio mensal das pessoas com 10 anos ou mais (R$)
Área Verde	578,46	257,66
Maicá	659,63	262,28
Pérola do Maicá	556,79	168,17
Santarém/média	1.063,21	482,15

Fonte: IBGE, Censo demográfico 2010.

Da mesma forma, a observação de imagens no Google Earth e em campo também não deixa dúvida da baixa presença de equipamentos e serviços urbanos nos bairros e em seu entorno próximo, sendo que é possível notar a presença significativa de igrejas de diferentes seitas religiosas na área que provavelmente são os principais pontos de encontro dos moradores da região observada.

De acordo com a lei de parcelamento, uso e ocupação do solo de Santarém, os corredores comerciais e de serviços mais próximos desta área são os corredores XIII e XIX. Entretanto, o primeiro tem como principais atividades: transportadoras fluviais, frigoríficos, distribuidoras e estaleiros – ou seja, não se refere ao comércio varejista, significando que a população precisa se abastecer em outros corredores comerciais da cidade ou nas mercearias de bairro. Já o segundo inclui supermercados e outros equipamentos sociais e de serviços, mas segundo a delimitação da lei em foco, se estende por um espaço muito restrito e um pouco mais distante dos bairros analisados. Vale destacar, ainda, que para ter acesso a outras partes da cidade, muitos moradores usam transporte fluvial, o qual ficaria seriamente prejudicado com a construção do porto. Assim, são grandes os dramas e as incertezas vividas pelas comunidades face à possibilidade de construção do porto no lago do Maicá.

Figura 3 – Ribeirinho navegando pelas águas do rio Tapajós no entorno do lago do Maicá.

Fonte: g1.globo.com. Publicada em 01/05/2016.

Destaca-se, ainda, a situação litigiosa instalada na região do lago do Maicá relacionada a um grupo de quilombolas provenientes da comunidade

rural de Arapemã, no mesmo município de Santarém, que reivindica a demarcação do bairro Pérola do Maicá como território quilombola, o que tem encontrado limites no entendimento sobre as características necessárias para que possam ser concedidos direitos territoriais a um grupo cultural que seria a ancestralidade do lugar (VIEIRA, 2010).

A situação descrita acima aplica-se, especialmente, ao bairro Pérola do Maicá que, de acordo com Vieira (2010), teve sua ocupação inicial através do povoamento empreendido pela população proveniente da comunidade rural do Arapemã. As pessoas procuraram se estabelecer nessa região para fugir do fenômeno natural da erosão fluvial, popularmente conhecido como "fenômeno das terras caídas". Assim, visando reproduzir o mesmo modo de vida adaptado na comunidade de origem, os populares procuraram ocupar uma extensão da cidade, cujas características físico-geográficas se assemelham àquelas existentes no local onde estava, e ainda está, espacializada a Comunidade Quilombola do Arapemã.

Figura 4 – Fenômeno das "terras caídas" na Comunidade Quilombola do Arapemã no município de Santarém à margem do rio Amazonas.

Fonte: Site oficial do INCRA, publicada em 22/11/2011.

Assim, um número significativo de moradores das áreas ribeirinhas é invisível às políticas do Estado e das empresas. Tal

constatação se deu por meio da análise da legislação ambiental e urbana, especialmente o plano diretor municipal e a lei de parcelamento, uso e ocupação do solo. Estas leis também foram confrontadas com a proposta de construção do terminal portuário de embarque de grãos provenientes da produção de municípios do Estado do Mato Grosso e do Estado do Pará, inclusive Santarém (conforme destacado na Figura 1).

Figura 5 – Placa advertindo sobre a delimitação do acesso às pessoas na área de propriedade da empresa EMBRAPS.

Fonte: www.nortonsussuarana.com.br. Publicada em agosto de 2015.

A política de desenvolvimento urbano e de uso e ocupação do solo é uma atribuição dos governos municipais orientados pelos seus planos diretores municipais. Sendo assim, "do ponto de vista legal, o município tem o direito e o dever de atuar no controle do uso e da ocupação do solo através da elaboração do plano diretor." (OLIVEIRA; HERRMAN, 2011, p. 171). E Santarém teve seu plano diretor participativo publicado no ano de 2006 como o principal instrumento de planejamento e gestão do território municipal, o que também merece especial atenção na pesquisa aqui apresentada.

Por meio do zoneamento, no plano diretor municipal de Santarém, a orla da cidade está ordenada e compartimentada em áreas portuárias e de proteção ambiental. Este zoneamento restringe o acesso a equipamentos e serviços urbanos, pois segundo a mesma lei, áreas de proteção ambiental[40] estão impedidas de receber projetos de urbanização e de regularização fundiária. Entretanto, terrenos com características topográficas e de altitudes semelhantes podem ser utilizados para o estabelecimento de empreendimentos econômicos, como é o caso do porto em discussão. E isto é caracterizado como uma contradição da proteção ambiental em Santarém.

Por outro lado, a lei de parcelamento, uso e ocupação do solo define a região como área de proteção estética. Assim, a legislação expressa mais de uma vocação para o espaço ocupado pelas comunidades quilombolas, menos de área de preservação do patrimônio cultural ou de desenvolvimento sustentável, no sentido positivo do termo.

Portanto, a população que vive na região do entorno do lago do Maicá é duplamente injustiçada ambientalmente. Primeiro, pela falta de acesso a equipamentos e serviços urbanos, sendo que tal restrição compromete a qualidade de vida dos comunitários. Segundo, pela possibilidade de instalação de uma grande forma espacial urbana que não tem relação com o modo de vida dos moradores, proposta segundo demandas externas que, assim, produzem ajustes espaciais e desordem ecológica como seu contraditório. Isto porque, pela lógica capitalista de produção, a proteção ambiental se restringe à proteção dos recursos da natureza e pouco se estende à proteção da população integrante da paisagem e do espaço, que segue invisível às políticas dos governos e das empresas.

[40]Que, neste caso, também são definidas como áreas de risco ambiental, devido às inundações sazonais que atingem essas áreas em consequência da elevação do nível das águas do rio Tapajós e Amazonas no período chuvoso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A acumulação primitiva de capital se dá então por meio da expansão geográfica do capital que, assim, gera constantes expropriações do trabalhador em relação a seus meios de vida. O Estado se torna aliado direto das empresas oferecendo-lhes uma legislação adequada à apropriação dos recursos territoriais. Isso tudo leva à necessidade de se discutir mecanismos de produção não só de justiça social, mas fundamentalmente de justiça ambiental, isto é, acesso equitativo aos recursos territoriais disponíveis no país, na região e no lugar.

As considerações realizadas demonstram que há uma dissociação entre o interesse público e privado, ofuscada por discursos que limitam a visão sobre meio ambiente urbano. Tal dissociação se deve ao fato de que tanto a questão urbana quanto a questão ambiental (e inclusive a normatização das mesmas) são concebidas por uma racionalidade que busca controlar o acesso aos recursos que se dissocia e até conflita algumas vezes com as contrarracionalidades de uso e acesso a esses mesmos recursos.

Desse modo, apenas a proposição e efetivação de uma concepção de desenvolvimento abrangente que tenha real interesse nas pessoas, sem discriminação e injustiças, poderia evitar problemas como aqueles que vêm sendo vivenciados pelos moradores do entorno do lago do Maicá, que têm pouco acesso a equipamentos e serviços urbanos e agora estão ameaçados de perder boa parte de seus meios de vida com a construção do terminal portuário para embarque de grãos de soja destinada à exportação.

Assim, o debate da justiça ambiental é fundamental na elaboração de uma concepção de desenvolvimento sustentável que não se encerre na sustentabilidade do capital, mas se estenda à sustentabilidade da vida, na continuidade do homem na terra convivendo com a natureza de maneira menos agressiva.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Justiça Ambiental: Narrativas de Resistência ao Risco Social Adquirido. In: *Encontros e Caminhos:* Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores. Brasília: MMA, 2005.

ACSELRAD, H.; MELLO, C. C. do A.; BEZERRA, G. das N. *O que é justiça ambiental*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BECKER, B. K. *Amazônia*: geopolítica na virada do III milênio. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

_____. A Amazônia e a política ambiental brasileira. In: SANTOS, M. (et.all). *Território, territórios*: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

BRANDÃO, C. Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil contemporâneo. In: ALMEIDA, C. W. B. de. *et. al. Capitalismo globalizado e recursos territoriais*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. (p. 39-68).

COELHO, M. C. N. Impactos ambientais em áreas urbanas – teorias, conceitos e métodos de pesquisa. In: GUERRA, A. J. T; CUNHA, S. B. da. *Impactos ambientais urbanos no Brasil*. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. (p. 19-45).

_____. *O espaço urbano*. 6. impressão da 4ª edição. São Paulo: Ática, 2005. (Série Princípios).

FROTA, H. B.; MEIRELES, A. J. A. A política ambiental como paradigma para as políticas de desenvolvimento urbano no Brasil. In: *Anais do XVII Congresso Nacional do CONPEDI*. Brasília, 2008.

HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. A destruição criativa da terra. In: _____. *O enigma do capital*: e as crises do capitalismo. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Sinopse do censo demográfico*. Rio de Janeiro: IGBE, 2011.

OLIVEIRA, M. A. T.; HERMANN, M. L. de P. Ocupação do solo e riscos ambientais na área conurbada de Florianópolis. In: GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. da. *Impactos ambientais urbanos no Brasil*. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. (p. 147 a 188).

PORTO GONÇALVES, C. W. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2013.

SANTARÉM. LEI Nº 18.051/2006. *Plano Diretor Participativo de Santarém*, de 29 de dezembro de 2006. Santarém: Gabinete do prefeito, 2006.

SANTARÉM. LEI COMPLEMENTAR Nº 007/2012. *Parcelamento, uso e ocupação do solo no município de Santarém*, de 28 de setembro de 2012. Santarém: Gabinete da prefeita, 2012.

SILVEIRA, M. L. Região e globalização: pensando um esquema de análise. *Redes*. Santa Cruz do Sul, v. 15, n 1, p. 74-88, 2010.

VIEIRA, J. C. Quem pode ser quilombola? Reconstrução da identidade coletiva do quilombola do Maicá, Santarém, Pará. In: ALMEIDA, A. W. B. de *et. all.* (Org.). *Caderno de debates nova cartografia social*: Territórios quilombolas e conflitos. Manaus-AM: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/UEA edições, 2010. (p.179-186).

PARTE 4: TERRITORIALIDADES E MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMAZÔNIA

SENTIDO DE LUGAR E TERRITORIALIDADE NA LEITURA GEOGRÁFICA DOS MOVIMENTOS INDÍGENAS NA AMAZÔNIA

David Junior de Souza Silva[41]

INTRODUÇÃO

Uma das principais demandas dos povos indígenas contemporaneamente, ainda que não a única, é a recuperação e autonomia sobre seu território tradicional, a demarcação de suas terras. Empreendem assim modernamente um processo de territorialização. Adotam para efetivação desta demanda diferentes estratégias políticas.

Uma das mais frequentes, ainda que nunca realizada isoladamente, é a organização em um movimento social. Defende-se aqui a necessidade de compreensão desta forma social como veículo do processo mais amplo de territorialização, elucidando os fundamentos de sua estrutura (especialmente o princípio de identidade) nos processos geográficos que lhe dão materialidade e sentido – no caso aqui especialmente o sentido de lugar e a territorialidade.

Antes de passar a esta análise, gostaria de lembrar o estatuto geográfico dos movimentos sociais, fundado por Bernardo Mançano Fernandes: "(...) todos os movimentos [sociais] são socioespaciais" (FERNANDES, 2005, p. 30). Uma análise da realidade geográfica dos movimentos sociais precisa concebê-los como "produtores e construtores de espaços sociais e transformadores de espaços em territórios" (idem, loc. cit.).

[41]Professor do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Doutorando em Geografia pelo Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás (IESA/UFG). Mestre em Sociologia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Experiência nas áreas de Sociologia, realizando investigações sobre movimentos étnicos, movimentos sociais e sociologia da Amazônia; e Epistemologia e Metodologia das Ciências Sociais. E-mail: ldavi_rosendo@live.com

Conforme o autor, os movimentos sociais são formas políticas de os grupos sociais territorializarem-se. Segundo o autor, "a produção ou a construção do espaço acontece pela ação política, pela intencionalidade dos sujeitos para transformação de suas realidades. Os espaços políticos são reproduzidos pelo movimento da ação, constituindo a espacialização." (idem, loc. cit.).

> Do mesmo modo que alguns movimentos transformam espaços em territórios, também se territorializam e são desterritorializados e se reterritorializam e carregam consigo suas territorialidades, suas identidades territoriais constituindo uma pluriterritorialidade. A transformação do espaço em território acontece por meio da conflitualidade, definida pelo estado permanente de conflitos no enfretamento entre as forças políticas que procuram criar, conquistar e controlar seus territórios. (idem, loc. cit.)

Neste artigo, defendemos com Fernandes a necessidade de trazer para primeiro plano a espacialidade e a territorialidade para análise dos movimentos sociais, em caráter imprescindível para análise dos movimentos indígenas, baseados na compreensão de que "para os indígenas o território significa a própria existência." (PEIXOTO et al, 2012, p. 294). Estamos também com Fernandes na afirmação de que:

> Os sociólogos, na construção do conceito de movimento social, preocupam-se predominantemente com as formas de organização e com as relações sociais para explicar as ações dos movimentos. Essa é uma possibilidade, que contribui parcialmente para a compreensão dos espaços e dos territórios produzidos/construídos pelos movimentos. Mas não é satisfatória. As formas de organização, as relações e as ações acontecem no espaço. Elas se realizam no espaço geográfico e em todas as suas dimensões: social, político, econômico,

> ambiental, cultural etc. Portanto, a partir do momento que nos propomos a realizar uma análise geográfica dos movimentos, além da preocupação com as formas, ações e relações, é fundamental compreender os espaços e territórios produzidos ou construídos pelos movimentos. Esses espaços são materializações, se concretizam na realidade, em lugares diversos, espaços múltiplos, e é possível mapeá-los de diferentes modos, contribuindo com leituras geográficas. Neste sentido, todos os movimentos são socioespaciais, inclusive os socioterritoriais, pois o território é construído a partir do espaço (Lefebvre, 1991). Os movimentos socioterritoriais para atingirem seus objetivos constroem espaços políticos, espacializam-se e promovem espacialidades. A construção de um tipo de território significa, quase sempre, a destruição de um outro tipo de território, de modo que a maior parte dos movimentos socioterritoriais forma-se a partir dos processos de territorialização e desterritorialização. (idem, loc cit, p. 30)

Para a análise dos movimentos indígenas, a consideração heurística do território e da territorialidade é fundamental, por serem, desde uma perspectiva geográfica, movimentos que têm o território como trunfo.

> De acordo com Raffestin (1993), partimos da premissa que para alguns movimentos o território é seu trunfo e, portanto, a razão da sua existência. Para todos os movimentos o espaço é essencial. É evidente que não existem movimentos sociais sem espaço. Todos os movimentos produzem algum tipo de espaço, mas nem todos os movimentos têm o território como trunfo. Existem movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais no campo, na cidade e na floresta. Para evitar mal-entendidos com relação a nosso pensamento, enfatizamos que movimento social e movimento socioterritorial são um mesmo sujeito coletivo ou

> grupo social que se organiza para desenvolver uma determinada ação em defesa de seus interesses, em possíveis enfrentamentos e conflitos, com objetivo de transformação da realidade. Portanto, não existem "um e outro". Existem movimentos sociais desde uma perspectiva sociológica e movimentos socioterritoriais ou movimentos socioespaciais desde uma perspectiva geográfica. (ibidem, p. 31)

Desde Alain Touraine (1977, pp. 290-5) o princípio de identidade é um dos componentes centrais de um movimento social. Na intepretação do autor, a identidade relaciona-se com a reação a uma ação desestruturadora externa que unifica as pessoas em uma identidade comum, criada por ocasião desta ação desestruturadora, em torno de uma ação coletiva organizada para fazer frente a esta desestruturação. "O princípio de identidade é a definição do ator por ele mesmo. Um movimento social só pode se organizar se esta definição é consciente" (TOURAINE, op. cit., p. 291).

Para o caso da compreensão da ação política dos povos indígenas na América Latina, a identidade tem como substância distintivamente a oposição a uma ação desestruturadora comum: a desterritorialização – para alguns povos consumada, para outros, iminente. A principal demanda sociopolítica é pois a recuperação do território.

Destarte, o vínculo afetivo ao território de ocupação tradicional e a reivindicação de autonomia política sobre este território são os constitutivos elementares da identidade dos movimentos indígenas, fato largamente expresso nos discursos das lideranças indígenas e nas análises de intelectuais indígenas (ELOY AMADO, 2014; BENITES, 2014). Decorre disso que o sentido de lugar e a territorialidade, não apenas como conceitos, mas como fenômenos geográficos, adquirem a centralidade na explicação da especificidade destes movimentos[42].

[42]Compreende-se assim o rumo original que tem tomado recentemente a reflexão antropológica sobre a realidade dos povos indígenas, incluindo centralmente a reflexão territorial – por exemplo, a força que tem tomado o argumento de Paul Little (2002).

A argumentação desenvolvida aqui diferencia-se de reflexões anteriores elaboradas pela Geografia dos movimentos indígenas, como a de Juliana Mota (2012), alicerçada em Mançano Fernandes (op. cit.), por colocar o sentido de lugar e a territorialidade (SOUZA, 2013; SANTOS, 1996, 2006) como elemento fundamental da identidade dos movimentos étnico-socioterritoriais de povos indígenas.

Para o Brasil, e especialmente para a Amazônia, os povos indígenas configuram o que se conceitua como uma cultura desviante (SANTOS SILVA, 2015), ou seja, realizam uma oposição à política hegemônica que propõe uma homogeneização completa do uso e do sentido do território na região.

A FORMA MOVIMENTO SOCIAL COMO VEÍCULO DOS PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO INDÍGENA

Assim, compreender a gênese e estruturação dos movimentos indígenas é fundamental para entender a dinâmica socioespacial da Amazônia. A compreensão que se pretende aqui é a análise dos fenômenos geográficos, especialmente aqueles referidos pelos conceitos de territorialidade e sentido de lugar, que estruturam e dão sentido à formação do movimento.

A justificativa é que a explicação abrangente dos fatores envolvidos neste processo deve iniciar nos fenômenos geográficos que o estruturam e ir até o significado que ele tem na destinação da configuração territorial da região. Em outros termos, dada a centralidade da territorialidade e do sentido de lugar nos processos em foco, este texto desenvolve uma teoria dos movimentos indígenas na qual os processos geográficos são os protagonistas

Os grandes projetos econômicos na Amazônia brasileira engendram transformações sociais diversas e processos de desterritorialização das populações locais e comunidades tradicionais. Tais populações reagem como podem a estas desestabilizações e ameaças a seus territórios.

Os povos indígenas, portadores de uma visão de mundo e de uma territorialidade específicas, engendram cada qual uma resistência

singular a estas ameaças e alterações em seu território. Sua mobilização política tem por objetivo defender da destruição seu território tradicional e preservar seu modo de vida, sua língua, suas tradições, sua etnicidade, a demarcação de suas terras e sua autodeterminação como povo.

Na Amazônia, o direito indígena ao próprio território é ameaçado por projetos desenvolvimentistas, na forma da mineração, hidrelétricas, extração de madeira. Para defenderem-se da territorialização os povos indígenas da região criam e organizam-se em uma forma sociopolítica passível de ser interpretada por meio da categoria de movimento social. Esta forma sociológica é parte de seu processo de territorialização – um processo de territorialização, pois, muito específico, porque movido por uma forma sociocultural específica de defesa do território: a forma movimento social.

Esta é uma territorialização específica a este momento da história dos povos indígenas na Amazônia, diferente da (ou das) territorialização anterior, certamente existente, pois desencadeada e reagindo precisamente a desterritorialização contemporânea que os ameaça como povo e os aglutina – e implica – igualmente como povo para refletir e organizar a defesa de seu território. Um momento singular na história do grupo, que os aglutina como povo contra um agente desestruturador externo.

O processo social protagonista, assim, é o de territorialização. Do processo de territorialização emerge, porque o grupo assim o entende necessário, a forma sociogeográfica de movimento social.

A hipótese é a de que o surgimento da identidade étnica – a etnogênese (BARTOLOMÉ, 2016) – vinculada e motivada pela demanda de autonomia territorial – uma territorialização específica – e pelo vínculo afetivo e identitário ao território – referido pelo conceito de sentido de lugar – ao território de ocupação tradicional.

Os movimentos indígenas tratam-se, na maioria dos casos, eminentemente de um movimento de defesa de seu território tradicional. A categoria utilizada aqui para interpretar a resistência destes movimentos será a de movimento étnico-socioterritorial,

desenvolvida pela geógrafa Juliana Mota (2012), apoiada em Bernardo Mançano Fernandes (2005) e no antropólogo Levi Marques Pereira (2003), categoria desenvolvida visando dar conta da especificidade de um movimento social indígena, ou seja, incorporando a preocupação com a territorialidade e a etnicidade para uma reflexão sobre o movimento sociopolítico em sua totalidade.

Segundo este conceito um movimento indígena é um movimento étnico-socioterritorial, pois

> Nestes movimentos de luta pelo território se configuram demandas reivindicatórias perante o Estado brasileiro (...) com o objetivo de transformar os territórios reivindicados sobre o domínio não indígena em Terras Indígenas cabendo ao Estado brasileiro demarcá-las. (MOTA, op. cit., p. 2-3)

De sua parte, movimento indígena, segundo Gersem Baniwa, "é o conjunto de estratégias e ações que as comunidades, organizações e povos indígenas desenvolvem de forma minimamente articulada em defesa de seus direitos e interesses coletivos." (LUCIANO, 2007, p. 128). Movimento indígena é e são todas as expressões concretas de uma mudança na ética de condução da vida de cada povo indígena.

O movimento indígena diferencia-se das organizações e associações indígenas por ser uma síntese de abrangência mais ampla, porém se articula a elas, que são a base local que possibilita e faz a mediação local com o movimento mais amplo. O movimento indígena não se confunde com as organizações.

> Refiro-me ao movimento indígena organizado aos esforços e estratégias locais, regionais e nacional de luta articulada entre comunidades, povos e organizações indígenas em torno de uma agenda e interesses de luta comum. Isto para diferenciar das organizações tradicionais de cada comunidade ou povo, que também são formas organizadas de vida e de luta, mas geralmente limitadas aos níveis e interesses locais, sem uma abrangência de

> articulação mais ampla, embora sejam, em última instância, a base de toda mobilização e luta política indígena. (Id., Ibid., p. 127-8)

Para análise dos movimentos indígenas, compreende-se o movimento social como um veículo pelo qual os povos indígenas efetivam sua territorialização. A proposta metodológica que se leva aqui é a da pertinência imprescindível do sentido de lugar e da territorialidade na formação e existência dos movimentos sociais de povos indígenas. Para tanto, passemos aos instrumentos heurísticos.

Uma territorialização, conforme Marcelo Lopes de Souza (op. cit., p. 102), é "um processo que envolve o exercício de relações de poder e a projeção dessas relações no espaço". Para o caso dos povos indígenas, é a projeção de seu domínio e a reivindicação de soberania sobre o seu território tradicional, em oposição às pretensões do complexo hidrelétrico.

Conceitualmente este é o processo geral de territorialização. Todavia, nas realidades concretas específicas, este processo apresenta características próprias singulares, conforme são, no mínimo, o sentido de lugar e a territorialidade próprias dos sujeitos coletivos que o protagonizam.

Destarte, tanto a territorialidade quanto o sentido de lugar próprios aos povos indígenas são elementos-chave para compreender a razão de ser e as características específicas de seu movimento sociopolítico e do processo de territorialização específico que engendram.

Para compreender as territorialidades indígenas é preciso compreender seu espaço de vivência como depositário da identidade e da afetividade do grupo, expresso em seus sistemas de símbolos e crenças e em sua cosmologia, ou seja, por meio do conceito de lugar; e como região de controle político de cada povo indígena, ou seja, como seu território.

Para concepção da realidade geográfica do lugar, faço recurso às teorizações de Milton Santos e de Marcelo Lopes de

Souza. Souza (op. cit., p. 114) compreende "o lugar como um espaço percebido e vivido, dotado de significado, e com base no qual desenvolvem-se e extraem-se os 'sentidos de lugar' e as 'imagens de lugar'". O sentido de lugar:

> se refere às maneiras como a experiência e a imaginação humanas se apropriam das características e qualidades físico-materiais da localização geográfica. Ele captura as orientações subjetivas que derivam do viver em um lugar em particular como um resultado de processos sociais e ambientais interconectados, criando e manipulando relações flexíveis com o espaço físico-material. As abordagens fenomenológicas do lugar, por exemplo, têm tendido a enfatizar os modos como os indivíduos e as comunidades desenvolvem ligações profundas com os lugares por meio da experiência, da memória e da intenção. (OSLENDER apud SOUZA, op. cit., p. 115)

O autor chama a atenção para a utilidade heurística do conceito de lugar estar em fazer referência em primeiro plano à dimensão simbólico-cultural.

> Pois bem: no caso do conceito de lugar, não é a dimensão do poder que está em primeiro plano ou que é aquela mais imediatamente perceptível diferentemente do que se passa com o conceito de território; mas sim a dimensão cultural-simbólica e, a partir daí, as questões envolvendo as identidades, intersubjetividade e as trocas simbólicas, por trás da construção de imagens e sentidos dos lugares enquanto espacialidades vividas e percebidas, dotadas de significado (...). (SOUZA, op. cit., p. 115)

Os sentidos de lugar são, pois, "os sentimentos e as imagens que se produzem e reproduzem na comunicação e nos discursos" (SOUZA, op. cit., p. 188). Este é o conteúdo das identidades socioespaciais, e virá a ser fonte de conteúdo da identidade do movimento sociopolítico.

Milton Santos enfatiza o caráter intersubjetivo, e produtor de solidariedade, deste compartilhar de sentimentos e imagens de lugar por um determinado coletivo.

Conforme Milton Santos, o lugar refere-se à intersubjetividade que forma solidariedade e identificação coletiva de um grupo com dada região e entre si mesmo. "Como lugar del acontecer solidario, homólogo o complementario, el Lugar es ese espacio banal de la geografía, creador de la solidaridad y de la interdependencia obligatoria" (SANTOS, 1996, p. 146).

O lugar para o autor tem grande alcance: além da afetividade designada por Souza, para ele o lugar é a fonte de uma visão de mundo e de consciência da própria individualidade, como grupo, neste mundo.

> Cada lugar é, à sua maneira, o mundo. (...) Mas, também, cada lugar, irrecusavelmente imerso numa comunhão com o mundo, torna-se exponencialmente diferente dos demais. A uma maior globalidade, corresponde uma maior individualidade". (Id., 2006, p. 213)

Para cada povo indígena, constitui lugar seu território de ocupação e áreas adjacentes, depositarias de significados e/ou que tomam parte na vida simbólica do grupo, a visão de mundo que daí emana, e o significado negativo que os projetos econômicos vindos de fora têm para este lugar.

O conceito de lugar de Milton Santos, que além de exprimir a identidade e afetividade de um grupo com uma região, indica, tal qual a teorização de Souza, que esta identidade pode ser base para organização política, especialmente no que concerne a projetos políticos contra-hegemônicos.

> A ordem global funda as escalas superiores ou externas à escala do cotidiano. Seus parâmetros são a razão técnica e operacional, o cálculo de função, a linguagem matemática. A ordem local funda a escala do cotidiano, e seus parâmetros são a co-presença, a vizinhança, a intimidade, a emoção, a cooperação e a socialização com base na contiguidade. (Id., loc. cit.)

O lugar, assim como laço identitário a um local ou região, por ser portador e preservador de uma racionalidade própria, distinta da racionalidade instrumental mundializante, pode ser fonte de oposição a esta racionalidade e seu projeto de universalização totalizante.

> El lugar es la oportunidad del acontecer. Y éste, al volverse espacio, aunque no pierda sus marcas de origen, gana características locales. Es como si la flecha del tiempo se torciese en contacto con el lugar. El evento es, al mismo tiempo, deformante y deformado. Por ello, se habla de la imprevisibilidad del evento, a la cual Ricoeur denomina autonomía, es decir, la posibilidad de construir en el lugar una historia de las acciones que sea diferente del proyecto de los actores hegemónicos. Ese es el gran papel del Lugar en la producción de la Historia e indicarlo es la gran tarea de los geógrafos en este fin de siglo. (Id., 1996, p. 149)

O vínculo afetivo, identitário e religioso dos povos indígenas com seu território, assim como sua racionalidade, comum aos povos indígenas, de imanência dos seres humanos à natureza, em outros termos, sua etnicidade e cosmologia, formam seu sentido de lugar, sua identidade sócio-espacial, e são, pois, base para articulação de uma territorialização específica, que se exprime eminentemente na forma movimento social, que confronta a racionalidade técnica instrumental e a universalização perversa da sociedade ocidental.

O território é assim objetivo e razão para o movimento histórico específico que vive o grupo, que transforma igualmente sua territorialidade e fortalece seu sentido de lugar. Para a reflexão sobre o território como razão de ser do movimento, farei recurso aqui ao conceito de território de Marcelo Lopes de Souza (op. cit., p. 88).

> O que "define" o território é, em primeiríssimo lugar, o poder. Ou, em outras palavras, o que determina o "perfil" do conceito é a dimensão política das relações sociais, compreendendo essa dimensão no sentido amplo de o político, e não no

> sentido de a política. Isto não quer dizer de jeito nenhum que a cultura (o simbolismo, as teias de significados, as identidades...) ou a economia (o trabalho, os processos de produção e circulação de bens), não sejam relevantes.

O território assim é um esforço constante de legitimação de soberania sobre um dado local – para os povos indígenas, da autonomia e autodeterminação sobre um determinado território; e este esforço pode ter por motivação (id., ibid., p. 90) um elemento identitário, ou seja, a defesa de uma identidade socioespacial.

Diante da ameaça de desterritorialização e completa perda de seu território colocados no horizonte pelos projetos de exploração econômica, os povos indígenas se lançam em um processo de territorialização bastante específico – do qual faz parte o movimento social – de defesa e de assumir, legitimar e consolidar seu poder exclusivo de decisão sobre este território. Segundo Souza (Id., p. 102),

> uma territorialização ou desterritorialização é, sempre e em primeiro lugar, um processo que envolve o exercício de relações de poder e a projeção dessas relações no espaço (espaço que, vou repetir, também é, simultaneamente, enquanto substrato material e lugar, uma referência e um condicionador das próprias práticas de poder).

Torna-se fundamental, pois, desenvolver a relação, para os índios Munduruku, entre o lugar e o território. De partida, a premissa é que haja uma interação dialética entre os dois elementos, o território, como elemento político e cultural, englobando o lugar, e o lugar dando base, sentido e parte da razão de ser defesa do território.

Há um processo forte, pois, de territorialização engendrado pelo grupo diante das ameaças das novas condições históricas, do qual o movimento social é uma parte, e parte central. Na constituição desse movimento conflui também como fator codeterminante seu sentido de lugar e identidade socioespacial própria.

Em sua identidade socioespacial inclui-se sua etnicidade e cosmologia, ou seja, estão as marcas que caracterizam cada povo indígena como grupo étnico singular, abrangendo desde sua visão de mundo, sua cosmologia até sua maneira de avaliar os processos históricos em curso, de formar alianças com outros movimentos sociais e de incorporar elementos sociopolíticos provenientes de outros contextos culturais.

Souza, entretanto, alerta quanto a uma possível compreensão, poder-se-ia dizer, essencialista e fixista do sentido de lugar. Seguindo Doreen Massey (1994) o autor entende o sentido de lugar como "identidades vistas como fluidas e mutáveis, mas que não podem, justamente, ser 'fixados'".

Citando novamente Ulrich Oslender, Marcelo Lopes de Souza salienta a conexão interna do sentido de lugar com uma elaboração política[43]. Segundo Oslender (apud SOUZA, op. cit., p. 123), um grupo subalterno, em condição de defesa de seu modo de vida pode vir a criar "um discurso político subalterno estrategicamente articulado, que criativamente lança mão e mobiliza a experiência vivida e reconstrói a memória coletiva em uma política de identidade como defesa de suas construções especificas de lugar".

LUGAR E TERRITORIALIDADE NA EMERGÊNCIA DE UM MOVIMENTO INDÍGENA NA AMAZÔNIA

Nesta seção examinaremos como o sentido de lugar e a territorialidade aparecem na literatura sobre a formação do movimento indígena do Tapajós, na Amazônia. Rodrigo Correa Peixoto et al (2012) narra elementos do surgimento dos movimentos sociopolíticos indígenas na região do Tapajós.

A criação por Florêncio Vaz do Grupo Consciência Indígena (GCI), em 1997, e Conselho Indígena dos Rios Tapajós e Arapiúns

[43] Cardoso de Oliveira (1976, p. 22), na reflexão sobre a matéria etnológica destes mesmos processos, resolve de maneira semelhante este dilema em torno do sentido de lugar: "se a identidade étnica é um valor, enquanto categorias ideologicamente valorizada, ela é passível de uma certa escolha em situações determinadas". O mesmo é possível estender às identidades sócio-espaciais.

(CITA), em 2000, integrou os movimentos indígenas do Tapajós à articulação dos movimentos indígenas da Amazônia brasileira.

> O movimento indígena foi impulsionado inicialmente pelo GCI, e logo após pelo Conselho Indígena dos Rios Tapajós e Arapiúns (CITA), que surgiu em 2000, e promoveu o reconhecimento dos indígenas do Baixo Tapajós pela Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB). O Conselho Indigenista Missionário (CIMI), conforme relata Vaz (2010), completou a integração do movimento ao ambiente institucional ligado à questão indígena, inclusive a FUNAI, que conduziu o laudo antropológico na Flona Tapajós, objetivando a delimitação de terras indígenas naquela área. (PEIXOTO et al, op. cit., p. 297)

Conforme o autor, a identidade e territorialidade indígena foram protagonistas no processo de emergência do movimento étnico-socioterritorial na região. Não apenas a defesa do território, mas também a defesa de uma identidade étnica e territorialidade são razão e energia que dispararam o movimento.

> O movimento indígena na Flona Tapajós surgiu como reação à identidade genérica de população tradicional imposta pelo governo, cuja definição era fundamentalmente baseada em critérios ecológicos e não socioculturais. De acordo com a autora, não foi apenas para permanecer em suas terras que as comunidades indígenas se engajaram na luta, mas também para exercer um particular modo de vida que a categoria população tradicional negava. Reclamando antigas referências culturais como um modo de distanciar-se desse genérico e externamente imposto rótulo, os índios Mundurucu das aldeias Takuara, Marituba e Bragança, redirecionaram suas prévias formas de luta pela terra, voltando-se para a FUNAI, em busca de ter seus territórios

> oficialmente reconhecidos como terras indígenas. Assim, identificando-se como Mundurucus, eles precipitaram uma diferente definição dos espaços territoriais na Flona Tapajós, e daí em toda a região. (Id., loc. cit.)

A reivindicação de sua identidade se dá assim como elemento legitimador da reivindicação territorial, da reivindicação do direito ao modo de vida (incluindo direito ao lugar, direito a sua identidade socioespacial própria), da autodeterminação.

A reivindicação de reconhecimento identitário por sua vez é legitimada pelo seu enraizamento histórico.

> No esforço para dar sentido à sua reivindicação identitária, os indígenas também dão uma importância especial à sua memória histórica, que se apresenta como um dos principais recursos para demonstrar a ligação histórica com os antepassados, os índios de antigamente. (VAZ FILHO, 2010, p. 449)

Neste processo, diversos elementos se imbricam. Condição de possibilidade para a defesa do território é o reconhecimento étnico. Tal reconhecimento confere legitimidade às relações de poder que são projetadas no espaço no processo de territorialização. Geograficamente, a territorialização é o processo protagonista. Sociologicamente, este processo se dá via movimento social.

A emergência do movimento indígena do Tapajós relaciona-se diretamente com a demanda territorial e se fortalece e ganha respaldo em sua intersubjetividade: "um pertencimento social carregado de valores afetivos", um "sentido de solidariedade" e "valores emocionais" (BARTOLOMÉ, 2006, p. 56); esta por sua vez, matriz e efeito de seu sentido de lugar. Segundo Rodrigo Peixoto et al (op. cit., p. 286)

> No Baixo Tapajós, a dimensão política dos processos de etnogênese relaciona-se principalmente com a apropriação de território pelos grupos étnicos.

> "Índio sem terra é ninguém", sintetiza um indígena, na sua argumentação de que a soberania passa necessariamente por território.

A potencialidade antitética do lugar face ao universal, tal como identificada por Milton Santos, o que em sua natureza lhe confere materialidade política, poder de contestação, é identificada no projeto de futuro – de uma nova territorialização e de asseguração da identidade sócio-espacial – carregado pela forma movimento social.

> As autoproclamadas aldeias indígenas não estão voltadas para o passado, mas reocupadas em recuperar formas tradicionais de viver. Elas estão sim empenhadas em "se projetar no futuro sem abrir mão dos seus valores e da sua cultura" (LEROY, 2010, p. 105). E esse projeto de futuro inclui necessariamente uma territorialidade própria, eminentemente política e contestatória de outras lógicas territoriais que esvaziam a identidade indígena de sujeitos coletivos de direitos. (idem, loc. cit.)

Revelando a outra face da moeda, o sentido de lugar, além de carregar uma identidade socioespacial específica, uma espacialização própria, estrutura a identidade cultural de cada grupo. Destarte, a própria identidade étnica é referenciada territorialmente. "A indianidade ostentada pelas comunidades mestiças do Baixo Tapajós é referenciada em valores que têm a ver com continuidades históricas, inclusive territoriais (...)" (PEIXOTO et al, 2012, p. 280).

Retomando Touraine, na caracterização e compreensão da natureza dos movimentos sociais devemos identificar o adversário e o papel desempenhado por este. Para a Amazônia, os projetos de exploração econômica e o Estado – e sua natureza colonialista – aparecem como os principais agentes de desterritorialização das comunidades locais, inclusive dos povos indígenas. Estado e projetos de exploração econômica são praticamente indissociáveis na região. Sobre esta conexão, Peixoto et al (op. cit, p. 289) explica:

> Quando comparece mediante mecanismos legais e administrativos, o Estado normatiza um planejamento capaz de integrar a Amazônia ao mercado nacional e internacional, inclusive possibilitando a transferência de vastas extensões de terras a grupos empresariais (LOUREIRO, 2004). E quando ignora a heterogeneidade de territórios, o Estado visa à supressão de alternativas de uso e à homogeneização da região, oficialmente vocacionada para a produção de grãos, minérios, energia, carne e madeira. É o velho autoritário olhar que vê a região vazia humana e culturalmente, importando apenas o volume de dólares a ser gerado por exportações. (...) essa perspectiva encerra o objetivo de conquista, de anulação do outro e da apropriação de território para a finalidade de exploração econômica de recursos naturais e os indígenas aparecendo como empecilho à marcha do progresso, portanto, um obstáculo a ser removido.

O direito indígena assim permanece desconsiderado face à política colonialista do Estado e secundarizado face aos projetos econômicos. Conforme a análise de Peixoto et al (op. cit., p. 290), "acima da integridade das comunidades indígenas na região está um projeto nacional para a Amazônia".

Conforme o autor, os movimentos indígenas de defesa contra a desterritorialização contradizem não apenas interesses diretos de exploração econômica na região, como do próprio Estado.

> Os interesses que o movimento indígena fere no Baixo Tapajós não são poucos. Reações vêm do próprio Estado, visto que IBAMA, ICMBio e até mesmo a UFOPA contestam a demarcação de terras indígenas na Flona Tapajós. Demais agências estatais envolvidas na gestão territorial do Baixo Tapajós não escondem o desgosto. Essa percepção de forças contrárias no governo é também de servidores da FUNAI: "Como a FUNAI é órgão de governo, muita gente, muitos

> órgãos do próprio governo interferem na FUNAI, contra as demarcações. Às vezes parece que as forças contrárias vão vencer". Por sua vez, a FUNAI relutava em instalar um PI em Santarém, reivindicado pelos indígenas que precisavam ir até Itaituba agenciar seus direitos. A inquietação invade instituições e empresas. Uma coisa simples é afastar do caminho o reles caboclo desprovido de associação política e direitos, outra bem diferente é conflitar com povos indígenas organizados num movimento e amparados na legislação internacional e na Constituição, como constatou uma estudante no mini-curso indígena que teve lugar na I Semana dos Povos Indígenas, realizada na UFOPA. (11-17/04/2011). (PEIXOTO et al, op. cit., p. 289)

Contudo, não obstante conflitem diretamente com interesses de órgãos do Estado, a territorialização indígena confronta diretamente interesses de exploração econômica da região, super-representados no Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos movimentos sociais indígenas, indiscutivelmente principal veículo sociológico e político de seus processos de territorialização, não pode começar pela identidade – tal como começa a análise de movimentos sociais de Alain Touraine –, visto que esta sofre o condicionamento de outros elementos, tais como o sentido de lugar e a territorialidade, materialidades da identidade sócio-espacial.

Simultaneamente, não é o movimento social o processo protagonista dos eventos em análise; o movimento social é veículo da territorialização, que poderia bem assumir outras formas, portanto, sobredeterminada por ela; e é amplamente condicionado, em sua formação, tessitura e sentido, pela lugaridade e territorialidade dos grupos indígenas em ação.

Para o caso dos movimentos indígenas na Amazônia, realiza-se

de forma singular a mútua interpenetração entre lugar e território, em sua realidade cotidiana, e incluso nas ações do movimento sociopolítico. As ações coletivas lideradas pelo movimento social por vezes não distinguem, em sua razão de ser, a finalidade afetiva, de expressão dos sentimentos de identidade socioespacial, ou de fortalecimento político.

Não é destoante este caráter ambivalente das ações coletivas dos movimentos indígenas, simultaneamente identitário e político, simultaneamente demandante e expressivo. A teoria política é carregada de momentos onde a política encontra, e transforma, a identidade – vide as noções de ideologia, de produção de consenso, de dominação, de poder simbólico. Ou seja, a transformação e fortalecimento da identidade é também evento político.

Movimentos sociais e etnogênese são fenômenos sociológicos e antropológicos para cuja compreensão precisam concorrer necessariamente explicações geográficas. Para a explicação dos movimentos indígenas, como fenômenos históricos concretos e objetivos, é imprescindível a inclusão de suas dimensões e forças geográficas em atuação.

Vínculo afetivo ao território e reivindicação de autonomia sobre o mesmo são a matéria da qual se compõe a identidade do movimento.

Para o caso dos movimentos indígenas na Amazônia, o sentido de lugar dificilmente se separa da reivindicação política; em outros termos, o vinculo afetivo é a matéria e a razão de ser do processo de territorialização.

Outrossim, os processos desencadeados por esta ou nos quais esta se expressa e toma corpo, processos eminentemente políticos, são realizados em ações que têm forte caráter expressivo e impacto no fortalecimento afetivo. O processo de territorialização não deixa de ser afetivo, portanto, fortalecendo aquela dimensão da vida aludida pelo conceito geográfico de lugar.

Lugar e território, ainda que se separem conceitualmente, são interdependentes na realidade concreta das mobilizações indígenas. Conforme Souza (op. cit., pp. 121-122),

> Na prática, lugares são, menos ou mais claramente, e menos ou mais fortemente, quase sempre territórios. Isso tem a ver com o fato de que às identidades sócio-espaciais se associam, sempre, relações de poder espacializadas, em que se nota a finalidade de defender as identidades e um modo de vida.

Povos indígenas, de matriz cultural diferente da ocidental, que separou e racionalizou individualmente cada uma das esferas de ação (WEBER, 1982), não separam as esferas de ação social. O puro afeto de identificação e realização da vida no lugar não se separa de seu movimento político, pelo contário, realiza-se permanentemente nele, é retroalimentado e renovado em novas formas por ele, à medida em que dá a razão de ser e de existência do movimento.

A autonomia sobre o território tradicional não é possível distinguir do afeto pelo local. A pulsão em direção àquela aumenta o afeto por este. Tal afeto aumentado impulsiona à mobilização política.

Os elementos que distinguimos teoricamente são na ação concreta dos povos indígenas ligados internamente ao ponto de não fazer sentido a distinção, nem mesmo didática, entre eles. O afeto não se separa da – também afeto – pulsão à autodeterminação – a expressão máxima do que se entende por 'lançar relações sociais sobre um território' – e ambos fazem juntos a identidade, cultural e política, do grupo, substrato possível do movimento social, este por sua vez é o meio pelo qual dão materialidade a sua ação política.

Por fim, as ações coletivas dos movimentos indígenas na Amazônia, como as assembleias e caravanas, são ações políticas, existentes no seio do movimento; todavia realizam os vínculos afetivos com o território. Fortalecem o sentimento ao qual geograficamente chamamos lugar. Na condição de afeto, esse sentimento vem a ser o substrato e o material constitutivo da identidade, no sentido touraineano, base do movimento sociopolítico.

REFERÊNCIAS

BARTOLOMÉ, M. As etnogêneses: velhos atores e novos papeis no cenário cultural e político. *Mana*, v. 12, n. 1, pp. 39-68, 2006.

BENITES, T. *Rojeroky hina ha roike jevy tekohape (Rezando e lutando*): o movimento histórico dos Aty Guasu dos Ava Kaiowa e dos Ava Guarani pela recuperação de seus tekoha. 2014. 270f. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1976.

ELOY AMADO, L. H. *Poké'exa ûti o território indígena como direito fundamental para o etnodesenvolvimento local*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local). Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Campo Grande, MT, 2014.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. *Revista Nera*, ano 8, n. 6, jan./jun. 2005, pp. 24-34.

LEFEBVRE, H. *The production of space*. Cambridge: Blackwell Publishers, 1991.

LITTLE, P. *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil*: por uma antropologia da territorialidade. 2012. Brasília: UNB, 2002. Disponível em: <http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/PaulLittle__1.pdf>.

LOUREIRO, V. R. *Amazônia* – Estado, Homem, Natureza. Belém: Cejup, 2004.

LUCIANO, G. J. S. Movimentos e políticas indígenas no Brasil contemporâneo. *Tellus*, ano 7, n. 12, , abr. 2007, pp. 127-146.

MASSEY, D. *Space, Place, and Gender*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.

MOTA, J. G. B. Movimento étnico-socioterritorial Guarani e

Kaiowá no estado de Mato Grosso do Sul: disputas territoriais nas retomadas pelo Tekoha-Tekoharã. *Revista Nera*, ano 15, nº. 21. Jul./ Dez. de 2012, pp. 114-34.

PEIXOTO, R. C; ARENZ, Karl; FIGUEIREDO, Kércia. O Movimento Indígena no Baixo Tapajós: etnogênese, território, Estado e conflito. *Novos Cadernos NAEA*, v. 15, n. 2, p. 279-313, dez. 2012.

PEREIRA, L. M. O movimento étnico-social pela demarcação das terras guarani em MS. *Tellus*. Campo Grande, ano 3, nº 4. p. 137-145, 2003.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Editora Ática, 1993.

SANTOS SILVA, A. G. *Culturas desviantes*. As espacialidades das comunidades ribeirinhas do Vale do Guaporé (Rondônia). Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Goiás. Instituto de Estudos Sócio-ambientais. 2011. 250f.

SANTOS, M. A força do lugar. In: SANTOS, M. *A Natureza do Espaço*: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006, pp. 212-231.

_____. *De la totalidad al lugar*. Barcelona: Oikos-Tau, 1996.

SOUZA, M. L. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

TOURAINE, A. Os movimentos sociais. In: MARTINS, J. S.; FORACCHI, M. M. *Sociologia e Sociedade*: Leituras de introdução à Sociologia. Rio de Janeiro: LTC, 1977, pp.283-308.

VAZ FILHO, F. A. *A emergência étnica dos povos indígenas do baixo Rio Tapajós, Amazônia*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2010.

WEBER, M. Religião. In: *Ensaios De Sociologia*. Rio de Janeiro: LTC, 1982, pp. 307-410.

"ELES NÃO VIERAM, ELES CHEGARAM"– A TERRITORIALIZAÇÃO DOS CAMPONESES NO SUDESTE DO PARÁ NA PALMARES II – PARAUAPEBAS/PA

Fabiano Bringel[44]

INTRODUZINDO O *FRONT*

O presente artigo vem contribuir para uma reflexão quando se completam 25 anos do MST no Pará. Nossa análise não é das mais fáceis porque partimos de duas histórias densas que se confundem e, ao mesmo tempo, mantêm especificidades – a da territorialização da luta pela terra no Sul e Sudeste do Pará a partir do MST e do resultado desse processo, o P.A. Palmares II. Ao mesmo tempo, o Projeto de Assentamento Palmares II completa neste ano seus 20 anos. Como em qualquer existência humana, não se vive vinte anos impunemente. O assentamento, como o próprio MST, começou há tempo suficiente para tentar prosseguir sem tutela. Mas talvez ainda não tenha sido tempo suficiente para aprenderem almejar aonde querem chegar. Um dilema, mal comparando, quase pós-adolescente, mas também um esforço que qualquer pai e/ou mãe de família camponesa precisa fazer quando olha para seu grupo doméstico e desenha um futuro pesando delicadamente família, trabalho e terra. A idade traz o desenho do futuro como tarefa da Palmares e do MST. Contribuiremos dentro de nossos limites, não acima ou externos a "eles", como os acadêmicos costumeiramente se posicionam. Ombro a ombro, lado a lado, é como tentamos contribuir. Nesta caminhada que não é de hoje. E nem termina amanhã.

Os sujeitos do grande capital em articulação com Estado brasileiro elegeram a Amazônia como uma grande "fronteira de acumulação". Desde a década de 1960 vemos o processo de

[44]Doutor em Geografia pela UFPE. Professor Assistente I da UEPA e Coordenador do Grupo de Pesquisa Territorialização Camponesa na Amazônia – GPTECA/UEPA e do Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Espaço e Campesinato – LEPEC/UFPE.

ocupação da região se intensificar e com eles os conflitos, em várias dimensões. Isso para entendermos que, na correlação de forças entre os diversos sujeitos sociais (madeireiros, fazendeiros, mineradoras e Estado de um lado e, de outro, camponeses) na fronteira capitalista da Amazônia paraense, tende a prevalecer o ordenamento territorial das classes hegemônicas. No entanto, afirma-se insistentemente uma contra-hegemonia que coloca em xeque o avanço linear e insustentável desses agentes do capital. Falamos do potencial desses camponeses que vêm reconstruindo seus territórios no Sul e Sudeste do Pará. Falamos, em geral, dos Projetos de Assentamento que se consolidam nos últimos 25 anos na Amazônia paraense. E, em especial, do Projeto de Assentamento Palmares II.

Pensamos, ainda e sempre, na relação com o território. Por compreendermos que a ação que desterritorializa o campesinato na fronteira é acompanhada frequentemente e de forma paralela, por ações reterritorializadoras, portadoras de uma capacidade de reinvenção do camponês. É partir desta premissa e desta "posição" no *front* que nos posicionamos.

DO CAPITAL MERCANTIL AO CAPITAL FINANCEIRO: DIFERENTES FORMAS, MESMOS CONTEÚDOS?

Com o colapso do vetor econômico da borracha, aumenta consideravelmente a exploração de castanha e diamante no Sul e Sudeste do Pará (COELHO, 1997). Até a década de 1960, o extrativismo da castanha-do-Pará (*Bertholletia Excelsa,* HBK) é hegemônico no cenário da região. Nesse período, o Vale do Itacaiúnas constituía-se no maior produtor de castanha do Estado do Pará. Destacava-se, também, como maior produtor de castanhas de toda a Amazônia (VELHO, 1976).

Pensar essa porção da Amazônia paraense hoje é pensar as relações de produção e sua espacialização ontem. Grande parte dos dilemas da questão agrária impostos às famílias camponesas tem origem na formação sócio-espacial dessa área. Tanto a partir da borracha como da castanha. Desvelar os componentes

das especificidades em relação à agricultura e à ação do capital financeiro é uma das primeiras tarefas. Por isso apresentaremos, inicialmente, uma diferença que no nosso entendimento é central. A dinâmica do processo de acumulação na agricultura é diferente da do extrativismo-mercantil.

Na agricultura de base camponesa-familiar a terra é o meio de trabalho essencial. É ao mesmo tempo objeto e produto do trabalho. Numa economia extrativista mercantil o objeto do trabalho e da troca são os frutos da terra, o que a terra "dá". Nas florestas e nas capoeiras, não importa o meio, são os produtos que interessam como objetos diretos da apropriação capitalista.Para isso, segundo Emmi (1989), o "capital comercial é fator determinante", porém, determinante na "medida em que o controle da terra e dos meios de transporte não lhe fuja" (EMMI, 1989, p. 3). Controle da coleta que pode dispensar, inclusive, a propriedade direta da terra. Mesmo não sendo proprietário, este capital comercial precisa controlar a terra – por meios vários e com muito incentivo estatal – para garantir o trabalho de coleta e o primeiro beneficiamento (a produção). O transporte também é estratégico e visa garantir a circulação e o que possibilita o processo de comercialização. Para soldar esses pontos, os capitalistas comerciais da borracha e da castanha tiveram que se:

> [...] articular com os que tinham o controle da terra e dos meios de transporte através do aviamento ou passar a exercer diretamente esse controle, o que não implicava necessariamente na propriedade da terra no sentido estrito. É o controle exclusivo da terra que se constituía na forma de dominação dos trabalhadores, obrigando-os a subordinar-se ao patrão para poder exercer seu trabalho. (EMMI, 1989, p. 3)

O que queremos afirmar aqui é que, ao contrário do nordeste açucareiro ou do latifúndio pecuarista no Marajó, onde a propriedade fundiária determinou a afirmação da dimensão política e de suas lideranças (caso do coronelismo)[45], na castanha e

[45]Victor Leal define o Coronelismo como o "resultado da superposição de formas

na borracha foi capital comercial que aproximou os exportadores do poder político e de "onde resultou a constituição dos grandes latifúndios indispensáveis para a sustentação e o desenvolvimento desse poder" (EMMI, 1988, p. 4). É um caminho diferente no processo de concentração fundiária.

Quando conversamos com os moradores mais antigos, os veteranos na Palmares, emergiram expressões como "castanhais do povo", o tempo da "terra livre", a terra que era "liberta", a terra "devoluta", as terras "sem dono". A clareza de confundir os termos terra e liberdade foi marcante quando questionamos os motivos para imigração em direção ao oeste do Maranhão, ao sul e sudeste do Pará e ao Tocantins. Antigo norte de Goiás, região apelidada de bico do papagaio por causa do formato de cunha que a divisa entre os três estados assume no mapa do Brasil. Mesmo questionando em que medida a terra era mesmo "liberta" (MUSUMECI, 1988), é fato que o discurso é marcante junto à base de entrevistados disponível.

No espectro de entrevistados destaca-se um tipo de atividade ocupacional que é a figura do juquireiro, um tipo de serviço prestado pelo castanheiro. Atuavam tanto na coleta como na roça da juquira, preparando o terreno para a coleta. Esse indivíduo ainda continua sendo fundamental no sul e sudeste do Pará não mais na "preparação" dos castanhais, mas na derrubada de floresta para a formação dos pastos para grandes fazendas pecuaristas. É o trabalhador hoje extremamente vulnerável à entrada no circuito do trabalho escravo no Pará. Podemos constatar isto na fala de nosso informante, liderança importante na luta pela terra no Pará.

> Então, grande parte desse pessoal foi utilizado como mão de obra para derrubar a mata pra plantar

---

desenvolvidas do regime representativo à uma estrutura econômica e social inadequada. Não é, pois, mera sobrevivência do poder privado, cuja hipertrofia constituiu fenômeno típico de nossa história colonial. É antes uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos de nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa." (LEAL, 1978, p. 20)

> capim. Inclusive grande parte deles foram utilizados, como ainda são, como mão de obra escrava. Então esse pessoal já tinha uma prática agrícola antes, né? Eram agricultores, claro no Maranhão e, no Maranhão, uma parte mais para nordeste, outra mais para a Amazônia, mas cada um com um tipo de comportamento em relação à agricultura, e depois vem pro Pará passa...vai pro garimpo...uns passam só dois anos no garimpo, tem uns que chegam já está fechado o garimpo, né? maior parte juquireiro. ("Germano", militante do MST e assentado na Palmares II, janeiro de 2014)[46]

É o caso de Tiago[47], o Sr. Tula, assentado na Palmares II. Nascido em 1945 numa localidade chamada de Lagoa da Serra no município de Colinas na região do Alto Itapecuru no Maranhão (Mesorregião Leste). Começou sua trajetória de trabalho cedo. Com 10 (dez) anos de idade migrou com sua família para o interior de Imperatriz para trabalhar nas terras de amigos. Passou dez anos lá quando, em 1965, foi para Marabá (PA). Neste município trabalhou na coleta da castanha como juquireiro no castanhal da família de Tufi Gabi[48]. Relata que trabalhou nas seguintes localidades desse castanhal: Baguá, na beira do Rio Vermelho; Centro Novo, beira do Rio Cardoso e Nova Descoberta. Todas pertencentes ao que é hoje o município de Eldorado do Carajás.[49]

[46]Optamos por não identificar os entrevistados, tanto lideranças quanto assentados, para proteger suas identidades. Os nomes apresentados são alcunhas.
[47]Também protegido por anonimato.
[48]Existe um forte setor da oligarquia dos castanhais no Pará composto por imigrantes árabes (libaneses, especialmente). A família mais famosa delas é a Mutran. Na decadência da extração da castanha, grande parte dessa família faz uma conversão para a pecuária. Uma de suas fazendas, a Peruano, entre os Municípios de Marabá e Eldorado do Carajás foi ocupada em 2005 pelo MST. Hoje é um assentamento chamado de Lourival Santana.
[49] Eldorado foi parte do parte do município de Marabá. Depois, com a emancipação de Curionópolis no dia 10 de maio de 1988, através da Lei Estadual nº 5.444, a área territorial do que hoje Eldorado fica sendo parte do corpo territorial desse município. Em dezembro de 1991 sanciona-se a Lei nº 5.687, que decreta a emancipação de Curionópolis pelo então Governador Jader Barbalho.

Tula também narra que trabalhou para o Sr. Nelito Almeida nos anos de 1979 e 1980. Nelito era dono de um castanhal chamado de Surubim, em Marabá. A década de 80 foi marcada por uma série de massacres no interior dos castanhais da região. Surubim, Pau Ferrado, Ubá, Fortaleza e Princesa foram alguns deles. O Surubim foi um castanhal de 8.800 hectares que foi aforado para Nelito, onde foram assassinados oito trabalhadores no ano de 1985 (MIRAD, 1986). Esses massacres de um lado estão relacionados à própria decadência dessa economia e de seus representantes como também a uma resposta de classe desta mesma oligarquia à organização dos trabalhadores que começaram a ocupar os grandes latifúndios através do que se convencionou chamar de "luta posseira".

Nas décadas de 60 e 70, as estradas federais são abertas com maior intensidade. Com isso, acelera-se o *cercamento* das terras e uma redefinição gradativa da rede urbana, tornando-a cada vez mais complexa com o surgimento de novas cidades e municípios. As rodovias conectaram o sul e sudeste do Pará às outras regiões do país, inserido-os dentro de um contexto geopolítico de integração ao capitalismo financeiro internacional e nacional.

Com isso a Amazônia vê grandes massas de trabalhadores penetrarem em seu espaço. De maneira subjacente, fazendeiros e empresários acompanham o movimento destes trabalhadores atraídos pelas benesses governamentais dos subsídios oferecidos pela SUDAM e pelo BASA. A chegada do Banco Econômico, do Bradesco, do Bamerindus, da CVRD e da família Lunardelli[50] são exemplos desse processo.

Neste cenário vemos grandes corporações, típicas representantes das formas capitalistas de produção, tornarem-se grandes latifundiárias, empregando trabalho escravo em suas fazendas e monoculturizando a produção. É o caso da Volkswagen do Brasil,

[50] Donos da Fazenda Rio Branco em Parauapebas cujo grande patriarca, Geremia Lunardelli, ficou conhecido como Rei do Café por possuir 18 milhões de pés de café entre os estados de São Paulo, Paraná e Mato Grosso. Essa Fazenda irá dar origem aos Assentamentos: Rio Branco, Palmares I e Palmares II.

que apregoa em várias partes do mundo o uso de modernas técnicas de produção e relações de trabalho especificamente capitalistas, e na Amazônia faz exatamente o contrário, muito compreensivelmente sem publicidade nenhuma. É o caso da CVRD, hoje Vale, que sob a batuta dos governos militares, sempre com discursos de um estado nacionalista, pactua com a *United States Steel* – USS, da família Rockfeller, para explorar minério na Serra de Carajás[51] e que irá dar origem ao PFC – Projeto Ferro Carajás.

É neste cenário que vemos a mudança da matriz econômica da região: do extrativismo vegetal aos extrativismos madeireiro e mineral exportador. Esta mudança se deve em grande parte ao caráter de fronteira, que está associado ao papel da região para a economia nacional e global, além de suas especificidades. A Amazônia é um espaço de intensificação capitalista recente e, por isso, uma área de forte migração. Enfim, hoje temos uma nova fase de surto modernizador, que não deixa de ser o mesmo surto modernizador de outrora, só que com novos sujeitos e com cenários diferentes. É o que avalia lucidamente Porto-Gonçalves no fragmento abaixo:

> O que vem ocorrendo no mundo rural brasileiro é uma nova fase de um longo processo histórico de moderno-colonização [....] as implicações são muito diversas [...] Em contextos autoritários, como o da sociedade brasileira, essa moderno-colonização tecnológica reforça o poder daqueles que já têm poder, ao tornar os latifúndios ainda mais produtivos. É ao que se assiste com um novo ciclo de expansão capitalista no campo brasileiro [...] através de fortes alianças que se forjaram no mundo civil entre os capitalistas agrários e os industriais, entre os capitalistas nacionais e as grandes empresas multinacionais (Sadia, Maggy, Perdigão, etc.), com instituições de pesquisas nacionais (EMBRAPA,

[51] Segundo Pinto (1982), a Steel e a CVRD fazem um acordo para um programa unificado de pesquisa ficando a Meridional encarregada da execução dos trabalhos com a colaboração técnica da Vale. Foi criada logo em seguida uma nova empresa, a AMZA (Amazônia Mineração), da qual a CVRD detinha 50,9% do capital e a USS 49,1%.

> etc.), com a consolidação de um poderoso setor financeiro nacional (Bradesco, Itaú, etc.) que, como é sabido, contou com um forte apoio institucional internacional (BID, BIRD, Fundação Rockfeller, etc.). (PORTO-GONÇALVES, 2005, p. 12)

Podemos apontar, então, que temos uma nova configuração das classes e de luta no campo brasileiro a partir da feição monopolista que o capitalismo assume. Assim, o caráter autoritário do des-envolvimento permanece não só nacionalizando a questão agrária, mas, também, mundializando-a. Temos, agora, associado à velha oligarquia agrária patrimonialista brasileira, os agentes do agronegócio "moderno", sejam eles nacionais ou internacionais. Por outro lado, apresentam-se novas formas de organização dos camponeses como o MST, os Movimentos Quilombolas, Ribeirinhos, Indígenas, Pescadores, Extrativistas.

DA LUTA POSSEIRA À LUTA SEM TERRA: DIFERENTES CONTEÚDOS, NOVAS FORMAS DE LUTA?

Assim, como os camponeses seguem o sentido leste-oeste da *dinâmica da fronteira* (saíram, em sua maioria, dos Estados do Maranhão e Piauí deslocando-se para o Pará) seu processo organizativo também percorre o mesmo itinerário. Quem irá organizar o MST no Pará são militantes oriundos do Maranhão no final da década de 80 que trazem a metodologia de luta específica desse movimento. As décadas de 1970 e 1980 foram marcadas fundamentalmente pela chamada "luta posseira" nas regiões sul e sudeste do Pará. Trabalhos como de Guerra (2013) e Pereira (2013) analisam esse tipo de luta de forma primorosa.

A distinção conceitual entre a "luta posseira" e a "luta sem terra" é imposta pela práxis dos camponeses. Podemos constatar na fala de um de nossos informantes a necessidade dessa distinção:

> Primeiro que do ponto de vista da organização ela marca a retomada da luta pela terra na região, que em 86, 87, 88, 89, foram os últimos momentos da luta posseira. O quê que é os fundamentos

> da luta posseira? É um homem, uma arma, que espontaneamente ocupa a fazenda divide os pedaços e cada um se preocupa com os seus pedaços e buscam fazer resistência a partir do plantio, plantam muito. Buscam também fazer a resistência armada contra os jagunços ou mesmo contra o proprietário, a partir do indivíduo, e não a partir do coletivo. Esses são os fundamentos da luta posseira. E que não consegue passar dessa fase da luta pela terra para a reforma agrária. O que ocorre então? Com a retomada da luta pela terra em 92, nós fazemos a seguinte avaliação: essa retomada estabelece ou recoloca no cenário da disputa política vários elementos importantes: primeiro a ocupação não é só de homens e armas. Mas são homens, mulheres e crianças. Nós não ocupamos e dividimos logo a fazenda. Nós procuramos a desapropriação do conjunto, da totalidade da fazenda. Um aspecto importante nesse sentido é que nós inauguramos do ponto de vista da organização social, o espaço da vila, o espaço da criação e recriação do viver das relações sociais. Centrada fundamentalmente na hegemonia que a escola exerce nesse período e que acaba exercendo em toda a existência do assentamento. As mulheres e os filhos não vinham para a luta no período anterior porque não aparecia a escola nesse processo. Então muito mais importante do que fazer qualquer outra coisa era construir a Escola. Aí começa a aparecer no meio desses garimpeiros, professores. Todas essas profissionalidades que os garimpeiros tinham na sua trajetória começam a aparecer reincorporados a serviço do comunitário, a serviço da comunidade. ("Jones", liderança do MST e assentado na Palmares II, julho de 2006)

É sob a emergência desses signos que a luta pela terra se territorializa no sul e sudeste do Pará, agora através de um novo conteúdo. Como vimos na fala, desvelam-se componentes diferentes no processo de reprodução do campesinato na *fronteira de acumulação*. Elementos como a dimensão familiar no enfrentamento (entram o

homem, a mulher, as crianças, os velhos, as plantas e os animais), no projeto e na gestão coletiva (não são mais só os homens sob o comando do pai de família na busca pelo lote), do componente de gênero (busca pela equivalência entre os homens e mulheres nas relações de poder), do binômio vila-lote agrícola (na superação do isolamento do lote buscando soldar as relações comunitárias e a possibilidade de acionar mais facilmente os componentes de lazer e sociabilidade em geral) e da construção de um novo saber (que possibilite a superação de velhos esquemas de olhar e entender o mundo para além daquele forjado na Europa ocidental que vê na natureza uma inimiga real e em potencial).

A TRAJETÓRIA DE CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO DA PALMARES II

A assertiva de que no "Brasil, nos últimos vinte anos, não foi o mercado que possibilitou a recriação do campesinato, mas sim a luta política desenvolvida por meio das ocupações de terra, que se tornou a principal forma de acesso à terra" (FERNANDES, 2001, p. 23) é mais certeira do que nunca. Ainda mais quando se trata da região sul/sudeste do Pará. Por isso percorreremos um pouco da trajetória da luta que resultou no território da Palmares. Deixemos os sujeitos falarem:

> O acampamento começou dia 26 de Julho de 1994 e em 1995 foi criado o assentamento, o projeto de P.A. A Palmares surgiu da ocupação das áreas que o pessoal denominava de Cinturão Verde[52] em torno da floresta nacional e era, era está sob o controle da Vale, concessões da Vale. Então em Julho de 94 nós fomos lá e depois fomos despejados pelas forças militares lá, o comando da Vale na estatal na época e depois

[52]O Cinturão Verde, como a nomenclatura nos refere é um território fechado, envernizado de um componente ambiental. Este território fechado é composto pela "área dedicada à atividade mineradora e pela *Company Town* construída para abrigar seus trabalhadores; a teia urbana e os núcleos concentradores de trabalhadores urbanos e rurais; e finalmente as áreas de entorno em relação aos centros econômicos e políticos." (Coelho, M.; Lopes, A.; Silva, A.; Silvia, F.; Fonseca, H.; Matos, I.; Souza, M. Territórios, Cidades e Entorno no espaço de mineração em Carajás/Pará – Amazônia Oriental, p. 144)

> fomos pra, começarmos a onda de acampamento se deslocando, fomos pra Parauapebas, tinham poucas casa lá, enquanto que um pessoal foi pro Incra em Marabá, ficamos 6 meses lá e nessa fomos montando e desmontando acampamento até que nós resolvemos entrar na Rio Branco. ("Germano", militante do MST e assentado na Palmares II, Janeiro de 2015)

Pela fala acima fica claro que o acesso ao recurso terra se deu mediante a organização e a ocupação da *terra*. No enfrentamento se identificam pelo menos três sujeitos na entrevista. A Vale (empresa mineradora de capital misto, pertencente tanto a frações do setor financeiro quanto ao Estado), o Fazendeiro (na época fazenda Rio Branco da família Lunardelli) e por fim o Estado propriamente dito (na figura do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra). O trabalho de base foi feito por militantes do assentamento Rio Branco, percorreu a região e tinha como perfil a seguinte situação:

> A maior parte desses militantes eram assentados da Rio Branco que se tornaram militantes do movimento sem terra. Então, basicamente, esses militantes que organizaram o trabalho de base nas cidades de... Parauapebas, nas periferias, na época bairro da Paz, Rio Verde, no município de Curionópolis, em especial toda a periferia, porque na verdade Curionópolis é uma grande periferia (...tosse e pede desculpas), em Serra Pelada e é bom que se fale quase não tinha mais garimpo ativo, mas tinha uma quantidade, como ainda tem aqui, enorme de trabalhadores, em Cutia, um garimpo próximo na área de Curionópolis, no garimpo de Rio Gelado, Eldorado do Carajás, e comunidades de assentados e posseiros dessa região. Basicamente a origem desse pessoal é maranhense, não sei te dizer os municípios porque estamos fazendo esse trabalho justamente agora, um levantamento desse pessoal, só sei que a grande maioria é maranhense, mais de 60%, o resto é distribuído em outras regiões, minoria aqui é paraense, inclusive eu sou um dos poucos paraenses aqui. ("Germano" militante do MST e assentado na Palmares II, julho de 2004)

Em um primeiro olhar temos a origem imediata dos fundadores da Palmares em três grandes "ambientes". As periferias das cidades que tiveram origens na atividade de mineração (Eldorado do Carajás, Curionópolis e Parauapebas). Na população sobrante de famílias de assentamentos da região, o principal deles foi o Rio Branco e nas *currutelas*[53] de garimpos, em funcionamento ou em decadência.

Tal perfil, de imediato, será alvo de desqualificação dos indivíduos que irão ocupar a fazenda e converter o latifúndio na área reformada da Palmares. Seu principal argumento reside em um pretenso despreparo para o mundo agrícola e rural. A desconfiança parte dos agentes hegemônicos inimigos da reforma agrária (a mídia de massa local, setores acadêmicos e as elites regionais). A desqualificação se objetiva em três nexos identitários – pela origem, pela rede de relações sociais consolidadas historicamente e pela política.

Muito de qualquer identidade se delimita a partir da negação. Assim, veremos que do ponto de vista da *origem* a composição social dos acampados e assentados é associada, muito comumente nos discursos, à "gente de *fora* – pessoas de fora do estado e de fora do mundo rural, entre eles, desempregados da cidade e aproveitadores em geral". Na dimensão das redes de relações sociais – "esse pessoal são ex-garimpeiros, sem nenhum tipo de habilidade para o trabalho agrícola". E por fim, nas relações de poder, quando vemos "olha já são todos urbanizados, esse assentamento é um bairro periférico da cidade depois querem ajuda do governo para plantar".

PALMARES E SUAS TERRITORIALIZAÇÕES –MIGRAÇÃO, TRABALHO, FAMÍLIA E SABERES

A partir de dados colhidos no intervalo de tempo de dez anos (2005 a 2015) acompanhamos o processo de construção do território da Palmares. Algumas vezes mais perto, outras mais distante, mas sempre *acompanhando*. E nessa caminhada não perdendo o horizonte de uma *pesquisa implicada*[54].

[53]Vila de garimpeiros

[54] Significa que o pesquisador, antes, poderia examinar um determinado fenômeno através da

Neste sentido, as linhas que seguem procuram contar algumas histórias felizes, outras nem tanto, relacionadas aos processos migratórios pelo quais passaram as famílias na Palmares II, assentadas ou não. Conversamos um pouco sobre as diversas ocupações (trabalhos) que tiveram na vida laboral, com diferentes *status*, sejam donos do próprio trabalho, seja no cativeiro da terra[55], na própria unidade de produção familiar ou na condição de meia/terça. Nossas conversas passam também pelos saberes que adquiriram ao longo desses itinerários, os pontos e fugas que tiveram na vida. Saberes formais, informais ou não-formais.

"ELES NÃO VIERAM, CHEGARAM"[56] – A HISTÓRIA DA MIGRAÇÃO DOS ASSENTADOS DA PALMARES II

Partindo da composição demográfica no assentamento obtivemos o seguinte quadro no marco da divisão por gênero (masculino e feminino), tendo como parâmetros nossos entrevistados, os respectivos cônjuges, filhos e filhas.

Tabela 1 – Relação entre parentesco e gênero.

Relação de parentesco com o(a) entrevistado(a) (%)	Masculino	Feminino	Total
Entrevistados	55,6	44,4	100
Cônjuges	51,2	48,8	100
Filho(a)s	54,1	44,9	100

Fonte: Trabalho de campo, 2014.

separação entre sujeito-objeto, agora, pode aproximar-se e incluir-se na jornada de pesquisa. A implicação reenvia a uma forma de comportamento do pesquisador que procura eliminar, ou mesmo diminuir, a distância instituída entre o sujeito e o objeto (BAITZ, 2006).

[55]Morador da terra de outrem que, portanto, é *sujeito* a ele.

[56] Frase dita por um dos assentados quando foi indagado no momento da entrevista do porquê vieram para o Pará.

Em relação à origem dos entrevistados se confirma o que estudos populacionais sobre a região sudeste do Pará já afirmaram: a maioria dos assentados é do Estado do Maranhão – e no caso da Palmares isto representa 62,7%. Tal afirmação, no entanto, não pode ser feita descuidadamente, como se o Estado em questão tivesse população homogênea, negando sua diversidade natural e social. Para nos aprofundarmos sobre a origem dessas pessoas dentro da diversidade de territórios do território maranhense, identificamos certa equidade entre três regiões do Maranhão. Na região oeste tiveram origem 29% dos maranhenses, no centro 30%, e 26% no leste do Estado. Todas regiões de ocupação mais recente do Estado onde figuram os "centros". Nomes como "Centro do Garapa", "Centro do Escolado Nunes Rodrigues", "Centro das Negas", "Centro do Abraão", "Centro do Leonso", "Centro do João de Pedro", "Centro da Velha Elisa", etc. Os "centros" são formados por pioneiros, com origem na luta posseira, e refletem bem o caráter personalizado desse tipo de luta. Os que vão dar inclusive o nome ao lugar, como podemos observar na seguinte análise:

> A dinâmica da frente de expansão não se situa num único mecanismo de deslocamento demográfico. Tradicionalmente, a frente de expansão se movia e excepcionalmente ainda se move, em raros lugares, em conseqüência de características próprias da agricultura de roça. Trata-se de um deslocamento lento regulado pela prática da combinação de períodos de cultivo e períodos de pousio da terra. Depois de um número variável de anos de cultivo do terreno, os agricultores se deslocam para um novo terreno. Onde essa prática é mais típica, como o Maranhão, o deslocamento se dá no interior de um território de referência, ao redor de um centro, de um povoado. Quando a roça fica distante do Centro, a tendência é a criação de um novo Centro, ao redor do qual os lavradores abrem suas roças segundo critérios de precedência e antiguidade dos moradores e segundo concepções de direito muito elaboradas,

> isto é, quem tem direito de abrir a roça onde, por exemplo. Desse modo, a fronteira se expande em direção à mata, incorporando-a à pequena agricultura familiar. (MARTINS, 1997, p. 175)

No caminho que Martins (1997) nos aponta entendemos o porquê da dinâmica leste-oeste da fronteira em direção à mata e como o próprio sistema agrícola (agricultura de corte e queima) junto com o processo de privatização das terras vai "empurrando" os camponeses dessas regiões do Maranhão em direção à Amazônia. Essa será a grande massa que comporá as fileiras da Palmares. Trabalhadores que experimentaram longa experiência de processos de deslocamento. Alguns compulsórios. Outros partindo de cálculos feitos a partir do esgotamento das condições sociais de reprodução nos locais de origem. A seguir temos mais um quadro que reflete o espectro de intensidade (por gênero) de migração por que os beneficiários da Palmares passaram.

Tabela 2 – Relação entre Gênero e Número de Migrações.

	Baixa	**Média**	**Alta**	**Total**
Masculino	42	27	5	74
Feminino	24	10	2	36
Total	66	37	7	110

Fonte: Trabalho de Campo, 2005.

Traçamos um perfil do processo migratório com base nas experiências por gênero. Tipificamos um *gradiente* que vai da baixa intensidade (de um até cinco deslocamentos), passando pela média intensidade (de seis a dez deslocamentos) até a alta (de 11 a 15 deslocamentos). Primeiro elemento que chama atenção é que os homens, pela lógica do patriarcalismo, têm maior experiência migratória. Primeiro que lhes é reservado o papel de *prover*. Se não consegue garantir isso, uma das estratégias que se coloca é se lançar em migração. Segundo, ainda sob o aspecto do machismo, o universo doméstico geralmente é reservado à mulher. Talvez isso consiga

explicar o menor número de deslocamentos femininos. Soma-se a isso o componente educacional, já que a dificuldade de acesso à escola impõe a criação de estratégias familiares, como resguardar os filhos *o viver* em acampamento, porque a escola ainda não está disponível durante este período da luta, como vemos na fala abaixo:

> Vila da barata, nós mudamos lá pra aquela vila, só que, mudamos assim, meu pai mudou só ele e minha mãe, nós os filhos ficamos na cidade estudando por que aqui não tinha escola ainda, aí ficamos lá estudando pra poder garantir escolarização né? Quando ainda em noventa e sete quando tinha escola já aqui, tava mais organizado ele trouxe a família, ele veio primeiro, conquistou primeiro a terra, aí a terra foi...já podia produzir na terra, tinha casa já, aí nós viemos em noventa e sete pra cá, quando eu cheguei eu cursava a quarta serie do ensino fundamental, era a escola de palha ainda né? O barracão... os professores também eram professores que não tinham formação ainda...("Mariano" militante do MST e assentado da Palmares, julho de 2014)

São relações que podemos fazer entre o ato de emigrar e a perspectiva da formação escolar. Nesse itinerário de vários deslocamentos dos assentados existe uma tendência à fragmentação da família. Vimos que entre os assentados quanto maior número de deslocamentos menor o tempo de duração das uniões que tiveram ao longo da vida amorosa. Até aí é meio óbvia a constatação. Contudo, é importante destacar aqui o papel que o assentamento Palmares tem na recomposição do *familiar* enquanto unidade de vida e produção. Talvez isso não seja tão evidente para quem destaca apenas o aspecto *produtivista* das reformas no campo brasileiro. A fala de nosso informante vai neste caminho:

> Interessante também e esse dado pode ser usado em qualquer pesquisa séria que se faça e não essas que as pessoas fazem e já acham que sabe que a terra gira em torno do sol, o reencontro com a terra através do MST possibilitou esse número enorme de trabalhadores que migraram pra lá estabelecessem contatos com suas

> famílias, então ele reconstruiu os laços familiares, então foram buscar suas mulheres, suas esposas, seus filhos, vieram para o assentamento, construíram de novo a relação familiar, né? Então se tu veres em qualquer assentamento nosso, principalmente na Palmares que é o mais antigo, tu vês famílias organizadas e se tu fores fazer um parâmetro de comportamento social em relação a Serra Pelada, tu não acreditas que são ex-garimpeiros porque não são ex-garimpeiros são ex-camponeses que se incorporam ao seu caminhar, que é o da busca terra prometida. Inclusive é uma coisa que eles falam muito, falavam muito, o pessoal do nordeste acreditava que aqui pra essas bandas do norte era que tava a terra prometida...("Germano", militante e assentado na Palmares II, julho de 2004)

Para concluirmos é comum verificarmos no assentamento Palmares um aspecto para o qual Magalhães (2002) chamou a atenção em um trabalho anterior sobre os camponeses impactados pela UHE de Tucuruí. O aspecto *origem* é um elemento importante na formação da identidade camponesa. A naturalidade converte-se em um atributo que detém bastante a atenção dos camponeses, pois "cada camponês, em particular, é capaz de identificar a procedência de todos os camponeses considerados conhecidos" (MAGALHÃES, 2002, p. 240). Para essa autora, a identificação de pessoas através de apelidos como "Zé Paraense", "Maranhão", "Bacaba" é uma referência jocosa às trajetórias sociais e à diferenciação social entre eles é atribuída às diferenças culturais que haveria entre paraenses e não paraenses (especialmente maranhenses e goianos).

"NOSSA PRINCIPAL CONQUISTA FOI A LIBERTAÇÃO DAS CONSCIÊNCIAS"[57] - A HISTÓRIA DOS SABERES

A busca pela educação sempre teve lugar importante no horizonte dos camponeses. Representa um dos motivos que leva a deslocamentos espaciais, seja pela busca ou pelo encontro. A elevação da escolarização,

[57]Frase dita por um dos informantes durante uma de nossas estadias no assentamento.

como um dos componentes da categoria *melhoria*[58], é um dos objetivos que pautam as ações de famílias no meio rural (entre os motivos da migração encontrados, a melhoria tendo a educação como um de seus componentes representa 4,6% dos motivos que levaram à migração). Este universo indica uma perspectiva remota de busca deste item, mas coletivamente esta reivindicação se expressa diferentemente.

Uma das primeiras reivindicações referente às políticas públicas nos assentamentos rurais é a construção da escola, tanto para as crianças como para os adultos assentados. Esta é uma demanda generalizada e recorrente nos PA´s de todo o Brasil. Na Palmares não é diferente e indica um elemento importante: a retomada dos estudos após a vida de assentado. A seguir um quadro que ilustra isso.

Tabela 3 – Escolarização anterior e escolarização no Assentamento.

Escolarização	Escolarização dos Assentados				Total	
	Sim		**Não**			
	F	**%**	**F**	**%**	**F**	**%**
Sim	38	44,2	48	55,8	86	100
Não	-	-	24	100	24	100

Fonte: trabalho de campo, 2006.

O total de pessoas que tiveram algum tipo de escolarização é de 86 pessoas, 38 delas (44,2%), ou seja, quase metade, retomou ou iniciou seus estudos a partir do assentamento. Esse dado permite a inferência de que a intervenção fundiária é um importante fator de início ou de retomada dos estudos e que, por isso, compõe forte fator de fixação.

[58]Para Magalhães "[...] é através da *busca por melhoria* que eles (camponeses) verbalizam os diversos motivos individuais que estão na raiz da emigração [...] a melhoria diz respeito a uma série de fatores importantes para o desempenho social e econômico [...]" (MAGALHÃES, 2002, p. 266).

A Escola Crescendo na Prática da Palmares II é hoje uma referência na educação no meio agrário paraense. Para se ter uma ideia da dimensão e alcance da escola, um dos diretores, Professor Messias Silva Marcos, nos falou dos números deles em 2014: "olha, nós temos hoje no fundamental mil e trezentos e cinquenta alunos, no ensino médio nós temo duzentos e oitenta alunos e na escola infantil nós temos trezentos alunos, então dá um total... vamo vê aqui?" (Messias, Vice-Diretor da Escola Crescendo na Prática, fevereiro de 2014). Voltamos à Palmares II em fevereiro de 2014 e a matrícula ainda estava aberta. A projeção para o ano letivo de 2014 era de 2.000 alunos. Hoje a Escola Crescendo na Prática atende nos dois níveis: fundamental (tanto maior quanto menor) e médio. Isso no universo hoje de, mais ou menos, duas mil famílias no assentamento, entre cadastradas na relação de beneficiários ou não cadastradas. Levando em consideração que, em média, temos cinco componentes na família, isso dará algo em tono de 10.000 pessoas hoje na Palmares II. Esse número é maior do que o de vários municípios do Estado do Pará.

Em casos de assentamentos ligados ao MST, a organização dos arranjos espaciais se dá no sentido de construção do binômio Vila – Lote agrícola. A vila, concentrando os lotes destinados à construção das casas para cada unidade familiar e os lotes de domínio público como a escola, a associação, os projetos coletivos de produção, a rádio, o posto de saúde, as igrejas, as áreas de lazer, o comércio a varejo. O lote agrícola, no entorno da vila, é destinado principalmente ao espaço de produção. Este processo de concentração na vila garante um espaço de socialização maior, inclusive através da escola – arranjo espacial por excelência da educação formal e que tende a dominar outros saberes.

Por isso, a Escola Crescendo na Prática atende alunos de outros PA´s, principalmente do vizinho Rio Branco. A Escola está situada no espaço da vila (organização espacial potencializada pelo MST) incluída dentro de uma organização territorial, contribui não só para aumentar significativamente o acesso à escola e o nível de

escolaridade da educação formal nos assentamentos como, também, e principalmente, a elevação da educação chamada de não-formal ou não-escolar, como os grupos vinculados às igrejas, os grupos de jovens (no caso da Palmares II, até de *Hip-Hop*, movimento contra-cultural bastante associado às periferias urbanas), a casa da professora, os times de futebol, os grupos de mulheres, as associações culturais como o Boi, Carimbó, Capoeira e até mesmo a mesa do boteco num dia de domingo.

Quando se estabelece o processo de institucionalização do assentamento e da escola, sendo a educação formal apenas uma das faces desse processo, aparecem problemas: a presença de professores alheios à realidade local (contratados pela secretaria de Educação do Estado do Pará ou do Município de Parauapebas), acompanhando paralelamente a exclusão dos professores e professoras, categoricamente chamados de "leigos" e sujeitos na construção do assentamento desde a época do acampamento. Como se isso não bastasse, o pior é que ainda trazem consigo modelos de programas igualmente alheios a esta dinâmica local.

> Em mil novecentos e noventa e oito houve uma grande movimentação aqui, o que aconteceu, foi trocado toda aquela, você falou né? (fala da retirada dos professores considerados "leigos" pela SEMED). Essa troca aconteceu em noventa e oito, em noventa e oito tirou todo mundo que não tinha formação acadêmica e colocou os professores de Parauapebas, concursados, então teve conflito né? Então entra a comunidade, muito conflituoso, quiseram fechar a escola, não aceitar, mas aí é a instituição né? Então, ao mesmo tempo, que a gente, os trabalhadores, querem que os seus filhos tenham uma formação de alguém que conheça a luta mas também querem a escolarização de acordo com a instituição, se é possível ter um diploma do MEC, então é uma faca de dois gumes, né? Então, o assentamento o que aconteceu, aceitou, mas que ficasse esses três educadores

> como coordenadores do setor, então foi tipo um acordo, tirou toda a equipe que era grande na época, não sei em números, mas na história tá dizendo, no livro né? Quantos eram, tirou todos e vieram da cidade, e vieram da cidade, aí começou a vir o carro, os professores né? Um processo muito conflituoso de muitos preconceitos que sofreram, de muitos medos dos próprios professores né? Que vieram pra cá obrigados pelo concurso, eles não queriam vim, eles tinham medo, "lá nos sem terra, tem muitos conflitos, muita coisa", então foi um momento que na época eu estudava também, o professor saiu pra eu assumir, então foi a revolta dos alunos de não querer estudar e aquela coisa, né? ("Paulo", Professor da C.P., entrevista realizada em fevereiro de 2014)

Esse quadro de "tomada de assalto" da Escola pelos agentes do Estado local com a SEMED – Secretaria Municipal de Educação de Parauapebas, em 1998, como descrita em detalhes anteriormente, foi revertida com um conjunto de mobilizações que os sujeitos da escola (professores, alunos e funcionários), junto com os assentados, desenvolveram pela cidade de Parauapebas em 2004.

> E em dois mil e quatro retomamos a escola em grupos bem numerosos, maior do que o numero de efetivos que estava, esses professores efetivos, teve curso em noventa e oito os nossos professores também passaram, e aí nós montamos um coletivo muito maior, então mudou o cenário em dois mil e quatro, desses professores que também entraram em noventa e oito alguns se incorporaram na dinâmica do movimento, inclusive nós temos uma professora que entrou em noventa e oito e está até hoje, aqui até hoje, treze anos, né? [...] fez uma grande luta e conseguiu garantir a gestão democrática na escola, inclusive a escola ficou fechada em dois mil e cinco por um tempo por que eles nomearam um diretor da cidade pra cá, a escola ficou fechada, foi feito greve,

> colocaram cadeado no portão, fecharam a estrada, o prefeito veio conversar com o povo, e aí a partir dessa luta que virou história, tem gestão democrática na Palmares II, a única escola do município, esse ano, ano passado teve eleição né? ("Paulo", Professor da C.P., entrevista realizada em fevereiro de 2014)

Percebemos na fala de "Paulo" três elementos que merecem destaque. Primeiro, que só conseguir a Escola não basta. É preciso disputar os conteúdos curriculares e as metodologias desenvolvidas. Segundo, os "quadros" que irão compor o interior da instituição devem ser disputados e, por fim, um quarto componente que seria manter uma gestão democrática dentro do marco institucional, através da garantia da eleição direta para diretor que, segundo o professor, foi à única do município a passar por esse processo. Acrescentaríamos, quiçá, do Estado, já que o Governo do Pará paralisou todos os processos de sucessão via sufrágio nas escolas do estado há pelo menos cinco anos.

"É PRATICANDO NA VIDA QUE MUITO IRÁ SE APRENDER"[59] – A HISTÓRIA DO TRABALHO

Chegamos a história do trabalho das famílias na Palmares II. Importante alertar que em todas essas existem pontos de interseção e fricção e mesmo cruzamento. Então, a lógica do trabalho, apesar de estar ligada a uma dimensão econômica e material do território, se entrecruza com componentes da dimensão ideológica/cultural e imaterial do território. Pensamos o trabalho camponês a partir dessa advertência.

Ao fazermos um balanço sobre a primeira ocupação, procuramos examinar as condições de trabalho que os camponeses tiveram, tentando compreender com que situações se defrontaram no primeiro trabalho, possibilitando entender e classificar que possíveis pressões se estabelecem no interior da organização da produção e a partir daí, avaliarmos que novas estratégias de conversão e reconversão do trabalho os assentados desenvolveram para chegarem onde estão.

[59]Título de uma música de Zé Ramalho, cantor e compositor do Estado da Paraíba no Nordeste brasileiro.

No que se refere aos *lavradores* percebemos que 63,3% começam sua vida de trabalho ajudando[60] de alguma maneira a família na roça, constituindo-se esse período em aprendizado do trato com a terra. Isto nos sugere que estas pessoas serão parte de mais uma família na mesma unidade de produção ou irão pleitear novas unidades seja por procedimentos legais seja por ocupações que permitam se manter na condição de camponeses. Segundo Hébette (2004), geralmente, quando o lavrador deixa a agricultura é porque perdeu a propriedade ou a posse da terra. Diante de processos como este, indaga se isto significa dizer que estamos tratando de transação especulativa, negócio ou despejamento violento? Constata que o trabalhador rural, se privado de seu meio de produção básico – a terra –, dificilmente vende a força de trabalho fora da agricultura. Em seguida, pergunta-se: isso demonstra resistência à proletarização ou falta de oportunidade de emprego na indústria e nos serviços?

Alguns dos nossos informantes nos deram algumas pistas para fazer o debate. Vamos a elas:

> Nós nos consideramos um dos movimentos camponeses do mundo que tem na relação com a terra e na relação com a agricultura o seu principal campo de resistência, não só econômica, mas também espiritual, cultural, sentimental, de valores. para o quê? Quem começa a construir essa relação na terra, enquanto camponês, nos últimos trinta anos e que tem relação com essa região por conta da migração, que vem ocupando terras que estavam historicamente na mão dos latifundiários, pelos pequenos produtores, eles estão fazendo um serviço,

[60]Em nossa vivência na Palmares II a categoria *ajuda* está relacionada como uma atividade de *apoio* ao *trabalho na roça*. As crianças e adolescentes geralmente *ajudam* na roça. E não exatamente *trabalham* na roça. Seriam atividades com pesos diferenciados no componente econômico da unidade familiar de produção. O trabalho é central, permanente e periódico. Enquanto que a "ajuda" tem um caráter mais periférico e eventual. Por isso, é muito comum ao serem indagados sobre o início de seu trabalho na roça demarcarem uma posição neste sentido. Com 12 anos o senhor começou a trabalhar na agricultura? "não, não, eu ajudava meu pai na roça!"

> né? Que é dividir terras da burguesia pra poder criar pequenas propriedades e criar de fato o campesinato, então o que a gente faz aqui é provocar o processo de divisão da terra e reforma da terra pra criar, em escala de massa, pra criar condições de existência e surgimento de um novo campesinato, que é esse que passou por um processo de migração, por etapas de resistência, de períodos na cidade, mas que volta para o campo, né? Então, nós achamos que esse campesinato ainda não tá pronto e acabado, porque esse campesinato está sempre em evolução, ele tá sempre em processo de reformulação de sua existência espacial, de sua vida comunitária, né? Da reconsideração de técnicas ou não, por exemplo, existiam experiências na Rússia e na Europa, de comunas camponesas que nunca existiram por aqui. Tiveram outras experiências coletivas na terra que nunca foram estudadas de modo mais sólido pelos pesquisadores: o que é que tem nos camponeses brasileiros que tem alguma semelhança com as civilizações pré-colombianas, por exemplo? O que é que tem a ver com os Astecas, os Maias e os Incas de semelhança com nosso campesinato? O que é que ficou dos Índios? Dos Guaranis e das tribos Tupis e que foi incorporado à agricultura nossa? O que é o camponês no Pará? Meu avô era camponês mas não se compara com o estereótipo de camponês de hoje. Meu avô era ribeirinho, tinha uma área pequena de terra, onde ele plantava milho que era para as galinhas, mandioca para a farinha que era pra alimentar a gente, a pesca, a coleta do açaí e dos frutos na mata e a caça, né? ("Germano" militante do MST/PA e assentado na Palmares II, julho de 2015)

Para nosso informante o campesinato não é só uma categoria econômica, mas envolve outra dimensão "espiritual, cultural, sentimental, de valores". Então, essa recusa ao trabalho em outras ocupações não é só uma falta de "oportunidade de emprego na indústria ou nos serviços". Outro elemento de destaque na fala

acima e que ajuda a problematizar as indagações de Hébette é que o acesso ao recurso terra se deu pelas ocupações, exatamente porque sofreram contingências nas condições de reprodução física e imaterial nos lugares de onde nasceram e viveram com as respectivas famílias. Muitos deles se lançaram em trabalhos na terra na condição de *agregados*, de *moradores*[61], portanto, *sujeitos,* em oposição a *libertos*[62]. Por isso, a necessidade dos deslocamentos, dos processos migratórios. Por isso que, geralmente, dificilmente "vendem sua força de trabalho fora da agricultura".

Outra questão que é específica do campesinato na Amazônia e que já foi apontado por Vieira (1990) em um trabalho sobre a venda de terra e que se constitui como um fator diferencial do campesinato do Sul do Brasil é que a apropriação de terras na fronteira amazônica não é necessariamente sinônimo de fixação. Exatamente porque a presença de *terras devolutas* na fronteira capitalista é sempre uma alternativa estratégica (para permanência como camponês) mediante o acionamento de novos deslocamentos.

Importante ainda destacar que na nossa pesquisa vários camponeses tiveram experiências em outros tipos de trabalho, diferentes da atividade agrícola. Contudo, dentro de um horizonte de retorno à composição de uma relação de trabalho mais direta com a natureza. Podemos demarcar tal afirmação a partir da fala do Sr."Arcanjo" que diz: "(...) teve um *entremeio* que eu mexi com garimpo né? Trabalhei uns dias também em firma, mas não fichado, pra fazer bico né? eu não me dou muito bem com aquele movimento da cidade, aquele barulho, aquela zuada, né? eu não aguento aquilo, e aqui não, aqui é sossegado". ("Arcanjo" assentado da Palmares II, entrevista em janeiro de 2015).

Percebemos que o garimpo e atividades em firma em geral,

[61]Agregados e moradores são duas categorias explicativas que nos remetem a fixação e "ter um sítio" para plantar. No entanto, na condição de sujeitos, ou seja, tendo um "patrão", o dono da terra.

[62]"Liberto" está relacionado à reconstituição de sua autonomia, de ter terra própria e poder desenvolver suas atividades sem grandes "perturbações". A essa condição de libertos, os discursos dos assentados nos remetem sempre ao tempo de agora, ou seja, ao tempo da conquista da terra com a instalação do assentamento.

inclusive em madeireiras, são considerados "bicos" ou "aventura". Sonia Barbosa Magalhães define de forma bem interessante esse componente do aventurar-se. Ela nos fala que "aventurar" dá-se apenas em relação à atividade, especialmente aquela que implica deslocamento espacial definitivo, como o garimpo. Ao garimpo "o camponês *não se* dedica, *aventura*. No garimpo também não se pára, *passa-se um verão* (MAGALHÃES, 2002, p. 269).

Podemos, então, concluir que a fala de "Arcanjo" é uma pequena síntese do horizonte de uma massa de camponeses na fronteira capitalista da Amazônia paraense. Apesar de todo ambiente "ornamentado" pelo capital para ser hostil à reprodução do campesinato, existe aí um processo de resistência que tem uma matriz que supera a dimensão do econômico e da profissão pela profissão. Outra narrativa de outro entrevistado acompanha a assertiva: "o campesinato para o MST não é meramente uma categoria social, mas uma categoria cultural. Daqueles homens e mulheres que historicamente estão vinculados à agricultura e se baseiam no campo" ("Jones" militante do MST, Julho de 2004).

Outro destaque na entrevista de "Germano" é que o camponês está em constante criação e recriação, *um novo campesinato* se forjando a partir de uma síntese de duas características – uma da lógica amazônica e de todos os signos que a acompanham e, também, pela dimensão da fronteira capitalista que ela assume a partir da década de 1960. Nesta *trama*, esse camponês da Palmares seria classe social, mas também um modo de vida, como contribui Shanin:"o campesinato é, ao mesmo tempo, uma classe social e um 'mundo diferente', que apresenta padrões de relações sociais distintos – ou seja, o que também podemos denominar de modo de vida". O que autor chama de qualificação ocupacional multidimensional (SHANIN, 2005, p. 3).

Percebemos na análise individualizada das etapas de ocupação profissional no decorrer da trajetória de trabalho um intenso processo de mudança nas ocupações, dando uma característica a estes trabalhadores de mão de obra volátil (BECKER, 1990). No entanto, um elemento parece perpassar todas as estratégias de conversão e reconversão do trabalho: a necessidade de retorno ao campo, através da conquista da

terra e da garantia de autonomia. Chamaremos esta característicade *matriz camponesa*. Apesar dos deslocamentos intra e intergeracionais, a busca pela condição camponesa aparece como uma constante na vida dessas pessoas. A passagem pela cidade, as atividades na indústria ou no garimpo são atividades de apoio, de suporte a um futuro retorno à terra.

Fabrini (2002) afirma que o camponês se recusa a proletarizar-se porque percorre uma luta que busca a reconstrução do projeto de ser camponês, que seria uma relação que envolve "autonomia e autossuficiência se comparada com a proposta de modernização de relações, incorporação ao mercado, com estabelecimento de regras rígidas de trabalho (estabelecimento de horários), divisão de trabalho e controle da produção".

OS QUE CHEGARAM E OS QUE SAEM – HISTÓRIA DA FAMÍLIA

Ao examinarmos a origem por estado dos pais, percebemos que o Maranhão permanece como Estado que fornece maior número de emigrantes. Esse Estado é um dos maiores concentradores de terra e de renda no território nacional.

Quando se trata dos pais o número de emigrantes do Maranhão aumenta em média 20%. Este número se sobressai no gênero masculino com 48,2%. O que se choca, provocando uma certa curiosidade, com a origem dos avós, pois na linhagem paterna o Maranhão aparece com menores números quando comparamos com a origem dos avós maternos com 5,5%. Entre as mães, o Estado de Goiás é origem de 5,5%, havendo um empate, seguido de pernambucanas e baianas com 4,5% cada.

A *identidade camponesa*[63] confirma-se quando observamos a principal ocupação dos pais. Seja entre os pais, seja entre as mães, cerca de 95% deles têm profissão de lavrador. Uma questão que se destaca é uma maior incidência de outras profissões quando comparamos com a profissão dos avós, ainda que novas variáveis surjam em pequenos números. Avaliamos isso como resultado da consolidação

[63] Baseada na posse da terra, no trabalho agrícola, na mão-de-obra familiar, nas relações familiares primárias e num estilo de vida que valoriza a relação com a natureza.

do capitalismo e de sua razoável modernização no campo, que tende a especializar cada vez mais a mão de obra. Algumas categorias precisariam ser mais profundamente exploradas, porque, se revelam uma relação efetiva com o campo, não explicitam detalhes que possam definir a relação com a terra e com o trabalho que nela exercem. A categoria lavrador está sendo entendida como a de quem possui a terra e nela exerce seu trabalho, porém dela não se pode dizer se a relação é de meeiro, agregado, morador, posseiro ou proprietário. Da mesma forma, peão de fazenda e vaqueiro não definem apenas uma relação de assalariado, uma vez que se sabe que historicamente esta condição permitiu o uso da terra para o cultivo de culturas alimentares e uma relação que se identificava com a de morador de fazenda.

Uma questão em relação aos filhos chamou a atenção. Diz respeito aos processos de reprodução dos camponeses a partir das novas gerações. Quando saímos para campo formulamos uma hipótese a partir das discussões que temos no interior de nosso grupo de pesquisa, a saber: os assentamentos rurais hoje estão sendo construídos para atender uma geração. Aquela que se lançou na luta pela terra. Então, como uma forma de diminuir a pressão e ao mesmo não arrecadar mais terras com isso alterando a concentração fundiária de forma mais significativa.

Tabela 4 – Local de Residência dos filhos.

Local de Residência dos Filhos	P.A. Palmares II	
	Freq.	%
Mora com os pais	76	39,6
Mora em outro lote no P.A.	50	26
Não mora no P.A.	64	33,3
Não sabe	2	1
Total	192	100

Fonte: Trabalho de Campo, 2014.

O quadro acima preocupa já que temos um número alto de jovens saindo do assentamento, quase 35% dos filhos. Não temos a medida ainda se esses filhos estão caminhando para outros espaços rurais reproduzindo uma *campesinidade*. Podemos problematizar a partir de algumas entrevistas com informantes fazendo uma avaliação sobre essa situação dos que saíram e dos que ficaram e a perspectiva de trabalho no assentamento.

> É o pessoal da comissão de emprego e renda que surgiu de modo espontâneo eles entram em contradição porque o movimento achava que não era pra apoiar. É tipo assim, nós achamos, eu acho que é um consenso dos velhos que eles vão se fuder né, porque o diagnóstico que temos de quem trabalha na vale e nas terceirizadas é de que a vida útil de quem trabalha aí nessa mineração é de 10 a 15, porque estarão ruim de saúde, pulmão, pressão, tudo quanto é tipo de doença, ou seja, é o tipo de trabalho que vai ta fudendo com o cara. Então acho que pro cara chegar aos 30 anos de idade ele perde a capacidade reprodutiva do ponto de vista da sexualidade entende? Ele perde. São dados que já existem pela associação dos vitimados do trabalho na Vale. Agora, é, não dá pra ti deixar, sei lá, nós cadastramos ano passado de 2013 pra 2014, 1300 desempregados na Palmares, tu vai deixar esse pessoal todo fazendo o quê? Só pra ti ter uma ideia só o fato desse pessoal... acho que ano passado foi incorporado uns 400 pessoas nessas empreiteiras e antes o pessoal não incorporava nenhum porque o pessoal tinha preconceito em incorporar gente daqui porque eram chamados de terroristas, que iam fazer bagunça e faziam mesmo, faziam paralisação. Mas também esse acesso ao tipo de trabalho precarizado, porque é um trabalho precarizado, ajudou a diminuir indicadores de violência, de roubo e tal de droga, porque o cara que trabalha, o cara que trabalha nessas empreiteiras acorda e sai umas 4 ou 5 horas da manhã e só volta 19, 20 horas. Esse pessoal não tem tempo de tá fazendo essas coisas justamente porque tem uma

> opção de trabalho, essa é uma opção de trabalho. Ah ideologicamente se constrói o discurso que ele tem que ir pra terra, ele tem que ir pra terra, mas o problema da produção não é um problema só ideológico, porque precisamos de condições materiais pra viabilizar isso e isso a gente não tem, crédito pra poder financiar o acesso produtivo e o tipo de discussão que modelo de produção que a gente vai fazer pra numa área que já foi degradada por pelo menos 20 anos pelo latifúndio depois de quase 20 anos com a gente né o que que a gente faz com esse terreno produtivo, com esse território e tal? ("Germano" militante do MST e assentado na Palmares II, janeiro de 2015)

Como se observa pela narrativa do entrevistado, o assentamento hoje conta com 1.300 desempregados em média. Grande parte desse universo é da nova geração (juventude) que querem alguma perspectiva de inserção no mercado de trabalho. Esse mesmo mercado apresentado para eles e fetichizado pela grande mídia e pelo *status quo* local é materializado no "fichar" no circuito da mineração.

Segundo o informante acima, temos 400 indivíduos que foram incorporados recentemente nessa lógica. Pelas pesquisas recentes e pela própria observação dos assentados, esse trabalho nas terceirizadas da Vale e na própria empresa apresenta uma estimativa de vida laboral de 10 a 15 anos. É quando começam aparecer os problemas de saúde. Além desse processo de precarização do trabalho temos um assalariamento dessa juventude que combina, logicamente, com o "roubo de tempo" para atividades mais autônomas ligadas à vida cotidiana do próprio assentamento. Enfim, são alguns desafios que se impõem à dimensão do familiar.

ALGUNS DESAFIOS PARA (MAIS) 20 DA PALMARES II

Os assentamentos, como uma encruzilhada social conformando diferentes territorialidades, são o reflexo de um assentado que apresenta trajetórias individuais e coletivas intensas, ao mesmo tempo distintas e semelhantes. Distintas porque

cada indivíduo e família é um universo inteiro de relações, tanto materiais como simbólicas, apresentando diferentes saberes, origens e ocupações. Ao mesmo tempo, apresentam certa unidade nas trajetórias porque os indivíduos e as famílias passaram por um esgotamento das capacidades reprodutivas, materiais e simbólicas, e seguiram a "corrente" da emigração em direção à Amazônia, compondo a face demográfica da fronteira.

No contexto da fronteira, essas famílias são migrantes não apenas na própria geração, mas trazem consigo na "bagagem", como uma espécie de herança, o componente atávico deste fenômeno. Desde os avós, passando pelos pais até chegar à geração atual. Neste sentido, as redes de parentesco, as redes de comunicação são indicadores importantes para a compreensão das territorialidades dos assentados. Moreira & Medeiros (2013), em pesquisa sobre território e territorialidades e a relação com movimento social, caminham neste sentido:

> O assentamento é expressão desta reterritorialização, construção do novo território, território este conquistado na luta. É uma nova coletividade marcada pela confluência de trajetórias individuais que, quando se manifestaram, apesar da sua diversidade, no momento da luta eram vistos como unos em razão de sua identidade de "semterra". A conquista da terra inaugura um novo tempo, em que a condição de assentado traz à tona expectativas individuais no tocante a viver e produzir na terra. (MOREIRA & MEDEIROS, 2013, p. 263)

É nessa "condição de assentado" que inaugura um "novo tempo" recheado de "expectativas individuais e coletivas" que reside nossa preocupação de pesquisa. A condição de assentado na fronteira do capital, na relação direta e indireta com seus agentes, não garante a reprodução, portanto, a territorialização, por vários motivos. Listaremos, para começar, dois deles: a) de ordem demográfica e fundiária; b) outro relacionado à extração mineral e atividades econômicas no assentamento.

a) Os assentamentos são feitos para dar uma resposta imediata à pressão do movimento dos camponeses por terra. Os lotes distribuídos estão aquém da possibilidade de reprodução da unidade familiar. A composição das famílias no campo é numerosa (em média cinco filhos por unidade). Os lotes agrícolas são, geralmente, de cinco hectares (no caso do sudeste do Pará). O balanço da equação é insustentável. Os assentamentos são feitos, portanto, para dar resposta a uma geração de pessoas. Um horizonte de longo prazo através da preocupação com a reprodução de outras gerações da família é esquecido. O resultado é o deslocamento (migração forçada) dos filhos para outras frentes de luta pela terra e a abertura de novas fronteiras para a mobilidade do capital.

b) Outro componente presente na questão agrária na Amazônia é a mineração. Territórios camponeses localizados nas áreas de impacto dos Grandes Projetos Mineradores, e no entorno das cidades que servem como base de apoio logístico a este tipo de extração, sofrem com a degradação socioambiental. É o caso dos camponeses no entorno da Serra de Carajás. A principal cidade desta região é Parauapebas. A dinâmica intensa de crescimento (em média 50 famílias chegam por semana no município) requer quantidades significativas de areia e seixo para alimentar o crescimento da malha urbana da cidade. Os territórios camponeses são, portanto, o alvo preferencial do comércio regional de materiais de construção. Como o leito dos rios é o espaço de retirada desse material, o rio e sua biodiversidade são os principais atingidos. Sem falar do processo de dependência e de especialização imposto para as camponesas e os camponeses por esse tipo de atividade.

O desafio da nova geração, portanto, pode ser entendido como o mesmo desafio da anterior, de assegurar a própria sobrevivência e reprodução, de garantir a permanência ou o retorno à posse da terra e do tempo, nem que para isso seja preciso novamente migrar, nem que para isso seja preciso uma vez mais cumprir o atavismo de ir-se na tentativa de voltar – à condição de camponês.

REFERÊNCIAS

BECKER, B. *Amazônia*. São Paulo: Ática, 1990. (Série Princípios)

BRASIL. Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário. *Avaliação da Intervenção Fundiária do GETAT (1980-1987)*. Brasília, 1987.

BRINGEL, F. O. Rumos, trechos e borocas: trajetórias e identidades camponesas de assentamentos rurais no Sudeste do Pará. Dissertação (Mestrado), Centro de Ciências Agrárias: Embrapa Amazônia Oriental, Belém, 2006.

COELHO, M. C. N. A polêmica ocupação dos Sem Terra na região de Carajás. In: *Perspectiva do Desenvolvimento Sustentável*– uma contribuição para a Amazônia 21. XIMENES, T. (Org.). Belém: UFPA. NAEA: UNAMAZ, 1997.

COELHO, M. N; LOPES, A.; SILVA, A.; SILVA, F.; FONSECA, H; MATOS, I.; SOUZA, M. Territórios, Cidades e Entornos no Espaço da Mineração em Carajás/Pará-Amazônia Oriental. In: ROCHA, G. M; TRINDADE JR, S. C. C. (Orgs). *Cidade e Empresa na Amazônia*: gestão do território e desenvolvimento local. Belém: Paka-Tatu, 2002.

EMMI, M. F. *A oligarquia do Tocantins e o domínio dos Castanhais*. Belém: NAEA/UFPA, 1989.

FABRINI, J. E. O Projeto do MST de Desenvolvimento Territorial dos Assentamentos e Campesinato. Artigo. *Revista Terra Livre*, São Paulo, Ano 18, Número 19, pág. 75-94. Jul/Dez de 2002.

FERNANDES, B. M. Agricultura Camponesa e/ou Agricultura Familiar. *Revista do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária*, S/nº. Presidente Prudente, 2001.

GUERRA, G. A. D. O Posseiro da Fronteira – campesinato e sindicalismo no Sudeste Paraense. 2. ed. Belém: Paka-Tatu, 2013.

HÉBETTE, J. *Cruzando a fronteira*: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia.4 vol. Belém: EDUFPA, 2004.

LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto* – o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Editora Alfa-omega, 1978.

MAGALHÃES, S. M. B. Tempo e Trajetórias: reflexões sobre as representações camponesas. In: HÉBETTE, J; MAGALHÃES, S. B; MANESCHY, M. C. (Orgs.) In: *No mar, nos rios e na fronteira*: faces do campesinato no Pará.; prefácio de Mª Conceição D'Incao. Belém: Edufpa, 2002.

MARTINS, J. S. *Fronteira*: a degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: HUCITEC, 1997, 213p.

MIRAD. Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário. *Avaliação da Intervenção Fundiária do GETAT (1980-1987)*. Brasília, 1986.

MOREIRA, V. S; MEDEIROS, R. M. V. Reflexões sobre o Território e a Territorialidade para Compreender o Despertar de um Movimento Social. In: SAQUET, M. A. *Estudos Territoriais na Ciência Geográfica*. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

MUSUMECI, L. *O Mito da Terra Liberta* – colonização "espontânea", campesinato e patronagem na Amazônia Oriental. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais: ANPOCS, 1988.

PEREIRA, A. R. *A Luta pela Terra no Sul e Sudeste do Pará*: migrações, conflitos e violência no campo. Recife: UFPE, Tese de Doutorado, 2013, 264p.

PINTO, L. F. *Carajás, o ataque ao coração da Amazônia*. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero; Estúdio Alfa, 1982.

PORTO-GONÇALVES, C. W. *A Questão Agrária e a Reinvenção do Campesinato*: o caso do MST. IN: Revista GEO*grafias*. Belo Horizonte: Departamento de Geografia – IGC/UFMG, V.01, N.01 (Jul/dez), 2005, pp. 07-24.

SHANIN, T. A definição do conceito de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. Artigo. *Revista NERA*. Presidente Prudente, ano 08, nº07, jul./dez, 2005, pp.1-21.

VELHO, O. G. *Frentes de expansão e estrutura agrária* – estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro/RJ: ZAHAR Editores, 1976.

EDUCAÇÃO DE PESSOAS JOVENS E ADULTAS EM COMUNIDADES RIBEIRINHAS AMAZÔNICAS: REVISITANDO UMA EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO POPULAR

João Colares da Mota Neto[64]
Ivanilde Apoluceno de Oliveira[65]

INTRODUÇÃO

Neste artigo, propomos o debate sobre a *Educação Popular do Campo*, seus pressupostos, desafios e problemáticas, tomando como foco uma experiência de educação de jovens e adultos em comunidades ribeirinhas do Estado do Pará, na Amazônia brasileira.

A experiência ora analisada foi desenvolvida no município de São Domingos do Capim, no nordeste do Estado do Pará, de 2001 a 2009, pelo Núcleo de Educação Popular Paulo Freire (NEP), do Centro de Ciências Sociais e Educação (CCSE), da Universidade do Estado do Pará (UEPA). Em 2010, o projeto obteve o primeiro lugar no Prêmio Nacional de Educação em Direitos Humanos, do Ministério da Educação e Organização dos Estados Ibero-Americanos.

Os dados trabalhados neste artigo foram obtidos por meio de um conjunto de pesquisas qualitativas realizadas desde 2002 no

[64]Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Pará. Doutor em Educação pela Universidade Federal do Pará, com Doutorado Sanduíche na Universidad Pedagógica Nacional de Colombia. Mestre em Educação e Licenciado em Pedagogia pela UEPA. Coordenador pedagógico do Núcleo de Educação Popular Paulo Freire, coordenador adjunto da Cátedra Paulo Freire da Amazônia e integrante da coordenação colegiada do Conselho de Educação Popular da América Latina e do Caribe – Coletivo Brasil.

[65]Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação e dos Cursos de Pedagogia e Filosofia da Universidade do Estado do Pará. Pós-Doutora em Educação (PUC RIO), Doutora em Educação: Currículo (PUC/SP), Mestra em Educação (UFPB) e Graduada em Filosofia (UFPA). Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da UEPA, do Núcleo de Educação Popular Paulo Freire e da Cátedra Paulo Freire da Amazônia.

âmbito do NEP/UEPA, particularmente através da utilização de observações participativas e entrevistas semiestruturadas.

O Núcleo surgiu em 2002 e realiza ações interligadas de ensino, pesquisa e extensão, centradas em torno de um eixo comum, a educação popular na perspectiva teórica de Paulo Freire. A trajetória do NEP remonta ao Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos: Processo Social para a Libertação (PROALTO), criado em 1995 por estudantes do curso de Pedagogia da UEPA.

O NEP desenvolve estudos e atividades educativas com crianças, jovens, adultos e idosos pertencentes às classes populares, em diversos ambientes socioeducativos, como: comunidades periféricas, instituição de longa permanência para idosos, hospitais e escolas públicas do município de Belém, assim como já desenvolveu trabalho pedagógico em comunidades ribeirinhas de São Domingos do Capim, objeto deste trabalho.

O Núcleo é constituído pelas seguintes linhas de pesquisa: Educação Freireana e Filosofia; Educação Inclusiva e Diversidade; Educação Popular de Jovens e Adultos; Educação Popular em Saúde; Educação Popular Infantil e Escolarização Básica; Educação, Desenvolvimento e Ação Coletiva na Amazônia Rural; Grupo de Estudos em Educação, Surdez e Libras; Paulo Freire e a Educação Popular.

Este artigo organiza-se em quatro tópicos, além desta introdução e das considerações finais: inicialmente, apresentamos os sujeitos ribeirinhos da Amazônia paraense, marcados pela pluralidade sociocultural; em seguida, analisamos a realidade educacional dessas populações campesinas, para, em um terceiro momento, focalizarmos a educação de pessoas jovens, adultas e idosas. Finalizamos dando destaque à experiência educacional do NEP, esperando contribuir para o debate sobre a educação popular em comunidades ribeirinhas amazônicas.

QUEM SÃO OS JOVENS, ADULTOS E IDOSOS DO CAMPO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA?

A diversidade e a pluralidade constituem traços característicos da população jovem, adulta e idosa do campo na Amazônia e que delineiam a sua identidade sociocultural. Esta população é formada por pessoas situadas num contexto geográfico biodiverso, complexo e de uma riqueza natural inigualável, constituído pela terra, a mata, os igarapés, os rios, as plantas, os animais, os recursos minerais, dentre outros, demarcado tanto pela ocupação e exploração desordenada como pelo enraizamento cultural.

Sujeitos concretos, diversos e plurais: homens e mulheres ribeirinhos, quilombolas, camponeses, indígenas, assentados, atingidos por barragens, entre outros, que vivem em situações de pobreza e de exclusão social e vivenciam situações sociais, culturais e educacionais diversas, em diferentes espaços: comunidades indígenas, ribeirinhas, quilombolas, fazendas, áreas de assentamento e acampamentos de reforma agrária, entre outras.

O nosso olhar neste artigo é para as comunidades ribeirinhas, assim caracterizadas não porque apenas se situam às margens dos rios, mas por terem o rio como elemento articulador imprescindível para a organização e qualidade de vida e de trabalho dessas comunidades, constituindo-se também em um meio de locomoção e de sobrevivência (OLIVEIRA, 2008).

O viver das pessoas ribeirinhas assenta-se no trabalho coletivo polivalente e de sobrevivência, pois vivem conjugadamente da coleta, da pesca, da caça, da roça, da produção da farinha, entre outros. Na produção de sua subsistência, nas suas práticas sociais e culturais produzem saberes sobre a experiência de conviver com a terra, a mata, as águas, ambientes que são representados de maneira singular.

A terra é o espaço de trabalho, de sobrevivência, de moradia e de convivência comunitária, isto é, espaço de pertencimento a um grupo social, cujos laços de relação são de parentesco, religiosidade, compadrio e de amizade. A mata é o espaço do existir pessoal e

comunitário, sobretudo, em torno de uma consciência ecológica e da necessidade de sobrevivência humana, além de ser *locus* do mistério e encantamento a entes da natureza (OLIVEIRA; MOTA NETO, 2008).

Dessa forma, esses atores sociais constroem uma *epistemologia do cotidiano amazônico* e uma *pedagogia do cotidiano*, cujo suporte é a *cultura de conversa*, compreendida como o saber apreendido no cotidiano social, através da oralidade (OLIVEIRA; MOTA NETO, 2008).

Assim, compartilhando suas experiências de vida pela sabedoria oral, os idosos e adultos vão formando e cuidando dos mais novos e mantendo viva a sua tradição cultural que, em confronto com as práticas produtivas, sociais e culturais urbanas, enfrenta uma relação desigual de poder. O seu modo de produzir, educar e seus saberes são negados, marginalizados e subordinados aos costumes e modos de viver urbano.

Essa relação desigual de poder intensifica-se na Amazônia a partir da década de 1970, quando o governo militar, sob a ação da lei dos incentivos fiscais para a região, coordenada pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), impulsionou a criação de projetos desenvolvimentistas para a região. Segundo Furtado (1997), é a partir dessa década que transformações aceleradas ocorrem na Amazônia, com efeitos como a destruição dos ecossistemas locais, a descaracterização sociocultural de suas populações e a mobilidade ocupacional e espacial contínuas.

Os contatos interculturais multiplicaram-se desde então, transformando os modos de vida e os sistemas de valores das populações amazônidas, entre essas as ribeirinhas de São Domingos do Capim, que passam a miscigenar-se com as referências culturais da sociedade dominante, do mundo globalizado e da vida urbana, de forma mais intensa.

Assim, configura-se a nova realidade cultural amazônica: múltipla, conflituosa e arena de *construções identitárias fragmentadas, híbridas e multidimensionais*, um quadro que, se já era visível desde a

colonização e a formação da população cabocla, ganhou proporções elevadíssimas com a mundialização cultural e da economia.

Dentre as características da cultura popular dos jovens, adultos e idosos ribeirinhos amazônicos, em que pese a significativa diversidade que marca este grupo, Mota Neto (2006) destaca o seguinte:

- *Coesão interna* de hábitos, crenças, técnicas, com cada elemento possuindo um significado na economia do todo;
- *vivência emotiva e racional* com produção de sistemas de referências que funcionam como uma verdade sintética, sabedoria e apoio que guiam a ação cotidiana dos sujeitos populares;
- *reelaboração constante*, refazendo os temas e as tradições, acompanhando os momentos históricos e as dinâmicas culturais, atualizando seus saberes e suas práticas;
- *resistência* sistemática ou assistemática à massificação e ao nivelamento, ressignificando os esquemas de dominação;
- *hibridização* com outros sistemas culturais, e relação de dominação com as culturas de elite, podendo por isso ser enfraquecida, manipulada ou silenciada;
- *"acolhimento" do outro*, sendo uma cultura de solidariedade, de cooperação e com relações sociais predominando as do tipo comunitárias sobre as societárias;
- *tempo comunitário*, caracterizado por uma fusão entre trabalho, educação, diversão e vida compartilhada, nem sempre condicionado pelo "tempo do relógio" e muitas vezes próximo de um "tempo da natureza";
- *linguagem espontânea* e com sentido de concretude que revela a visão prática de mundo das classes populares;
- *tradição oral* através da qual os saberes experienciais são transmitidos de geração a geração, inserindo os sujeitos culturais em um fluxo comunicativo contínuo;

- *largueza em relação ao futuro*, capaz de projetar planos de vida e vislumbrar uma vida melhor às gerações sucessoras no que diz respeito à educação, à saúde, às condições de trabalho, às relações intersubjetivas;
- *cultura ligada à sobrevivência e à existência* das classes pobres, sedimentada na vida cotidiana, no trabalho comum, na convivência e nas condições de vida semelhantes;
- *cultura construtora de hipóteses* explicativas dos eventos do mundo, com uma sabedoria popular vinculada a esquemas lógicos de compreensão da realidade.

A REALIDADE EDUCACIONAL DOS SUJEITOS DO CAMPO NA AMAZÔNIA PARAENSE

Os sujeitos do campo vivenciam uma amarga realidade educacional, a da exclusão escolar. De acordo com dados do IBGE (2010), a taxa de analfabetismo no campo brasileiro é de 23,2% da população acima de 15 anos, enquanto no espaço urbano é 7,3%. Na Região Norte, essa taxa é de 10,0% e no Pará é de 11,7%, predominando o analfabetismo nas pessoas acima de 40 anos. Ainda no Pará, a taxa de analfabetismo é de 28,7% para indígenas, 17,4% para negros, 12% para pardos, 10,5% para amarelos e 8,6% para brancos, revelando uma prevalência de analfabetos na população indígena e afrodescendente, sobretudo nas áreas rurais.

Acrescenta-se o fato de que o atendimento educacional é realizado predominantemente em escolas multisseriadas, cujo processo ensino-aprendizagem é prejudicado pela: (1) precariedade de infraestrutura física e de material didático das escolas; (2) dificuldade de acesso pelas grandes distâncias percorridas (a pé, de barco, de moto etc.); (3) oferta irregular na merenda escolar; (4) falta de acompanhamento pedagógico; (5) precária formação, predominando professores leigos, e condições de trabalho dos professores; (6) planejamento e currículo deslocados da realidade do campo, tendo como modelo o seriado urbano; (7) a prática do

ensino tradicional e (8) as condições precárias de vida e a necessidade do trabalho dos alunos das escolas do campo (GEPERUAZ, 2004).

Esses são indicadores de uma assimetria entre o campo e a cidade e do processo de exclusão da população jovem, adulta e idosa, evidenciando, também, a longa trajetória histórica do descaso com a população do campo e a necessidade de se construir uma educação de jovens, adultos e idosos não *para* o campo, mas *do* campo e *no* campo.

Além disso, a sociedade contemporânea regida pelo ideário neoliberal e pela lógica da racionalização dos recursos financeiros focaliza o olhar para a educação da criança e não para os adultos. Há uma racionalização do tempo de trajetória escolar por idade, estabelecendo-se a faixa etária escolarizável, para uma educação básica dos 04 aos 17 anos.

Esse olhar para a criança está pautado em duas representações: (1) uma *visão essencialista de mundo* que pressupõe a criança estar em processo de desenvolvimento físico, racional, moral e social, enquanto o adulto já está pronto em seu desenvolvimento bio-psico-social e (2) uma *visão pragmática de mundo,* de caráter utilitarista, que considera a educação de adultos inútil, porque eles já viveram a vida toda sem serem alfabetizados.

O tempo considerado para a aprendizagem é a infância, que tem uma perspectiva de futuro (ser produtor na sociedade). Assim, a atenção do sistema educacional é para a criança considerada em processo de desenvolvimento bio-psico-social e com perspectiva de futuro, enquanto o adulto é visto como pronto e sem perspectivas de futuro.

Mas, ao considerarmos a educação numa perspectiva existencialista e humanista, compreendendo que a educação faz parte do existir humano, o nosso olhar para as pessoas jovens, adultas e idosas é o de considerá-las sujeitos em permanente processo de educabilidade.

Para Freire (2007, p. 50), homens e mulheres como seres inconclusos estão em permanente busca do conhecimento e em

processo de formação como pessoa humana. "O inacabamento do ser ou sua inconclusão é próprio da experiência vital. Onde há vida, há inacabamento. Mas só entre mulheres e homens o inacabamento se tornou consciente".

A educação também é compreendida como direito do ser humano para formar-se, humanizar-se e exercer a sua cidadania.

Neste sentido, a educação de jovens e adultos está no cerne do debate sobre a *exclusão social* e da questão da democratização do ensino, do acesso e permanência de todos os indivíduos à escola laica e pública. Do reconhecimento dos excluídos, por fatores de idade e de classe, ao direito à educação, ao direito de ler e de escrever; de questionar criticamente a realidade social em que vive.

O direito à educação está focalizado na escolarização que se apresenta como indicativo de uma relação social de poder, na medida em que o acesso ao saber escolarizado torna-se referencial de diferença social entre os *alfabetizados* (escolarizados) e os *analfabetos* (não-escolarizados). Para Lewin (1990, p. 27):

> O analfabeto é um sujeito portador de uma identidade deteriorada decorrente da discriminação que sobre ele exerce a sociedade na qual vive. É a sociedade letrada que cria o analfabeto como tipo social e, simultaneamente, o estigmatiza socialmente gerando uma relação conflitual e contraditória entre o «eu» e o «outro» – o analfabeto e o alfabetizado – dotado cada qual de sinal inverso de identificação cultural e de reconhecimento social.

A educação de jovens, adultos e idosos, portanto, está centrada na questão da universalização da educação básica e está inserida na problemática de indivíduos e grupos "oprimidos" e "excluídos" por fatores de classe, etnia, raça, capacidades, gênero e também por viverem no campo.

A EDUCAÇÃO POPULAR DE PESSOAS JOVENS, ADULTAS E IDOSAS DO CAMPO NA AMAZÔNIA

Essa realidade da população jovem, adulta e idosa do campo na Amazônia exige novas diretrizes e práticas educacionais, cuja base pauta-se na educação popular freireana.

Educação com as seguintes dimensões:

- *antropológica*: educação como formação de seres humanos diversos e plurais;
- *gnosiológica e de práxis*: educação na qual os sujeitos conhecem e agem sobre seu contexto histórico, social e cultural;
- *ética e política:* educação na qual os sujeitos são capazes de decidir, optar e assumir-se como sujeito de direitos e cidadão; engajada politicamente com as classes populares e com os movimentos sociais; que fomente a convivência ética de respeito à diferença e à diversidade cultural e constitua-se em um projeto de emancipação humana;
- *existencial*: educação na qual os sujeitos estão em processo de formação contínua.
- *sociocultural:* educação realizada em diferentes espaços educativos: assentamentos, escolas de comunidades indígenas, ribeirinhas, etc.
- *epistemológica*: educação que valorize os saberes das populações do campo, saberes produzidos nas práticas sociais, nos processos culturais, relações sociais, culturais e interpessoais e que viabilize a inter-relação entre os saberes provenientes das práticas sociais com os saberes escolares.

Educação cujas matrizes pedagógicas sejam o trabalho e a cultura, considerando-se o trabalho como princípio educativo na perspectiva marxiana e a cultura como formadora humana e construtora de identidades.

Educação problematizadora, dialógica, crítica e democrática, que possibilite ao educando desenvolver a reflexão crítica, o diálogo e o ato de perguntar, assim como nos ensina Paulo Freire, quando defende a construção de uma "nova educação", que:

> só se tornará viável em larga escala quando a experiência cotidiana de cada comunidade ou de cada grupo social – em seu trabalho, em seu lazer, em sua relação com o meio-ambiente e com os outros – se transformar em fonte de participação e, portanto, de conhecimento. Uma outra educação que não seja mais monopólio da instituição escolar e de seus professores, mas sim uma atividade permanente, assumida por todos os membros de cada comunidade e ligada a todas as dimensões da vida cotidiana de seus membros. (FREIRE, 1980, p. 126)

Nesta concepção, a aprendizagem deve ser significativa e contextualizada, partindo dos elementos sociais, políticos, econômicos e culturais da realidade campesina. Por isso, a educação popular do campo deve contar com uma organização curricular que atenda à realidade social e cultural de seus homens e mulheres, compreendendo o currículo como: a) luta em torno de símbolos e significados (saberes, ideologias, imaginários e representações sociais); b) luta e enfrentamento de concepções de vida e social (culturas e classes sociais); c) lutas ético-políticas de mudanças sociais; d) construção de subjetividades críticas e de identidades.

Currículo integrado e interdisciplinar, que relacione de forma dialética e onilateral a teoria e a prática, os conhecimentos populares, científicos, artísticos, os espaços educativos com a comunidade, a cultura escolar e a cultura local. Currículo organizado por temas existenciais e sociais cotidianos, centrado nas interconexões entre o contexto histórico, social, político e cultural e entre os saberes, com ênfase na produção do conhecimento e na relação dialógica entre os sujeitos da educação.

Currículo vinculado à totalidade das práticas educativas e que permeia o tempo, o espaço e todas as relações sociais e culturais dos ambientes sociais e educativos dos sujeitos do campo.

Nesta perspectiva, a educação popular de jovens, adultos e idosos na Amazônia compreende o campo como espaço rico, diverso e de produção de cultura e a educação como superação do modelo urbanocêntrico, ao tomar a realidade campesina como o eixo de construção do currículo, das práticas e dos discursos educacionais.

A identidade da escola do campo é construída a partir de seus sujeitos sociais e vinculada a uma cultura que se produz por meio de relações mediadas pelo trabalho. Educação como estratégia de desenvolvimento territorial sustentável e força mobilizadora capaz de articular as inovações que se pretendem para a transformação da realidade produtiva, ambiental, política e social.

A seguir, baseados nessas referências conceituais, discutiremos a experiência de Educação de Jovens e Adultos do NEP em comunidades ribeirinhas do Pará, com destaque para três eixos: a) gestão democrática, b) o currículo interdisciplinar e a metodologia de redes temáticas e c) as formações continuadas.

A EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO POPULAR DO NEP EM COMUNIDADES RIBEIRINHAS DE SÃO DOMINGOS DO CAPIM – PARÁ – BRASIL:

A experiência educativa no município de São Domingos do Capim iniciou-se em 2001, cujas ações centraram-se na formação continuada dos educadores, visando à formação de turmas de alfabetização em comunidades ribeirinhas da região de Tauari no município, efetivadas em 2003, nas comunidades São José do S, Santíssima Trindade e São Bento, sendo também mantidas as formações e os assessoramentos pedagógicos até 2009.

A origem da experiência de educação popular nessas comunidades ribeirinhas deve-se aos seguintes fatores:

> *a partir das necessidades educacionais da zona rural, principalmente na capacitação de educadores e na construção do conhecimento. (G1)*[66]
>
> *As dificuldades educacionais do município, o descaso dos governantes fez com que eu tivesse interesse pelo projeto e fez com que o projeto começasse suas ações educacionais. (G2)*

Um dos gestores sintetiza os objetivos do projeto: a) formação continuada com os professores; b) a construção de políticas voltadas à zona rural; c) a formação de associação de trabalhadores; d) a alfabetização de jovens e adultos; e) o conhecimento crítico e aprofundado dos professores do município; f) a amizade de pessoas, de educadores e comunidades. (G1)

Esses objetivos contemplam dimensões *políticas* (qualidade de vida e transformação social das comunidades), *culturais* (valorização dos saberes, conhecimentos e culturas rurais ribeirinhas), *pedagógicas* (alfabetização de jovens e adultos e formação dos educadores) e *existenciais* (relações intersubjetivas solidárias e fraternas).

As ações educacionais nas comunidades ribeirinhas de São Domingos do Capim eram voluntárias, no sentido de um compromisso social assumido por seus atores, que não recebiam remuneração pelas atividades educativas desenvolvidas.

As despesas do projeto, como deslocamento da equipe de formação de Belém para São Domingos do Capim, a manutenção das turmas, a aquisição de materiais didáticos, eram assumidas por meio de projetos de extensão, ensino ou pesquisa, eventualmente aprovados em editais de agências de fomento ou da própria universidade, e complementadas com recursos próprios dos gestores, formadores e educadores do projeto, não existindo, portanto, um financiamento contínuo e sistemático.

[66]Neste artigo, utilizamos depoimentos de 02 gestores locais do projeto (denominados de G1 e G2), 01 professor (P1) e 02 educandos (ED.1 e ED.02).

GESTÃO DEMOCRÁTICA

A ação educativa popular realizada nas comunidades ribeirinhas caracteriza-se por ter sido uma gestão democrática, envolvendo a participação de todos os formadores, educadores, educandos e moradores das comunidades, incluindo, entre estes últimos, lideranças comunitárias.

A gestão, conforme o Gestor 1, era "*democrática, construímos juntos. Cada um dá sua opinião, pensamento, se escuta o professor, a comunidade e o aluno*". O Gestor 2 afirmou que "*as decisões são debatidas em grupo, nada é decidido por uma só pessoa*". E o Educador 1 avalia que a gestão "*é uma coisa coletiva, sempre o grupo de formação pega as propostas dos educadores. Tem o apoio dos dois lados, não é uma coisa que só um fala e o resto ouve, é uma coisa coletiva".*

Os educandos explicam que: *"é tudo discutido em reunião os caminhos do projeto". (ED.1).* A gestão *"é a busca de organização da comunidade e do conhecimento através de discussão em grupo (ED.2).*

A participação dos moradores na gestão dava-se por meio dos movimentos sociais, dos coordenadores das comunidades, dos moradores e das associações de trabalhadores. "*Os moradores e as associações de trabalhadores colocam propostas de trabalho para as comunidades" (G1)* e as ações do Núcleo procuravam contemplar as necessidades apresentadas, construindo atividades socioeducativas.

No contexto da gestão democrática proposta, os depoimentos dos sujeitos indicam a construção de relações interpessoais dialógicas entre si, fraternas e democráticas.

Conforme os gestores e professores há uma boa relação, "*principalmente com as comunidades, os alunos e professores. Temos que perceber que o outro existe, tratando de igual para igual" (G1).* "*A gente procura conversar, dialogar. Não tem diferenças no grupo, nós tratamos de maneira igual*" (G2). "*Eu não chego e decido as coisas, a gente decide tudo através de diálogo, de conversa sobre como tem que ser. Aí a gente decide todo mundo junto*" (P1).

O CURRÍCULO INTERDISCIPLINAR E A METODOLOGIA DE REDES TEMÁTICAS

As práticas educativas do NEP não eram organizadas por níveis de ensino. Nas turmas havia alunos de diferentes níveis de conhecimento em atividades pedagógicas coletivas. Alguns alunos passavam pelo processo de alfabetização, outros de pós-alfabetização. Havia atividades gerais coletivas, assim como atividades específicas por níveis de conhecimento, direcionadas pelo professor mediante conhecimento individualizado dos alunos.

Neste contexto de ensino, o planejamento era concebido como "flexível" e "participativo" e a escolha dos conteúdos e metodologias de ensino realizada sistematicamente (em períodos semanais ou mensais) pelos professores e formadores, tomando como ponto de partida as necessidades dos alunos, identificadas no dia a dia da sala de aula.

O calendário educativo buscava atender a realidade local. As atividades educacionais eram realizadas três dias na semana, com duas horas a cada encontro, e que "*quando está na época de fazer farinha a gente começa um pouco mais tarde. No período da chuva já começa mais cedo, pra eles não voltarem tarde pra casa*"(P1). "*O calendário é flexível, ele muda de acordo com os trabalhos da comunidade, dos agricultores e das festividades religiosas*". (G1)

Assim, o NEP organizava o calendário de modo a atender a especificidade cultural e produtiva dos moradores locais, que é a produção da farinha.

O currículo da experiência educativa era construído com base no pensamento de Paulo Freire, a partir das necessidades de aprendizagem levantadas em pesquisas sócio-antropológicas. Após as pesquisas, e também no contexto das aulas, retiravam-se palavras e temas geradores, que expressam as temáticas fundamentais orientadoras da seleção curricular. Os saberes e conteúdos escolhidos a partir destas palavras e temas eram organizados de modo interdisciplinar.

Uma importante estratégia metodológica utilizada foi a construção de *redes temáticas*, que sintetizam a tessitura de saberes (populares e científicos) trabalhados pedagogicamente pelos educadores e construída de forma coletiva.

O currículo era construído "*através da formação. Através da pesquisa na comunidade se elabora a rede temática, de onde se tira os temas-conteúdo, de modo interdisciplinar*" (G1).

As áreas de conhecimento no currículo eram organizadas interdisciplinarmente, conforme o depoimento seguinte: *"os conhecimentos das disciplinas estão relacionados com os temas do cotidiano. O tema gerador ou os temas geradores sintetizam e provocam essas relações de conhecimentos" (G1).*

Os saberes da terra (experiência na lavoura, tempo da colheita) e os da mata (medicina popular, plantas medicinais) eram a base de organização do trabalho pedagógico. Era a partir destes saberes culturais que o educador alfabetizava seus educandos. A metodologia desenvolvida era diversificada. "*Tem dias que a gente faz trabalho de exposição, desenhos, tem dias que eu trabalho com livros*", exemplifica o Gestor 2.

As práticas educacionais do NEP também levavam em consideração *"a diversidade social, cultural e pessoal"* (G1). *"Os professores trabalham fazendo com que os alunos se sintam iguais, mostrando a realidade dos alunos em sala de aula"* (G2).

O professor 1 desenvolveu um trabalho pedagógico a partir da realidade sociocultural de seus alunos:

> Eu trabalho visualizando como é a realidade. Tem aluno que não sabe ler. A Dona Emília diz que não sabe ler as palavras, mas ela sabe ler outras coisas, tipo assim, ela sabe quando a banana está madura, quando não está, quando está no tempo da colheita. A Dona Ana já faz trabalhos medicinais, conhece muitas plantas medicinas. É dessa forma que a gente quer trabalhar, levando em conta tudo. Ninguém é analfabeto completamente (P.1).

Há, na prática deste professor, o pensamento freireano da relativização do saber, que significa que não há saber em absoluto, tampouco ignorância em absoluto. Por isso, o educador deve valorizar os saberes experienciais de seus alunos, compreendidos não só como aprendizes, mas como sujeitos cognoscentes. O Professor 1 explica como trabalha em sala de aula a partir da cultura dos seus alunos:

> Tem dias que a gente chega na sala de aula e diz assim: "o que aconteceu hoje? Vamos tentar construir um texto". Quem sabe desenhar, desenha, quem quiser escrever, escreve. Essas atividades são todas relacionadas com a cultura deles, até porque é do cotidiano. Eu trabalho a partir da cultura assim, por exemplo, a mandioca. A partir da mandioca a gente começa a construir o conhecimento. A gente tem uma conversa, da conversa a gente faz um texto, montamos ele no quadro e fomos trabalhando. Português, trabalhando com sílabas. Aí fomos corrigir palavras. Aí relacionamos com as outras matérias, de modo interdisciplinar.

Para trabalhar a partir da cultura rural-ribeirinha, este professor buscava o conhecimento da história de vida familiar dos seus alunos e da história da comunidade, bem como trabalhava com as manifestações culturais locais. Como exemplo, cita as memórias da comunidade, buscando indagar os alunos sobre como era a comunidade ontem e como está nos dias de hoje, quais as mudanças percebidas. Os alunos, então, retratavam essas mudanças e memórias em desenhos.

O Gestor 1 aponta como fatores dificultadores da aprendizagem: doenças e limitações visuais de alguns alfabetizandos, que não são assistidos pelas políticas públicas da saúde, tampouco possuem recursos para consultas particulares; o cansaço do trabalho na roça e a distância percorrida por certos alunos. O Gestor 2 explica que a falta de financiamento impossibilita a compra de óculos para os alunos, e que limitações visuais são uma reclamação

muito frequente, assim como o cansaço que sentem em função do pesado trabalho na roça.

Para enfrentar as dificuldades do cansaço, o Professor 1 utilizava estratégias para manter a participação e a motivação dos alunos. Conta que "*teve um tempo que tava dando pouca gente na aula. A gente inventou um bingo, eu fiz umas cartelas de bingo, com palavras, letras, números. Aí cada um levava um prêmio, alguma coisinha: uma banana, um ovo, um quilo de farinha. E eu achei que melhorou.*"

Como possível consequência, os alunos entrevistados nunca abandonaram as aulas. Isto significa que as estratégias utilizadas motivaram os alunos para as aulas.

Quanto aos fatores facilitadores da aprendizagem, o Professor 1 faz menção à proposta freireana, que viabiliza um adequado processo de ensino-aprendizagem. No mesmo sentido, o Gestor 1 avalia que o diálogo entre professor e aluno, as metodologias construídas, os materiais didáticos trabalhados e as dinâmicas educativas facilitam as aprendizagens.

A avaliação não possui como objetivo aprovar ou reprovar os alunos, tampouco classificá-lo com base em métodos de quantificação do saber. O objetivo das avaliações era identificar os avanços e dificuldades no processo de aprendizagem, e desse modo orientar a prática do professor.

AS FORMAÇÕES CONTINUADAS:

Os entrevistados informam que as formações dos profissionais eram contínuas. Além das formações mensais ou bimensais com a equipe formadora do NEP, constituída por estudantes, pedagogos e professores da UEPA, os gestores e educadores locais participam de oficinas e seminários, sobretudo os que enfocam a educação do campo. O Gestor 1 afirma que as formações discutem conteúdos de ensino específicos das disciplinas (História, Língua Portuguesa, Geografia, Matemática), metodologias educativas, fundamentos e princípios da Educação do Campo e Educação Popular, temáticas

referentes à agricultura familiar, educação ambiental, saberes culturais, entre outros temas.

O Professor 1 diz que há formações específicas com os professores e formações abertas à comunidade. Informa que as formações enfocavam questões ambientais, como "*derrubadas e queimadas, cultura, a metodologia freireana*". Explica que procurava utilizar os conhecimentos adquiridos na formação em sua prática, buscando seguir a metodologia freireana, mas avalia que é um processo de aprendizagem. Para ele, as formações eram muito importantes.

> Foram muito boas pra mim, até mesmo para o ensino fundamental. Quer dizer, a formação para a EJA do NEP ajuda muito no trabalho com o multisseriado. Principalmente nessa parte de discutir sobre as coisas da região. Os livros didáticos, por exemplo, que eles (Secretaria Municipal de Educação) nos repassam, nada tem a ver. Aí depois que eu comecei a trabalhar no NEP, melhorou muito, encontrei muita facilidade para relacionar o conteúdo com a realidade dos alunos.

Para o Gestor 1, as formações foram importantes não só para a prática em sala de aula, mas no dia a dia, na prática associativa, na vida familiar. Em sua carreira profissional, avalia que as formações trouxeram grandes conhecimentos e aprendizagens, chegando, inclusive, a dizer que passou no vestibular devido ao NEP.

Neste sentido, as formações pedagógicas do NEP possibilitaram a construção de um novo olhar para a educação, pautada na educação de Paulo Freire e nos fundamentos políticos e objetivos do movimento da Educação do Campo. Essa formação ultrapassava a prática da alfabetização, influenciando positivamente no cotidiano das escolas multisseriadas, pois alguns educadores do NEP também atuam como professores da rede regular do município.

As formações possibilitaram aos educadores outra leitura de mundo, crítica e compromissada com os oprimidos. Por isso, sua

intervenção na sociedade e suas atitudes na família se modificaram, incorporando os princípios freireanos do diálogo, respeito, solidariedade, entre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que a experiência educacional do NEP em comunidades ribeirinhas amazônicas, dentro de seus limites e com suas dificuldades, contribuiu, a um só tempo, para o fortalecimento dos movimentos de *Educação Popular*, *Educação do Campo* e *Educação de Jovens e Adultos*.

O pensamento de Paulo Freire, referência conceitual para esses movimentos educacionais, é também o eixo de construção da prática pedagógica do NEP, apresentando-se como ponto de convergência entre o NEP e as diversas iniciativas, sobretudo as nascidas de movimentos sociais, que concebem a educação como estratégia de luta pela democratização da sociedade e justiça social.

Com este artigo, esperamos ter contribuído para o debate sobre:

a) a especificidade sociocultural da população de jovens, adultos e idosos da Amazônia paraense, em particular os moradores de comunidades ribeirinhas, caracterizados pela diversidade cultural, pela cultura popular e pela relação de sustentabilidade com os ecossistemas amazônicos;

b) a realidade educacional dos sujeitos do campo, marcada pelo analfabetismo, pela precariedade infraestrutural e pedagógica das escolas rurais, mas, também, pelo surgimento crescente de iniciativas, propostas, práticas e discursos que valorizam a identidade campesina e a *educação do campo*.

c) a vitalidade dos pressupostos teóricos da educação popular para a educação de jovens e adultos em comunidades amazônicas, de modo a valorizar os sujeitos, a cultura, o meio ambiente, os saberes e o trabalho das populações campesinas;

d) a construção de práticas educativas populares no campo, a exemplo do NEP, que buscam o fortalecimento da gestão democrática, da concepção freireana de educação, do planejamento flexível e participativo, da avaliação dialógica, do currículo interdisciplinar e das formações continuadas significativas e sistemáticas.

REFERÊNCIAS

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia*: saberes necessários a prática educativa. 36. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

_____ *et al. vivendo e aprendendo*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

FURTADO, L. G. Problemas Ambientais e Pesca Tradicional na Qualidade de Vida na Amazônia. In: FURTADO, L. G. (Org.) *Amazônia*: desenvolvimento, sociodiversidade e qualidade de vida. Belém: UFPA/NUMA, 1997.

GEPERUAZ. *Relatório da Pesquisa "Classes Multisseriadas*: desafios da educação rural no Estado do Pará/Região Amazônica", apresentado do CNPq. Belém, 2004.

LEWIN, H. O adulto analfabeto na América Latina. In: *Cadernos de Educação Popular*. Nº 17. Petrópolis: Vozes: Nova. 1990.

MOTA NETO, J. C. *A invasão cultural na escola multisseriada*: mudanças socioculturais, conflitos e resistências no cotidiano de comunidades ribeirinhas. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Pedagogia), Universidade do Estado do Pará, Belém, 2006.

OLIVEIRA, I. A de (Org.). *Cartografias ribeirinhas*: saberes e representações sobre práticas sociais cotidianas de alfabetizandos amazônidas. 2. ed. Belém: EDUEPA, 2008.

OLIVEIRA, I. A; MOTA NETO, João Colares da. Saberes da terra, da mata e das águas, saberes culturais e educação. In: OLIVEIRA, I. A. (Org.). *Cartografias ribeirinhas*: saberes e representações sobre práticas sociais cotidianas de alfabetizandos amazônidas. 2. ed. Belém: EDUEPA, 2008.

Programa de Pós-Graduação em Geografia da UEPA